

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/09/2021 a 30/09/2021

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/239

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-13:00
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	LUIZ LIMA-PSL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor de Educação Física. Benefícios advindos da prática de educação física. Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro pelo reconhecimento do Conselho Federal de Educação Física e dos Conselhos Regionais de Educação Física. Apelo ao Governador Cláudio Castro de fortalecimento do interior do Estado do Rio de Janeiro. Pedido ao Ministério da Educação de inclusão do profissional de educação física entre os docentes do ensino básico.

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Cássio Andrade.

É um prazer estar falando hoje, na nossa sessão, no período de Breves Comunicados.

Hoje é um dia muito importante. Dia 1º de setembro, Dia do Professor de Educação Física. Nossa profissão, que foi regulamentada em 1º de setembro de 1998, abraça hoje mais de 300 mil brasileiros que exercem essa profissão que, sem dúvida nenhuma, é um pilar da educação.

Presidente, a educação física tem várias vertentes: a inclusão pelo esporte, a inclusão social, o bem-estar, a reabilitação, a potencialidade da melhoria física e mental, a disputa esportiva.

Nos anos de 2020 e 2021, atravessamos um período muito difícil no combate à COVID. Cada vez mais brasileiros percebem que a atividade física é importantíssima para a saúde e para o bem-estar e que, em termos de política pública, economiza recursos da saúde e faz com que nós tenhamos indivíduos mais saudáveis, que possam exercer suas profissões com maior aproveitamento.

Então, fica aqui registrado o meu abraço.

Estendo também o meu parabéns ao Presidente Jair Messias Bolsonaro, professor de Educação Física, que certamente, na sua última indicação em relação à profissão, faz com que os Conselhos Regionais de Educação Física e o CONFEF, o nosso Conselho Federal de Educação Física, sejam definitivamente reconhecidos como os responsáveis por fiscalizar e regulamentar o uso e a função do professor de Educação Física.

Presidente Cássio Andrade, gostaria também de deixar registrado que eu me encontro, neste momento, no Município de Sapucaia, região de São José do Vale do Rio Preto, Carmo, Sumidouro, Teresópolis, Paraíba do Sul, uma região do Estado do Rio de Janeiro que compõe e faz parte do aglomerado de 92 Municípios do Estado.

Eu faço um apelo desde já ao Governador Cláudio Castro para que abrace o interior do Rio de Janeiro, fazendo com que a população seja abraçada pelos seus Governos Municipais, e que o Governo Estadual e também o Governo Federal a abracem, para que o interior salve a Capital do Rio de Janeiro.

Presidente Cássio Andrade, finalizo aqui parabenizando o profissional de Educação Física e fazendo um pedido ao Ministério da Educação: inclua o profissional de Educação Física de forma obrigatória na educação básica do nosso País.

Um forte abraço, fiquem com Deus e sigamos em frente!

Documento 2/239

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-13:24
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	JOSEILDO RAMOS-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros; precarização das relações trabalhistas; desregulamentação dos serviços públicos de saneamento básico e privatização de empresas estatais estratégicas, após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Revelação, pela CPI da Covid, da existência de esquema criminoso de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde, de conhecimento do Presidente Jair Bolsonaro. Ataques sistemáticos à democracia; incitação ao ódio; intolerância racial e religiosa; e discriminação de mulheres e pobres, como norte da atuação do Presidente da República. Elevação dos índices inflacionários e de desemprego; reajuste nos preços de

combustíveis, de alimentos e de tarifas de energia elétrica no País. Crescente desindustrialização e fuga de capitais do Brasil. Incompetência do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, o Governo Bolsonaro enfrenta um momento caótico para o qual não está preparado, e este não é apenas e tão somente um registro de um opositor. O Brasil tem se notabilizado, desde 2016, no pós-golpe contra Dilma, por um processo contínuo de desconstitucionalização de conquistas e de retiradas de direitos trabalhistas; pela precarização das relações; pelo deslocamento de renda do mundo do trabalho; pelo rebaixamento dos patamares de benefícios e das condições de acesso à Previdência Social; pela desregulamentação dos serviços públicos de saneamento básico e pela privatização de setores estratégicos como os de energia - tanto a PETROBRAS quanto a ELETROBRAS - e o de serviços postais, como os Correios, em plena pandemia, num ambiente de negócios extremamente desfavorável.

O que temos, até então, deste Governo? Eis uma amostra do que temos: a CPI da COVID, do Senado Federal, tem provas irrefutáveis de um esquema criminoso de corrupção no Ministério da Saúde, de conhecimento do Presidente da República, que, inclusive, apontou o seu Líder do Governo nesta Casa como o pivô desse esquema.

Eu estou falando de compra de vacinas durante uma pandemia em que perto de 600 mil vidas de brasileiros já se foram! Não estou falando de qualquer coisa! Não estou falando de algo que possamos naturalizar!

Portanto, o que temos, até então, neste Governo? Temos o ataque sistemático à nossa jovem democracia, erguida com muito sacrifício.

Temos a sistemática incitação ao ódio e à intolerância racial e religiosa, assim como às mulheres e aos pobres. Temos o aumento da inflação sobre os alimentos, os combustíveis, a energia elétrica, tudo isso atingindo os mais pobres. Temos o aumento do desemprego. Temos recorde de fuga de capitais em moeda forte. Temos a aceleração da desindustrialização do nosso País, com ênfase nas regiões mais deprimidas economicamente, como Norte e Nordeste.

Não haverá saída para o Brasil com Bolsonaro. Nossa economia não vai recuperar-se com Paulo Guedes, sua equipe não tem competência para tocar um país com a complexidade do Brasil. A equipe de Paulo Guedes só reconhece o mercado. E o que é pior: não serão o mercado ou tão somente a iniciativa privada que terão as respostas para recuperar nossa economia.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 3/239

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-13:28
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	AFONSO HAMM-PP -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Retorno do orador à Câmara dos Deputados após o afastamento para tratamento de complicações da Covid-19. Agradecimento à equipe da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Apoio ao Presidente Jair Bolsonaro e às pautas adotadas pelo Presidente Arthur Lira. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Reajuste abusivo nos preços de pedágios nas BR's-116 e 392, no Estado do Rio Grande do Sul. Pedido aos Deputados de apoio à criação de frente parlamentar de combate à criminalidade na área rural.

O SR. AFONSO HAMM (PP - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, é com muita emoção que retorno aos meus trabalhos como Parlamentar desta Casa. Estive afastado por mais de 60 dias, porque fui acometido pela COVID. Estive hospitalizado, com pneumonia e comprometimento de 70% do pulmão, mas, graças a Deus, ao apoio integral da família, dos amigos, das lideranças, dos eleitores e das famílias e à competência dos médicos, estou de volta.

No nome do Dr. Luciano Corrêa da Silva, da Santa Casa de Misericórdia, lá de Porto Alegre, a nossa Capital do Rio Grande do Sul, eu quero agradecer aos médicos, tanto os da UTI como também os que prestaram atendimento ao longo da nossa recuperação, assim como aos profissionais de saúde, muito especialmente àqueles que estão realmente na linha de frente. Eu pude acompanhar isso. Quero ser grato e agradecer por tamanho apoio.

Ao retornar a esta tribuna, eu, que estou no quarto mandato de Deputado Federal representando o meu Estado, o Rio Grande do Sul, mas trabalhando pelo Brasil, primeiro quero pedir desculpas, porque por 60 dias não pude votar. Perdi pautas e votações importantes aqui, mas eu não tinha como votar, porque estava sob orientação médica.

Hoje se encerrou a nossa licença, e eu fico feliz por estar em recuperação. Fisioterapia, terapia respiratória, tudo estamos fazendo

para que possamos estar aqui - e, de fato, estamos.

Ao retornar à Câmara dos Deputados, eu quero reafirmar o meu apoio integral ao Governo liderado pelo Presidente Bolsonaro e também ao Presidente Arthur Lira, da Câmara dos Deputados, em relação às pautas que estamos promovendo para desenvolver ou retomar o desenvolvimento do nosso País. Contem efetivamente com o apoio do Deputado Federal Afonso Hamm!

Eu queria, se me permite, Presidente, em mais 2 minutos, falar de três temas fundamentais, porque já retornamos trabalhando. O primeiro é relacionado à saúde. O piso salarial nacional para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem é importantíssimo. Esse tema tem o nosso integral apoio, e estarei na linha de frente ajudando esse segmento da saúde, que é fundamental. O salário desses profissionais é muito baixo, e eles precisam de remuneração digna. Hoje a remuneração é de um pouco mais do que o salário mínimo, inclusive aqui no Distrito Federal. Mil e poucos reais é a remuneração dos técnicos de enfermagem. Isso é um absurdo!

Todos os profissionais da saúde, em especial os da enfermagem, vão ter o nosso apoio integral, porque eu observei o trabalho deles. Eu quero cumprimentar os profissionais de saúde de todas as instituições e dos Municípios, em especial os lá da Santa Casa.

Estive, hoje pela manhã, com o Deputado Estadual Marcus Vinícius, com o Deputado Daniel Trzeciak, com o Deputado Marcel van Hattem e com alguns Prefeitos, como o Prefeito Fábio Branco, de Rio Grande, para tratarmos do absurdo reajuste de tarifas de pedágio na BR-116 e na BR-392, no eixo sul próximo a Pelotas. Custa 12 reais e 90 centavos uma tarifa.

Um caminhoneiro que sai de Camaquã e passa por três pedágios compromete, na ida e na volta, um terço do valor do frete com tarifas. Da mesma forma, quem sai de Canguçu, na BR-392, e pega dois pedágios gasta mais em pedágio do que em combustível, mesmo com o atual preço do óleo *diesel*. Isso é absurdo!

Estivemos com o Ministro Nardes e com o Ministro Raimundo Carreiro, que vão dar agilidade àqueles processos que estão no TCU, para a revisão dos pedágios mais caros do Brasil, e o mais caro do Sul do País.

Portanto, essa é uma pauta que trazemos, na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Conclusão das Obras de Duplicação da BR-116. Com o apoio do Presidente Bolsonaro e do Ministro Tarcísio, já estamos com 155 quilômetros duplicados, mas nós precisamos ter competitividade e não podemos pagar os pedágios mais

caros do Brasil.

Para encerrar, Presidente, quero falar da frente parlamentar que estamos criando para garantir segurança e tranquilidade na área rural, para evitar a criminalidade no ambiente rural. Nós precisamos de uma frente parlamentar para trabalhar essas questões. Por isso, estamos pedindo a assinatura e o apoio dos colegas. Esse é um dos temas que vamos pautar.

Eu queria agradecer e pedir que trabalhemos, cada vez mais, com ênfase pelo Brasil.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 4/239

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-13:40
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	GENERAL GIRÃO-PSL -RN	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente Arthur Lira por ampla divulgação dos pronunciamentos dos Parlamentares. Repúdio à apologia do governo anterior por Parlamentares, responsável pela derrocada das empresas estatais e pelo rombo das contas públicas. Participação do orador, na condição de voluntário, em campanha de coleta e distribuição de gêneros alimentícios às populações carentes. Falência de empresas e perda de empregos no País, provocados pela decretação de lockdown pelos Governadores Estaduais. Ações do Presidente Jair Bolsonaro e sua equipe para recuperação de postos de trabalho e equilíbrio da economia brasileira. Dolarização dos preços de combustíveis como medida de recuperação da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, saqueada pelo governo petista. Desvio, por Governadores Estaduais, de recursos federais destinados ao Consórcio Nordeste para combate à epidemia de coronavírus. Alerta sobre a infiltração de esquerdistas nas manifestações cívicas programadas para o Dia da Independência do Brasil.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, caro colega Presidente, demais colegas que nos assistem e toda a população.

Inicialmente, eu gostaria de pedir que nosso pronunciamento fosse



divulgado no programa *A Voz do Brasil* e em todos os outros veículos de comunicação desta Casa. Aliás, eu gostaria de pedir ao Presidente Arthur Lira que nós Deputados de todos os matizes tivéssemos mais espaço nessas divulgações. Digo isso porque, quando ando pelo interior do Estado do Rio Grande do Norte, eu ouço o programa *A Voz do Brasil* e infelizmente quase nunca conseguimos aparecer. Então, eu pediria que isso fosse verificado junto à Secretaria de Comunicação da Casa.

Sr. Presidente, eu lamento muito quando alguns colegas Deputados, inclusive colegas conterrâneos, lá do Rio Grande do Norte, ficam fazendo apologia ao Governo que roubou, deixou roubar, quebrou as estatais e infelizmente fez um rombo nas contas do País de um jeito absurdo.

Eu sou voluntário para ajudar na distribuição de comida e na coleta de gêneros alimentícios para serem distribuídos, e há muitos trabalhos voluntários, inclusive a nossa Ministra Damares e a nossa Primeira-Dama Michelle Bolsonaro participam desse tipo de atuação em eventos. Isso é muito bacana. Isso é muito bacana realmente. Para o momento que o Brasil vive de uma pandemia que o mundo todo está enfrentando, com desemprego, com quebra de empresas, isso é muito importante.

Agora, eu gostaria de pedir aos colegas que falaram sobre isso que pensassem nos seus Governadores, como o Governador de São Paulo, como a Governadora do Rio Grande do Norte, que resolveram fechar tudo, resolveram quebrar empresas. Isso é um absurdo! O fechamento foi para quebrar empresas, para gerar desemprego, para gerar o caos no País. E não aconteceu isso porque o Presidente Bolsonaro, a sua equipe econômica e os demais Ministros trabalharam para que os empregos não fossem todos perdidos, para que o Brasil continuasse vendendo, para que a economia brasileira fosse mantida, apesar da inflação que nos assusta, sim, apesar dos preços altos que estamos tendo nos combustíveis e tudo mais.

Agora, nada disso foi feito por nós, a indexação ao dólar é coisa antiga. Aliás foi uma maneira de salvar a PETROBRAS, que quase faliu por conta da roubalheira que foi cometida exatamente nos Governos do PT.

Então, Sr. Presidente, eu lamento muito esse tipo de discurso. E quero reforçar que quem é genocida é quem desvia dinheiro. É a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, é o Governador do Ceará, é o Governador da Bahia, é o Governador do Piauí, é o Governador do Maranhão! Esses caras é que são genocidas, esses caras que desviaram dinheiro do Consórcio do Nordeste. Ao invés de comprar respiradores, foram entregar dinheiro para uma empresa

especializada em maconha. Eu quero saber onde está esse dinheiro. Eu quero que os órgãos de controle façam, sim, a busca ativa desses recursos e abram investigações.

A Polícia Federal andou visitando o Rio Grande do Norte na semana retrasada. Bacana, quero que haja outras visitas, porque, se a cada desvio houver uma visita, ela vai ter que se instalar lá para apurar todos esses desvios.

Sr. Presidente, eu gostaria de terminar minhas palavras dizendo que o Sete de Setembro vai ser a maior festa cívica já realizada na história do Brasil!

Eu não tenho dúvida nenhuma de que alguns infiltrados dessa oposição, dessa esquerda ideologizada, imbecilizada, vão querer sim fazer arruaça na nossa manifestação. Mas nós estaremos preparados para isso, porque teremos pessoas em condições de impedir esse tipo de atuação.

O Brasil não merece esse tipo de divisão de ricos e pobres, de negros e brancos. Isso só aumenta uma coisa que nós não temos, que é um quisto racial, é um quisto...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 5/239

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-14:00
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	PEDRO CUNHA LIMA-PSDB -PB	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados à aprendizagem do alunato pelo fechamento de escolas, em face da epidemia de coronavírus. Recrudescimento da evasão escolar no País. Apelo à Casa de votação do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, sobre a estratégia para o retorno às aulas diante da Covid-19.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, desde o início da pandemia nós estamos habituados a ouvir especialistas falarem que a COVID-19 não impacta tão gravemente crianças e adolescentes, que

não é neles que o vírus se manifesta de maneira mais agressiva. Infelizmente, no Brasil, por uma decisão equivocada nossa - e foi uma péssima decisão a que tomamos -, a pandemia trouxe um impacto duríssimo para crianças e adolescentes, e a razão desse impacto foi sobretudo a decisão de fechar as escolas. As escolas foram fechadas no início da pandemia, e boa parte delas estão fechadas até hoje.

Hoje, na Paraíba, o Governador do Estado, João Azevêdo, prorrogou um decreto que mantém a rede estadual de ensino totalmente fechada.

Hoje mais cedo, eu vi uma matéria sobre o Brasil estar no topo do *ranking* dos países em termos de fechamento de escolas. É claro que essa foi uma péssima decisão.

Em termos de evasão escolar, o UNICEF fez um levantamento, segundo o qual nós regredimos 20 anos. O Brasil, que antes da pandemia já tinha 1,3 milhão de crianças e adolescentes com idade escolar fora das escolas, tem agora mais de 5 milhões de crianças e adolescentes fora das escolas. Esse é um dado duríssimo, porque boa parte dessas crianças e desses adolescentes não regressarão mais. O trabalho infantil avança nesse universo, e há o rompimento de um vínculo, que muitas vezes não é restabelecido, em termos de aprendizagem também. Não é um filme. O processo de aprendizagem, o processo escolar não é um filme ao qual nós podemos dar pausa e que depois, passado 1 ano ou 1 ano e meio, ao apertar o *play*, retomamos de onde paramos. Não é assim. Fora todo o impacto emocional, todo o impacto psicológico em crianças e adolescentes.

Portanto, esta fala é para dizer que este é mais um instante em que se revela o grau de prestígio que a educação tem no Brasil. A escola deveria ser a última a fechar e a primeira a reabrir. Nós reabrimos bares, praias, empresas, *shoppings*, tudo - e tínhamos que reabrir, por conta da economia -, mas não tínhamos que reabrir também as escolas, por conta da educação?

Eu faço um apelo a esta Casa para que vote o projeto do Deputado Idilvan Alencar que trata da retomada das aulas.

Que todos os Governos, de modo geral, abram os olhos para o impacto da manutenção das escolas fechadas.

Documento 6/239

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-14:12
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação do orador diante da elevação dos índices inflacionários; de reajustes nos preços de alimentos, de combustíveis e nas tarifas de energia elétrica; do agravamento do desemprego e da privatização de empresas estatais. Baixo crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro, no segundo trimestre de 2021. Impossibilidade de retomada do crescimento econômico brasileiro, em face da crise energética instalada no País. Reajuste do salário mínimo abaixo dos índices inflacionários. Desafio aos apoiadores do Governo Jair Bolsonaro de apresentação de plano econômico, com foco na geração de emprego e renda e na redução de óbitos pela Covid-19.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Ao cumprimentar V.Exa. e os demais pares, eu quero inicialmente fazer uma observação de ordem genérica.

Certa feita, o então Ministro Pedro Malan, num debate aqui na Câmara dos Deputados, de forma adequada, observou que apenas a indignação não resolve os problemas.

Quando a indignação é frente ao que acontece ao povo brasileiro, ou seja, inflação alta, puxada, entre outras coisas, por alimentos, combustíveis e energia, e se a isso se soma o brutal nível de desemprego, que é recorde na série histórica, mais os desalentados, mais aqueles que não conseguem trabalhar a jornada que gostariam, e, como terceiro ponto, se nós analisarmos aquilo que tem sido as doações, apelidadas de vendas, das nossas estatais, eu acho que é merecida toda essa nossa indignação.

Mas eu pretendo mostrar aquilo que nós pensamos através dos números. Senão vejamos: o segundo trimestre deste ano representou um crescimento ainda menor do PIB. Mesmo os operadores de mercado - eu falo "mesmo" porque eles admitem -, pelo óbvio, sabem que com a crise energética não há grande possibilidade, ou nenhuma possibilidade, de o Brasil recuperar o crescimento econômico, até porque, se isso viesse a acontecer, numa zebra do Ministro Guedes e do Presidente Bolsonaro, caso acertassem como fazer o Brasil crescer, e eles não sabem, a energia não permitiria.

Se tudo isso não bastasse, acaba de ser anunciada uma previsão do que será o salário mínimo em 2022. Pela rápida conta que fizemos, se nós calcularmos a inflação entre 8% e 9%, esse reajuste não cobrirá de novo o Índice de Preços ao Consumidor acumulado, que é o principal indicador desse aspecto.

Portanto, eu desafio aqueles que apoiam o Governo a apresentar um plano de desenvolvimento econômico, a apresentar um plano factível de geração de empregos, a apresentar um plano para que nós consigamos evitar, eu diria, as mortes que ainda devem ocorrer, porque estamos em processo de pandemia.

Por tudo isso, eu penso que não há nenhum segmento da sociedade que mereça tantas honras, a ponto de atingir aqueles que mais...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 7/239

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-14:32
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	LUISA CANZIANI-PTB -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Governador do Estado do Paraná, Ratinho Junior, e sua equipe pelo lançamento do Programa Robótica Paraná. Vitória do jovem londrinense Thiago Rocha de Araújo, na competição mundial Samsung Skills, modalidade Computação em Nuvem. Pedido ao Presidente da República de sanção do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, sobre a realização de videochamadas a pacientes internados em serviços de saúde. (transformado na Lei Ordinária nº 14.198, de 2021).

A SRA. LUISA CANZIANI (Bloco/PTB - PR. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, eu gostaria de fazer rapidamente três registros. Inicialmente, quero parabenizar o nosso Governador do Paraná, Ratinho Junior; o nosso Vice-Governador, Darci Piana; o Secretário Guto Silva; o Secretário da Educação, Renato Feder, pela importante iniciativa do Estado do Paraná de lançar o Programa Robótica Paraná, que leva aulas de programação aos alunos das escolas estaduais. São quase 10 milhões em investimentos, que vão alcançar mais de 250 escolas de nosso Estado, demonstrando o compromisso do Governo do Estado com a educação, sobretudo com uma educação que é mais inovadora e oferece mais oportunidades.

Quero agora registrar que um representante da cidade de Londrina, o Thiago Rocha de Araújo, venceu a competição Samsung Skills na modalidade Computação em Nuvem. Ele concorreu com

representantes do Japão, da Rússia, de Cingapura, da Coreia do Sul. Um jovem londrinense muito honra a cidade de Londrina e o Estado do Paraná, venceu essa competição. Eu tenho certeza de que ele vai alcançar muitos bons resultados, também para o nosso Estado e para o nosso País, na competição WorldSkills.

Por fim, Presidente, faço um apelo para que haja a sanção do projeto a respeito da Lei Dra. Ana Claudia Arantes. É um projeto de extrema importância, relativo a videochamadas em ambientes hospitalares. Foi liderado aqui na Câmara pelo Deputado Célio Studart, pela Deputada Soraya Santos e, no Senado Federal, foi conduzido brilhantemente pelo Senador Wellington Fagundes.

Nós clamamos que esse projeto seja sancionado, para darmos esse passo no sentido de termos um serviço de saúde em que haja mais inovação, mais dignidade, não só para os pacientes mas também para os seus familiares e para os profissionais da área.

Muito obrigado pela gentileza, Presidente.

Documento 8/239

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-15:08
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Anúncio de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, acerca dos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados na área de entrega de alimentos e mercadorias, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há uma categoria profissional que está esquecida no País, sobretudo neste momento em que ainda os efeitos da pandemia se fazem sentir. Eu me refiro, Sr. Presidente, aos entregadores, àqueles que trabalham entregando produtos e serviços decorrentes de um vínculo com as empresas de aplicativos.

O Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, apresentado pelo Deputado Ivan Valente, será votado pelo Plenário da Câmara provavelmente na semana que vem. Coube a mim a relatoria. Eu estou ouvindo todos os segmentos, tanto dos entregadores quanto das empresas. Estamos ouvindo também os colegas Parlamentares, recolhendo as propostas,

as sugestões, para entregar ao Plenário um texto que seja o mais próximo possível do consenso.

É importante destacar, Sr. Presidente, que hoje essa categoria, a dos entregadores de aplicativos, está desprovida de direitos porque não há, na realidade, uma regulamentação; não há, na verdade, previsão normativa que os tutele. Eles estão numa penumbra jurídica, numa zona cinzenta. Por exemplo, eles não têm direito de acesso a água potável nas empresas. Eles não têm direito de acesso às instalações sanitárias das empresas. Eles não têm direito de fixação, por parte das empresas, de um contrato de seguro que os ampare em caso de acidente. Eles não têm direito a uma assistência financeira, por parte das empresas, no caso de eles contraírem o vírus da COVID. Eles estão, portanto, a descoberto, totalmente desprovidos de direitos elementares que dizem respeito à própria condição da dignidade da pessoa humana.

Por isso, em nosso relatório, muito preocupado também em não intervir na ordem econômica de modo a fazer com que as empresas arquem com custos transcendentais que possam ser transferidos para o consumidor, estamos trabalhando de forma determinada para criar um arcabouço jurídico para proteger e tutelar os entregadores. Eles estão agora nas ruas, trabalhando por nós, e não podemos esquecê-los.

Portanto, na semana que vem, vamos votar e criar a constituição jurídica dos entregadores de aplicativos.

Que meu pronunciamento seja repercutido no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 9/239

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-15:12
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	ZÉ NETO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de votação pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços do Projeto de Lei nº 1.189, de 2020, sobre a garantia emergencial de manutenção de renda para motoristas autônomos, caminhoneiros, taxistas e assemelhados. Anúncio de apresentação pelo orador de parecer à propositura.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,

primeiramente, quero dizer da importância de olharmos neste momento com mais atenção para aqueles que precisam ultrapassar as dificuldades da pandemia, mas que já estão também com grandes dificuldades no tocante ao preço dos combustíveis para manter os seus veículos.

Eu quero aqui defender - hoje de manhã eu já defendi isto de forma muito contundente nas Comissões - que possamos votar o mais rápido possível, lá na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o projeto de lei que viabiliza ajuda financeira emergencial para os condutores autônomos, os motoristas autônomos de Uber, os taxistas e também os caminhoneiros, de forma que eles possam ter um alívio no pagamento de suas parcelas junto ao bancos, porque muitos deles, neste momento, não estão conseguindo pagá-las.

Neste período de pandemia, esta já deveria ser uma decisão tomada lá atrás pelo próprio Governo. Ao contrário, é o próprio Governo quem, infelizmente, não faz bom grado deste posicionamento que nós estamos aqui a externar.

Portanto, motoristas de aplicativos, taxistas, motorista autônomos, de transportes complementares por vans e ônibus, motoristas de caminhão, enfim, todos aqueles que neste instante vivem grande dificuldade, precisam, Sr. Presidente, evidentemente, garantir pelo menos a manutenção de seus veículos e estabelecer claramente a condição de continuar no mercado. Eles não estão podendo continuar, até porque os preços a que chegaram os combustíveis, o álcool, a gasolina, o óleo, são algo não administrável do ponto de vista econômico. Sr. Presidente, 30% dos motoristas de aplicativos já deixaram o mercado. Por quê? Porque eles não têm como se manter sob essas condições, tanto do ponto de vista financeiro, daqueles que estão hoje pendurados nos bancos, como também por conta da própria pandemia e dos preços exorbitantes dos combustíveis.

Precisamos votar este projeto. Nós apresentaremos, na semana que vem, nosso parecer na Comissão de Desenvolvimento Econômico. Vamos trabalhar para que ele chegue o mais rápido possível ao Plenário, a fim de que tenha a urgência que merece e possa atender a essas trabalhadoras e a esses trabalhadores em todo o Brasil, que passam grande dificuldade neste momento.

Documento 10/239

73.2021.B

Sessão Outro Evento

01/09/2021-15:24

Publ.: DCD - 9/2/2021 -

PEDRO UCZAI-PT -SC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Registro de 580 mil óbitos e de milhões de contaminados e sequelados pela Covid-19 no País, em decorrência do negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro no combate à doença. Manifesto da Associação Nacional Vida e Justiça, em defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Apresentação de propostas de criação do Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19 - 12 de março; e de instituição da Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19. Apresentação de propostas de emendas à Constituição sobre a destinação de recursos de grandes fortunas para as vítimas do coronavírus. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 580 mil brasileiros e brasileiras já perderam a vida para a COVID-19 pela postura e pela prática política do Governo Bolsonaro. São mais de 21 milhões de atingidos e contaminados pela COVID-19, com milhões de sequelados.

A Associação Nacional Vida e Justiça, que discute o apoio e a defesa dos direitos das vítimas da COVID-19, tem feito uma grande mobilização nacional de solidariedade, de articulação de políticas públicas, de reparação por danos morais e materiais das vítimas da COVID-19, apoiando todas essas vítimas. Inclusive, vai-se ensejar a responsabilização do Presidente Bolsonaro nos tribunais internacionais, o que vamos viabilizar até outubro.

Agora, neste Parlamento, junto com a Associação Nacional Vida e Justiça e o Instituto Justiça Fiscal, junto com economistas e com debatedores sobre o futuro do País pós-pandemia, e a partir dessa tragédia e desse genocídio humano, estão-se propondo várias iniciativas legislativas aqui.

Hoje estamos apresentando oito projetos de iniciativa parlamentar. Já apresentamos uma proposta que denomina o dia 12 de março como o Dia Nacional em Memória das Vítimas da COVID-19 e outra proposta que institui a Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19, a partir do dia 17 de outubro, Dia Nacional da Vacinação. E hoje estamos apresentando duas emendas constitucionais que enfrentam quem tem que pagar a conta das vítimas e para as vítimas de uma nova política pública: os super-ricos, os bilionários deste País, 0,3% dos brasileiros, ou seja, 600 mil milionários deste País, que poderão contribuir com as várias iniciativas parlamentares que estamos apresentando, com 292 bilhões de reais. No Brasil, 42 bilionários têm uma renda de 1 trilhão e 900 bilhões de reais.

O Governo Bolsonaro, com a sua política econômica, junto com a

pandemia, fez os ricos ficarem super-ricos e bilionários neste País, e o povo brasileiro empobrecido, pagando a conta desse crime de lesa-pátria patrocinado por Bolsonaro.

O problema não é o Supremo nem o Congresso; o problema deste País, no dia Sete de Setembro, é o Governo Bolsonaro. Por isso, fora, Bolsonaro!

Documento 11/239

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-15:28
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância da autonomia e independência do Brasil perante as potências internacionais, livre dos aproveitadores instalados no Palácio do Planalto, bem como da miséria, da fome, do luto e sofrimento gerado pela Covid-19. Protesto contra a utilização, por apoiadores do Presidente da República, de símbolos nacionais em atos antidemocráticos. Apoio às manifestações de movimentos sociais ao ensejo do transcurso do Dia da Independência do Brasil. Julgamento, pelo Tribunal Penal Internacional e pelos tribunais brasileiros, de responsáveis pelo crime de genocídio decorrente da Covid-19.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço que este meu pronunciamento, quando nos aproximamos do Sete de Setembro, seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação da Casa.

Nós vamos falar de independência, a de um País que deve ser livre, a de um País que exige ser livre, livre e autônomo das potências internacionais, do arrocho que o mercado faz; livre dos aproveitadores que se encontram no Governo; livre da fome e da miséria, que voltou à casa dos brasileiros e das brasileiras; livre e independente para ver o Sistema Único de Saúde sendo fortalecido; e livre da morte e do sofrimento dos tantos órfãos que estão vivendo hoje a perda dos seus familiares.

Eu quero me referir, sobretudo, àqueles que fazem mobilizações contra a democracia no Sete de Setembro e que tentam, mais uma vez - eles se encontram no Governo Bolsonaro e no apoio a esse Governo, que é contra o Brasil -, aproveitar-se dos símbolos pátrios, como se aproveitaram da Bandeira Nacional, das cores da camiseta da Seleção

Brasileira, das cores do Brasil. Contudo, na hora de privatizar os Correios, que carrega as cores do Brasil, aí não é Brasil! Na hora de liquidar a ELETROBRAS, fazer o povo pagar caríssimo o preço da tarifa de energia elétrica e dizer que apaguem a luz, aí não há Brasil!

O interesse público é muito mais do que o símbolo, mas nós também não estamos dispostos e dispostas a permitir que se aproveitem dos símbolos pátrios, sobretudo o símbolo da independência, também este símbolo, porque essa é a luta do povo brasileiro contra a fome, a miséria, a opressão, o racismo e todas as violências. Este símbolo estará ali nas ruas representado pelo grito dos excluídos e das excluídas.

E nós estaremos com os movimentos sociais, não para provocar quem quer que seja, mas para nos contrapor aos fascistas, aos neonazistas, aos apoiadores de ditaduras, aos que querem fechar o Congresso ou o Supremo, aos que não respeitam a Constituição, porque os traidores da Constituição que se encontram no Governo Bolsonaro ainda serão varridos da República, serão julgados pelo crime de genocídio no Tribunal Penal Internacional, e virão a ser julgados também nos tribunais brasileiros.

Nós queremos uma independência de verdade, e ela é a do povo brasileiro contra este Governo.

Muito obrigada.

Documento 12/239

73.2021.B	Sessão Outro Evento	01/09/2021-15:52
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	JULIO CESAR RIBEIRO-REPUBLICANOS -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do 23º aniversário da regulamentação da profissão de Professor de Educação Física. Papel desenvolvido pela categoria na recuperação de atingidos pela Covid-19. Desempenho do Conselho Federal de Educação Física e do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal. Defesa de votação e aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.486, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 9.696, de 1998, acerca da regulamentação da profissão do Professor de Educação Física, e da criação do Conselho Federal de Educação Física e dos Conselhos Regionais de Educação Física. Apresentação do Projeto de Lei nº 627, de 2021, sobre a prática de atividades e exercícios físicos como essenciais, em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa

finalidade, bem como em espaços públicos.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho neste momento falar com todos porque hoje celebramos o 23º ano de regulamentação da profissão de educação física no Brasil, um marco concretizado por meio da promulgação da Lei nº 9.696, de 1998, uma conquista histórica, que, sem dúvida, merece ser respeitada.

Hoje, neste dia 1º de setembro, parablenzo os milhares de profissionais envolvidos com a prática da atividade física, aqueles que dão aulas em academias, em parques públicos, em escolas, para crianças, idosos, e aqueles que estão em formação.

Sra. Presidente, a atuação desses profissionais está sendo fundamental no combate à pandemia no nosso País. Neste momento tão difícil e delicado, eles são essenciais para a manutenção da saúde e principalmente para a recuperação daqueles que foram afetados pela COVID-19.

É importante ressaltar a atuação do Conselho Federal de Educação Física, que, ao longo dos anos, vem trabalhando pela valorização do profissional, implementando ações para ampliação e desenvolvimento de novas políticas para o fortalecimento da profissão.

Quero destacar também o trabalho do Conselho Regional de Educação Física aqui do Distrito Federal, que vem desempenhando um papel importante no que diz respeito à promoção e ao desenvolvimento da educação física, com serviços de excelência para a sociedade, orientados por profissionais devidamente habilitados e capacitados.

Parablenzo também o Presidente do CREF, o meu amigo Patrick Aguiar, pelo trabalho sério e consistente que vem realizando para manter uma instituição forte, atuante e promotora da educação física.

Sra. Presidente, nesta Casa, estamos lutando incansavelmente pela valorização desses profissionais. Mesmo reconhecendo alguns avanços, ainda são inúmeros os desafios a serem vencidos.

Tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei que regulamenta os conselhos regionais de educação física em todo o Brasil. Farei o possível, juntamente com V.Exas., para que essa proposta entre na pauta de votação o mais breve possível, pois entendo que a aprovação dessa matéria é fundamental para o respaldo e a segurança de todos os profissionais que atuam nessa área. Mas quero ir além: também protocolei um projeto que reconhece a prática da educação física como

essencial à população.

Documento 13/239

98.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/09/2021- CD 17:12
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro de sanção do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Cara Presidente e colegas Parlamentares, mais uma vez eu venho aqui levantar um programa e um tema extremamente importante para o Brasil.

Desde 2020 nós estamos alertando que apoio à agricultura familiar não é tema de ação social, e sim de macroeconomia do Brasil. Isto vale tanto para a agricultura familiar quanto para a não familiar: quando os produtos chegam à gôndola do supermercado, o consumidor quer qualidade, preço e sustentabilidade da produção. Independentemente do tamanho da produção, se faltar alimentos e, na lei da oferta e da procura, a balança pesar mais para a procura dos produtos, a inflação vai subir.

Por isso, defendemos um conjunto de medidas em 2020, e metade dos Parlamentares desta Casa apresentaram projetos. O substitutivo foi aprovado na Câmara e no Senado, mas teve o veto quase integral do Presidente da República. Novamente este ano aprovamos um conjunto de medidas, também relatado por mim, aprovado na Câmara e no Senado, que está para sanção do Presidente da República.

Portanto, quero aqui me dirigir a todos os Líderes partidários, aos colegas Parlamentares no sentido de que todos nós tenhamos a força de convencer o Presidente da República a não vetar esse conjunto de medidas para a agricultura familiar, já que 70% dos alimentos que chegam à mesa de todos nós brasileiros são produzidos pela agricultura familiar. Neste momento os custos de produção de algumas das cadeias produtivas se elevaram em até 40%. Por isso, é preciso ter ações efetivas, como fomento de inclusão produtiva, apoio na

comercialização dos produtos, especialmente nas feiras livres, crédito rural com juros de longo prazo, com rebate, já que no campo existem hoje, segundo dados do próprio Governo, mais de 13,2 milhões de agricultores que estão vivendo abaixo da linha de pobreza. É preciso ter crédito com juros subsidiados para esses agricultores e também renegociação das dívidas rurais, já que neste tempo tão sombrio de pandemia um dos segmentos que não parou, que continua produzindo alimentos, mas que está extremamente prejudicado, é o da agricultura familiar.

Nesse sentido, rogo novamente ao Presidente da República, a todos os Líderes de partidos, para que a Lei Assis Carvalho II, votada e aprovada na Câmara e no Senado, não seja vetada. O argumento de que não há cálculo de impacto financeiro não é verdadeiro. Nós tomamos o cuidado, quando redigimos os dispositivos que foram aprovados, no caso das linhas de crédito, de dar autorização ao Banco Central. Sobre cada uma das medidas, é só o Governo decidir quanto estará disponibilizando de recursos para cada uma delas. Assim, teremos uma porta de entrada para a assistência técnica, valorizando o protagonismo das agricultoras, das trabalhadoras e das mulheres do campo.

Então, este não é um tema só de ajuda à agricultura familiar, mas também de macroeconomia. E, quando se anunciam os dados econômicos do Brasil, o que já alertamos em 2020 e continuamos alertando é que esse é um assunto de macroeconomia, que a inflação está voltando. Quem vai ao supermercado ou a uma mercearia fazer compra sabe do que estou falando. Não é dos gabinetes que nós vamos assegurar política com legitimidade, que garanta a demanda da agricultura familiar, que representa 84,4% dos agricultores.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que, nos meios de comunicação desta Casa, seja dada publicidade ao nosso pronunciamento.

Documento 14/239

98.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -01/09/2021- CD	17:32
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2021, da Medida Provisória nº 1.050, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.408, de 1985, relativa à permissão da tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte,

e da Lei nº 9.503, de 1997, referente ao Código de Trânsito Brasileiro, com vista à fiscalização do excesso de peso de veículos, bem como a alteração da Lei nº 10.209, de 2001, acerca da instituição do vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga. Discordância com declaração do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a respeito da campanha de vacinação contra a Covid-19.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota "sim", Sr. Presidente, mas eu queria aproveitar este tempo para registrar que o Ministro Queiroga acabou de dar uma declaração dizendo que quem desacreditou na campanha de vacinação contra a COVID deve procurar a rede de saúde mental.

Eu acho que ele endereçou essa mensagem ao Presidente Bolsonaro. Afinal de contas, quem mais se posicionou contra a vacina no Brasil foi o Bolsonaro, que se recusou a comprar a vacina da Pfizer, criou confusão com o Butantan, colocou toda a dificuldade do mundo. Ele não queria tomar a vacina, até hoje não tomou, e disse que quem tomasse poderia virar jacaré.

Então, essa mensagem do Ministro Queiroga serve ao Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Documento 15/239

98.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/09/2021- CD	17:52
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040, de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito prazer que recebo essa designação, para relatar o Projeto de Lei nº 486, de 2021, da Sra. Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, a nossa querida Professora Dorinha, projeto que acrescenta o § 2º ao art. 1º da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, para tornar expressa a não vinculação da vigência da lei ao Decreto Legislativo nº

6, de 20 de março de 2020.

"I - Relatório

Trata-se de projeto de lei de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que acrescenta o § 2º ao art. 1º da Lei 14.040, (...) para tornar expressa a não vinculação da vigência da lei ao Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

O projeto foi apresentado em 18 de fevereiro de 2021 e distribuído às Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 54 do Regimento Interno desta Câmara. A proposição tramita nos termos do art. 24, II, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (...).

(...).

"II - Voto da Relatora

Entendemos como oportuna, meritória e necessária a alteração legislativa proposta pela ilustre Deputada, que visa resguardar no tempo a excepcionalidade tratada na Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, acrescentando um § 2º que estabelece que *"as normas previstas nesta Lei vigorarão enquanto durar o referido estado de calamidade ou suas consequências, sem vinculação à vigência da norma citada no caput"*.

A Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, é o resultado da conversão da Medida Provisória nº 934, de 2020, e prevê, entre outros aspectos, medidas de reorganização do calendário escolar do ano letivo afetado pela pandemia. Essa legislação foi regulamentada pela Resolução nº 2, de 10 de dezembro de 2020, pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional e Educação (...), e coerentemente com a legislação educacional vigente esses normativos possibilitam que os sistemas de ensino promovam as adequações necessárias para a continuidade da prestação dos serviços educacionais.

A citada lei estabelece que os estabelecimentos de ensino de educação básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo Conselho Nacional de Educação, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, em caráter excepcional, ficam dispensados, na educação infantil," - e para aqueles que defendem a educação infantil esta norma é da mais alta importância - "da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual; no ensino fundamental e no ensino médio, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do inciso I do *caput* do § 1º do art. 24 da Lei nº

9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, sem prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem, observado o disposto no § 3º desse artigo.

Ocorre que o art. 1º da citada Lei nº 14.040, de 2020, ao prever as normas excepcionais a serem adotadas na pandemia, faz expressa menção ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Por sua vez, a despeito de a pandemia perdurar e medidas educacionais excepcionais estarem sendo atualmente implementadas, o referido decreto produziu efeitos limitados a 31 de dezembro de 2020.

O projeto de lei em apreço tem o seu objetivo precípuo, "cujo parecer foi aprovado pela Comissão de Educação, e visa prover segurança jurídica às normas educacionais excepcionais previstas na Lei nº 14.040, de 2020, cuja alteração promovida estabelece que as suas disposições vigorarão enquanto durar o estado de calamidade ou suas consequências sem a limitação de 31 de dezembro de 2021." Portanto, retira-se o limite de 31 de dezembro de 2021. "Assim, a mudança promovida pelo presente projeto de lei contribuirá para afastar interpretações equivocadas quanto à produção dos efeitos da Lei nº 14.040, de 2020.

Trata-se, pois, de matéria oportuna ora examinada, na medida em que suprime qualquer dúvida em relação à possibilidade de continuidade de aplicação das medidas educacionais - constantes da lei - que não têm impacto orçamentário.

Por todo exposto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequação técnica legislativa do Projeto de Lei nº 486, de 2021." E o voto é pela sua aprovação na forma do substitutivo da Comissão de Educação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Documento 16/239

98.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/09/2021-
	CD	18:16
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 486, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.040,

de 2020, para deliberação sobre a validade das normas educacionais adotadas em caráter excepcional, durante a crise sanitária decorrente da Covid-19 e suas consequências. Cumprimento, pelo Governo Jair Bolsonaro, da meta de vacinação da população brasileira contra a Covid-19.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Maioria encaminha "sim".

Nós entendemos a importância dessa matéria. Ao contrário do que o nobre Parlamentar que nos antecedeu disse, não foi Bolsonaro quem mandou fechar escolas, não foi Bolsonaro quem mandou fechar universidades, e sim Governadores e Prefeitos.

Informamos também que o Brasil já distribuiu mais de 230 milhões de vacinas. Isso é praticamente mais do que a população brasileira. Proporcionalmente, já vacinamos mais do que os Estados Unidos. Somos o quarto país que mais vacina no mundo. Hoje já estamos vacinando pessoas abaixo de 18 anos no Brasil. O recomendado pela ciência é acima de 18 anos. Estamos cumprindo a meta e vamos chegar, se Deus quiser, ao final de setembro com toda a população brasileira vacinada, contrariando o pessimismo da Oposição, que teima em mentir para o povo brasileiro.

Documento 17/239

98.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/09/2021-
	CD	18:28
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, acerca do parcelamento, em 240 parcelas, de débitos previdenciários dos Municípios brasileiros, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo. Peço aos Parlamentares apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, de autoria do Deputado Silvio Costa Filho. Ela está tramitando na CCJ. Houve pedido de vista. Essa PEC é fundamental para os Municípios, porque cria a possibilidade legal de que eles parem em 240 vezes seus débitos previdenciários.

Portanto, temos que aprovar essa PEC na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão Especial e neste plenário, porque essa proposta salva os Municípios. A vida não acontece aqui em Brasília, a vida acontece no interior do Brasil, nos Municípios. É lá que acontece a vida de cada um. É a Prefeitura, são os Municípios que cuidam da saúde, da educação, da infraestrutura.

Sr. Presidente, eu faço esse apelo e quero enaltecer e parabenizar o Deputado Silvio Costa Filho pela autoria dessa PEC, que é fundamental para o Brasil, será a salvação dos nossos Municípios.

Documento 18/239

98.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/09/2021- CD 20:20
Publ.: DCD - 9/2/2021 - AFONSO HAMM-PP -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Retorno do orador à Câmara dos Deputados após o afastamento para tratamento de complicações da Covid-19. Reajuste abusivo nos preços de pedágio nas BR's-116 e 392, no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. AFONSO HAMM (PP - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, colegas Deputados, já usei da tribuna hoje para anunciar o meu retorno como Parlamentar, pois estive afastado por mais de 60 dias porque tive COVID, mas tive o apoio de médicos, de profissionais da saúde na Santa Casa e também o apoio das pessoas, dos amigos e da família. Deixo o meu agradecimento a todos.

Aproveito também a oportunidade para fazer uma manifestação de repúdio ao aumento de preço nos pedágios nos trechos das BRs-116 e 392, próximas a Pelotas.

É um absurdo pagar pedágio na Ecosul no valor de 12 reais e 90 centavos! Portanto, estamos mobilizados, inclusive no TCU, para que seja reduzido esse valor, uma vez que esse aumento é abusivo.

Era isso, Presidente.

Documento 19/239

98.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/09/2021-
---------	--



	CD	20:20
Publ.: DCD - 9/2/2021 -	RICARDO BARROS-PP -PR	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Abertura, no Orçamento Geral da União, de espaço fiscal para o novo Programa Auxílio Brasil. Equívoco da rejeição, pelo Senado Federal, da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; e a alteração de diplomas legais. Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de relevantes proposições de interesse da população brasileira e do País. Apelo aos trabalhadores e à sociedade em geral para participação nas manifestações programadas para o Dia da Independência do Brasil. Usurpação, pelo Supremo Tribunal Federal, de prerrogativas dos Poderes Legislativo e Executivo. Anseio da sociedade brasileira pelo restabelecimento da harmonia entre os Poderes da República. Importância da união entre os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo para o enfrentamento e superação das crises sanitária e hídrica vigentes no País. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus. Vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Cumprimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da promessa da campanha eleitoral de atuação em benefício do País e do bem-estar da população brasileira.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, quero agradecer a oportunidade de trazer aqui aos companheiros essa prestação de contas do nosso trabalho, liderado pelo Presidente Arthur Lira.

A Câmara tem produzido muito. Logo, vamos votar, no Congresso, o Orçamento.

O Orçamento da União veio com 89 bilhões de precatórios a pagar, um déficit primário de 49 bilhões, muito menos do que prevíamos na LDO, estamos tendo excesso de arrecadação, e o Auxílio Brasil ou Bolsa Família está com 34 bilhões, praticamente o mesmo valor do ano passado. Portanto, temos que resolver o novo Auxílio Brasil na votação do Orçamento. O salário mínimo está em 1.160 reais; emendas, 16 bilhões de reais, mesmo valor também; fundo eleitoral, 2,1 bilhões de reais, que também vamos trabalhar para encontrar esse espaço.

E os índices macroeconômicos do Orçamento: crescimento de 5,3%, em 2021, e de 2,5%, em 2022. O dólar: 5,20 em média, em 2021, e



5,15 em média, em 2022. Inflação: 5,90%, em 2021, e 3,50%, em 2022.

Então, com esses dados macroeconômicos e com essas previsões, vamos trabalhar o Orçamento da União para que nele possamos encontrar o espaço fiscal para o novo Auxílio Brasil, uma rampa de ascensão social. O Governo pretende avaliar não a frequência escolar, mas o desempenho escolar das crianças atendidas, pretende premiar o desempenho no esporte e qualificar profissionalmente os jovens. Todos os jovens atendidos no programa receberão qualificação profissional para que, quando chegarem à idade produtiva, possam ter emprego com carteira assinada. O Governo pretende também incentivar a empregabilidade, dando 50% do valor do salário como bolsa. Esse é o programa Auxílio Brasil que está sendo desenvolvido, e o Presidente quer implementá-lo o quanto antes.

Lamentavelmente, a Medida Provisória nº 1.045 não foi votada no Senado, Senador Marcos Rogério. Aqueles 3 milhões de jovens seriam qualificados sob a égide da MP 1.045, que foi relatada pelo Deputado Christino Aureo, mas isso não acontecerá.

Mas avançamos muito. O que já votamos neste ano? O marco legal do gás e do saneamento, garantindo muitos investimentos, o projeto que torna o Banco Central independente, a Lei de Falências, o marco legal do câmbio. Em relação à reforma tributária, neste momento está sendo votado o Imposto de Renda. Ainda temos a CBS e a PEC 110, que veio do Senado. A privatização dos Correios, que já passou aqui pela Câmara, e a privatização da ELETROBRAS, que já está aprovada na Câmara e no Senado, o Governo Digital, a cabotagem, que a Câmara já votou e está aguardando a votação no Senado, o código do setor elétrico, a autorização para as ferrovias. Amanhã, teremos uma solenidade no Palácio do Planalto para a formalização dessa medida provisória.

Temos também o licenciamento ambiental, que já aprovamos e agora está no Senado. O texto dos defensivos agrícolas, Presidente Arthur Lira, está pronto e acordado, aguardando pauta. No que se refere ao projeto do *homeschooling* - e está aqui a Deputada Luisa Canziani -, nós estamos chegando a um acordo sobre o texto. Não é fácil, mas vamos nos entender com todas as correntes interessadas em regulamentar o ensino domiciliar no Brasil. O projeto que trata do trânsito também já votamos. Nós temos muitos outros desafios.

Em relação à COVID, votamos aquela medida provisória de 20 bilhões de reais para que pudéssemos comprar vacinas para todos os brasileiros. Devemos ter, em janeiro, todos os brasileiros vacinados com a segunda dose. Estamos trabalhando com muita determinação

para encerrar esse momento tumultuado no Brasil.

Temos aí o Sete de Setembro, que vai ser uma data histórica no País, um apelo do povo brasileiro que se mobiliza para Brasília, para São Paulo e para todos os lugares do Brasil, povo que quer harmonia e independência entre os Poderes, que quer a pacificação desse ambiente conturbado entre as instituições.

A população que o respeito às prerrogativas dos eleitos, o Congresso Nacional e o Executivo, que têm tido suas prerrogativas exclusivas usurpadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Precisamos resolver isso. O Supremo precisa se colocar no seu lugar de Poder harmônico, independente e igual aos outros Poderes. É isso o que a população espera.

Há uma grande ansiedade na população, para que a normalidade se estabeleça. Temos hoje presos em razão de opiniões, o que não tínhamos desde a ditadura. E nós esperamos que esse movimento do Sete de Setembro seja uma manifestação pública nessa direção, uma manifestação de apelo, para externar a liberdade de opinião de cada brasileiro que quer, sim, que possamos, todos juntos, Judiciário, Executivo e Legislativo, enfrentar a crise da COVID e a crise hídrica, a maior dos 100 últimos anos, crises que o Brasil precisa superar. É este o assunto do momento.

E faremos isso como? Com os investimentos que estão vindo, com os leilões de infraestrutura bem-sucedidos que o Governo está fazendo e com as ações que estão estabelecidas, ações de cuidado com os brasileiros, com tantos investimentos feitos, com o auxílio emergencial - para enfrentar a COVID na sua repercussão econômica -, com as vacinas, as UTIs instaladas, a estrutura hospitalar e com a Atenção Básica, a qual chamamos preventiva, para atender - na área da saúde - os brasileiros atingidos pela COVID.

Registramos a nossa solidariedade a todas as famílias que perderam um ente querido em razão da COVID, mas também deixamos registrada a nossa esperança, porque, como todos os países do mundo, enfrentamos essa pandemia - que era algo novo, algo com o que ninguém sabia lidar - e já em janeiro teremos todos os brasileiros vacinados com a segunda dose.

É isso, Presidente: o Governo Bolsonaro está cumprindo aquilo que prometeu na campanha e, principalmente, olhando para um Brasil melhor para todos. É o que esperamos.

Muito obrigado, Presidente.

98.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-01/09/2021- 20:48
Publ.: DCD - 9/2/2021 - CÂMARA DEPUTADOS	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Distanciamento entre o discurso proferido pelo Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, e a realidade do povo brasileiro. Natureza jocosa da exaltação, pelo Líder do Governo, à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; bem como à concessão de licenciamentos ambientais e à regularização fundiária. Acerto da rejeição, pelo Senado Federal, da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; e a alteração de diplomas legais. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a educação pública. Aproximação da marca funesta de 600 mil mortes no País pela Covid-19. Repúdio à postura negacionista do Presidente da República no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus, especialmente com relação à compra de vacinas. Crises sanitária, econômica e social vigentes no País. Ameaça, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de promoção de golpe de Estado no País. Associação à luta dos povos indígenas contra o acatamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da tese do marco temporal na demarcação de suas terras; e a aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Colegas Deputadas, Srs. Deputados, ouvi atentamente a fala do Líder do Governo na Câmara e, sinceramente, ele não vive no mesmo Brasil que eu e, definitivamente, não vive no mesmo Brasil que o povo brasileiro, um Brasil em que, nos últimos 12 meses, o povo trabalhador teve que conviver com uma alta do preço do óleo de soja que quase chega a 80%.

O povo está tendo que conviver com a alta da gasolina, Deputado Capiberibe, que chega a quase 40% nos últimos 12 meses. A carne teve mais de 30% de aumento.

Este Brasil não é o Brasil da suposta bela agenda apresentada pelo

Líder do Governo, até porque a agenda proposta por esse Governo anti povo e defendida pela sua base nesta Casa é uma agenda da destruição.

Exaltar a privatização da ELETROBRAS e dos Correios, empresas públicas lucrativas, que prestam, há anos, serviço de qualidade para o povo, é uma vergonha! Não é à toa que a luz está mais cara, depois do entreguismo que esta Casa, a serviço do Governo genocida, aprovou.

Falar de licenciamento ambiental, de PL de regularização fundiária, que é a legalização da grilagem, como saltos importantes para o Brasil? Estamos em tempos do maior desmatamento da história, em tempos de emergência climática, e temos um Governo que quer destruir a natureza e seus povos.

A MP 1.045/21 - ainda bem, uma vitória no Senado - foi derrubada de lavada! Uma minirreforma trabalhista apresentada nesta Casa.

Sobre o *homeschooling*, Sr. Líder de Governo, vejo como educadora que é lamentável o ataque à educação pública, com desfinanciamento, com tentativa de impedir mobilização de trabalhador imposta pelo Governo e sua base.

E, inacreditavelmente, tudo isso em meio à maior crise sanitária do último século! São quase 600 mil vítimas de um Governo negacionista, de um Governo que demorou a comprar a vacina, de um Governo acusado de estar fazendo negócio com vacina.

Não há normalidade no Brasil. Não há normalidade. E ainda por cima, diante desse cenário econômico, sanitário e social dramático, temos um Governo que incentiva sistematicamente o golpe, que dizia que, se não aprovassem o voto impresso, haveria risco nas eleições; que ataca as instituições e este Congresso como se ainda estivéssemos lá no AI-5, que ataca as frágeis instituições brasileiras.

Para nós, o 7 de setembro, na contramão do ataque às instituições e à democracia, é dia de luta para enfrentar o Governo Bolsonaro, luta essa, eu digo nesse resto de tempo que tenho, que deve seguir o exemplo dos milhares de indígenas que estão ocupando Brasília para dizer "não" ao marco temporal, "não" ao PL 490, "não" à tentativa de aprovar a mineração e outras atividades produtivas em terra indígena, porque território indígena é tudo o que nós pisamos. Os donos do Brasil são indígenas.

Precisamos interromper este Governo já! E é com o povo na rua, os indígenas na rua, as mulheres indígenas e povo brasileiro que faremos isso.

98.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/09/2021-21:44
Publ.: DCD - 9/2/2021	DIMAS FABIANO-PP -MG		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Importância do cumprimento das medidas preventivas da doença viral, tendo em vista o alto contágio da variante delta. Observância dos princípios democráticos pelos participantes nas manifestações populares, programadas para a data comemorativa do 199º aniversário da Independência do Brasil.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO DIMAS FABIANO.

Sras. e Srs. Deputados, uso da palavra neste momento para tratar de três temas de grande relevância para o Brasil: a vacinação dos brasileiros contra o coronavírus, o recente aumento no número de casos provocados pela variante delta e, por fim, as manifestações populares previstas para o próximo dia 7 de setembro.

Como todos sabemos, há 18 meses, o mundo inteiro vem enfrentando a maior pandemia dos últimos cem anos. O Brasil já ultrapassou a marca de 20 milhões de casos confirmados, com a lastimável perda de mais de meio milhão de vidas e impactos profundos sobre a nossa economia.

Em meio a tantas dificuldades, sofrimento e prejuízos, o início da vacinação no Brasil, em janeiro deste ano, trouxe ao mesmo tempo um alento e uma esperança para milhões de brasileiros. Até o mês de agosto de 2021, graças ao Sistema Único de Saúde e ao trabalho incansável milhares de servidores públicos da área de saúde, mais de 120 milhões de brasileiros já haviam recebido ao menos uma dose de vacina contra o coronavírus.

Esses números são animadores, mas não significam, de forma alguma, que podemos nos descuidar ou agir como se a pandemia já tivesse

acabado. A importância de nos mantermos vigilantes quanto aos cuidados é confirmada a cada vez que surge uma nova mutação do vírus.

A variante mais recente, a delta, tem desafiado os pesquisadores, lotado hospitais em outros países e forçado os limites da imunidade auferidos com a vacinação. Frente a esse novo desafio, a imunização completa, com duas doses do imunizante, associada à manutenção das medidas de distanciamento social, ainda é a melhor proteção para os brasileiros.

Por fim, eu não poderia deixar de citar neste pronunciamento as manifestações populares previstas para acontecer no próximo dia 7 de setembro.

O Brasil é uma democracia pujante e vigorosa, Sras. e Srs. Deputados, e um dos pressupostos de qualquer democracia é a liberdade. Foi exatamente por isso que a Constituição Cidadã de 1988 garantiu a todos os brasileiros o direito à liberdade de expressão, bem como asseverou que *"todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização"*.

No próximo dia 7 de setembro, o Brasil celebrará 199 anos de independência, Sras. e Srs. Deputados. São quase 200 anos desde que abandonamos a condição de colônia e nos unimos como povo livre e Nação soberana. Mas a dívida da liberdade vem necessariamente acompanhada de uma inexorável carga de responsabilidade - responsabilidade para com nossos concidadãos e responsabilidade para com todas as conquistas passadas, que nos possibilitaram chegar a este ponto da nossa história.

É com esse espírito que acompanharei o desenrolar das manifestações do Dia da Independência, no próximo 7 de setembro. Faço votos de que todos aqueles que decidirem ir às ruas para celebrar aquela data nacional tenham guardada, no coração e na consciência, a importância de defendermos a democracia brasileira hoje e sempre.

Muito obrigado.

Documento 22/239

98.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 01/09/2021-21:44
Publ.: DCD - 9/2/2021	JEFFERSON CAMPOS-PSB -SP	
-		
CÂMARA	DOSENCERRAMENTO	DISCURSO

Sumário

Agravamento da pandemia mundial de Covid-19. Alta tendência de alteração genética e fortalecimento do coronavírus. Importância de fortalecimento das campanhas de vacinação contra a doença viral.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil precisa dar mais valor à vacinação contra a COVID-19. Os imunizantes foram desenvolvidos em tempo recorde, e uma das razões para isso é a elevada probabilidade de a pandemia depender principalmente deles para ser contida. Hoje, não há dúvidas de que as vacinas são bastante eficazes e constituem a melhor abordagem disponível para lidar com a crise sanitária.

Todos queremos voltar às atividades anteriores à pandemia, mas esse horizonte pode não estar muito próximo. O caso é que, apesar dos notórios avanços mundiais, ainda é possível vislumbrar o agravamento da crise.

O caso é que o vírus tem demonstrado forte tendência a alterar sua genética e se fortalecer.

Inúmeros dados indicam que as novas cepas do vírus são mais contagiosas e fatais, mesmo em relação a público relativamente jovem e desacompanhado de comorbidades. Com isso, muitos cientistas manifestam o profundo receio de que o prolongamento da pandemia pode resultar na criação de supervírus.

Veja, Sr. Presidente, que estamos há mais de 1 ano lidando com grave problema de saúde. O SARS-COV-2 é considerado um vírus que, embora seja bastante contagioso, não é muito letal. Ocorre que as novas variantes mostram-se cada vez mais perigosas e difíceis de combater. Com a continuidade dessa tendência, aonde iremos parar?

Está claro, portanto, que há inúmeras razões para acelerar o combate à pandemia. No momento, a melhor medida é o fortalecimento das campanhas de vacinação.

Ainda podemos buscar a redução dos danos futuros, e é nisso que devemos nos concentrar. A preocupação com o caso brasileiro é grande porque os impactos de qualquer imprudência podem ser excessivamente graves. Por tudo isso, não há qualquer espaço para dúvida. O melhor para todos, no Brasil e no mundo, é adotar todos os esforços para o fortalecimento das campanhas de vacinação.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 23/239

98.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/09/2021-21:44
Publ.: DCD - 9/2/2021	PAULO RAMOS-PDT -RJ		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Carta Aberta da Geração 68, pelo direito à vida e pela democracia.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO PAULO RAMOS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, refiro-me à *Carta aberta da Geração 68*, com o seguinte teor:

Às brasileiras e aos brasileiros, aos movimentos sociais, partidos, sindicatos, centrais, ONG's, organizações da sociedade civil, redes e a todas(os) que estejam dispostas(os) a lutar pelo Direito à Vida e pela Democracia.

Somos parte da Geração 68, uma das gerações que ao longo do tempo participaram de inúmeras passeatas e lutaram contra a Ditadura Militar e por um Brasil mais justo e igualitário.

Neste momento, no ano de 2021, estamos agregando forças para lutar pelo Direito à Vida, contra o genocídio em curso, pela interdição do governo do presidente que intencionalmente tem induzido a morte de milhares de brasileiros, pelo direito do povo de viver e de ter esperança.

Nosso país já tinha mais de 400 mil mortos em fins de abril. Agora chegamos a meio milhão de óbitos - parte substancial desses evitável, como demonstram inúmeras pesquisas e trabalhos científicos.

Conjugada à pandemia, pela inépcia governamental, se abateu sobre os segmentos mais fragilizados a miséria e a fome. Quantos ainda terão de morrer pelo negacionismo do governo federal?

Assinar esta carta não representa apenas um desejo de viver, mas de lutar para proteger as pessoas que amamos, a economia local e nacional, um futuro melhor sem o risco mortal de uma doença que assola todo o planeta.

Todos sabemos que o epicentro da pandemia, o maior aliado da propagação do vírus, é o atual presidente da república e seu governo, sendo o único dirigente do mundo a sabotar a política de vacinação, deixando de adquirir vacinas quando elas estavam disponíveis. Tornou o Brasil em berçário de variantes do coronavírus e uma ameaça não apenas para a nossa população como para o mundo inteiro.

Assinar esta carta representa igualmente lutar pela democracia, que tem sido cotidianamente ameaçada pelo atual governo desde que tomou posse. Significa, ainda, lutar contra a violência que está presente no país, aniquilando jovens pobres, pretos e os povos originários.

Deste modo, participamos e convidamos todos os movimentos organizados e a população em geral a se unirem nesta luta, pela vida e pela democracia, que é de todo o povo.

Realizamos uma manifestação pública - com toda a segurança sanitária necessária frente à pandemia - em diversas cidades do país no dia 26 de junho. Nessa data foram comemorados os 53 anos da gigantesca passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro. Se, então, gritávamos "Abaixo a Ditadura!", hoje gritamos alto e bom som "Ditadura Nunca Mais!".

Estamos dispostos a participar de qualquer outra manifestação, em qualquer outra data, que tenha os mesmos objetivos que expusemos acima.

Esperamos encontrá-la(o) na manifestação, ou através das redes

sociais, unindo forças pelo direito à vida e democracia.

Por um auxílio emergencial de R\$ 600,00!

Pela democracia sempre!

Ditadura nunca mais!

Basta de genocídio!

Fora, Bolsonaro!

Era o que tinha a dizer.

Documento 24/239

98.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/09/2021-21:44
Publ.: DCD - 9/2/2021	AFONSO HAMM-PP -RS		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Retorno do orador à Câmara dos Deputados, após afastamento para tratamento de complicações da Covid-19. Agradecimento aos familiares, correligionários e lideranças pelas mensagens de recuperação da saúde do orador. Profissionalismo da equipe da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Apoio ao Governo Jair Bolsonaro e às pautas prioritárias do País. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, a respeito da instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Protesto contra o reajuste de pedágios rodoviários nas BR's-116 de 392, no Estado do Rio Grande do Sul. Pedido aos Deputados de apoio à criação da Frente Parlamentar da Segurança no Campo.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO AFONSO HAMM.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma alegria retornar às

minhas atividades parlamentares depois de ficar quase 60 dias afastado tratando os efeitos da COVID-19.

Passei por um momento delicado de saúde e quero aproveitar essa oportunidade para agradecer o apoio e o carinho que recebi da minha família, dos amigos e de todas as lideranças que oraram e mandaram energias positivas para minha recuperação.

Também quero agradecer aos médicos, na pessoa do Dr. Luciano Correa da Silva, que esteve sempre ao nosso lado.

Agradeço a toda equipe da Santa Casa de Porto Alegre pelo profissionalismo e cuidado, principalmente no período em que estive na UTI.

Como paciente, ver a dedicação de cada um foi realmente uma experiência única.

Nesse período em que estive afastado, infelizmente, não pude participar de votações importantes para o Brasil.

Mas agora, recuperado, quero reiterar meu apoio ao Governo Bolsonaro e às pautas que são prioritárias para o nosso País.

Aproveito para reforçar meu total apoio ao projeto de lei que institui o piso salarial nacional dos enfermeiros, dos técnicos e auxiliares de enfermagem.

Os profissionais da saúde são verdadeiros heróis. E os enfermeiros e os técnicos merecem ser valorizados com uma remuneração justa, com um piso salarial que garanta uma condição verdadeira de dignidade.

Também ressalto nossa posição contrária ao aumento na tarifa das praças de pedágio da Zona Sul, aprovado pela ANTT e aplicado pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul -- ECOSUL.

Estamos tentando reverter esse aumento que consideramos abusivo. Para isso, tivemos audiência hoje com o Ministro do Tribunal de Contas da União -- TCU, Augusto Nardes, que garantiu que, em até 60 dias, estará concluída a análise do mérito da auditoria do TCU, que aponta que a ECOSUL deverá ter um lucro indevido superior a R\$ 800 milhões até 2026, ano de encerramento da concessão, nos pedágios da BR-116 e BR-392. Ressalto que, desde o último sábado, uma alteração de 7,63% no preço está em vigência. Dessa forma, os valores para carros passaram de R\$12,30 para R\$12,90. Os caminhões com dois eixos já pagam R\$1,10 a mais. O valor aumentou de R\$24,70 para R\$25,80.

Para finalizar, destaco que estamos retomando a criação da Frente

Parlamentar da Segurança no Campo e peço o apoio dos nobres colegas para somarmos esforços no combate à criminalidade no meio rural.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 25/239

74.2021.B	Sessão Outro Evento	02/09/2021-09:04
Publ.: DCD - 9/3/2021 -	BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Acerto da rejeição pelo Senado Federal da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; a instituição do Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; e a alteração de diplomas legais. Desestruturação da economia brasileira pelo Governo Jair Bolsonaro. Prioridade do Presidente da República na retomada do voto impresso; nos ataques aos Ministros do Supremo Tribunal Federal; na promoção de golpe de Estado e consequente reinstalação da ditadura militar no Brasil, em detrimento das demandas e necessidades do povo brasileiro. Melhoria dos indicadores da epidemia de coronavírus em face da vacinação.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares.

Eu queria me reportar a uma vitória importante que aconteceu ontem no Senado da República: a derrota da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, que na prática representa uma minirreforma trabalhista. Essa medida provisória foi a terceira tentativa, nesta Casa, no Congresso Nacional, de reduzir direitos de maneira sorrateira. Foi assim na Medida Provisória nº 936, de 2020; foi assim na Medida Provisória nº

905, de 2019; foi assim, agora, na Medida Provisória nº 1.045, de 2021.

Nós destacamos esse feito porque fizemos um duro combate nesta Casa para mostrar que não é reduzindo direitos que você vai gerar empregos. Isso é uma inverdade, não tem o menor fundamento. Aliás, é bom lembrar que, quando fizeram a reforma trabalhista no Governo Temer, prometeram milhões de empregos, e isso não aconteceu; quando fizeram a reforma da Previdência, prometeram novamente milhões de empregos, e isso também não aconteceu. E não vai acontecer, porque o que gera empregos é a economia.

Infelizmente, a economia do Brasil está destruída pelo Governo Bolsonaro, um governo incapaz de olhar para as necessidades da população. Ele está preocupado é com o voto impresso. Ele está preocupado em atacar os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Ele está preocupado em ser reeleito, de qualquer maneira, inclusive com golpes. O que ele mais deseja é aplicar um golpe e instalar uma ditadura no nosso País. É com isso que ele se preocupa. É só confusão o tempo todo, beligerância, guerra! Nós não vamos para lugar nenhum da forma como o Presidente Bolsonaro tem se conduzido no comando deste País.

Em vez de se preocupar com isso, ele deveria estar se preocupando com aquilo de que a população precisa. Ela precisa de emprego, precisa de comida - comida! Dezenove milhões de brasileiros e brasileiras estão passando fome neste momento. É preciso continuar e concluir o trabalho da vacinação, que ele se recusou tanto a fazer e que é tão necessário, como está provado agora: finalmente os indicadores da pandemia estão melhorando no País, porque a vacina conseguiu chegar à população, apesar do Bolsonaro.

Por tudo isso, Sra. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, eu só poderia destacar essa decisão do Senado. A Câmara poderia ter cumprido esse papel. Infelizmente, não foi capaz de fazê-lo. Mas o Senado da República, ontem, mais uma vez, se mostrou uma instituição importante no País, neste momento, para fazer resistência aos ataques aos direitos mais elementares, fundamentais, da população brasileira.

Eu destaco essa grande decisão.

E espero que esse assunto não volte mais a esta Casa de maneira sorrateira, para destruir direitos da classe trabalhadora com a desculpa de gerar emprego para jovens, o que, na verdade, é apenas um pretexto para poder transformar nossa linda juventude em mão de obra barata e descartável. Não aceitamos isso. E hoje comemoramos, celebramos, a derrota da Medida Provisória nº 1.045.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 26/239

74.2021.B	Sessão Outro Evento	02/09/2021-09:12
Publ.: DCD - 9/3/2021 -	ZECA DIRCEU-PT -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Canalização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, das forças do seu governo para conflitos e atos autoritários no Dia da Independência do Brasil, em detrimento da implementação de ações de combate ao desemprego, à fome, à inflação e à carestia, e para o avanço no processo de vacinação contra a Covid-19. Protesto contra a tentativa do Presidente da República de utilização da Bandeira do Brasil para fins político-partidários. Apoio à abertura e aprovação de processo de impeachment contra o Chefe da Nação.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, é surreal o que está acontecendo com o Brasil neste momento: temos 15 milhões de desempregados, mais de 20 milhões de pessoas passando fome, milhares de mortos por causa da COVID, um processo de vacinação que, por mais que tenha melhorado, não avança dentro do patamar que o Brasil é capaz de ter - só 30% da população está vacinada com as duas doses -, um custo de vida cada vez mais alto e tantos outros problemas que afligem a educação, a saúde, a economia, a vida do povo brasileiro.

E o que faz aquele que deveria ser o Presidente da República? O que faz aquele que tem o maior número de ferramentas, de condições de alterar esta realidade tão triste do País? Não faz nada. Bolsonaro ocupa todo o seu tempo, canaliza a energia de todo o seu Governo, canaliza a Força Nacional para uma tentativa autoritária de conflito no dia 7 de setembro.

É inacreditável, é vergonhoso, é revoltante o País ter um Presidente que não se ocupa com os temas que mexem com a vida do povo: o desemprego, o salário, a inflação, o custo de vida, a dificuldade de acessar o crédito, a morte de pessoas em decorrência da pandemia.

O Presidente não se ocupa com isso. Ele ocupa todo o seu tempo e sua energia, canalizando a força enorme que tem o Governo, com um conflito no dia 7 de setembro.

Bolsonaro quer roubar os símbolos da Pátria, quer se apoderar, para

fazer uso político-eleitoral, da bandeira do Brasil. Bolsonaro quer se apoderar, fazer uso político-partidário do Sete de Setembro. Obviamente nós não vamos permitir isso. A bandeira é do Brasil, não é de nenhum partido político, de nenhuma figura política. O Sete de Setembro é do Brasil, não é de nenhum partido político, não é de nenhuma figura política.

Reagiremos sempre às tentativas autoritárias, insanas, inconsequentes desse imbecil que hoje ocupa, infelizmente, a cadeira de Presidente da República do nosso País. Todos sabem que, se dependesse de nós, os processos de *impeachment*, diante de tantos crimes que Bolsonaro cometeu, dos quais temos provas robustas, que se acumularam agora na CPI, já teriam tramitado. Nós não teríamos mais um genocida, um assassino, um imbecil, que tenta se apoderar, tenta roubar os símbolos da Pátria, ocupando a cadeira de Presidente do Brasil. É um dia triste, infelizmente, aquele para o qual caminha para ser este Sete de Setembro.

Mas a população está atenta. Esta semana, duas pesquisas, mais uma vez, mostraram que só aumenta a rejeição de Bolsonaro. E o desespero dele é grande. Por isso, ele provoca atos autoritários, como tenta fazer no dia 7 de setembro.

Nada vai nos calar, nada vai nos colocar medo, nada vai nos fazer recuar da necessidade de mudar o rumo do Brasil. O Brasil precisa voltar a ser feliz de novo, gerar emprego, gerar renda. Nós sabemos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 27/239

74.2021.B	Sessão Outro Evento	02/09/2021-09:16
Publ.: DCD - 9/3/2021 -	FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação com o corte de recursos orçamentários destinados à saúde. Não alocação, na Peça Orçamentária de 2022, de recursos para combate à epidemia de coronavírus, recuperação da economia brasileira e valorização do salário mínimo. Redução do número de beneficiários do Programa Bolsa Família pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidenta Rosângela, o meu bom-dia, o meu respeito a V.Exa.

Sra. Presidenta, nós esperamos que o Congresso Nacional corrija os absurdos do Orçamento que Bolsonaro enviou para esta Casa. Não é admissível que, em plena pandemia, o Governo faça corte de 44 bilhões de reais no orçamento para a saúde.

Essa é mais uma prova de que Bolsonaro e Paulo Guedes nunca estiveram preocupados com a saúde do povo brasileiro. Eles cortaram recursos da saúde no Orçamento do ano passado e repetem esse mesmo ataque contra o povo no Orçamento para o próximo ano. É assim que Bolsonaro defende as cores da Bandeira Nacional: sem olhar para a Nação.

Sra. Presidenta, no Orçamento para o próximo ano, Bolsonaro também não prevê recursos para combater a pandemia, nem para recuperar a economia. Além disso, o Governo não concede nenhum ganho real para o salário mínimo no próximo ano.

Essa tem sido a política de Bolsonaro contra o povo. Esse Governo está acabando com a política da valorização do salário mínimo que foi implantada pelo Governo Lula, uma política que deu ao salário mínimo ganho real de 74%, de 2003 a 2015, no Governo do Partido dos Trabalhadores.

Sra. Presidente, tudo indica que Bolsonaro também vai dar calote no Bolsa Família, ao qual ele deu outro nome, programa que foi criado pelo Partido dos Trabalhadores. Bolsonaro anunciou que irá aumentar o valor do benefício, mas o Orçamento para 2022 é o mesmo do ano passado. Dessa forma, Sra. Presidenta, para dar o aumento, Bolsonaro terá que diminuir o número de famílias atendidas. É esse o Presidente que ainda tem a coragem de dizer que trabalha para o povo.

Sra. Presidenta, peço que esses registros sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 28/239

74.2021.B	Sessão Outro Evento	02/09/2021-09:36
Publ.: DCD - 9/3/2021 -	AIRTON FALEIRO-PT -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Descaracterização do Dia da Independência do Brasil, por atos antidemocráticos promovidos pelo Presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores. Responsabilidade do Presidente da República pelas crises sanitária e econômica reinantes no País. Elevação das tarifas de energia elétrica. Repúdio às mobilizações bolsonaristas a favor do fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Apoio às manifestações dos povos indígenas e do movimento Grito dos Excluídos. Realização, ao ensejo do Dia da Amazônia, de mobilizações em defesa dos povos originários e da região amazônica.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, na verdade, o povo brasileiro está chocado com o que o Governo Bolsonaro está fazendo com nosso País.

Sinceramente, enquanto eles mobilizam atos que desfiguram a verdadeira data de 7 de setembro, data da nossa Independência, o País vive uma crise pandêmica terrível. Agora, a CPI do Senado mostra a péssima gestão do Governo brasileiro e o poço de corrupção relacionada à compra de vacinas. A imprensa brasileira e os cientistas da economia brasileira anunciam, mais recentemente, a crise econômica profunda, da qual nós já tínhamos conhecimento, decorrente da geração de desemprego, do aumento do preço dos combustíveis, do gás de cozinha, da cesta básica, enfim, dos produtos brasileiros.

Agora, no entanto, está desnudada a realidade econômica do Brasil, com o aumento dos percentuais negativos por causa deste Governo. É isso que está acontecendo.

Ainda agora falam em crise hídrica?! Não, não existe crise hídrica. O Brasil é assim: há épocas em que diminuem as chuvas e diminuem os níveis de água nos nossos reservatórios, e o Governo, em vez de se planejar para enfrentar esta situação, fica, ao contrário, fazendo briga política, e lá vem uma nova taxa de energia elétrica no bolso do povo brasileiro!

Vamos fazer mobilizações, sim, mas mobilizações não para fazer coro a essa turma bolsonarista, que quer fechar o Congresso, quer fechar o Supremo, quer esconder o fracasso do seu Governo. As mobilizações serão do Grito dos Excluídos, dos povos indígenas, que heroicamente estão defendendo seus direitos.

O Dia da Amazônia ocorre em 5 de setembro, e nós estamos nos mobilizando em defesa da Amazônia e dos povos da Amazônia. É isso que tem que ocorrer! A classe trabalhadora tem que se mobilizar,

somando forças com o Grito dos Excluídos. Nós temos que fazer um contraponto a essa gente que leva segmentos da população a cair na ilusão de um discurso como se fosse defensora da família e do nosso País. Como é que essa gente se diz defensora da família, se prega o uso de armas se valendo da Bíblia?! Isso não funciona!

É preciso que o povo brasileiro reaja!

Sra. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 29/239

74.2021.B	Sessão Outro Evento	02/09/2021-11:28
Publ.: DCD - 9/3/2021 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização, pelo movimento Grito dos Excluídos, de manifestações no País ao ensejo do transcurso do Dia da Independência do Brasil. Necessidade de reação da Câmara dos Deputados contra a escalada de ataques às liberdades democráticas. Defesa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Presidente Rosângela Gomes, é um prazer imenso me dirigir a V.Exa., à Câmara dos Deputados e ao Brasil.

Às vésperas do Sete de Setembro, nós devemos falar da Constituição, defendê-la, defender a democracia e registrar que, há 27 anos, acontece no Brasil o Grito dos Excluídos e das excluídas.

Neste ano, o motivo do Grito dos Excluídos é defender a vida, é denunciar que chegamos, no Brasil, a quase 600 mil pessoas - talvez com subnotificação - mortas pela COVID porque atrasamos, no País, a vacina, por conta de um Governo negacionista e que fez negociatas com as vacinas, como a CPI da COVID está demonstrando.

Mas a Câmara, sobretudo a Câmara dos Deputados e das Deputadas, não pode se calar diante da escalada de ataques às liberdades democráticas. Aqueles que convocam um ato ameaçando o Congresso

Nacional e o Supremo Tribunal Federal estão agindo contra a Constituição e contra o povo brasileiro.

Quem participará do Grito dos Excluídos deverá ter a clareza de não aceitar qualquer provocação e de que nós estamos na rua pelos direitos de um povo: do povo negro, do povo indígena, das classes médias, sim, sofridas, do povo mais pobre deste País, daqueles que hoje não têm o direito à educação garantido, daqueles que querem um sistema de saúde cada vez mais fortalecido no SUS, daqueles que querem emprego e não desemprego e abandono, daqueles que querem comida no prato, vacina no braço e direito ao desenvolvimento.

Não é isso o que quer Jair Bolsonaro. Jair Bolsonaro tem agido no Brasil como um irresponsável diante das tarefas que tem. E a Câmara dos Deputados tem uma tarefa, porque ela não pode ser irresponsável como é o Presidente da República, que ataca os Poderes, que ataca o Brasil. A Câmara deve apreciar o *impeachment*.

No passado não tão distante, a Câmara acabou por produzir um *impeachment* irregular, como golpe, contra a Presidenta Dilma, mas não é porque ali o *impeachment* foi inadequado, irregular e criminoso, que agora, quando há crime de responsabilidade, a Câmara não cumpre o seu papel.

Não estaríamos vivendo a ameaça golpista do Sete de Setembro se estivesse a Câmara dos Deputados com procedimento aberto de *impeachment* contra o atual Presidente da República, que não respeita a Constituição.

Sra. Presidente, por último, quero defender os serviços públicos de qualidade, me posicionar contra a PEC 32 e derrotar também, no âmbito do Parlamento, como fizemos em outras matérias, um Governo que quer destruir tudo por onde passa, porque destruir os serviços públicos é destruir o direito que a população tem assegurado constitucionalmente a que esses serviços lhes sejam prestados.

Portanto, deixo minha solidariedade ao Brasil, minha defesa da soberania, sobretudo da democracia e da Constituição, que é a referência principal que nós devemos ter como Parlamentares.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

Publ.: DCD - 9/3/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Realização, ao ensejo do Dia da Independência do Brasil, de manifestação do Grito dos Excluídos a favor da segurança alimentar, da vacinação e do afastamento do Presidente da República.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, eu venho comentar o Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro.

Está havendo uma confusão. Há 27 anos se realiza o Grito dos Excluídos, que já passou por mais de 2 ou 3 Presidentes da República. Não é uma coisa feita pura e simplesmente para se contrapor ao ato que, na verdade, deixou de ser uma parada da qual nós sempre, enquanto criança, participávamos no dia 7 de setembro, dia da nossa Independência, da Independência do Brasil, quando o Brasil deixou de ser colônia. Era isso que se festejava no dia 7 de setembro. Mas o Presidente está convocando as pessoas para irem às ruas para amedrontar ou para dizer que aquele exército que desfilará no dia 7 de setembro o está colocando - ele, Bolsonaro - como aquele que deu o grito de independência ou morte. Isso é uma coisa.

O Grito dos Excluídos é para que nós estejamos lá nos manifestando, como o povo sempre fez - não é coisa de agora, de partido político. Falo desse povo que acabaram de dizer que sai de madrugada, está sem trabalho - são 15 milhões de desempregados! -, está com fome, está sem casa. É esse povo que, no dia 7 de setembro, irá participar do Grito dos Excluídos.

Aqueles que fizeram ou apoiaram o *impeachment* da Dilma, sim, apoiam este Governo que não comprou vacina em tempo suficiente - hoje já há quase 600 mil pessoas mortas. Há pessoas chorando a morte de seus entes queridos. Nós estamos vendo isso. Aqueles, realmente, estarão contra o povo. Mas eles não são as pessoas que participarão do Grito dos Excluídos.

Sra. Presidenta, eu peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

O Grito dos Excluídos se fará ouvir. E o Grito dos Excluídos é: *comida no prato e vacina no braço*.

Fora, Bolsonaro! Não aguentamos mais ver um governo que não cuida

do seu povo!

Viva 7 de Setembro! Viva o Grito dos Excluídos!

Documento 31/239

74.2021.B	Sessão Outro Evento	02/09/2021-12:04
Publ.: DCD - 9/3/2021 -	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elaboração pelo orador de parecer ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, queridos e queridas Parlamentares, eu estou muito preocupado com a situação da ausência de direitos dos entregadores de aplicativos. Observem que se trata de um serviço essencial. Afinal de contas, nós estamos obedecendo a recomendações de isolamento e de distanciamento social, evitando, na medida do possível, sair de nossas residências, o que demanda, muitas vezes, pedidos de produtos e serviços, como os de farmácias, restaurantes e outros do gênero. Ora, os entregadores estão nas ruas por nós, mas a situação jurídica dos entregadores é simplesmente um deserto de direitos. Não há nada que os ampare. Não há relação trabalhista entre os entregadores e as empresas de aplicativos.

É preciso saber quais direitos amparam os entregadores de aplicativos. Eles têm direito a um contrato de seguro? No caso de sofrerem um acidente, com danos pessoais ou até mesmo de morte, quem vai amparar as suas famílias? Eles têm direito à assistência financeira se contraírem COVID-19? Eles têm direito de acesso às instalações sanitárias das empresas? Eles têm direito de acesso à água potável? Afinal de contas, muitas vezes, são 10 horas, 12 horas trabalhadas, com movimento intenso de pedidos de clientes e de demandas. Eles não têm esses direitos.

Portanto, agiu com acerto o Presidente Arthur Lira, quando pautou o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, de autoria do Deputado Ivan Valente e outros Parlamentares. Coube a mim a relatoria do projeto, e, na elaboração do relatório, eu estou ouvindo de forma paciente as entidades representativas das empresas de aplicativos, as entidades

representativas dos entregadores, os consumidores, os usuários da plataforma desse serviço e também as lideranças políticas na Câmara dos Deputados.

Logo mais, terei uma reunião com Líderes de partidos, para que nós possamos formatar um relatório justo que ampare os entregadores, de modo que eles não fiquem órfãos de direitos.

Sra. Presidente, diante dessas considerações, solicito que o meu pronunciamento seja repercutido no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 32/239

99.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/09/2021- CD	16:08
Publ.: DCD - 9/3/2021 -	HUGO MOTTA-REPUBLICANOS -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido aos Deputados de aprovação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 155, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, acerca da alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como autor da matéria, eu gostaria de esclarecer o destaque.

Este destaque trata do arrendamento mercantil de aeronaves e seus motores, que historicamente tem sido objeto de desoneração do Imposto de Renda Retido na Fonte. A referida desoneração tem permitido o desenvolvimento do transporte aéreo brasileiro, possibilitando às companhias aéreas a continuidade do investimento em suas frotas, a ampliação de oferta de assentos e a redução de custos e preços finais praticados aos passageiros, além de proporcionar maior competitividade em face das companhias aéreas estrangeiras.

A Medida Provisória nº 907, de 2019, determinava a manutenção da alíquota zero para o IRRF em relação às remessas ao exterior a título de contraprestação do arrendamento mercantil, prevendo, entretanto, uma majoração escalonada da referida alíquota em relação a fatos

geradores futuros. Contudo, quando da conversão da Lei 14.002, de 22 de maio de 2020, o dispositivo do inciso I do art. 16, que mantinha a alíquota zero para o IRRF em relação aos fatos geradores que ocorressem até 31 de dezembro de 2022, no caso de contratos celebrados até 31 de dezembro de 2019, foi objeto de veto presidencial.

Nesse contexto, a partir de 1º de janeiro de 2021, as remessas ao exterior a título de contraprestação de arrendamento mercantil de aeronaves e seus motores estão sujeitas à regra geral do IRRF, qual seja a alíquota de 15%.

As despesas associadas ao arrendamento mercantil de aeronaves e seus motores correspondem a mais de 11% do total de custos e despesas das companhias aéreas, e a elevação para 15% da alíquota do IRRF sobre as referidas despesas afeta diretamente a capacidade das empresas de se recuperarem do enorme impacto causado pela pandemia da COVID-19, pressionando a elevação dos preços das passagens aéreas e diminuindo o potencial de crescimento do setor, principalmente no tocante à aviação regional.

É por isso que eu peço a aprovação aos nobres pares...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Pode concluir, Deputado.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) - É por esses motivos, pelo grave impacto da COVID sobre o setor aéreo do nosso País, setor que é tão importante do ponto de vista da logística, da expansão, da interiorização da aviação regional, que pedimos a aprovação deste destaque.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 33/239

99.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	02/09/2021-20:52
Publ.: DCD - 9/3/2021	ALÊ SILVA-PSL -MG		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO		DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO



Sumário

Participação do Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em audiência pública promovida pela Comissão de Finanças e Tributação. Reconhecimento pelo Presidente do Banco Central da necessidade de recuperação, pelo País, da credibilidade junto aos agentes de mercado para a captação de recursos privados e consequente retomada do crescimento econômico brasileiro. Redução dos índices inflacionários como condição para a recuperação da credibilidade financeira do País.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA ALÊ SILVA.

Olá, Minas Gerais. Olá, Brasil.

Ontem, dia 1º de setembro, participamos, na Comissão de Finanças e Tributação, da qual sou 2ª Vice-Presidente, de uma importante audiência pública com o Presidente do Banco Central, o Sr. Roberto Campos Neto.

O Presidente nos afirmou na audiência que o Brasil depende de recursos privados para retomar o crescimento econômico e, para isso, precisa ter credibilidade junto aos agentes de mercado.

Segundo falas dele, o que vai nos fazer realmente sair dessa crise de credibilidade é gerar credibilidade para que o mundo produtivo possa produzir. Ele lembrou que o Governo não tem recursos para fazer essa saída com recursos públicos. Então, é preciso gerar credibilidade, para a saída ser feita com recursos privados.

O Presidente ainda citou os dados da economia mais recentes, com o que o BC afirmou que a redução da inflação é uma das condições para a credibilidade. A inflação medida pelo IPCA, índice utilizado pelo Banco Central, atingiu 9% em 12 meses, segundo os dados de julho.

Parabenizei o Presidente pelo belo trabalho e disse que confio nas políticas econômicas do Governo para o Brasil voltar para os trilhos neste período pós-pandemia.

Lembro a todos que, no ano passado, o Governo Bolsonaro fez história com o auxílio emergencial. Mais de 70 milhões de brasileiros foram beneficiados, e isso gerou uma inflação, algo que já era esperado. Os preços estão realmente mais altos do que o normal, mas, com cautela e políticas econômicas sérias, o Brasil voltará para os trilhos do

desenvolvimento.

Um abraço, Minas Gerais.

Fiquem com Deus!

Documento 34/239

99.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	02/09/2021-20:52
Publ.: DCD - 9/3/2021	RONALDO CARLETTO-PP -BA		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Aumento do custo da cesta básica no País, conforme pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Cenário de insegurança alimentar e fome reinante no Brasil. Imediata adoção, pelo Governo Federal, de medidas destinadas ao congelamento/queda dos preços de alimentos.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RONALDO CARLETTO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último mês de julho, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE identificou aumento do custo da cesta básica de alimentos em 15 capitais das 17 pesquisadas. As maiores altas foram registradas em Fortaleza (3,92%), Campo Grande (3,89%), Aracaju (3,71%), Belo Horizonte (3,29%) e Salvador (3,27%).

No último ano, o preço conjunto dos alimentos subiu em todas as capitais pesquisadas. Os produtos que puxaram essa alta foram o açúcar, o café em pó e o tomate. A expectativa, segundo as conclusões do levantamento, é que os preços desses produtos continuem a subir nos próximos meses.

De acordo com a pesquisa, a cesta básica mais cara foi a de Porto



Alegre, que custava, em julho, 656,92 reais. Para o DIEESE, o salário mínimo compatível com esse custo para uma família de 4 pessoas seria equivalente a 5.518,79 reais. Ora, esse valor é 5 vezes superior ao do piso nacional vigente, de 1.100,00 reais.

Senhoras e senhores, não é à toa, portanto, que se veem tantas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. No momento em que o País atravessa uma grave crise econômica decorrente da pandemia da COVID-19, em que tantas famílias viram sua renda cair drasticamente, o aumento constante dos alimentos da cesta básica é problema de nefastas consequências.

Vejam estes dados. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, divulgado no primeiro semestre de 2021 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PenSSAN), indicou que, nos últimos meses do ano passado, 19 milhões de brasileiros passaram fome, e 55% dos domicílios do País enfrentaram algum grau de insegurança alimentar.

Veja bem, Sr. Presidente, mais da metade das famílias deste País tiveram, em alguma medida, dificuldade para colocar comida na mesa. A fome não é mais exclusividade das camadas mais pobres da população. A insegurança alimentar é, hoje, um problema também da classe média brasileira.

Assusta saber que estamos diante de um processo de intensa aceleração da fome, com crescimento de 27,6% ao ano, entre 2018 e 2020. A estimativa é que, em 2021, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave ultrapasse significativamente os 19 milhões identificados em 2020.

Senhoras e senhores, a população - empobrecida pela pandemia da COVID-19 - não tem comida para colocar no prato! É urgente que o Governo tome medidas para que os preços, sobretudo o preço dos alimentos que compõem a cesta básica, sejam, de alguma forma, congelados, ou para que os produtores recebam algum estímulo do poder público que lhes permita assegurar a manutenção ou mesmo promover a queda dos preços de seus produtos. O fortalecimento de programas socioassistenciais e o estabelecimento de uma rede de proteção para a população mais vulnerável são, também, medidas da maior importância.

Lembramos que a alimentação é direito social inscrito no art. 6º da Constituição Federal. Cabe, assim, ao poder público, em todas as suas instâncias, adotar as políticas e as ações necessárias para garantir a segurança alimentar e nutricional da nossa população.

A alimentação adequada é direito de todos. É condição essencial para a manutenção não só da vida e da saúde, mas também da dignidade dos seres humanos. Ninguém pode ser desprovido deste direito.

Sr. Presidente, como Deputado Federal e membro da Frente Parlamentar Mista de Combate à Fome no Brasil, reafirmo, nesta oportunidade, que contribuir para assegurar o alimento na mesa de cada brasileiro é forte compromisso do meu mandato.

Muito obrigado.

Documento 35/239

99.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	02/09/2021-20:52
Publ.: DCD - 9/3/2021	JEFFERSON CAMPOS-PSB -SP		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Apelo ao Ministro da Saúde e aos Prefeitos Municipais, por inclusão de assistentes sociais e conselheiros tutelares entre o público prioritário do Programa Nacional de Imunização. Relevância dos trabalhos realizados pelas categorias. Falecimento dos Conselheiros Tutelares Marisa Ferreira de Lima e João Batista dos Reis em decorrência da Covid-19, respectivamente, dos Municípios de Bragança Paulista e Fernandópolis, Estado de São Paulo.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há dois grupos de profissionais que desempenham atividades essenciais, estão extremamente expostos ao contágio pelo novo coronavírus e até agora não foram incluídos como público prioritário no Programa Nacional de Imunização. São eles os assistentes sociais e os conselheiros tutelares, que trabalham em contato direto com a população e nunca estiveram tão demandados como nesta pandemia.



O Brasil conta com mais de 188 mil assistentes sociais registrados nos 27 Conselhos Regionais de Assistência Social e com cerca de 30 mil conselheiros tutelares, em atuação em praticamente todos os Municípios brasileiros. Cabe aos assistentes sociais facilitar o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos; a tarefa dos conselheiros tutelares é proteger crianças e adolescentes vítimas de violência.

Para os assistentes sociais, Sr. Presidente, nobres colegas, não existe a possibilidade de trabalho remoto. Eles estão diariamente nas ruas atuando em situações de violação de direitos humanos, como trabalho análogo à escravidão e violência doméstica. Apoiam, num esforço exaustivo e diuturno, a população em situação de rua, que infelizmente cresceu bastante durante a pandemia, no País inteiro, mesmo com o pagamento do auxílio emergencial.

Os conselheiros tutelares, por sua vez, trabalham no enfrentamento à negligência, à violência física e psicológica, à exploração sexual, à exploração do trabalho infantil e a todas as outras formas de violação dos direitos e da dignidade das crianças e adolescentes.

Muitos destes profissionais, senhoras e senhores, já tombaram, vítimas da COVID-19, em razão da natureza da sua ocupação. Não conseguimos um levantamento com o total de óbitos registrado nas duas categorias, mas todos os dias ficamos sabendo de algum caso, e temos notícia da grande comoção que estas mortes provocam.

O Município de Bragança Paulista, no dia 16 de março deste ano, perdeu para a COVID-19 a Conselheira Tutelar Marisa Ferreira de Lima, referência na luta pelos direitos da criança e do adolescente, com mais de 20 anos de trabalho na área. Em 14 de outubro do ano passado, o Município paulista de Fernandópolis ficou sem o Presidente do seu Conselho Tutelar, o Sr. João Batista dos Reis, que desempenhava o quarto mandato como conselheiro e era muitíssimo querido pela comunidade.

Como Marisa e João Batista, dezenas de outros assistentes sociais e conselheiros tutelares já foram sacrificados, em decorrência do tipo de atividade que exercem. Nada mais justo, necessário e urgente, pois, que estas duas categorias tenham acesso prioritário à vacina, como já tiveram tantos outros profissionais que estão particularmente expostos à contaminação pelo novo coronavírus.

Este é um apelo que faço ao Ministro da Saúde e aos Prefeitos de todos os Municípios do País: vacinemos, o quanto antes, os nossos assistentes sociais e conselheiros tutelares.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos

meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 36/239

99.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	02/09/2021-20:52
Publ.: DCD - 9/3/2021	ALAN RICK-DEM -AC		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Carência de profissionais médicos nas regiões interioranas do País. Não publicação pelo Ministério da Saúde do edital de adesão, ao Programa Mais Médicos, de médicos brasileiros formados no exterior. Urgente necessidade de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.409, de 2021, acerca da recontração, renovação ou prorrogação por um ano, dos contratos de médicos intercambistas junto ao Programa Mais Médicos.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ALAN RICK.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é muito triste a situação que vivenciamos atualmente no Brasil com relação à falta de médicos crônica que afeta os Municípios e DSEIs mais afastados dos grandes centros.

Há indisponibilidade de profissionais para o adequado cuidado às pessoas. Faltam médicos para atender a população em todo o Brasil. É tamanha gravidade da situação, que o Conselho Nacional de Saúde aprovou as seguintes recomendações ao Ministério da Saúde:

"I - A restauração do Programa Mais Médicos pelo Brasil (PMMB), nos moldes previstos na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013;

II - A reincorporação dos médicos brasileiros formados no exterior, ex-participantes do PMMB, que foram desligados do referido programa desde 2016;

III - A reincorporação dos médicos cubanos desligados do programa, mas que permaneceram no Brasil, por razões diversas;

IV - O imediato chamamento de médicos recém-formados no exterior, aptos a participar dos próximos editais do PMMB; e

V - A expansão de vagas de residência em área profissional da saúde e outras modalidades de formação especializada para profissionais de saúde atuarem na atenção básica e em áreas de maior vulnerabilidade, em trabalho colaborativo com os gestores estaduais e municipais, para expandir o acesso e qualificar a atenção à saúde oferecida pelo SUS às pessoas e coletividades no território brasileiro, em especial nas regiões com maior dificuldade de acesso da população aos cuidados em saúde e fixação desses profissionais".

No momento que o País mais precisa de médicos, desde o início da pandemia da COVID-19, não houve nenhum edital de chamamento público para que os médicos brasileiros formados no exterior ocupassem as vagas ociosas no programa.

Aparelhada pelo CFM, a Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS se recusou a cumprir a lei do Programa Mais Médicos, não realizando chamamento para os médicos brasileiros formados no exterior ocuparem as vagas remanescentes.

Na data de 13 de maio deste ano, em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família, sobre a prorrogação de contratos do Programa Mais Médicos, a Diretora do Departamento de Saúde da Família, Renata Maria de Oliveira Costa, disse que teríamos mais um edital de chamamento para médicos com CRM e, logo após, teríamos edital para os médicos brasileiros formados no exterior. Até a presente data nenhum novo chamamento foi feito.

Neste ano de 2021, chegam ao fim os contratos dos médicos do 6º, 7º e 8º ciclo do programa, médicos estes que atendem em seus Municípios desde 2015 e no momento que estes Municípios mais precisam, terão de deixá-los pela impossibilidade de renovação.

Por esta razão é de suma importância que aprovemos a urgência e o Projeto de Lei n.º 2.409, de 2021, que prevê a recontração, renovação ou prorrogação dos contratos dos médicos intercambistas no Projeto Mais Médicos, para que os atendimentos básicos de saúde não parem pela falta de médicos.

Presidente, desejo que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 37/239

75.2021.B	Sessão Outro Evento	08/09/2021-14:28
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Convocação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de seus seguidores para participação em atos antidemocráticos por ocasião do Dia da Independência do Brasil. Bloqueio de rodovias brasileiras por caminhoneiros em apoio ao Presidente da República. Indiferença do Chefe da Nação diante do elevado índice desemprego; do agravamento da fome; do alcance de 580 mil mortes pela Covid-19; da falta de financiamento para a agricultura familiar; da marcha de indígenas a Brasília em prol dos seus direitos; da falta de adequação das escolas para a retomada das aulas presenciais; e das condições da área de saúde. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente e demais pares que nos acompanham nesta sessão de Breves Comunicados, eu quero neste momento me ater ao movimento que aconteceu no Brasil no último Sete de Setembro, ontem, portanto.

Como professora, eu sempre estive no momento do Sete de Setembro, desde que completei 17 anos, já professora, com meus estudantes, que comemoravam a Semana da Pátria. O dia Sete de setembro foi aquele em que o Brasil rompeu os laços administrativos e políticos que tinha com Portugal. Nós o chamamos sempre, por convenção, de Dia da Independência do Brasil, que foi assinado por uma mulher, diga-se de passagem.

Neste Sete de Setembro, no entanto, nós não tivemos a honra de deixar nossos jovens e nossas crianças aprenderem com esta data, de entenderem o que é o dia da Pátria, o dia da liberdade, o dia da democracia, o dia em que o País, há 199 anos, começou a tomar uma

direção de forma mais independente.

O Brasil construiu a sua independência política a partir do Sete de Setembro.

E aí o Presidente da República, que está no mandato, que tem todos os direitos legais, que foi eleito pelo povo, chama a população - exatamente aqueles que o seguem - para paralisar o País, chama a população para deixar, por exemplo, as BRs trancadas. Com isso, a nossa economia, que já está difícil, vai de mal a pior. Aqui no Estado de Mato Grosso, hoje, as BRs estão trancadas. Os caminhoneiros não estão trafegando, levando de norte a sul e de leste a oeste as riquezas que este País produz.

Em contrapartida, temos 15 milhões de desempregados, pessoas necessitando de alimento, 580 mil mortos; estamos sem financiamento para a agricultura familiar; temos indígenas em marcha em Brasília contra a perda de direitos, o que está acontecendo sempre; temos escolas, na tentativa do retorno seguro às aulas, sem as condições necessárias para esse retorno; temos a saúde na luta para dar condições àqueles que ainda estão contraindo o vírus da COVID e àqueles que no pós-COVID estão sequelados.

E o Brasil, através do seu Presidente, está torturando a população, desesperando as pessoas - "*Vai haver golpe?*" "*Nós vamos perder o emprego?*" "*Será que a gente agora não consegue mesmo mais um trabalho?*" "*Como é que vai ser daqui em diante?*" -, num desrespeito à Constituição, às nossas instituições, num desrespeito ao sagrado direito de viver em paz.

O Brasil, Sr. Presidente, precisa de normalidade política e econômica; precisa de seriedade, que é o que o nosso governante maior não tem. Então, vamos juntar forças!

Presidente Lira, chegou a hora! *Impeachment* em Bolsonaro! Fora, Bolsonaro!

Muito obrigada, Presidente.

Documento 38/239

75.2021.B	Sessão Outro Evento	08/09/2021-14:40
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Não manifestação do Presidente da República sobre a grave situação social, econômica e sanitária do País, ao ensejo do transcurso do Dia da Independência do Brasil. Provocação pelo Presidente Jair Bolsonaro de cisões entre os Poderes da República. Baixo número de participantes nas manifestações convocadas pelo Chefe da Nação. Congratulações aos participantes no 27º Grito dos Excluídos.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu solicito também que minha mensagem seja transmitida pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - O.k., Deputado.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, eu ouvi atentamente o que disse Jair Bolsonaro. É impressionante! Ele deveria dar uma satisfação ao Brasil sobre a geração de emprego, pois há milhões de desempregados. Nada falou! Eu imaginava que ele fosse falar sobre a inflação. A gasolina está passando de 7 reais. Nada falou! Esperava que ele falasse a respeito da fome no Brasil, que graça, infelizmente, pelas reformas trabalhistas, pelo sofrimento que aconteceu. Nada falou! Eu achava que pelo menos ele fosse prestar o mínimo de solidariedade a quase 600 mil famílias que perderam seus entes queridos. Nada falou! Eu achava que ele fosse falar sobre o desenvolvimento do País, apoio a micros e pequenas empresas, que fosse discutir a valorização da produção para a geração de riqueza. Nada falou!

Ele apenas foi um moleque arengueiro, apenas se utilizou da palavra para provocar mais cisões entre os três Poderes. Na sua tentativa de se transformar em um ditador, desrespeitou a lei mais uma vez, estimulou as pessoas a não cumprirem as decisões do Poder Judiciário, que hoje está ameaçado. Aliás, foi uma decepção! É claro que eles também ficaram decepcionados, porque falaram em 2 milhões de pessoas. Em São Paulo, não havia isso! Foi possível observar a cara de Bolsonaro, no helicóptero, sobre Brasília, que deve ter dito: "*Meu Deus, não era só isso que eu queria*".

Evidentemente, o povo está acordando, porque está perdendo. Quantos votos Bolsonaro ganhou ontem com as suas mobilizações? Nenhum! Pelo contrário, perdeu porque o povo está percebendo o que está acontecendo, de forma tão nefasta, para os destinos do Brasil.

Por isso, continuemos nos mobilizando. E parabéns ao Grito dos Excluídos! Parabéns ao Grito da Terra, ao grande movimento que aconteceu ontem, porque ali, sim, havia conteúdo, havia projeto em

defesa da nossa gente!

Obrigado, Presidente.

Documento 39/239

75.2021.B	Sessão Outro Evento	08/09/2021-14:56
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de vinculação do Dia da Independência do Brasil aos seus devaneios golpistas. Riscos à democracia brasileira decorrentes dos ataques do Chefe da Nação ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional. Participação do orador em manifestação do Grito dos Excluídos contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Ao cumprimentá-lo, cumprimento também os demais pares.

Como vários Deputados já abordaram o assunto, eu também quero falar do nosso último Sete de Setembro, em que o Presidente da República tentou se apoderar de uma data que é da Nação brasileira. Pior do que isso, ele tentou vincular esta bela data do Dia da Independência do Brasil à sua perspectiva golpista.

É bom registrar que o discurso de patriotismo nem sempre convence. Nem sempre as pessoas têm autoridade para falar em nome da Pátria. A esse propósito, eu quero citar Samuel Johnson, ensaísta, escritor, pensador inglês, lexicógrafo, que, ainda em meados de 1700, disse que o patriotismo é o último refúgio do patife. Ou seja, não venham com discurso de patriotismo para atacar a democracia!

Aliás, em 2020, quando 78% da população brasileira se manifestaram favoráveis à democracia, 81%, nessa mesma pesquisa, atribuíam aos ataques ao Supremo e ao Congresso Nacional o risco à democracia. Da mesma forma, 68% da população brasileira, naquela oportunidade, achavam que as manifestações dos bolsonaristas em apoio ao fechamento do Congresso e do Supremo eram a principal ameaça à democracia.

Quero cumprimentar todo o Supremo Tribunal Federal, que tem feito o seu papel intransigente na defesa da democracia e também na defesa

da Constituição. O Presidente da República, com os seus mais loucos seguidores, não tem nenhuma autoridade, nenhuma capacidade para interpretar e fazer valer a Constituição.

Por fim, eu também quero registrar que, no mesmo dia ontem, nós fomos às ruas nos manifestar contrários a esta posição continuada do Presidente da República, especialmente no Grito dos Excluídos.

Com isso, nós temos que reiterar o papel do Congresso, o papel do Supremo, o papel dos partidos políticos, e devemos abraçar a democracia como melhor caminho para se desenvolver o País, gerar emprego, defender a vida dos brasileiros, proteger a saúde e a educação - mesmo fora da pandemia -, distribuir renda, até porque a metade da população brasileira não está ocupada. Isso é mais uma tragédia que Bolsonaro provoca.

Documento 40/239

75.2021.B	Sessão Outro Evento	08/09/2021-15:00
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com o desempenho dos atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020, no Japão. Fortalecimento das políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência. Defesa de pacificação do País em benefício do povo brasileiro.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero fazer um registro, na condição de profissional da área da saúde e defensora das pessoas com deficiência. Quero dizer da importância e do exemplo que os nossos atletas paralímpicos deixaram para o mundo, para o Brasil e para o meu Estado de Santa Catarina.

Os nossos 253 atletas, medalhistas ou não, mostraram o quanto lutam para superar as suas limitações. Quanta dor e sofrimento sentem e, muitas vezes, sofrem até o olhar discriminatório, sem o apoio necessário para o financiamento dos seus treinos, sem espaço ou equipamentos adequados para treinar.

Esses atletas, que se superaram, batendo recordes de medalhas e

trazendo-as para o nosso País, merecem por parte do Parlamento brasileiro todo o nosso agradecimento, todo o nosso reconhecimento.

Que esse reconhecimento se reforce nas políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência, nas políticas públicas de garantia ao acesso às ações de serviço de saúde, nas políticas públicas de qualidade de vida para esses atletas, porque muitos deles não têm ainda a menor condição de viver com dignidade com suas famílias, efetivamente, por falta de patrocínios.

Precisamos lutar por esses atletas e defendê-los.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, como forma de agradecimento e de desejo deste Parlamento e desta profissional da área da saúde, enfermeira, e também como Parlamentar, de que nós melhoremos todos os centros de reabilitação e possamos dar, nos nossos centros de reabilitação, qualidade para essa população.

Sr. Presidente, também aproveito a oportunidade rapidamente para registrar que ainda estamos vivendo uma pandemia, e eu tinha muita esperança de que esta pandemia pudesse unificar o País num momento tão complexo e tão difícil, mas ainda vemos o País dividido. Que o nosso Sete de Setembro sirva para nos unificar Mesmo pensando diferente, que pensemos no futuro da nossa Nação, que pensemos no futuro dos brasileiros, e que este Parlamento possa, cada vez mais, apoiar a população brasileira como um todo, unindo-nos, e não nos dividindo, como temos visto acontecer muito intensamente.

Muito obrigada.

Documento 41/239

75.2021.B	Sessão Outro Evento	08/09/2021-15:04
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização do 27º Grito dos Excluídos, ao ensejo do Dia da Independência do Brasil. Fracasso das manifestações antidemocráticas convocadas pelo Presidente Jair Bolsonaro. Vinculação entre a superação da marca nefasta de 500 mil mortes no País pela Covid-19 e a inércia e incompetência do Presidente da República. Defesa de afastamento do mandatário do País.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, lamentamos profundamente que no nosso Sete de Setembro, o dia da Independência da Pátria brasileira é também comemorado pelo Grito dos Excluídos há 27 anos, para pedir justiça, paz, comida no prato, saúde, trabalho e educação, mas ontem esse grito não pôde ser ouvido, apesar de haver milhares e milhares de pessoas nas ruas.

E esse fato ocorreu porque ontem o Presidente da República levou para a rua, mais uma vez, uma pequena multidão fanática interessada em defender um genocida que pretende dar mais um golpe na Nação brasileira. E só não o fez porque não havia povo lá com ele.

Ele ficou praticamente abandonado. Ele, que queria fazer uma grande celebração, com a sua tentativa de golpe, fracassou, Sr. Presidente. Isso demonstra que ele não tem apoio social suficiente para desfechar um golpe e obter a sua sonhada ditadura - é isso que esse Presidente pretende.

Mesmo assim, ele disse, mais uma vez, que não respeitará a lei deste País, que não respeitará o Supremo - amanhã o Congresso, depois de amanhã a Justiça. E nós teremos um ditador neste País se não tomarmos juntos a rédea, porque ele já provou que não é homem da paz, não tem condição de governar um País com mais de 200 milhões de pessoas e com mais de 500 mil pessoas mortas por sua incompetência, sim, inércia, inoperância e, também, por considerar como natural uma pandemia que está pelo mundo, principalmente no Brasil, e classificá-la como uma gripezinha

Deixo aqui nossa manifestação de protesto, para dizer que não temos mais nenhuma condição de aceitar Bolsonaro como Presidente deste Brasil. Ele mostrou toda a sua fraqueza, toda a sua pequenez, mostrou que não tem projeto para este País.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que divulgue o meu pronunciamento os meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

Documento 42/239

75.2021.B	Sessão Outro Evento	08/09/2021-15:16
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO



Sumário

Perda da validade de vacinas e medicamentos armazenados no Ministério da Saúde. Incompetência, descaso e negacionismo como marcas da gestão do Presidente Jair Bolsonaro, notadamente com relação ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, depois do Sete de Setembro, com atos antidemocráticos propagando a ditadura, flertando contra os Poderes constituídos, Legislativo, Judiciário, toda essa festança movida a churrasco e cerveja, vem a ressaca do dia 8, do dia 9, do dia 10 do Brasil real.

Neste Brasil real, Presidente, nós temos praticamente 600 mil pessoas no cemitério. Isso só de COVID, sem contar outras doenças. E o que é pior, Presidente, agora nós temos, além disso, 240 milhões de reais em insumos que também vão para um cemitério do SUS. São vacinas e remédios que o Governo, de maneira incompetente, deixou vencer. Ora, um prejuízo enorme para o País!

O Ministério da Saúde tem lá um estoque de vacinas, medicamentos, vários itens do SUS, avaliados, sim, em 240 milhões de reais, que por erros, erros de logística, enfim, falta de ação, de atitude e de gestão, vão para o lixo. São 800 mil canetas de insulina para diabetes - as pessoas estão morrendo de diabetes - e 12 milhões de vacinas da gripe, da BCG, da hepatite B, da varicela e de outras doenças, produtos destinados a transplantados e pacientes com hepatite C, câncer, mal de Parkinson, Alzheimer.

Além disso, Presidente, cerca de 24 mil frascos, ou seja, ampolas de metrexato, medicamento para tratamento do câncer, também estão vencidos e armazenados no almoxarifado do Governo Bolsonaro. Querem pior? Pois pasmem! Pasmem, Presidente! Segundo dados do próprio Governo - é difícil acreditar -, 32 milhões de medicamentos comprados por ordem da Justiça também vão ser incinerados em um cemitério de insumos do SUS em São Paulo, ou seja, não bastam 600 mil almas, vidas, pessoas, seres humanos, ainda serão incinerados medicamentos que pressupõem a morte de outros tantos milhares de irmãos que não puderam ter o remédio de que precisavam. É um Governo marcado pela incompetência, pelo descaso, pelo negacionismo, que joga no lixo 240 milhões de reais em medicamentos. É uma coisa difícil de acreditar, Presidente.

Para concluir, o Brasil real não é o Brasil de 7 de setembro. O Brasil real é o Brasil de todo dia. O Brasil real, Presidente, é mais do que o Brasil do 7 de setembro, é do 8 de setembro, do 9, do 10, é o Brasil do dia a dia, onde mais do que o sinal verde, mais do que o sinal amarelo,

acendeu-se o sinal vermelho para o Governo, e o Governo tem que acordar pela incompetência, pela má gestão. Está morrendo gente inclusive por falta de remédio que vai para o lixo.

Documento 43/239

75.2021.B	Sessão Outro Evento	08/09/2021-15:24
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	CÉLIO MOURA-PT -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro, por ameaças ao Congresso Nacional, à realização das eleições de 2022, e por não cumprimento de decisões do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Necessidade de busca de solução para as crises energética, econômica e hídrica vigentes no País. Superação da marca de 584 mil mortes no Brasil pela Covid-19. Falta de vacinas contra o coronavírus no País.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Ricardo.

Presidente, brasileiros e brasileiras, Sras. e Srs. Deputados, ontem Brasília e São Paulo viveram um dia de violência, um dia de tristeza, um dia de desespero. Eu venho lá do Norte, venho do Bico do Papagaio, venho das beiras do Araguaia, do meu querido Estado do Tocantins. Há muitos e muitos anos, o dia 7 de setembro foi um dia para comemorarmos a Independência do Brasil.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente da República, depois de 2 meses de peregrinação, fazendo "motociatas", fazendo bravatas em todo o Brasil, convidando o povo para ato de 7 de setembro, ontem, cometeu crime comum, que é punido pelo Supremo Tribunal Federal, e crime de responsabilidade, que é apurado pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu me dirijo ao Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira. Presidente Arthur Lira, com todo o respeito que V.Exa. merece, vamos pautar o pedido de *impeachment* contra o Presidente da República. Vamos pegar um dos 120 processos que se encontram sobre sua mesa, para que nós possamos votar o *impeachment* do Presidente.

Ontem o Presidente da República cometeu crime de terrorismo de

Estado ao ameaçar o Congresso Nacional, ao ameaçar não haver eleições ano que vem, ao ameaçar o Supremo Tribunal Federal dizendo que não era para a população brasileira nem ele cumprirem as decisões do Ministro Alexandre de Moraes. Isto feito, autorizou descumprirmos as decisões do Poder Judiciário. Por isso, o Presidente da República não merece estar mais à frente do Governo do Brasil. Ele cometeu um crime de Estado e deve pagar por isso, deve ter o seu *impeachment* aprovado aqui na Câmara dos Deputados e no Senado.

Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de dizer ao povo brasileiro que nós precisamos resolver o problema da crise hídrica, da crise energética, da crise econômica. Mais de 584 mil mortes no Brasil, e infelizmente falta vacina. Se o Presidente estivesse preocupado em vacinar a população brasileira, nós não estaríamos na situação em que nos encontramos.

Lamentavelmente, em vez de o Presidente vender esperança para o povo brasileiro, ele cometeu um crime de terrorismo de Estado.

Sr. Presidente, eu gostaria que minha fala fosse divulgada nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 44/239

75.2021.B	Sessão Outro Evento	08/09/2021-15:52
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Acerto do pronunciamento do Presidente Arthur Lira em defesa da pacificação entre os Poderes da República.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acompanhei nas redes sociais e na imprensa o pronunciamento do Deputado Arthur Lira, Presidente desta Casa, que se posicionou como Chefe de Estado, como o grande líder que é, defendendo - e não poderia ser diferente - a pacificação entre os Poderes, uma posição inteligente.

O País passa por dificuldades homéricas! Não é hora de incendiarmos o Brasil. Os extremos nunca deram um resultado bom para o País. Nós precisamos buscar uma convivência republicana e harmônica. Devemos enfrentar as grandes reformas e somar esforços.

Precisamos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - Conclua, Deputado.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Este é um momento difícil. Portanto, temos que somar forças para enfrentar as reformas, para encarar as dificuldades, para vencer a pandemia e para buscar a recuperação econômica do Brasil. Não é hora de incendiar o Brasil. É hora, como disse o Presidente Arthur Lira, de buscar a pacificação, a mínima convivência republicana entre os Poderes, Sr. Presidente.

Documento 45/239

75.2021.B	Sessão Outro Evento	08/09/2021-15:56
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Investigação das fontes de financiamento dos atos antidemocráticos promovidos pelo Presidente da República ao ensejo do Dia da Independência do Brasil. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante da aproximação da marca de 600 mil mortes no País pela Covid-19. Envolvimento do Ministério da Saúde em esquema de corrupção na compra de vacinas. Redução dos recursos destinados ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Exaltação, pelo Presidente da República, do ex-assessor Fabrício Queiroz envolvido no esquema criminoso das chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de funcionários de gabinetes parlamentares. Descaso do Chefe da Nação com a população de rua e com os familiares das vítimas da Covid-19. Recrudescimento do desemprego e da fome no País. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Ulysses Guimarães dizia sobre a Constituição: "*Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca*". E o que nós tivemos no último dia 7 de setembro foi uma afronta à Constituição brasileira.

Nós vimos pessoas que vieram de todos os lugares do Brasil. Segundo uma Parlamentar de Santa Catarina, saíram do Estado 400 ônibus. Quem financiou? Talvez aquele Prefeito que foi pego colocando 500

mil reais em caixas de papelão e contratando jatinho particular para não sofrer a fiscalização dos aeroportos saiba responder. Foram recursos públicos, cuja origem não se sabe direito, os quais inclusive financiaram um ato antidemocrático. As faixas que aqui nós vimos eram de fechamento do Supremo, eram contra este Parlamento. Eram faixas que enalteciam a ditadura militar, sempre exaltada pelo Presidente da República.

O Presidente da República passou mais de 2 meses organizando esse ato, percorrendo o Brasil, andando de motocicleta. Ao mesmo tempo, demonstrou profundo descaso com quase 600 mil pessoas que se foram pela COVID-19 - e quem parte sempre é o amor de alguém -, pelo seu negacionismo, por transformar o Ministério da Saúde em um verdadeiro centro de denúncias de propina envolvendo a vacina e a própria vida.

O Presidente da República tirou recursos destinados à população de baixa renda do Programa Minha Casa, Minha Vida, que já foram 75% e podem chegar, no fim do ano, a 40% dos recursos do mercado. Os filhos dele moram em mansões que têm custos com os quais os próprios salários não conseguem arcar, seja com o aluguel, seja com a compra.

O Presidente da República exalta um Queiroz que movimentou recursos da chamada rachadinha do filho Flávio Bolsonaro.

O Presidente da República não foi prestar solidariedade à população que está em situação de rua, às vítimas e aos familiares das vítimas da COVID-19. Não visitou um hospital, não visitou o Brasil, para acolher o seu sofrimento. É um país que voltou a conviver com a fome, que tem quase 15 milhões de brasileiros e brasileiras desempregados, mais de 30 milhões na informalidade.

O Brasil chora e sofre, e o Presidente da República só pensa nele mesmo e faz palanque com corpos vítimas da COVID, com corpos que sofrem neste País, com o seu conluio com madeireiras ilegais, com o seu conluio com garimpos ilegais, querendo arrancar os territórios dos povos indígenas.

Portanto, o Brasil viu ontem uma tentativa de enfrentamento da democracia.

Aliás, esse mesmo Presidente fez uma medida provisória para dificultar que sejam retiradas denúncias falsas das redes sociais e vetou parte do texto do projeto que substitui a Lei de Segurança Nacional.

É fora, Bolsonaro, para o Brasil viver!

75.2021.B	Sessão Outro Evento	08/09/2021-16:00
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agravamento da fome e do desemprego no País. Aumento vertiginoso nos preços de alimentos, de combustíveis e de energia elétrica. Desconexão entre as ações do Presidente Jair Bolsonaro e a situação socioeconômica do País. Defesa do afastamento do Presidente da República.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Brasil está sem Governo, diante de uma crise de todas as dimensões, com economia estagnada, em depressão, como os últimos números do trimestre passado revelaram. A taxa de desemprego é avassaladora. São quase 15 milhões de desempregados, com pessoas passando fome, com 19 milhões de brasileiros que não têm segurança alimentar, que acordam sem saber se terão o café da manhã, o almoço, o alimento necessário, Houve o rebaixamento da remuneração, em função de reformas que foram feitas para destruir direitos dos trabalhadores. Quase 600 mil brasileiros perderam a vida diante da pandemia. A carestia tomou conta do País. O preço de todos os produtos da cesta básica elevou-se a um patamar superior a 30%, como o do arroz, da cebola, do tomate, do óleo de soja, assim como o do combustível, do gás de cozinha, da energia elétrica, diante de um apagão que estamos acompanhando no País. De forma cada vez mais numerosa, pessoas estão entrando na linha de pobreza.

Bolsonaro não fala absolutamente nada sobre isso, não tem nada com isso. Ele afirma que não devemos nos preocupar com o feijão, e sim em comprar fuzil. É essa a circunstância trágica que estamos vivendo. E ele vai às ruas mobilizar pessoas para agredir a nossa Constituição, cometer crimes de responsabilidade, como todos nós acompanhamos, e brigar com as instituições. O ato de ontem demonstrou o seu isolamento completo perante os brasileiros, as instituições, o mundo. Por isso, ninguém quer investir no Brasil, dialogar com Bolsonaro.

Chega de Bolsonaro! Fora, Bolsonaro!



75.2021.B

Sessão Outro Evento

08/09/2021-16:00

Publ.: DCD - 9/9/2021 -

ZÉ NETO-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Ataques do Presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal. Indiferença do Presidente da República diante do agravamento da fome, do desemprego, da inflação; e da epidemia de coronavírus. Não ratificação, pela Câmara dos Deputados, do compromisso de defesa da democracia e das instituições democráticas brasileiras.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vivemos ontem um dia extremamente triste para o Brasil, porque o Presidente da República, por conta de ações judiciais contra seus entes familiares, seus interesses, suas milícias, atacou, de forma cruel, a Justiça brasileira. Não se trata de um ataque a esse ou aquele Ministro do Supremo Tribunal Federal, mas de um ataque à instituição. Um dia que era para ser cívico - todos sabemos, desde crianças, que o Sete de Setembro é um dia cívico e de luta pela independência, porque infelizmente ainda não há a independência que o povo brasileiro merece -, acabou sendo mais um dia de ilusão para alguns e de propagação da mentira para outros.

O Presidente falou como o País deve viver sem a Justiça, mas se esqueceu de dizer como o brasileiro deveria viver sem a fome que chegou, como o brasileiro deveria viver sem o emprego como está, como o brasileiro deveria viver nas atuais condições com a inflação que chegou, com o bujão de gás custando 100 reais e a gasolina, 7 reais. Pela primeira vez, vimos um Presidente da República, em pleno Sete de Setembro, não dizer absolutamente nada para a Nação acerca das grandes dificuldades que são enfrentadas pela saúde, ainda com falta de vacinas. Milhares de vidas foram perdidas pela falta de medicamentos que deveriam estar salvando vidas.

Sr. Presidente, infelizmente, hoje, nossa Casa Legislativa não afirmou o seu papel, não afirmou o seu compromisso com a democracia e não afirmou, como deveria, a sua convicção de defender as nossas instituições. Não deve passar em branco o que aconteceu ontem no Brasil. Felizmente, os jovens lá não foram, o povo lá não foi e os pouco menos de 20%, que é o que ele tem hoje na sociedade, estiveram representados por movimentos caríssimos, articulados por parte da população, como eu disse no começo, ou beneficiada ou enganada.

Chega! No Brasil, viva a nossa democracia e vamos em defesa das

nossas instituições!

Peço que conste nos Anais e no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso.

Documento 48/239

100.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/09/2021- CD 16:40	
Publ.: DCD - 9/9/2021 - CÂMARA DEPUTADOS	BOHN GASS-PT -RS DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Gravidade da crise política brasileira. Incitação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, à invasão do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, por ocasião do Dia da Independência do Brasil. Rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, sobre a obrigatoriedade da emissão de cédulas físicas nas eleições, plebiscitos e referendos (voto impresso). Afronta do Presidente da República à Câmara dos Deputados e ao Tribunal Superior Eleitoral. Descumprimento, pelo Chefe da Nação, da Constituição Federal e de decisões do Supremo Tribunal Federal. Necessidade de manifestação, por parte pelo Presidente Arthur Lira, a respeito de arbitrariedades cometidas pelo Presidente da República. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Indiferença do mandatário do País diante da situação por que passa o povo brasileiro. Elevação dos preços do gás de cozinha e de combustíveis. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Realização de manifestações no País pelo movimento Grito dos Excluídos, centrais sindicais e movimentos populares. Defesa de rejeição da Medida Provisória nº 1.068, de 2021, a respeito da alteração das Leis de nºs 12.965, de 2014, e 9.610, de 1998, para adequação do uso de redes sociais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Artur Lira, colegas Deputados e Deputadas, uso aqui o tempo da Liderança do PT exatamente para falar da gravidade do que o País está vivendo, no momento em que o Presidente da República para de governar, para o seu Governo, e mobiliza, junto com setores da sociedade altamente endinheirados e conservadores, atos contra a democracia a serem realizados no Sete de Setembro. E incita, inclusive, ocupações de instituições como o Supremo Tribunal Federal - amanhã poderá ser o Congresso Nacional - para impor a sua vontade.

E qual é a vontade do Presidente? A imposição de pautas que esta

Casa inclusive já derrubou, como é o caso da pauta do voto impresso.

Aliás, Presidente Arthur Lira, V.Exa. mesmo disse aqui que este assunto estava encerrado, porque esta Casa soberanamente colocou na lata do lixo a questão do voto impresso. Mais uma vez, o Presidente voltou a falar sobre isso, em uma clara afronta a esta Casa, que decidiu soberanamente não instituir o voto impresso, respeitando a urna eletrônica E também o Tribunal Superior Eleitoral, que vem afirmando que a urna é auditável. Jogar suspeita sobre esse processo é fazer uma acusação à democracia e às instituições que coordenam o processo eleitoral no País. Então, essa foi uma afronta. E quem buscou o confronto foi o Presidente, agindo contra esta Casa e contra o Tribunal Superior Eleitoral.

O pior foi que o Presidente da República disse que não respeitará as quatro linhas da Constituição brasileira, que vai atuar fora da Constituição. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Presidente disse que não respeitaria as decisões do Supremo Tribunal Federal. Isso é uma afronta à Constituição. Portanto, esta Casa não pode ficar calada.

Se esta Casa está sendo agredida, se a democracia está sendo ameaçada, se o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal estão avisados de que o Presidente desrespeitará a decisão constitucional desses órgãos, esta Casa tem que se posicionar. E é exatamente isto, Presidente Arthur Lira, que nós estamos cobrando da Direção desta Casa, de V.Exa.: que tenha posição firme contra esse arbítrio que está sendo instalado no País.

A forma de nós dizermos "não" ao avanço dessas atitudes antidemocráticas neste País é abrir os processos de *impeachment* que estão nesta Casa. Nós já temos mais de 120 pedidos de *impeachment* registrados aqui, e não houve andamento. Nós precisamos que haja andamento nesses processos. Esta Casa não pode cancelar atitudes antidemocráticas neste País.

Nós queríamos nesse dia 7 de setembro ouvir o Presidente falar para a Nação brasileira sobre a vida do povo, como fez o Lula, na segunda-feira, dia 6. Mas Bolsonaro não diz uma palavra sobre a vida do povo, só incita atos violentos e antidemocráticos.

O Presidente da República não fala da vida das pessoas que vão a um açougue pegar um osso para terem o gostinho do sabor da carne porque não podem mais comprar carne. Ele não fala dos 14 milhões e 17 mil, quase 15 milhões de desempregados que há no País; dos 6 milhões de desalentados, que nem sequer vão procurar emprego mais; dos 34 milhões que estão no subemprego - passa de 50 milhões o número de desempregados ou subempregados. Não se ouve uma

palavra do Presidente da República sobre esses temas.

As pessoas estão pagando 100 reais pelo botijão de gás, mas não houve uma palavra do Presidente da República sobre como diminuir esse preço elevado do botijão de gás. As pessoas estão pagando 7 reais no litro da gasolina, mas não houve uma palavra do Presidente sobre a luta diminuirmos esse preço, e as pessoas poderem consumir mais, o que aqueceria todas as atividades produtivas deste País.

O *diesel* que está muito caro para qualquer transporte, para os caminhoneiros, para os próprios agricultores. Não se faz agricultura neste País sem combustível, sem *diesel*. E não houve uma palavra sobre o alto custo, hoje - já estamos na bandeira vermelha -, da energia elétrica, cujo setor enfrenta uma crise hídrica, com a possibilidade de falta de energia no próximo período, enquanto o Governo entrega a ELETROBRAS.

Nós não vimos o Presidente da República dizer nada que interessa ao povo, a não ser afronta à democracia, agressão às instituições, anúncio de desrespeito às decisões do Supremo Tribunal Federal.

Esta Casa é ativa. Esta Casa tem que se posicionar. Esta Casa não pode apenas agir para apaziguar um confronto que existiria, Sr. Presidente, entre o Supremo e o Executivo. Não! Há um confronto provocado pelo Presidente Jair Bolsonaro, e é aqui que se tem que dar um basta a isso. Esta Casa precisa, sim, cumprir a sua função fiscalizadora, porque há muita corrupção neste Governo, e a CPI está mostrando agora não só o genocídio, mas também a grande fábrica de falcatruas, de superfaturamentos, de corrupção na aquisição de vacina e de outros insumos usados na área da saúde, principalmente dentro do Ministério da Saúde. Mas nós precisamos levantar a voz, antes que seja tarde. Nós precisamos mostrar a nossa firmeza para impedir o avanço dessas atitudes antidemocráticas e fazer andar os processos de *impeachment* nesta Casa. Mais do que nunca a democracia exige...

Por isso foi importante a atitude do Grito dos Excluídos, das centrais sindicais, dos movimentos populares, que foram às ruas Brasil afora, em mais de 200 atos no País. O que eles diziam? "*Cumpra-se a Constituição!*" "*Fora, Bolsonaro!*" "*Abertura de processo de impeachment já!*"

A pauta do povo é ter salário, é ter condições de comprar comida, é ter moradia, é ter programas sociais, é ter renda emergencial. É isso que as pessoas estão pedindo, e é essa a exigência que a democracia impõe a esta Casa.

Mais do que isso, no dia 6, houve uma atitude totalmente arbitrária do Presidente da República, que editou a Medida Provisória nº 1.068, de

2021.

Essa MP mexe no Marco Civil da Internet para impedir as entidades que têm plataformas na área da comunicação, das redes sociais, quando há conteúdos que agridem a democracia, *fake news*, agressões, apologia ao crime, apologia à tortura ou qualquer invenção que, muitas vezes, se faz em período de campanha - e *fake news* e acusações falsas não faltam do lado do bolsonarismo -, de retirarem tais conteúdos dos perfis dos usuários, ou que possa haver ações judiciais que obriguem a retirada das redes sociais desse conteúdo nocivo à democracia e ofensivo às pessoas.

A Medida Provisória 1.068 é o marco civil da Internet dos milicianos, é o vale-tudo. Ela tem que ser devolvida! Nós já solicitamos ao Presidente do Congresso Nacional, o Senador Rodrigo Pacheco, que devolva esta medida provisória, porque esta Casa já votou um marco civil democrático da Internet.

Quero concluir, Presidente, dizendo que esta Casa precisa se posicionar. Precisamos ter a voz forte do Presidente Arthur Lira, abrindo um processo de *impeachment* nesta Casa, em razão de tantos ataques à democracia e ao anúncio do desrespeito às decisões do Supremo Tribunal Federal. Além disso, é preciso fazer a devolução imediata da MP 1.068, que corrobora exatamente com as atitudes autoritárias do Presidente.

Documento 49/239

100.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/09/2021- CD	16:52
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio aos atos realizados pela extrema-direita no País. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do desemprego, da insegurança alimentar e dos elevados preços de combustíveis. Necessidade de manifestação do Presidente Arthur Lira, a respeito da grave crise político-institucional vigente no Brasil. Insensibilidade do mandatário do País diante do quadro de fome e do luto das famílias brasileiras em face da Covid-19. Imediata abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os atos de ontem, sustentados por uma extrema direita que saiu do armário e por uma

elite carcomida vinculada ao agronegócio, armamentista e golpista, revelaram, de um lado, um Presidente isolado; de outro, a maioria do povo, que não se viu representada pelas pautas do ato bolsonarista, nem mesmo pela fala de Bolsonaro, que nem sequer foi capaz de falar do aumento da gasolina, do desemprego e da insegurança alimentar que atinge a metade das famílias brasileiras. O ato de ontem dos bolsonaristas foi um esculacho na cara do povo brasileiro.

Ao mesmo tempo - Sr. Presidente Arthur Lira, eu me dirijo a V.Exa. em especial, embora V.Exa. não esteja me ouvindo -, esses atos revelam uma crise político-institucional gravíssima que merece desta Casa uma posição contundente. Não é admissível que um Presidente da República fale bravatas sobre ruptura, e isso esteve presente no discurso do Presidente da República.

V.Exa., Presidente Arthur Lira, disse que uma democracia vibrante se faz assim: com participação popular, liberdade e respeito à opinião do outro. Veja, não é possível chamar de festa da democracia a festa do golpismo e do autoritarismo que tomou conta das ruas brasileiras. É democrática uma faixa em que se pede intervenção militar?

É democrático a Presidência da República dizer que não vai respeitar decisão do Judiciário? É democrático perseguir jornalistas que tiveram que se abrigar no Ministério da Saúde? É democrático incentivar o ataque aos Poderes e às já frágeis instituições brasileiras? Não!

Nós não estamos vivendo numa normalidade. Esta Casa não pode fingir que a situação está normal, enquanto o povo está vivendo a miséria, que está chegando cada vez com mais força à mesa dos trabalhadores brasileiros. Basta pegar a média de aumento do preço dos alimentos nos últimos 12 meses e ver como a situação está escandalosa. Nenhuma linha sai da boca do Presidente Bolsonaro sobre o luto em que estão as famílias brasileiras, muito menos sobre a fome que está chegando às famílias brasileiras.

Não é possível, Sr. Presidente Arthur Lira - eu falo novamente com V.Exa. -, esta Casa ser o que V.Exa. chama de motor da pacificação enquanto o Presidente da República tem sido o motor da discórdia, o motor da destruição e o centro da política brasileira.

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos ficar em silêncio diante de mais e mais crimes cometidos pelo Presidente da República? Não podemos! O *impeachment* é imperativo neste momento, para o povo voltar a sonhar e para termos a capacidade de fortalecer e radicalizar a democracia brasileira.

Esta Casa tem que ser contundente, Sr. Presidente Arthur Lira!

100.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/09/2021- CD	16:56
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Ataques do Presidente da República à democracia brasileira. Gravidade da declaração do Presidente Jair Bolsonaro de descumprimento de decisões do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Prática de crime de responsabilidade pelo Chefe da Nação. Manifestação do Presidente da Suprema Corte, Ministro Luiz Fux, a respeito de ataques do Presidente da República à instituição e seus membros. Pedido ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de reação da Câmara dos Deputados contra arbitrariedades cometidas pelo mandatário do País.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Srs. Líderes, eu venho a esta tribuna no dia seguinte a um acontecimento muito grave para a democracia e para a história da nossa República. Ontem foi um dia muito triste para o Brasil.

Aqui na frente, Sr. Presidente, diante da nossa Casa, o Presidente da República cometeu mais uma vez crimes de responsabilidade. Não se tratou de uma manifestação democrática, favorável à democracia, como o Presidente tentou classificá-la. Não, foram ataques pensados, preparados e organizados contra a democracia brasileira.

Há pouco, o Procurador-Geral da República, indicado pelo Presidente da República, lembrou, em manifestação no Supremo Tribunal Federal, que a separação, a independência e a harmonia dos Poderes são a garantia da liberdade. Foi exatamente isso que o Presidente da República atacou no dia de ontem, ao chamar de canalha um Ministro do Supremo Tribunal Federal e anunciar, Deputada Lídice da Mata, Deputado Elias Vaz, Deputado Marcelo Freixo, Deputado Paulo Teixeira, que não obedeceria mais às decisões deste Ministro e que o Presidente do Supremo deveria enquadrá-lo.

Cometeu aí crime de responsabilidade, razão pela qual o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Luiz Fux, fez uma dura e contundente fala, deixando claro que se trata de crime de



responsabilidade e que cabe ao Congresso Nacional, portanto, Sr. Presidente Arthur Lira, cabe à nossa Casa, analisar este crime de responsabilidade.

Não se trata mais de passar pano ou amenizar o que o Presidente da República vem fazendo. Isso não é mais aceitável. Não há mais clima para diálogo com quem ataca a democracia. É hora de esta Casa reagir à altura aos ataques do Presidente da República à democracia.

O Presidente do Supremo, o Ministro Luiz Fux, disse, em alto e bom som: "*O Supremo Tribunal Federal não tolerará ameaças à autoridade de suas decisões. Se o desprezo às decisões judiciais ocorre por iniciativa de chefe de qualquer dos Poderes, essa atitude, além de representar um atentado à democracia, configura crime de responsabilidade a ser analisado pelo Congresso Nacional*", ou seja, por nós, por esta Casa.

Esta é a razão pela qual, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, nós queremos, mais uma vez, pedir a V.Exa. que decida sobre os pedidos de *impeachment* - são mais de cem pedidos entregues à sua responsabilidade. Nós queremos que esta Casa cumpra o seu dever. Não há mais como tolerar o avanço de Bolsonaro contra a democracia. Não podemos continuar assistindo a isso inertes, como se nada pudéssemos fazer.

Nós precisamos, Sr. Presidente, dar uma resposta mais dura a essa ação de Bolsonaro contra os Poderes. Não há mais ambiente para tolerarmos os intolerantes, para permanecermos silentes ou fingirmos que não estamos vendo o que está acontecendo à luz do dia, na porta da nossa Casa, na frente da Câmara dos Deputados.

Foi aqui, na frente da nossa Casa, que Bolsonaro anunciou que não mais obedeceria às decisões do Ministro Alexandre de Moraes e repetiu isso em São Paulo, desafiando não apenas o Poder Judiciário, mas também nossa Casa. Ele não atacou nossa Casa porque equivocadamente acha que, pelo fato de ter aqui uma base de 300 Deputados, ele está impune. Nós precisamos mostrar a ele que não.

Neste momento, Sr. Presidente, o que nós da Oposição esperamos de V.Exa. é que, de fato, entenda que V.Exa. é Presidente de toda a nossa Casa e que, embora faça parte de um partido que está na base do Governo, V.Exa. precisa se colocar acima das questões de governo e de oposição e permitir que o processo de *impeachment* prospere.

É preciso, igualmente, Sr. Presidente, que esta Casa dê uma resposta mais dura ao que o Presidente da República vem fazendo. Do contrário, o Presidente da República entenderá que o Congresso Nacional não reagirá ao que ele anda fazendo. Nós precisamos reagir,

precisamos mostrar ao Presidente da República que ele passou de todos os limites. Isso depende inevitavelmente de V.Exa., Presidente de todos nós.

Como Líder da Oposição, eu posso vir à tribuna e fazer este discurso, mas eu não posso fazer andar o processo de *impeachment*, eu não posso falar em nome de toda a Casa. V.Exa. pode!

Por isso, nossa expectativa é que V.Exa., Sr. Presidente, entenda que, se algum tempo atrás não havia clima para que o *impeachment* andasse, este cenário mudou. O dia de ontem representa um novo capítulo no ataque à democracia, na preparação do golpe. E nós não podemos nos calar diante disso, ou fingir que não entendemos o que está acontecendo. Não há mais ambiente para isso. É preciso uma resposta dura dos Poderes constituídos, em respeito à vontade soberana do povo, vontade que foi desprezada pelo Presidente da República, Deputada Fernanda Melchionna, Deputada Talíria Petrone, Deputado Paulo Ramos, Deputado Afonso Florence.

Quando o Presidente da República sobe num carro de som e diz que a morte, a prisão ou a vitória são os únicos caminhos para ele, ele nem sequer aceita a possibilidade de ser derrotado eleitoralmente, ou seja, ele já anuncia que não reconhecerá o resultado das próximas eleições. Ele, na verdade, Deputado Paulo Teixeira, caminha para a prisão, se continuar agindo desse jeito, porque já praticou crimes em abundância.

Basta! Esta Casa precisa dar um basta ao Presidente da República!

Líder Renildo Calheiros, Líder Perpétua Almeida, Líder Joenia Wapichana, é hora de nós nos levantarmos! É hora de fazermos os pedidos de *impeachment* avançar! Não há mais ambiente para diálogo com aqueles que atentam contra a democracia. É preciso fazê-los responder pelos crimes que estão praticando, a começar por Jair Bolsonaro, o maior inimigo da democracia brasileira, aquele que prepara o golpe.

É hora de reagir, Sr. Presidente Arthur Lira, antes que seja tarde demais!

Documento 51/239

100.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-08/09/2021-
	CD	17:04
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	MARCELO FREIXO-PSB -RJ	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Baixa participação dos adeptos do Presidente Jair Bolsonaro nas manifestações realizadas por ocasião do Dia da Independência do Brasil. Ameaças e ódio como norte do discurso proferido pelo Presidente da República no dia 7 de setembro de 2021. Responsabilidade do Chefe da Nação por eventual atentado contra a vida do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Necessidade de manifestação do Presidente Arthur Lira em defesa da democracia. Aversão do Chefe da Nação ao regime democrático. Apoio à expressão falso patriota, atribuída ao Presidente da República pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux. Omissão do Presidente Jair Bolsonaro sobre o quadro de desemprego, a elevação dos preços do gás de cozinha, de alimentos e combustíveis no País. Participação, nas manifestações de 7 de setembro, do ex-assessor do então Deputado Estadual Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz, envolvido com a milícia e com o esquema criminoso das chamadas rachadinhas. Intimidação do Poder Judiciário pelo Presidente da República, como forma de proteção dos seus filhos envolvidos em corrupção. Defesa de afastamento e prisão do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. MARCELO FREIXO (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Presidente Jair Bolsonaro, no dia de ontem, abriu mão de vencer as eleições de 2022. Ontem o Presidente Bolsonaro se declarou representante e Presidente de uma seita, de uma seita de fanáticos, e não um candidato à Presidência da República, Deputada Perpétua Almeida. Ele se comportou como um líder fanático que não tem limites na lei, Deputado Paulo Teixeira. Levou seu movimento para as ruas, bem menor do que o que eles imaginavam, mas é um movimento que, nas eleições, teria 20%.

O discurso do Presidente Bolsonaro não foi o discurso de quem vai disputar uma eleição, já que ele não respeita as regras da Constituição.

Nós temos um país, senhoras e senhores, com 14 milhões de desempregados, com 19 milhões de famintos. Nós estamos chegando a 600 mil brasileiros mortos pela pandemia. Até hoje, o Presidente não tomou a vacina, ele não usa máscara!

Ele não teve uma única palavra, nenhuma palavra, Deputado Molon, nos discursos de ontem, tanto em Brasília como em São Paulo, sobre vacina ou sobre emprego.

Toda a fala do Presidente foi marcada por ódio, por raiva e por ameaças. Ele ameaçou e colocou em risco a vida de autoridades que representam instituições importantes deste País. Se hoje acontecer alguma coisa com o Ministro Alexandre de Moraes ou com a família dele, a responsabilidade direta será do Presidente da República e de todos os que alimentam este Governo. Isso não está no campo

democrático.

Bolsonaro, ao agir assim, Sras. e Srs. Deputados, se comporta como um líder de uma seita. Não sei se V.Exas. têm a clareza de que estão pertencendo a uma seita, alimentando uma seita, e não partidos políticos ou disputas eleitorais.

Deputado Arthur Lira, V.Exa. preside esta Casa, foi eleito com ampla margem de votos, mais de 300 votos, exerce a Presidência de forma absolutamente legítima. Sua Presidência precisa preservar não apenas esta Casa, mas também a democracia, porque o maior papel do Parlamento é preservar a democracia brasileira, que está claramente ameaçada.

O Presidente Bolsonaro nunca teve responsabilidade com a democracia, nem durante a época em que esteve no Exército, quando dele foi expulso, nem durante os mandatos como Deputado, um longo período em que foi Deputado, mas nunca liderou nenhuma bancada, nunca liderou nenhuma Comissão, nunca apresentou grandes projetos, nunca se preocupou em fortalecer a democracia. Ele, ao contrário, Deputado Fontana, sempre fez discursos contra a democracia.

O fato é que, neste momento, Deputado Ricardo, Líder do Governo, com quem faço sempre um debate duro mas honesto, Bolsonaro passou de todos os limites.

Hoje o Ministro Fux, que preside a Suprema Corte deste País, chamou o Presidente da República de falso patriota, Deputado Paulo Teixeira. Quem chamou Bolsonaro de falso patriota não foi ninguém do Parlamento, da Oposição ou da Esquerda. Quem chamou Bolsonaro de falso patriota foi o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Um patriota não divide seu povo. O verdadeiro patriota não usa a Pátria, não usa as cores da Bandeira para gerar ódio, raiva, ameaça e instabilidade.

A fala do Presidente ontem não resolveu nenhum problema do Brasil, não indicou nenhum caminho para melhorar a vida do povo, que está pagando muito mais de 10 reais pelo arroz, mais de 10 reais pelo feijão, 7 reais pelo litro da gasolina. Senhores e senhoras, o gás de cozinha está custando mais de cem reais! São inúmeras as famílias com queimaduras porque estão fazendo comida no fogão a lenha. A situação de miséria no País é enorme! Entre os jovens de 18 e 24 anos, é quase 30% a taxa de desemprego. É um país sem futuro! Ainda assim, Bolsonaro vai a público se comportar como um líder de seita que ameaça as pessoas.

Neste ponto, eu gostaria de me dirigir às senhoras e aos senhores que defendem o Governo Bolsonaro e dizer que, no Rio de Janeiro, foi bem

sintomática, Deputado Isnaldo, a presença de um bolsonarista no meio de Copacabana, o Sr. Fabrício Queiroz. Ele foi preso pelo crime das rachadinhas, foi preso por pertencer a uma quadrilha formada dentro do gabinete do então Deputado Flávio Bolsonaro, que já admitiu que coordenava um grande esquema de corrupção na família Bolsonaro. Fabrício Queiroz estava na passeata de ontem, com uma camisa verde-amarela, representando, talvez, as milícias que sempre apoiaram Bolsonaro.

Não pode acontecer uma manifestação com uma camisa verde-amarela defendida por um ladrão! V.Exas. não podem estar do lado de um ladrão! É isto que ele é: ladrão de dinheiro público!

Eu imagino que ele não tenha feito isso sozinho no gabinete de Flávio Bolsonaro, mas estava lá, no meio daquela passeata. Ele é alguém que ficou escondido, que se escondeu em área de milícia e responde a um inquérito gravíssimo.

O que o Presidente Bolsonaro quer, ao atacar o Judiciário, Deputado Hildo Rocha, é salvar a pele dos filhos dele. É isso! Com isso o povo não concorda. Mesmo o povo que votou em Bolsonaro não concorda que se ataque a Justiça para proteger bandido, para proteger filho que cometeu crime.

O Senador Flávio Bolsonaro e o Vereador Carlos Bolsonaro são investigados por crimes gravíssimos de corrupção, de desvio de dinheiro público na prática das rachadinhas. A chance de os filhos do Presidente serem presos é enorme, senhoras e senhores! É por essa razão que eles estão atacando o Judiciário. Não há nenhuma outra razão. Eles não atacam o Ministro Alexandre de Moraes pelas decisões que o Ministro toma. Eles não atacam o Ministro Fux pelas decisões do Ministro. Eles atacam os Ministros para intimidá-los e para fazer com que o Judiciário não mais cumpra o seu papel. Isso a população não aceita!

Bolsonaro hoje não ganha uma eleição no segundo turno contra nenhum candidato! Hoje sua estratégia é exatamente esta, senhoras e senhores. Ontem Bolsonaro afirmou categoricamente que não pretende ganhar as eleições. Ele se isolou, Deputado Elias, para tentar fazer com que seu Governo venha através de um golpe, e nós não podemos aceitar isso. Deputado Arthur Lira, nós não podemos tornar isso normal. Nós não podemos deixar que esta Casa aceite isso.

Nós vamos derrotar Bolsonaro em 2022, vamos derrotá-lo até 2022. O estrago que ele pode fazer é enorme. Ele precisa ser detido agora: retirado da Presidência e preso.

Muito obrigado.

Documento 52/239

100.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/09/2021- CD 17:20	
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	RICARDO BARROS-PP -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Solidariedade do povo brasileiro às bandeiras defendidas pelo Presidente Jair Bolsonaro, demonstrada nas manifestações nacionais por ocasião do Dia da Independência do Brasil. Posicionamento do Presidente da República contrário ao ativismo político do Poder Judiciário. Impacto da epidemia de coronavírus sobre a economia brasileira. Destinação, pelo Governo Federal, de bilhões de reais para enfrentamento da crise sanitária e seus efeitos. Alcance social do auxílio emergencial instituído pelo Presidente da República. Vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Elevação dos índices de popularidade e reforço do projeto de reeleição do Presidente Jair Bolsonaro, diante do novo ambiente reinante no Brasil. Mediação, pelo Presidente Arthur Lira, de conflitos entre os Poderes Executivo e Judiciário. Reciprocidade na observância de prerrogativas dos Poderes da República. Reação do Presidente Jair Bolsonaro a excessos do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, ontem tivemos uma demonstração inequívoca de solidariedade e apoio às bandeiras defendidas pelo Presidente Jair Bolsonaro. Milhões e milhões de brasileiros foram às ruas com suas famílias, pacificamente, para demonstrar apoio ao nosso Presidente nas suas teses, nos valores da família, contra o ativismo político do Judiciário, que foi na verdade o principal tema dessa mobilização.

Aqui em Brasília, a Esplanada estava lotada. Muitos e muitos brasileiros de todos os lugares do País se mobilizaram para cá e para São Paulo. Tivemos também as mobilizações nos Estados, em várias cidades, onde esses brasileiros puderam se colocar nas ruas pacificamente, mostrando que querem, sim, que o Governo Bolsonaro implemente o seu plano de Governo, sua agenda liberal, um Estado mais leve, mais competitivo, capaz de atender aos anseios da população.

Este Governo enfrentou a pandemia. Obviamente, isso não estava nos planos do Ministro Paulo Guedes quando desenhou o desenvolvimento

econômico que seria alcançado nesses anos de Governo do Presidente Bolsonaro.

A pandemia nos impactou de forma muito violenta, e o Governo, aprovado por esta Casa, liberou bilhões e bilhões de reais para que pudéssemos enfrentar a crise sanitária, comprando vacinas para todos os brasileiros, e as consequências econômicas da crise sanitária, que se traduziram no auxílio emergencial, quando nós pudemos apoiar esses brasileiros e suas famílias no momento em que não podiam exercer o seu trabalho e ter a sua renda para sustentar a família. O auxílio emergencial, então, foi essencial para que o Brasil pudesse superar esse difícil momento da pandemia.

Hoje, já estamos com quase todos vacinados. A partir de fevereiro, teremos todos os brasileiros vacinados, o retorno à normalidade das atividades da sociedade e a retomada econômica, tão esperada por todos nós. Esse novo clima, este novo ambiente vai certamente aumentar a popularidade do Governo, vai reforçar o projeto de reeleição do Presidente Bolsonaro e vai nos permitir olhar de forma mais clara e mais tranquila o cenário político-eleitoral do ano de 2022.

Ontem, nós tivemos manifestações importantes e hoje também, com a fala do Presidente Arthur Lira para todos os brasileiros se colocando à disposição para mediar essa divergência que existe entre o Executivo e o Judiciário, uma fala que olha para um momento que precisa ser superado neste País, onde não se cumpre o mandamento constitucional de isonomia e de harmonia entre os Poderes, e é disso que nós precisamos. Nós precisamos que as prerrogativas exclusivas do Poder Legislativo sejam respeitadas pelo Judiciário e que as prerrogativas exclusivas do Poder Executivo também sejam respeitadas pelo Poder Judiciário.

Nós vivemos um momento meio que de exceção, com inquérito sobre *fake news* muito excepcional, questionado inclusive pela academia e ainda não apreciado pelo plenário da OAB, mas que tem criado um certo desconforto. As pessoas estão sentindo que não têm mais a liberdade de opinião ou a liberdade de expressão, que não podem livremente externar o seu pensamento. Isso tem criado certo mal-estar, que foi refletido, ontem, naquelas milhares e milhares de pessoas que se apresentaram às ruas de forma pacífica, mas com a bandeira nacional à sua mão, mostrando que o Brasil está realmente acima dessas questões que estão no momento apresentadas e que são personalizadas. Nós temos essa disputa, esse mal-estar.

O Presidente Bolsonaro, na semana passada, quando esteve no evento no Palácio do Planalto para falar das autorizações ferroviárias e assinou convênio para destinar 50 bilhões de reais para investimentos no País, já vinha, naquele discurso, falando da questão dos - por ele

considerado - exageros do Ministro Alexandre de Moraes.

Depois, falou de novo quando esteve na Bahia e repetiu nas solenidades do Dia da Independência, ontem, nas manifestações cívicas que aconteceram.

Então, não tem fato novo no discurso do Presidente, como também não tem fato novo no discurso do Presidente Fux, no posicionamento do que é a letra da Constituição em relação ao fato de que cada um tem que cumprir as suas responsabilidades e de que cada um tem que cuidar das suas atribuições.

Eu tenho clareza de que, sim, precisamos conter o ativismo político do Judiciário. Precisamos que cada Poder fique no seu quadrado. Precisamos que as atribuições exclusivas e as competências de cada Poder sejam respeitadas. Isso vai pacificar o nosso País. Não é tão difícil chegarmos a esse termo, basta que o Judiciário recue no avanço que fez sobre as prerrogativas dos terceiros Poderes e se coloque no seu devido lugar, como diz a nossa Constituição. Eu não estou aqui para criticar, estou aqui para constatar que é esta a realidade do nosso País.

Eu espero que o Presidente Arthur Lira tenha sucesso na sua tarefa de mediador desta crise; que o nosso Ministro-Chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, tenha sucesso na sua missão de amortecedor, à qual ele se dispôs; e que nós todos Parlamentares tenhamos clareza da nossa responsabilidade e continuemos as votações, como faremos hoje e na semana que vem na reforma administrativa, para que o Brasil avance, para que os brasileiros tenham o País que merecem: próspero, desenvolvido e em paz, como todos nós desejamos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 53/239

100.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/09/2021- CD	18:08
Publ.: DCD - 9/9/2021 -	RICARDO SILVA-PSB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da

participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral). Apelo à Casa por adoção de providências com vista à imediata retomada das atividades do setor de eventos.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta "sim".

Aproveito ainda a oportunidade para chamar a atenção deste Plenário, dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Observamos nas manifestações do Sete de Setembro milhares e milhares de pessoas nas ruas, muitas sem usar máscara. E isso pode, em nome de um princípio constitucional da liberdade de expressão. Mas chamo a atenção neste momento - estou aqui do lado do Deputado Felipe Carreras, de Pernambuco, autor de um programa emergencial de socorro às empresas do setor de eventos - porque o setor de eventos ainda está parado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Presidente da República, Governadores: o setor de eventos trabalha com cautela. Falei com Doreni Caramori Jr., Presidente da ABRAPE, e ele está revoltado - e com razão.

Faço um apelo do plenário da Câmara: que haja a retomada urgente do setor de eventos.

Documento 54/239

100.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/09/2021-19:32
Publ.: DCD - 9/9/2021	ALAN RICK-DEM -AC		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Importância da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Empenho no fornecimento, ao Estado do Acre, de respiradores mecânicos e materiais destinados ao combate à epidemia de coronavírus. Apoio à criação e prorrogação do auxílio emergencial de 600 reais. Destinação de recursos de emendas orçamentárias às áreas de saúde, educação e segurança pública acrianas.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ALAN RICK.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e população que nos acompanha pelos meios de comunicação desta Casa, vivemos tempos difíceis entre março de 2020 e maio de 2021 em decorrência da pandemia da COVID-19. Perdemos amigos e parentes e sofremos com a dor dos nossos entes queridos.

O momento exigiu muita perseverança, atenção e solidariedade diante dos casos confirmados e dos óbitos em todo Brasil. Mas o avanço da vacinação nos encheu de esperança.

Como representante do povo no Congresso Nacional, redobrei o trabalho na busca de recursos para garantir o melhor tratamento aos acrianos vítimas do coronavírus. Foi assim que garanti emendas extraordinárias para a saúde do Estado do Acre, 70 respiradores para unidades de saúde na capital e no interior, além de intermediar a entrega de mais de 50 respiradores doados ao Estado pelo Ministério Público do Trabalho.

Consegui ainda a doação de cinco mil itens para combater o coronavírus no Acre, através da boa relação com o Embaixador de Israel no Brasil, Yossi Shelley. Constam na doação máscaras e luvas descartáveis, máscaras de proteção facial e álcool em gel.

Ajudei também a aprovar por unanimidade a criação do auxílio emergencial em amplo debate com o Governo do Presidente Bolsonaro, para garantir o pagamento, durante 5 meses, do auxílio emergencial de R\$ 600,00, o que depois prorrogamos por mais 3 meses.

O trabalho não se restringe apenas às demandas relacionadas à COVID-19. Ao longo desse período de pandemia, percorri as cidades do nosso Estado, buscando saber das demandas da população.

Ao longo do mandato já garanti mais de R\$ 100 milhões para a área da saúde, beneficiando hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) na capital e no interior, além de Unidades Básicas de Saúde nos 22 Municípios.

Destaca-se a reconstrução e modernização do Hospital João Cândio Fernandes, em Sena Madureira, uma antiga demanda dos moradores

do local. A unidade vai atender três cidades da região do Purus.

Na área da segurança pública, nossa ação parlamentar já garantiu mais de R\$ 18 milhões em recursos para a aquisição de equipamentos, viaturas, coletes, armamentos, munições, reestruturação do Corpo de Bombeiros do Acre, estande de tiros do BOPE, viatura e reforma do canil da CP Cães, estande de tiros da Polícia Penal, apoio à Polícia Civil com equipamentos para as delegacias e para o serviço de identificação criminal, como perícia, papiloscopia e IML. Também destinei recursos para a SEJUSP para instalação e ampliação do cerco eletrônico, dentre outras ações.

Na Educação, foram mais de R\$ 70 milhões investidos na construção de creches, quadras, escolas, ônibus escolares e equipamentos.

Destaca-se, por exemplo, a entrega de 110 novos ônibus escolares em Rio Branco, adquiridos via Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O primeiro semestre de 2021 foi de muito trabalho, mas também de conquistas significativas. Com muito esforço estamos conseguindo melhorar a qualidade de vida da nossa população. Continuaremos juntos nessa batalha no próximo ano.

Desejo que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 55/239

100.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/09/2021-19:32
Publ.: DCD - 9/9/2021	VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP		
-	CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Aplausos à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, pela suspensão de jogo de futebol entre as Seleções da Argentina e do Brasil, diante da situação irregular de jogadores daquele país com relação à Covid-19.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros telespectadores da TV Câmara e da Rádio Câmara, ponto para a ANVISA, que fez cumprir a lei e mostrou que o Brasil está trabalhando firme no combate à pandemia. Esta é a leitura do episódio ocorrido durante a partida entre Brasil e Argentina. O jogo foi interrompido porque quatro jogadores argentinos entraram de forma irregular no País, ao negar que estiveram anteriormente no Reino Unido. Além de não cumprirem a quarentena, três deles entraram em campo como titulares, mesmo tendo sido avisados de que não poderiam atuar.

A resposta à altura não só se impôs, como também desfez a ideia de que no Brasil tudo é possível. Não é! Existem autoridades competentes para fazer as leis serem cumpridas e para desmistificar que, no nosso País, há jeito para tudo.

A Portaria nº 655, de 2021, estabelece que viajantes estrangeiros que tenham passado nos últimos 14 dias pelo Reino Unido, pela África do Sul, pela Irlanda do Norte e pela Índia estão impedidos de ingressar no Brasil.

A história ocorrida é repleta de senões, mas o centro da discussão não pode e não deve ser desviado. Portaria de reciprocidade ou um compromisso sabe-se lá firmado por quem, que permitia a atuação dos tais jogadores, não vem ao caso. Considerar o Brasil culpado pelo jogo não ter sido realizado ou achar que foi um escândalo ou um vexame não são pontos relevantes. A relevância está no descumprimento das leis de um país. Isso é grave, muito grave. A autoridade sanitária do Brasil é a ANVISA, a entidade que tem que ser respeitada.

Os fatos serão apurados, mas fica a certeza de que o Brasil tem quem o defenda, sem ceder a pressões, sem tolerar o intolerável, mesmo diante de imagens ao vivo da TV. Se acharam que, por serem jogadores, teriam privilégios, ficou a certeza de que a lei que vale para um vale para todos. Isto é justiça. Nada pode ferir a legislação de um país. Nada pode ficar acima da soberania nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

76.2021.B Sessão Outro Evento 09/09/2021-09:08

Publ.: DCD - 9/10/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Valorização do dólar norte-americano frente ao Real. Elevação dos índices inflacionários e dos preços de alimentos e de combustíveis. Existência no País de 15 milhões de trabalhadores desempregados. Ameaça do Presidente da República de fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Isolamento do Presidente Jair Bolsonaro perante a comunidade internacional. Falta de compromisso do Chefe da Nação com o povo brasileiro, em especial com a classe trabalhadora. Superação da marca nefasta de 584 mil mortes no Brasil pela Covid-19.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos vivendo um momento muito difícil da política brasileira. O Governo Bolsonaro já terminou, já passou o tempo dele.

Nós estamos vendo, com a crise que está posta, o dólar subindo, a inflação galopante, os preços a perder de vista, Sr. Presidente. É inadmissível 1 litro de óleo de cozinha custar 9 reais, 10 reais. O litro de gasolina, em alguns lugares do Brasil, chega a quase 8 reais. O povo não consegue sobreviver. Não existe emprego, Sr. Presidente. Mais de 15 milhões de pessoas estão levando currículo, pedindo socorro, para poder ter o dinheiro para tratar da sua família.

O Presidente da República, em vez de lutar, de dar uma palavra de alento à população brasileira, fica criando essas pautas desnecessárias, ao fazer com que a população brasileira viva em desespero. Essa ameaça de fechar o Congresso e de fechar o Supremo Tribunal Federal coloca o País no isolamento social do mundo inteiro.

O Presidente da República não é convidado nem para enterro. Ele não vai nem ao Paraguai, porque não é convidado. É o Presidente da República mais isolado do mundo. E um país do tamanho do Brasil, com a importância que tem na economia mundial, não pode ser um país isolado, jogado para lá, como se fosse um país insignificante.

E tudo isso é por causa desse Presidente da República, que não tem compromisso com o povo brasileiro, que não tem compromisso com a classe trabalhadora, que não tem compromisso com a saúde do povo brasileiro. Mais de 584 mil brasileiros e brasileiras morreram, e até

agora nós vivemos esta pandemia, que parece sem fim.

Sr. Presidente, eu gostaria que fosse divulgada a nossa fala no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 57/239

76.2021.B	Sessão Outro Evento	09/09/2021-09:16
Publ.: DCD - 9/10/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Bloqueio de rodovias brasileiras por caminhoneiros em apoio ao Presidente da República. Investigação do financiamento de atos antidemocráticos por grandes empresários. Cenário de fome, miséria, desemprego e morte reinante no País. Exigência de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, de antemão, peço a V.Exa. que seja divulgado o meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Presidente, nós estamos vivendo uma situação inusitada. Não dá para entender ou para acreditar que os caminhoneiros que estão paralisando várias BRs, várias rodovias, estejam fazendo isso por vontade própria, porque, como trabalhadores, eles estão sabendo do custo de vida. É uma operação que cabe aprofundar e investigar. Tudo indica que é o dinheiro dos grandes empresários que está por trás disso, donos de grandes frotas, bem como grandes ruralistas. O dinheiro rolou no Sete de Setembro bancando avião, grandes ônibus, vales e um monte de coisas assim.

Então, é lamentável que, com o preço que está o combustível, eles parem rodovias não para pedir a redução do preço do combustível, mas para defender um genocida corrupto que está a serviço da família dele, que está a serviço de uma panelinha, a serviço de milicianos. É um escândalo usar os trabalhadores! Eu tenho colegas caminhoneiros que, com certeza, estão contra sua vontade nas rodovias. Uns estão por medo; outros, porque, de fato, grandes empresários estão pressionando. É um absurdo! Estão mergulhando o Brasil num caos. Esse é um jogo covarde do Presidente Bolsonaro. Há 600 mil mortos,

fome, miséria, desemprego.

É verdade que junto existe muita hipocrisia desta Casa. Há Deputados que vêm à tribuna dizer que estão em nome de Deus, em nome da família, com milhões de desempregados e famintos. Deixem, um dia a eles vão dizer: "*Longe de mim, porque eu estava com fome e não me deste o que comer*". Talvez, seja esta a recepção do céu: "*Longe de mim!*"

Aqui, além dos fariseus hipócritas, dos doutores da lei hipócritas, há também o Pilatos, o Lira. Presidente Lira, V.Exa. está lavando as mãos, está se acovardando. Covarde! Paute o *impeachment!* O Brasil não suporta, não aguenta mais um Presidente corrupto, genocida, irresponsável, inconsequente, que deveria cuidar povo, e só pensa em golpe. É uma vergonha o que se passa neste País.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 58/239

76.2021.B	Sessão Outro Evento	09/09/2021-09:24
Publ.: DCD - 9/10/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações aos organizadores do 27º Grito dos Excluídos. Apoio à pauta de reivindicações dos participantes no evento. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República. Convocação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de atos contra o Supremo Tribunal Federal ao ensejo do Dia da Independência do Brasil. Não manifestação do mandatário do País sobre a elevação dos preços de alimentos, de combustíveis e dos índices inflacionários. Inadmissibilidade da promoção de golpe de Estado pelo Presidente da República.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ao saudar todos os Parlamentares, gostaria de registrar, para divulgação pelos meios de comunicação desta Casa, em especial pelo programa *A Voz do Brasil*, os nossos parabéns a todas as organizações que, no último domingo, realizaram no Brasil inteiro o 27º Grito dos Excluídos, em defesa da democracia, em defesa do auxílio emergencial de 600 reais, por vacina já para toda a nossa população e pela retomada de um grande projeto de desenvolvimento econômico e social, o que este

Governo nunca teve, e não tem.

Também reivindicamos a necessidade de um processo de *impeachment* contra este Presidente antidemocrático e genocida, que, aliás, convocou exatamente para o Dia Sete de Setembro atos de afronta ao Supremo Tribunal Federal. Nenhuma reivindicação os grupos "bolsonaristas" trouxeram em defesa da Pátria, em defesa do povo brasileiro. Eles não trouxeram nada sobre o aumento do preço dos combustíveis, o qual Bolsonaro dolarizou. Eles não trouxeram nada sobre a inflação e o preço dos alimentos.

Por isso, é necessário estarmos atentos. O papel do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, neste momento, é o de encontrar um rumo para este País, que o Poder Executivo há muito tempo abandonou.

Bolsonaro vive e alimenta as *fake news*, vive e alimenta o ódio, afronta as instituições democráticas e leva empresas de transporte a paralisações, para criar o caos no Brasil.

Não aceitaremos golpe, não aceitaremos retrocesso! Não nos curvaremos na defesa da soberania nacional, na defesa de um projeto para o povo brasileiro! Foi isso o que o Grito dos Excluídos trouxe, através das pastorais, do movimento sindical, do movimento popular, da Frente Povo sem Medo e da Frente Brasil Popular...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - Deputado, eu vou reabrir o microfone de V.Exa., apesar de já ter acabado o seu tempo. Peço a V.Exa. que conclua em 30 segundos, por favor.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Solicito que seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa, em especial pelo programa *A Voz do Brasil*, o nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

Documento 59/239

76.2021.B	Sessão Outro Evento	09/09/2021-09:28
Publ.: DCD - 9/10/2021 -	GENERAL GIRÃO-PSL -RN	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Incoerência de discursos de Parlamentares da Oposição, notadamente do PT, diante do desvio pelos governos petistas de recursos públicos para países autoritários. Liberação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de recursos para a área de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte. Avocação, pela Governadora Fátima Bezerra, da responsabilidade pelos investimentos realizados no setor. Repúdio à declaração de Senador do PT a respeito do uso da Bandeira Nacional e das cores verde e amarela por participantes em manifestações populares. Desvio, pelo Consórcio do Nordeste, de recursos destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir que este pronunciamento fosse veiculado pelos meios de comunicação da Casa.

Sr. Presidente, causa-nos muita estranheza o discurso de Parlamentares, de maneira geral, quase todos ligados ao Partido dos Trabalhadores, que assaltou o País, que levou dinheiro nosso para o exterior, para ser aplicado em infraestrutura em outros países, como Cuba, Venezuela e até alguns do Oriente Médio. Isso é lamentável. Eles se esqueceram do passado. Parece que eles não sabem dirigir, com medo de olharem o retrovisor e verem o que fizeram.

O Estado do Rio Grande do Norte, Sr. Presidente e caros colegas - e, por favor, contra fatos não há argumentos -, o Rio Grande do Norte não recebeu, ao longo de não sei quantos anos de Governos do PT, nem 1 centavo quase para a segurança pública. Para a compra de viaturas, armamento, munição, zero. O Presidente Jair Bolsonaro, em 2 anos e 8 meses, já enviou para o Estado quase 200 milhões. Esta semana chegaram mais 8 milhões em equipamentos, e vinte e poucas viaturas. A Governadora não diz que vieram do Governo Federal. Ela insiste em dizer que é ela que está apoiando a segurança pública - ela e os Deputados dela. Parece até brincadeira. Isso é apologia à mentira. Esse é o jeito do PT de ser: mentir, mentir e mentir, para a população achar que é verdade. Por favor!

Aqueles colegas Deputados que estão fazendo isso deveriam ter vergonha. Mais do que vergonha, eu tenho nojo. Vou usar as mesmas palavras que um Senador do PT do Rio Grande do Norte usou. Não vou dizer o nome dele porque não cito o nome de pessoas. Um Senador do PT do Rio Grande do Norte disse que tem nojo das pessoas que saem às ruas usando as cores verde e amarelo e carregando a Bandeira do Brasil. Meus amigos! Peço aos mais antigos políticos do Partido dos Trabalhadores que reflitam sobre isso e

chamem a atenção desse Senador. Pelo amor de Deus! Ele falou isso num pronunciamento oficial, no Senado. Ele tem nojo das cores da Bandeira brasileira? Isso é uma vergonha, rapaz!

O cara que diz isso tem que ir para Cuba, para a Venezuela, para outro país. Vão querer que eu lembre a frase "*Brasil: ame-o ou deixe-o*"? Se o cara não gosta, que vá embora! Agora, dizer que tem nojo? Isso é um absurdo.

Meus amigos e Sr. Presidente, eu termino as minhas palavras pedindo mais uma vez que elas sejam veiculadas de verdade. Eu termino as minhas palavras dizendo que precisamos, sim, ser mais coerentes.

Quem tem que ser investigado, quem tem que ser chamado de "genocida" é quem desvia, é quem desviou dinheiro, como os 5 milhões de reais que o Consórcio Nordeste levou do Rio Grande do Norte, em vez de fornecer respiradores, na hora em que as pessoas estavam morrendo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - Deputado General Girão, o tempo de V.Exa. já terminou. Eu vou conceder mais 30 segundos a V.Exa. para que conclua a fala.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou concluir, assim como outros colegas tiveram esta oportunidade.

Quero dizer que genocida é quem desviou, e não quem enviou recursos. O Presidente Bolsonaro mandou mais de 700 bilhões de reais para o enfrentamento da COVID-19, e infelizmente alguns governantes desviaram o dinheiro.

Por favor, vamos refletir sobre isso. Nós somos adultos. Temos memória e raciocínio para refletir sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 60/239

76.2021.B

Sessão Outro Evento

09/09/2021-09:32

Publ.: DCD - 9/10/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Criação de crises e disseminação de mentiras pelo Presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores. Incentivo do Presidente da República ao fechamento do Supremo Tribunal Federal, à promoção de golpe de Estado e ao bloqueio de rodovias por caminhoneiros. Prioridade do Chefe da Nação nas ameaças à democracia e às eleições de 2022, em prejuízo da discussão de temas de relevante interesse do País e do povo brasileiro.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu tive mesmo um problema com a Internet.

Eu vinha conduzindo um raciocínio inclusive oposto ao do colega que me antecedeu. É exatamente o Governo Bolsonaro e os seus seguidores que vivem criando crises para se sustentarem no poder, crises com bravatas, crises com mentiras e com a falsidade do patriotismo. Olha o que fizeram no Sete de setembro. Criaram toda uma expectativa de fechar o Supremo Tribunal Federal, de dar um golpe no Parlamento, e agora incentivam os caminhoneiros. Logo em seguida, o Presidente, descaradamente, vem dizer, através de um áudio, que é para destrancarem as rodovias. Isso tudo é criação, é manobra política.

Mas o que está em discussão é o "bolsonarismo". O Presidente da Nação, o Chefe da Nação não discute o País real. Todo esse movimento contra a democracia, toda essa preocupação com as eleições parece medo de disputar as eleições, mas não trata do País real. Eu não escuto os "bolsonaristas" falarem da fuga de capital do nosso País, da fuga dos investidores e da crise econômica que este País atravessa, inclusive por instabilidade política, devido ao comportamento do Presidente da República. Eles já se esqueceram, não falam mais do comportamento do Presidente na crise da COVID, das corrupções em torno da compra das vacinas.

Eles não falam do preço dos combustíveis, dos alimentos, da energia. Não falam do País real. Tentam se segurar politicamente em torno de narrativas falsas de polarização política.

Sinceramente, meus colegas, eu até entendo o "bolsonarismo", os seus puxa-sacos, os seus seguidores, até entendo o capital, que está ganhando dinheiro com isso, mas é preciso mobilizar o pessoal do progressismo. Isso não é uma questão de esquerda, Sr. Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 61/239

76.2021.B	Sessão Outro Evento	09/09/2021-10:44
Publ.: DCD - 9/10/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vinculação entre a superação da marca de 580 mil mortes no País pela Covid-19, e o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus, notadamente no tocante à aquisição de vacinas. Insensibilidade do Presidente da República diante do cenário de desemprego, fome e insegurança alimentar reinante no País. Rejeição do Governo Jair Bolsonaro pela maioria da população brasileira. Atuação desastrosa do Chefe da Nação. Defesa do seu afastamento do comando do País.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Esta Casa não pode mergulhar no negacionismo da própria realidade. Não pode achar que nada está acontecendo de grave neste País, porque o País vive um momento extremamente grave. Não adianta a tribuna ser ocupada pelos cínicos, porque aqueles que conhecem a realidade e negam a realidade são cínicos, e esse cinismo fere a pele do povo brasileiro, fere a alma do povo brasileiro.

Mais de 580 mil pessoas se foram, e quem parte sempre é amor de alguém. Muitas delas poderiam estar aqui conosco, no convívio dos seus lares, na sua trama de afetos, na sua trama de relações, mas sucumbiram frente ao negacionismo e ao negacionismo do Governo Federal, que tentou barganhar no Ministério da Saúde propina, negando o direito à vacina do povo brasileiro.

Ah! O povo brasileiro! Existem mais de 14 milhões de pessoas que estão em situação de desemprego; mais de 20 milhões, ou por volta disso, em situação de fome; por volta de 100 milhões em insegurança alimentar! Mas isso não chega ao coração do Presidente da República. O Presidente da República não está preocupado com o povo brasileiro, não está preocupado! Dos corpos, ele faz o seu palanque de ódio, o seu palanque para tentar enfrentar a própria democracia, para manter, de forma golpista, uma faixa presidencial que é conjunto da população brasileira.

A maioria da população brasileira já não apoia este Governo! E me vêm dizer que isso é defender o verde e o amarelo, que isso é defender a bandeira nacional?

Não se defende a bandeira nacional quando está se entregando o patrimônio do povo brasileiro! Não se defende a bandeira nacional quando se destrói a educação! Não se defende este País com o povo passando fome, sem soberania popular! Não se defende este País e as cores da bandeira nacional quando se tem um Presidente que já estabeleceu mais de mil mentiras só no ano passado, ou seja, que mente, mente! Agora, edita uma medida provisória para não possibilitar que as mentiras sejam retiradas das redes sociais.

Portanto, nós estamos vivenciando o caos, o caos da lógica fascista, da lógica de quem não olha o outro. O Presidente da República, em nenhum momento, em nenhum momento, foi visitar um hospital ou foi visitar o povo que passa fome, em nenhum momento. Ele foi andar de motocicleta pelo Brasil inteiro, organizando, há 2 meses, com recursos públicos, um ato contra o País.

É "Fora, Bolsonaro!".

Documento 62/239

76.2021.B	Sessão Outro Evento	09/09/2021-10:48
Publ.: DCD - 9/10/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Incapacidade, incompetência e despreparo do Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de reação do Parlamento brasileiro contra os ataques do Presidente da República à democracia brasileira. Quadro de desemprego, inflação e fome reinante no País. Necessidade de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Bloqueio de rodovias no País por caminhoneiros, em apoio aos arroubos antidemocráticos do Chefe da Nação.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nobres colegas, o Governo Bolsonaro acabou. Resta ao Parlamento brasileiro, ao Supremo Tribunal Federal, ao Senado, à sociedade brasileira definir como ele vai terminar - se o Bolsonaro será preso, cassado ou derrotado nas urnas.

É inaceitável o que está acontecendo no País. Um Presidente, eleito pra governar, não governa, porque ele é incompetente, incapaz,

despreparado. Na falta de resultados para o País, o Governo se utiliza de instrumento do nazismo, do fascismo, que é colocar o Governo contra o Estado.

A sociedade brasileira, em especial o Parlamento, a Câmara dos Deputados, o nosso Presidente Arthur Lira, não pode vacilar. Nós precisamos dar uma resposta à altura dessa tentativa autoritária de destruir a democracia brasileira, porque o País já foi totalmente destruído por esse desgoverno. Estamos convivendo com a maior inflação dos últimos 20 anos - 20 anos! -, a maior taxa de desempregados; perdemos mais de 600 mil vidas; a juventude perdeu o seu sonho, a sua esperança; e o povo brasileiro está passando fome. O que mais nós vamos esperar para agir, para colocar esse Governo para fora? Além de tudo isso, esse Governo ataca as instituições, propõe organizar ato contra a democracia.

O que está acontecendo agora nas estradas nós temos que investigar, Presidente. Há suspeita de presença de milicianos. A ampla maioria dos caminhoneiros quer trabalhar, quer, sim, fazer greve contra o combustível de 7 reais, contra os pedágios, contra a inflação e não a favor do Governo.

Documento 63/239

76.2021.B	Sessão Outro Evento	09/09/2021-12:28
Publ.: DCD - 9/10/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atuação desastrosa do Presidente da República. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de projetos destinados ao enfrentamento da fome e do desemprego e à preservação de políticas públicas. Corrupção praticada na compra de vacinas contra a Covid-19, no âmbito do Ministério da Saúde. Transformação pelo Governo Jair Bolsonaro da crise hídrica, de usinas termelétricas e do patrimônio público em fontes de lucros, negociatas e corrupção. Obtenção de altos lucros e dividendos pelos acionistas privados da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, após a privatização das estatais.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Realmente, que tempos nós estamos vivendo neste País, que tempos! Eu acho que nenhum de nós poderia imaginar um Presidente da



República que não consegue seguir, ao mínimo, a liturgia do cargo, que não respeita a responsabilidade que deveria estar cumprindo. Não existe, da parte do Governo, um único projeto para enfrentar a fome, a miséria, o desemprego, problemas que a população brasileira está vivendo.

Podem olhar para qualquer um dos Ministérios deste Governo! Não há um único que tenha conseguido não melhorar, mas ao menos preservar as políticas públicas que existiam anteriormente. É destruição em larga escala, em grande monta! Eles conseguiram juntar o negacionismo com o "negacionismo". Negaram a pandemia, negaram a compra de vacinas diretamente dos produtores, para transformar, Deputado Fontana, tudo em negócio, em cadeia de corrupção.

Era a primeira vez que o Ministério da Saúde iria comprar, por intermediários, a vacina por 1 dólar a mais em cada dose da corrupção. Mas não parou por aí. Com a crise hídrica, o negacionismo e o "negacionismo" estão presentes. Negaram a crise hídrica até não poder mais, para transformá-la num grande negócio. Transformaram as termoeletricas, em última hora, na fonte de corrupção e de lucro deste Governo.

Mas também o que se poderia esperar, Presidente, de um batedor de carteira, ladrãozinho pé de chinelo, ladrão de galinha, que passou 28 anos aqui na Câmara roubando salário de assessores, transformado em chefe de quadrilha, transformado em chefe da máfia? Não poderia dar certo, não tinha como! É corrupção para todo lado, é roubalheira para todo lado! Estão transformando o patrimônio público mais importante deste País em fonte de negócio.

O que é que fizeram com a PETROBRAS? Sete reais o preço do litro de gasolina! E não foi o custo que aumentou, o custo é lá embaixo. O custo do barril de petróleo do pré-sal é lá embaixo, o custo do refino nacional é lá embaixo! É para dar lucro para os seus comparsas da quadrilha, que são acionistas privados.

A mesma coisa é com a ELETROBRAS. Enquanto os Governos Lula e Dilma tinham o Luz para Todos, agora tem o "Luz para Poucos". Estão transformando a ELETROBRAS, igual ao que estão fazendo com a gasolina, numa outra fonte de lucro. Acabaram com o investimento. Desde 2016, os investimentos no setor elétrico despencaram. Para quê? Para sobrar bilhões para pagar dividendos aos acionistas da ELETROBRAS.

O Presidente Lula tem dito que tem que botar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda. Eles fazem o oposto: estão tirando a renda dos pobres e botando os bilionários no Orçamento. Estão tirando dinheiro do povo para pagar dividendos na PETROBRAS e na

ELETROBRAS e querem entregar os Correios também. Tudo na bacia das almas para atender aos interesses da elite sanguinária...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 64/239

76.2021.B	Sessão Outro Evento	09/09/2021-12:36
Publ.: DCD - 9/10/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Prática de crimes comuns e de responsabilidade pelo Chefe da Nação. Indícios de envolvimento do Presidente da República, de sua família e aliados em atos de corrupção. Rejeição do Governo Jair Bolsonaro pela maioria do povo brasileiro.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, eu fico me perguntando o que falta para o Presidente Arthur Lira abrir o processo de *impeachment*. Eu me pergunto todos os dias: o que falta? O que mais o Presidente da República precisa fazer para que o Presidente da Casa tome a iniciativa que lhe cabe neste momento, que é a de abrir o processo de *impeachment*? O que mais falta? O Presidente da República praticou crimes comuns, crimes contra a Constituição, crimes contra os direitos humanos e crimes de responsabilidade; há indícios fortíssimos de corrupção envolvendo o Presidente, a sua família e aliados do seu Governo.

Por isso, eu me pergunto: o que falta para o Presidente da Casa cumprir a sua missão constitucional? A Constituição Federal fala desses casos e desses termos em que nós estamos vivendo, de ameaça grave à democracia, de afronta aos Poderes constituídos. O que mais falta?

O Presidente da República desrespeitou o art. 85 da nossa Constituição e cometeu crime de responsabilidade. Esse Presidente tem reiteradas vezes cometido crimes de responsabilidade. As instituições vão continuar fazendo cara de paisagem? Ele devia ter sido impedido quando invocou o torturador Brilhante Ustra durante a sessão

que culminou com o golpe parlamentar. Nada foi feito. Ele se elegeu Presidente, continua desafiando e rasgando a nossa Constituição, enquanto o povo morre de fome e está sem emprego, sem vacina e sem perspectiva de inclusive poder comprar o alimento. A cada dia, o gás está mais caro, o preço dos alimentos disparou. E o Presidente usa o seu cargo para insuflar, para agredir o povo brasileiro.

Portanto, eu pergunto, Deputado Arthur Lira: o que falta? Assuma a sua postura de Presidente desta Casa.

Digo ao Presidente Arthur Lira que é hora de coragem, é hora de reação. O povo brasileiro não aguenta mais. Não dá mais para termos à frente do nosso País um homem que virou as costas para o povo, desde sempre. Nós já sabíamos disso. Mas agora é a maioria do povo brasileiro que rejeita este Governo: 64% do povo brasileiro não aguentam mais o Governo Bolsonaro.

Documento 65/239

76.2021.B	Sessão Outro Evento	09/09/2021-13:00
Publ.: DCD - 9/10/2021 -	BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da prisão do Presidente da República por prática de crimes comuns e de responsabilidade. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em esquema criminoso para compra da vacina Covaxin. Apelo ao Presidente Arthur Lira por abertura de processo de impeachment contra o mandatário do País. Bloqueio de rodovias no País por caminhoneiros comandados pelo agronegócio.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e querido amigo Deputado Elias Vaz, meus cumprimentos por conduzir a sessão neste momento!

Sr. Presidente, quem tem que ser preso é o Presidente Bolsonaro. Ele já cometeu todo tipo de crime neste País, crimes comuns e crimes de responsabilidade. Há o envolvimento do seu Governo com a corrupção da COVAXIN, a vacina. Em vez de buscar vacina, eles estavam buscando propina. Portanto, há motivos de sobra para que esse indivíduo saia preso da cadeira da Presidência da República.

Contudo, antes disso, é preciso insistir com o Presidente Arthur Lira para que S.Exa. pautar o *impeachment* de Bolsonaro, porque este é o

remédio previsto na nossa Constituição para situações como estas, situações extremas. O Brasil está um caos. Os caminhoneiros agora resolveram fazer paralisações nas BRs, mas comandados pelo agronegócio, porque os representantes da categoria estão dizendo que não têm nada a ver com essas paralisações. O agronegócio, setor da economia altamente beneficiado que, mesmo com pandemia, continuou tendo altos lucros, em razão do aumento do dólar, provocado pelo Governo Bolsonaro, resolve criar o caos, paralisando BRs em todo o Brasil. Aqui no Maranhão, na região de Balsas, está acontecendo paralisação.

Por isso, é preciso que haja reação deste Congresso Nacional, desta Casa Legislativa, que tem o amparo constitucional para instaurar um processo de *impeachment*, para que este Presidente e qualquer outro respeitem a Nação brasileira, respeitem a autoridade maior, que é o povo brasileiro.

Aqueles que foram para a rua não são maioria. Eles podem ser zuadentos, podem ser barulhentos, mas são minoria no Brasil. E nós vamos provar isso, porque as manifestações que estão vindo aí são muito maiores do que essas que nós vimos agora. Elas vão defender o *impeachment*, vão defender o "Fora, Bolsonaro!". Isso vai acontecer, porque esta é a vontade maior que existe hoje neste nosso País.

Portanto, Presidente Arthur Lira, é hora, mais do que nunca, de termos responsabilidade com a história deste País. V.Exa. também poderá ser a próxima vítima daquele que hoje, infelizmente, comanda o País.

Impeachment já!

Documento 66/239

76.2021.B	Sessão Outro Evento	09/09/2021-13:20
Publ.: DCD - 9/10/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Balço da situação social, econômica e ambiental do Brasil. Indignação com a tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de transformação da Bandeira Nacional em símbolo dos seus apoiadores. Incentivo do Presidente da República a conflitos, ao ódio e à intolerância. Imediata abertura pela Casa de processo de *impeachment* contra o Chefe da Nação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente Elias Vaz, brasileiros e brasileiras, nestes 3 minutos eu quero fazer um balanço do que é o Brasil que está nos legando essa irresponsabilidade do bolsonarismo.

É um Brasil onde o desemprego explodiu. Hoje nós temos perto de 15 milhões de pessoas desempregadas e cerca de mais 30 milhões de pessoas que trabalham menos horas do que gostariam e estão subempregadas.

É o Brasil da inflação que voltou. A inflação na cesta básica, Presidente Elias Vaz, é de 20% e o salário mínimo eles reajustam em apenas 6%, o que significa que um trabalhador que ganha mil, 2 mil reais, vai ficar 14% mais pobre a partir deste dia.

O Brasil de Bolsonaro é o Brasil que derrubou a sua economia, que chegou a ser a 6ª maior economia do mundo, no período em que Lula governou este País, com altivez e qualidade, e hoje é a 13ª economia do mundo. É o Brasil que se isola internacionalmente. Não tem parceiros estratégicos, conflita com a China, com os Estados Unidos, com a Argentina. É um Brasil que se torna cada vez mais um pária internacional.

Vejam o que Bolsonaro fez com o Sistema Único de Saúde, o nosso SUS, orgulho nacional! Ele troca de Ministros, a cada 6 meses, porque ele quis um SUS para desacreditar vacinas; ele quis um SUS para prescrever medicamentos que não funcionaram. E o Brasil hoje é o 5º país com maior número de mortes por COVID no mundo, pela péssima gestão sanitária feita no nosso País.

Vamos falar da questão ambiental. A destruição da Amazônia e de outros biomas corre solta num governo que desestrutura os mecanismos de Estado de proteção ambiental. Vamos adiante. Há insegurança alimentar e fome. A insegurança alimentar atinge 100 milhões de brasileiros e já devolveu para o Mapa da Fome o Brasil, com 20 milhões de brasileiros que estão passando fome neste momento em que a Câmara Federal está aqui reunida.

E Bolsonaro vai ao Sete de Setembro para sequestrar a bandeira de todos nós, brasileiros, esta bandeira que é de todos os brasileiros. E Bolsonaro propõe conflitos, Bolsonaro propõe redes de ódio e intolerância, Bolsonaro não diz uma palavra sobre esses problemas reais que o Brasil enfrenta.

Nós precisamos abrir o processo de *impeachment* para retirar Bolsonaro da Presidência!

101.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -09/09/2021-
CD 17:24

Publ.: DCD - 9/10/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 50, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral. Vinculação entre o empenho do Presidente Jair Bolsonaro na ruptura do tecido democrático, e o seu envolvimento e dos seus filhos com o mundo da corrupção. Isolamento do Chefe da Nação. Rejeição do Governo Jair Bolsonaro por 64% da população brasileira. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Vinculação entre o alcance da marca de 584 mil mortes no País pela Covid-19, e o boicote do Presidente Jair Bolsonaro à compra de vacinas contra a doença. Elevação dos preços de combustíveis e de alimentos no País.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL libera a bancada.

Quero agradecer à Líder Talíria Petrone a cessão do tempo.

Nós estamos vendo uma situação gravíssima no País, e não se pode normalizar algo que não é normal. Hoje, Jair Messias Bolsonaro, ou melhor, Jair "Genocida" Bolsonaro, faz uma declaração à Nação, uma declaração em que desdiz todas as barbaridades dos atos autoritários que ele expressou no domingo, na Paulista e aqui em Brasília. Nós não temos dúvida de que a vontade de Bolsonaro, um Governo da extrema-direita, com a tentativa permanente de fechar as liberdades democráticas por dentro do sistema político, é, sim, restringir as liberdades democráticas, não cumprir decisões judiciais, avançar sobre as nossas garantias da Constituição de 1988, Deputada Vivi Reis. O recuo do Bolsonaro não é um recuo na sua intenção golpista, porque isso está no DNA de uma extrema-direita que botou a cabeça no Brasil e que é minoritária. Mas, mesmo sendo minoritária, não pode ser subestimada: é minoritária, violenta e barulhenta.

Essa extrema-direita se organiza politicamente a partir do Palácio do Planalto, do "gabinete do ódio". Esse recuo do Bolsonaro deve ser lido não como uma tentativa de pacificação - o Governo Bolsonaro é o governo da discórdia -, mas como uma tentativa de romper o isolamento político, que se tem ampliado, em relação ao seu Governo. Qual é a maior preocupação do Bolsonaro, Deputado Jorge, por que se preocupa? É porque se fala da prisão iminente dos filhos bandidos dele; é porque as investigações mostram a relação promíscua deles



com as milícias; é porque até o caçula tem relação com lobista e com criação suspeita de empresa; é porque as rachadinhas estão sendo investigadas, e não só do Flávio, mas também do Carlos Bolsonaro; é porque ele é um Governo do submundo da corrupção e sabe que vai acabar preso, se justiça for feita no País. Ele está isolado porque o maior aliado dele, o Trump, foi derrotado pelo movimento negro nos Estados Unidos. Está isolado porque mesmo as elites econômicas, que, em nome de uma agenda econômica antipovo, ficaram assustadas diante da escalada golpista e lançaram notas, como a própria FEBRABAN, etc.

Mas esse isolamento na superestrutura e a própria reação contundente e crítica no inquérito das *fake news*, no sentido de prender Daniel Silveira e Roberto Jefferson, precisam avançar.

Mais do que avançar ou apostar neste isolamento - e é necessário que exista, porque, se estivessem unidos contra nós, seria pior -, o que nós representantes dos trabalhadores, da juventude, dos movimentos sociais temos que fazer é ampliar a correlação de forças na rua, expressar a maioria social que rejeita o Governo corrupto do Bolsonaro. São 64% de rejeição. Setenta e cinco por cento do povo não aceitam a nova ditadura! Contudo, essa maioria tem que estar expressa na mobilização. Essa maioria social precisa se expressar em organização, para que a Câmara cumpra com o seu papel, Presidente Arthur Lira, e abra o pedido de *impeachment*, para que nós possamos ver Jair Bolsonaro ser responsabilizado e culpado pelos crimes contra a humanidade que cometeu: 584 mil mortos pela COVID-19, boicote à vacina. E está a 7 reais o litro da gasolina e houve 40% de aumento no preço do arroz. É um assalto o que acontece com o povo brasileiro! Os pobres estão ainda mais pobres, a classe média está empobrecida, mas os bilionários estão mais bilionários. É uma vergonha que os parasitas do sistema financeiro estejam enriquecendo às custas da população!

Portanto é fundamental que haja essa alteração da correlação de forças. Eu não tenho dúvida, Deputado Afonso, de que nós fomos maiores no dia 3 de julho e no dia 29 de maio, de que nós fomos maiores em vários momentos deste ano, mas não se pode subestimar uma extrema-direita que, repito, é minoritária, mas é violenta e coloca a sua cabeça para fora. Nem podemos superestimar o peso do Bolsonaro, porque ele está isolado nacional e internacionalmente, mas nenhum Governo cai de podre.

Esse DNA golpista seguirá na agenda do Bolsonaro. Para derrotá-lo, nós precisamos que os pés do povo brasileiro andem rápido contra a sua cabeça e precisamos fazer a mais ampla unidade de ação, para derrotar o pior Governo da história do País.

101.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-09/09/2021- 17:40
Publ.: DCD - 9/10/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inconsistência da nota divulgada pelo Presidente Jair Bolsonaro sobre a união dos Poderes da República em prol do povo brasileiro com observância dos preceitos constitucionais. Empenho do Presidente da República na retomada do voto impresso, em face da baixa adesão do eleitorado brasileiro à sua reeleição. Teorias conspiratórias e geração de conflitos como base da atuação do mandatário do País. Prática de crime de responsabilidade e de crime contra a humanidade pelo Presidente da República, demonstrada em suas ações contrárias à vacinação do povo brasileiro. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela elevação dos índices inflacionários e de desemprego, pelos reajustes nos preços de combustíveis e de alimentos e pelo agravamento da crise econômica brasileira. Tentativa do Chefe da Nação de apropriação de símbolos nacionais. Discurso de Jair Bolsonaro de incentivo à invasão do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e contra o cumprimento de decisões judiciais. Recomendação aos Parlamentares de leitura do livro *Como as Democracias Morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Defesa da criação de ampla frente nacional a favor da democracia e do impeachment do Presidente da República.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu há pouco reli no encaminhamento parte da nota que o Presidente - infelizmente, ainda Presidente do nosso País - Jair Bolsonaro assinou há poucas horas. E defini a nota como uma enorme mentira. Eu inclusive a estou procurando aqui, porque eu quero, mais uma vez, ler aqui especialmente o item 8, Deputado Elias Vaz. Aliás, V.Exa., Deputado, foi o primeiro que me enviou a nota, dizendo que também se impactou com o tamanho da mentira em uma nota em que o Presidente da República escreve algo totalmente diferente das ações que tem tido como Presidente, ao longo dos 2 anos e 8 meses de mandato.

Vou ler o que ele diz no item 8: "*Democracia é isso: Executivo, Legislativo e Judiciário trabalhando juntos em favor do povo e todos respeitando a Constituição*". Mas o que ele tem dito não é que o Judiciário brasileiro tem trabalhado respeitando a Constituição. O que ele tem feito, em relação ao Legislativo, por exemplo, é voltar, Presidente Arthur Lira, como fez no discurso na Avenida Paulista, à cantilena de que só teremos eleições livres, justas e auditáveis se o

Parlamento se ajoelhar e concordar com a imposição dele, Bolsonaro. Que sejamos claros aqui.

Eu respeito qualquer um dos Deputados que votou a favor do desnecessário voto impresso. Agora, o Presidente da República, Deputada Renata Abreu, passar pelo Brasil inteiro, organizando motociatas, comícios, com dinheiro público, em campanha antecipada, Deputado Paulo Teixeira, para dizer que, no Brasil, a eleição só será justa e legal se ela for com a regra que ele quer! E o interessante, Deputada Renata, é que, quando ele se elegeu, com esse sistema de urna eletrônica, aí estava tudo bem. Mas agora ele percebe que, pela derrocada do Governo, não será reeleito. Aliás, a derrocada é do desgoverno, porque Bolsonaro não governa o País.

Bolsonaro, na realidade, é um grande organizador de conflitos. Bolsonaro ouve bastante Steve Bannon e articula muito bem, Deputada Fernanda Melchionna, esses mecanismos de notícias falsas, de construção de pós-verdade, como se chama. E a pós-verdade significa enrolar a população, iludir o povo com versões construídas em cima de teorias conspiratórias.

Eles felizmente convenceram pouca gente de que se vacinar seria ruim, mas a opinião e a ação de Bolsonaro foram para terminar com a credibilidade da vacina. Isso é um crime! E esse crime, além de ser crime de responsabilidade, é um crime contra a humanidade.

Bolsonaro está criando confusão neste País. Bolsonaro gera desemprego. Bolsonaro gera inflação. Bolsonaro gera gasolina a 7 reais. Bolsonaro gera carne custando um valor que o trabalhador que ganha mil reais, 2 mil reais não pode mais pagar. Bolsonaro quer confundir política com religião. Nós aqui respeitamos todas as religiões. Cada um tem a sua. Os evangélicos, os católicos, as religiões de matriz africana, os judeus, todas as religiões devem ser respeitadas. Bolsonaro quer se apropriar dos símbolos nacionais. Esta bandeira, Presidente Arthur Lira, é de todos os brasileiros. Bolsonaro quer usar os símbolos nacionais. Bolsonaro quer usar a religião para alimentar o seu projeto de poder. Bolsonaro é um irresponsável. Bolsonaro está incendiando este País. Bolsonaro está afundando a economia brasileira. O Brasil não dialoga mais com país nenhum do mundo. Há meia dúzia de grandes empresários de alguns setores que pode estar ganhando dinheiro, mas o povo está passando fome. A ampla maioria dos empresários está perdendo negócios. E Bolsonaro diz o que no caminhão de som, lá na Avenida Paulista, usando dinheiro público, e aqui na Praça dos Três Poderes? *"Vocês têm que invadir o Congresso Nacional."* Bolsonaro diz o quê? *"Vocês têm que invadir o Supremo."* Bolsonaro diz o quê? *"Eu não vou respeitar decisão do Supremo. Eu não cumpro decisão do Ministro A ou do Ministro B."*

Isso é um escândalo internacional! Onde estão os Líderes que apoiam Bolsonaro para responder daquela tribuna sobre isso, Presidente Arthur Lira?

Agora, faço um apelo a V.Exa., Presidente. Ele comete crimes de responsabilidade em série, um atrás do outro. Vamos ler todos o livro *Como as democracias morrem*. É assim que Bolsonaro age para matar a democracia brasileira. Ele quer impor com autoritarismo a visão de partido único. E o partido único seria o dele. Quem é bolsonarista presta. Quem não é bolsonarista deve ser eliminado. É isso que ele diz. Aliás, ele foi sincero. Ele dizia isso desde as eleições.

Eu convido os brasileiros que se desiludiram com Bolsonaro a nos reunirmos em uma grande e ampla frente em defesa da democracia e pelo *impeachment* de Bolsonaro. Isto é o que eu queria dizer a V.Exa., Presidente Arthur Lira: não continue protegendo Bolsonaro, Presidente.

Ele cometeu crimes de responsabilidade, diversos crimes de responsabilidade. Se V.Exa. tem dúvidas sobre se houve ou não houve crime de responsabilidade, deixe este Plenário falar. Mas houve crime, sim.

A maioria do povo brasileiro já percebeu que a saída para o Brasil é o *impeachment* de Bolsonaro; é recuperar a democracia deste País; é ter liberdade de ideais para todos.

Chega do autoritarismo, da irresponsabilidade de Bolsonaro no Governo!

Documento 69/239

101.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/09/2021- CD 18:08
Publ.: DCD - 9/10/2021 -	VITOR HUGO-PSL -GO
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo do § 8º, art. 170, do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral. Gestão exitosa do Presidente Jair Bolsonaro. Realização, ao ensejo do Dia da Independência do Brasil, de manifestações no País em defesa da liberdade de expressão, da liberdade de ir e vir e da liberdade religiosa. Importância de observância pelos Poderes da República de suas áreas de competência, e de cumprimento do disposto na Constituição Federal. Insatisfação do povo brasileiro com a decisão do Supremo Tribunal Federal de reabilitação eleitoral de ex-condenado pela

Justiça. Inviabilidade jurídica de pedidos de impeachment do Presidente da República, apresentados pela Oposição. Apoio maciço do povo brasileiro ao Presidente Jair Bolsonaro, demonstrado nas manifestações realizadas no País ao ensejo das comemorações do 199º aniversário da Independência do Brasil.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, este destaque é extremamente importante para todos nós brasileiros e, de modo muito particular, para todos os militares do Brasil, sejam os das Polícias Militares, sejam os dos Corpos de Bombeiro, sejam os da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica. Nós estamos falando daqueles que, na guerra ou na paz e no combate pela segurança pública, no dia a dia, arriscam a vida para salvar a vida de brasileiros nos incêndios ou nas ações de defesa civil.

Temos aqui o Deputado Guilherme Derrite, Capitão da ROTA da Polícia Militar de São Paulo; o Deputado Capitão Alberto Neto, que na verdade é Major da Polícia Militar do Amazonas; o Deputado Coronel Tadeu, da Polícia Militar do Estado de São Paulo; o Deputado Hélio, Subtenente do Exército Brasileiro, e eu, que fiquei no Exército por 21 anos.

Tenho grande orgulho de apresentar este destaque agora, na condição de Líder do PSL. Tenho certeza de que seremos seguidos por muitos e muitos partidos e Deputados, na intenção de retirar a previsão de cumprimento de quarentena para militares, sejam estaduais, sejam federais.

Na nossa visão, Presidente, isso serviria para tirar direitos políticos dos militares, que, no dia a dia, vivem sob a égide da hierarquia e da disciplina, da dureza dos combates diários pela segurança pública ou realizando missões de paz e humanitárias no exterior, como eu, que participei, por exemplo, da Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim como observador militar.

Ou mesmo quando fui para a Costa do Marfim e passei 7 meses protegendo a Embaixada do Brasil, em Abidjã. E vários, milhares e milhares de militares homens e mulheres que, no dia a dia, dedicam-se, arriscam suas vidas. Tenho certeza de que o Parlamento não poderia jamais criar uma quarentena que os retirasse na prática da convivência política, das discussões políticas e de ocupar cargos eletivos de maior relevância no nosso País.

Eu fiz questão de agregar o tempo de Líder neste destaque, porque tenho certeza absoluta de que neste momento milhões e milhões de brasileiros - sejam militares ou não, porque as Forças Armadas e as forças estaduais militares possuem grande admiração da população -

querem, sim, que eles participem, que nós participemos das eleições.

Eu quero fazer uma ressalva aqui também. Eu vi Líderes da Oposição virem aqui criticar o Governo Bolsonaro, criticar o Presidente Bolsonaro, um Presidente que tem feito um Governo excepcional, que já garantiu mais de 200 milhões de vacinas aplicadas na população, já distribuiu muito mais de 230 milhões de vacinas no País, que tem feito esforços gigantes na economia. Neste ano, segundo ano de pandemia, nós temos a previsão de crescimento de mais de 5%, criação de empregos acima de 1,5 milhão de empregos novos criados. Temos o melhor abril no que diz respeito às contas públicas e o melhor junho na história no que diz respeito à balança comercial favorável e tantas outras conquistas, leilões bilionários de ferrovias, rodovias, aeroportos e portos. Temos agora leilões também com grande sucesso na área de saneamento. Fizemos reformas importantes guiadas pelo nosso Governo: reforma da Previdência, liberdade econômica, autonomia do Banco Central. Quando sobreveio a pandemia, aprovamos aqui a PEC do Orçamento de Guerra, decretação da calamidade pública e uma das medidas mais importantes: auxílio emergencial. Tudo isso tendo o Presidente Bolsonaro à frente.

Nós assistimos também milhões e milhões de brasileiros indo às ruas durante esse feriado de Sete de Setembro clamando por liberdade de expressão, por liberdade de ir e vir, por liberdade de culto. Esse foi o nosso pleito. Queremos, sim, que a Constituição da República seja cada vez mais respeitada, mas queremos também que todos os Poderes - todos os Poderes - respeitem a Constituição e respeitem os seus limites de atuação. Nós não queremos nenhum tipo de ruptura. Pelo contrário, nós queremos que os Poderes, que todos aqueles que ocupam cargos relevantes na nossa República respeitem os limites da Constituição, exerçam o poder de autocontenção em face das atribuições dos demais Poderes. É isso que nós queremos. Queremos decisões que sejam tomadas pelo Supremo Tribunal Federal que respeitem as atribuições do Poder Legislativo, que respeitem as atribuições do Poder Executivo. Nós não queremos ver decisões, por exemplo, do Supremo, que criem tipos penais, como foi feito, por exemplo, na decisão que comparou a homofobia ao racismo. Este é um papel do Parlamento. O Parlamento precisa se debruçar sobre o tema e, querendo, criar um tipo penal. Não o Supremo Tribunal Federal fazer isso.

Nós sempre apresentamos, em entrevistas e também em manifestações no plenário, a defesa de que as decisões do Supremo se atenham às suas próprias atribuições, em respeito às atribuições dos demais Poderes, como, por exemplo, na questão das armas. Quem não sabia que o Presidente Bolsonaro, se fosse eleito, como efetivamente foi, defenderia a flexibilização do acesso às armas e do acesso ao porte de armas? Isso foi falado diversas vezes pelo nosso

Presidente, e, por meio de uma decisão monocrática e, depois, por meio de outras decisões, os decretos editados pelo Presidente foram completamente desidratados! Nós não queremos isso! Queremos respeito àquilo que é o mais importante para o Poder Executivo, que é a sua discricionariedade.

Então, o que nós desejamos é que os Poderes, sim, cheguem a um consenso, em harmonia. É assim que nós entendemos a nota do Presidente Bolsonaro, a busca pela harmonia, a busca pela independência dos Poderes, a busca, sim, por respeito às decisões do Parlamento e por respeito às decisões do nosso Presidente.

Quero dizer também que apresentamos um destaque no que diz respeito a promotores e juízes. Muitos vieram falar comigo se era correta essa atitude diante do fato de que, por exemplo, o ex-Juiz Sergio Moro poderia vir a ser adversário do Presidente e que essa emenda poderia retirá-lo do jogo. Eu quero reafirmar aqui o que o Presidente Bolsonaro já falou. Nós não temos receio de enfrentar ninguém. Não temos receio.

Ficamos o Brasil inteiro, com certeza, muito consternados com as absolvições, com as decisões também tomadas pelo Supremo Tribunal Federal, que reabilitaram o ex-criminoso, o ex-condenado, aquele alvo de tantas ações e de tantas delações premiadas, alvo de tantas condenações e que magicamente foi transformado de novo em elegível. Não temos medo, e que ele venha, então, para o palco eleitoral, porque será derrotado com certeza nas urnas, assim como também acontecerá se o ex-Juiz Sergio Moro também se voluntariar. Então, nós não temos receio. Nós fizemos e apresentamos o destaque, porque acreditamos ser o correto.

Queremos agradecer a todos aqueles que votaram conosco nisso.

Eu quero reafirmar que também vimos aqui Líderes da Oposição subirem e fazerem um escarcéu. Eu não sei em qual mundo S.Exas. vivem. Eu acho que o desespero está tão grande na Oposição, porque já apresentaram 130 pedidos de *impeachment*, nenhum com viabilidade jurídica ou viabilidade política concreta. Sabem que não vai dar em nada simplesmente, quando fizeram aquele pedido: "*Não, vou concentrar tudo e vou fazer um superpedido de impeachment*". Fizeram lá, agregaram alguns Deputados dissidentes do PSL e de outras legendas que são da base do Governo, fizeram todo o escarcéu, e o pedido é um pedido completamente inepto, sem qualquer viabilidade política ou jurídica; é apenas mais uma ação para tentar angariar um pouco mais de apoio.

Ficou claro agora, pela presença de milhões e milhões de brasileiros nas ruas, no Sete de Setembro, quando nós comemoramos 199 anos

da nossa Independência, ficou claro que o Presidente da República mantém um apoio sólido, um apoio maciço da população brasileira.

Com os avanços que nós teremos com certeza, com a conclusão da vacinação de toda a população adulta, com o avanço também da vacinação de crianças e de adolescentes, temos certeza de que vamos superar ainda mais a crise do coronavírus. A nossa economia será retomada. Atacaremos, sim, os problemas reais que estão sendo evidenciados, como a questão dos preços. O Presidente tem demonstrado também que o Governo Federal tem feito todos os esforços para diminuir, por exemplo, o preço dos combustíveis, o preço do gás, e isso precisa ser reconhecido. Agora, é preciso que os Governadores também façam o seu gesto nesse sentido, para que o preço do gás e o preço dos combustíveis também diminuam na ponta da linha, para a população.

Então, o nosso desejo nesse destaque, voltando agora para a orientação do PSL, em respeito inclusive à bancada que nós temos de militares, tanto federais quanto estaduais, em respeito às Forças Armadas, em respeito às Polícias Militares do Brasil e em respeito aos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, é para que se retire do texto essa previsão de quarentena para os militares, a fim de que na próxima legislatura, seja aqui no Parlamento federal, seja nos Parlamentos estaduais ou mesmo nas Câmaras de Vereadores, nós tenhamos cada vez mais militares, eles que aprendem desde a sua formação os valores da verdade, da probidade, da responsabilidade, do patriotismo, do civismo, do sacrifício da própria vida em prol de um ideal. Nós não podemos prescindir da presença desses profissionais aqui.

É nesse sentido que o PSL vai orientar pela exclusão do texto da quarentena para os militares, esperando ser acompanhado por número expressivo de Deputados que também pensam como nós.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 70/239

101.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-09/09/2021-
	CD	18:24
Publ.: DCD - 9/10/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo do § 8º, art. 170, do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral. Tentativa, pelo

Presidente Jair Bolsonaro, de desestabilização dos Poderes Judiciário e Legislativo no discurso proferido durante as manifestações realizadas no Dia da Independência do Brasil. Bloqueio de rodovias em Estados brasileiros por seguidores do Presidente da República. Prática de crime de responsabilidade pelo Chefe da Nação. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Responsabilidade do mandatário do País pelo reajuste dos preços do gás de cozinha e de combustíveis, pela elevação dos índices inflacionários, pela redução da renda dos trabalhadores ativos e inativos, e pelo recrudescimento do desemprego, da insegurança alimentar e da fome no País. Crises econômica e social reinantes no Brasil.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu peço a V.Exa. para somar o meu tempo de Líder ao tempo de orientação.

A nossa orientação é "sim" ao texto.

Eu gostaria de dizer que no dia 7 de setembro, pela primeira vez na história republicana do Brasil, um Presidente eleito em eleições livres tensionou ao máximo o País, tentando desestabilizar um dos Poderes. O que o Presidente da República disse foi que ele não respeitará decisão judicial. E ele disse igualmente que não respeitará o resultado das eleições se não houver o voto impresso.

Ele desrespeitou o Poder Judiciário e ele desrespeitou o Poder Legislativo. Nunca um Presidente da República tensionou tanto os Poderes da República como este Presidente da República o fez no dia 7 de setembro. Esse Presidente da República acha que quanto pior, para ele, é melhor. Mas para o País, quanto pior será pior.

Esse Presidente da República tem uma base. No dia seguinte ao que ele tensionou com o Supremo Tribunal Federal e com o Parlamento, a sua base bloqueou as estradas do Brasil, impedindo o abastecimento de alimentos, impedindo o abastecimento de produtos, impedindo o abastecimento de medicamentos. Esta é a base do Presidente da República.

Hoje, como covarde que ele é, ele faz uma nota, não pela boca dele, não pela escrita dele. Essa nota foi escrita pelo Ex-Presidente Michel Temer, o que demonstra que ele é um covarde, pusilânime. Ele não tem palavra. Ele usou o Sete de Setembro para alimentar o radicalismo, o extremismo no Brasil. E hoje, tal qual um covarde, ele pede desculpa ao Supremo Tribunal Federal. O que ele fez no Sete de Setembro, Sras. e Srs. Parlamentares, foi um ato de natureza político-eleitoral, não um ato que tem qualquer consonância com o cargo de Presidente da República. Como Presidente da República, ele foi um

moleque, irresponsável. Ele cometeu crime de responsabilidade.

Presidente Arthur Lira, a partir do lugar onde está, V.Exa. deveria instalar um processo de *impeachment*, cabendo a este Congresso Nacional decidir se houve ou não crime de responsabilidade. A voz mais alta que houve neste período foi a do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que disse: "*Desrespeitar ordem judicial caracteriza crime de responsabilidade*", que tem que ser examinado pelo Poder Legislativo. Cabe a V.Exa. colocar sob exame deste Congresso Nacional. Se a maioria achar que não houve crime de responsabilidade, não prossegue o crime de responsabilidade e o *impeachment*. Mas cabe a V.Exa. colocar sob a análise do Congresso Nacional o pedido de *impeachment*. Mais de cem pedidos de *impeachment* já estão sobre essa mesa! E V.Exa. precisa colocar sob o exame das Sras. Parlamentares e dos Srs. Parlamentares o pedido de *impeachment*.

Esse Presidente da República está levando o Brasil à maior crise da sua história. O gás de cozinha custa mais de 100 reais, o litro da gasolina custa 7 reais, a inflação atingiu dois dígitos. A maior inflação foi a deste mês, em 20 anos! Os mais pobres perderam 30% da sua renda. Os idosos perderam 14% da sua renda. Em média, o povo brasileiro perdeu 9% da sua renda. O desemprego está batendo recordes, e ao mesmo tempo 120 milhões de brasileiros e brasileiras estão com insegurança alimentar! Vinte milhões de brasileiros estão com fome extrema!

Mas, como se não bastasse o caos econômico, o caos social, este Presidente da República tranca a economia com as suas bases, tendo que fazer uma gravação pedindo para as suas próprias bases não trancarem a economia e colocar um Ministro para certificar a veracidade daquela gravação.

Na verdade, a voz que tensionou o Brasil no dia 7 de setembro foi a voz do Presidente da República. E o pedido de desculpas foi um texto escrito pelo ex-Presidente Michel Temer, que fez uma mediação de um telefonema do Presidente da República para o Ministro Alexandre de Moraes. É o Presidente da desgovernabilidade! O Brasil está ingovernável, sob o comando deste Presidente da República. Este comando está levando o Brasil ao desastre - desastre econômico, desastre social e agora um desastre político, com um crime de responsabilidade.

O que diz o art. 85 da Constituição, Deputado Henrique Fontana? Diz que impedir o livre funcionamento de um dos Poderes constitui crime de responsabilidade. Ora, o que fez o Presidente da República ao colocar a sua base para impedir o funcionamento do Supremo Tribunal

Federal?

Ameaçar Ministros do Supremo Tribunal Federal é crime de responsabilidade, assim como dizer que não respeitará ordem judicial. Um Presidente da República! O que ele teria cometido se não um crime de responsabilidade passivo de *impeachment*?

Esta Casa tirou uma Presidenta eleita legitimamente sem que ela tivesse cometido um crime de responsabilidade e esta Casa está se negando a processar um Presidente da República que cometeu inúmeros crimes de responsabilidade na pandemia, ao levar à morte 580 mil brasileiras e brasileiros com uma estratégia de imunização de rebanho, pela pregação de um medicamento que não soluciona o problema, pelo atraso na compra da vacina, por corrupção na compra da vacina.

Senhoras brasileiras e senhores brasileiros, peçam ao seu Parlamentar para votar pelo processo de *impeachment* do Presidente da República, peçam ao seu Parlamentar para se posicionar, para dizer se ele é favorável ou contrário ao processo de *impeachment* do Presidente da República. Tenho a certeza de que todos os membros do PT votarão a favor do impedimento do Presidente da República.

Deputado Arthur Lira, se fossem meras bravatas que ele tivesse dito a economia não teria parado no dia de ontem e no dia de hoje pelo trancamento das estradas brasileiras - porque esse Presidente da República ameaçou o Supremo Tribunal Federal -, não teria sido feita uma nota do Presidente do Supremo Tribunal Federal dizendo que a desobediência às determinações judiciais caracteriza crime de responsabilidade, que tem que ser avaliado por este Parlamento. Por essa razão, nós queremos pedir a instalação do processo de *impeachment* dentro desta Casa, para seja avaliada a admissibilidade, e que o Senado possa definir por fim sobre esse aspecto.

Esse Presidente da República não tinha condições de ser Deputado Federal e menos ainda Presidente da República. Ele não dispõe de condições pessoais para presidir o País, e é por isso que ele está levando o País ao precipício, ao desastre. Antes que este País aprofunde o seu desastre, ele tem que ser impedido, a bem da Nação, cabendo a cada Parlamentar votar, posicionar-se sobre esse aspecto.

Eu aqui posso adiantar, em nome do meu Líder Elvino Bohn Gass, que o Partido dos Trabalhadores votará favoravelmente ao processo de *impeachment* do Presidente da República.

101.2021

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 09/09/2021-19:40

Publ.: DCD
9/10/2021 -

IRACEMA PORTELLA-PP -PI

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ENCERRAMENTO

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Acerto da concessão do título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, à Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e ao Instituto Butantan.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Butantan foram transformados em Patrimônio Nacional da Saúde Pública.

Uma merecida homenagem a dois dos principais centros de ciência e pesquisa do nosso País, que, com a pandemia da COVID-19, vêm atuando na linha de frente de diversas estratégias contra a doença, especialmente no desenvolvimento e na produção de vacinas.

A FIOCRUZ comemorou em janeiro 121 anos. A instituição firmou em 2020 um acordo com a biofarmacêutica AstraZeneca para produzir, no Brasil, a vacina contra o coronavírus, desenvolvida pela Universidade de Oxford.

Considerado o principal produtor de imunobiológicos do Brasil, o Instituto Butantan, com 120 anos, tem parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac para a fabricação da Coronavac.

O Butantan trabalha também para a produção e o desenvolvimento da vacina ButanVac, que será fabricada totalmente no Brasil com custos baixos, sem dependência de insumo importado.

No dia 27 de agosto passado foi publicada, no Diário Oficial da União, a Lei nº 14.196, de 2021, que cria o título a ser concedido a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública.

Esse título também poderá ser concedido, a partir de resolução do

Congresso Nacional, a outras instituições que atuem há no mínimo 70 anos no desenvolvimento de atividades de caráter técnico, científico, educacional, assistencial e de participação social na promoção, proteção e recuperação da saúde, em âmbito público e comunitário.

É necessário também que tenham indiscutível e notório reconhecimento público e social.

Vale destacar que, a partir da concessão do título, as entidades homenageadas poderão ter preferência, conforme regulamento, em processos seletivos de compra de bens e serviços, em fomento social nas suas áreas de atuação e na obtenção de linhas de crédito público.

Da mesma forma, terão preferência na liberação de emendas parlamentares. Pela Lei nº 14.196, a dissolução das instituições intituladas Patrimônio Nacional da Saúde Pública só poderá ocorrer após audiência pública para discussão de sua necessidade e oportunidade.

Essas duas instituições são motivo de orgulho para todos os brasileiros. Com uma longa trajetória de serviços prestados ao País, a FIOCRUZ e o Instituto Butantan têm desempenhado um papel fundamental no avanço da ciência e da tecnologia e na formação de novos cientistas.

Nossos sinceros agradecimentos a essas entidades e a todos os profissionais que fizeram e fazem parte da história da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto Butantan.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Documento 72/239

103.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/09/2021-21:00
Publ.: DCD 9/15/2021 -	PATRUS ANANIAS-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre

a reforma administrativa, bem como do substitutivo oferecido à matéria. Inconstitucionalidade e retrocesso da proposição.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2021, que trata da reforma administrativa, não é uma proposta isolada. Ela se insere em um conjunto de ações que antecedem o Governo Bolsonaro. O golpe que afastou a Presidenta Dilma foi dado com intenções muito claras. Por trás estavam interesses financeiros. Veio a Emenda Constitucional nº 95, dando início às desconstituições das políticas públicas. Seguiram-se a reforma trabalhista, a desconstrução do direito do trabalho e, com Bolsonaro, as ameaças crescentes e constantes ao Estado Democrático de Direito e aos direitos fundamentais.

A proposta de reforma administrativa, e mesmo seu substitutivo, é um retrocesso.

Precisamos, sim, de uma reforma administrativa, mas que caminhe para mais investimentos na saúde e na educação, na valorização dos profissionais do SUS e de todos aqueles que trabalham na educação, segmentos esses que representam 40% dos servidores públicos.

No momento de pandemia, desemprego e fome, temos que ampliar o atendimento aos cidadãos, universalizar as políticas de saúde, educação e assistência social, e o que vemos é exatamente o contrário.

Uma questão central no debate é a estabilidade do servidor público. Essa condição não é uma segurança apenas para o próprio servidor, é uma segurança para a sociedade e para os recursos públicos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a PEC 32 tem que ser rechaçada de forma integral e desde sua concepção, que é inconstitucional e abre as portas para o apadrinhamento político, para a privatização dos serviços públicos, para a corrupção e para a destruição do Estado Democrático de Direito.

A proposta, como é a prática desse Governo, não foi discutida com a sociedade, e sobra pouco espaço para o diálogo mesmo no Parlamento. De forma atropelada, e de cima para baixo, o que se faz é

impor ao povo brasileiro, beneficiário primeiro dos serviços públicos, mais um retrocesso nos direitos fundamentais.

Solicito a divulgação desta minha manifestação nos veículos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado!

Documento 73/239

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-14:24
Publ.: DCD - 9/16/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente da República de sanção do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Apoio à luta dos servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Apelo ao Presidente da República de providências para agilização do atendimento aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, telespectadores da TV *Câmara* e colegas Parlamentares, eu registro que não entendemos ainda por que o Presidente da República está demorando tanto para sancionar o projeto conhecido como Lei Assis Carvalho II. Esse projeto é de extrema importância para socorrer os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e precisa de ser sancionado com urgência.

Esse público, Sr. Presidente, está sofrendo muito durante esta pandemia e precisa dessa ajuda, desse socorro. Os agricultores e agricultoras familiares esperam que a Lei Assis Carvalho II seja sancionada, sem veto. O Presidente precisa ter respeito com esse público e não vetar esse projeto, como fez com a Lei Assis Carvalho I. Chega, Sr. Presidente, de tanta maldade com o povo do campo que tanto sofre!

Eu quero registrar também que estou ao lado dos servidores públicos na luta contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020. A

PEC 32 acaba com o serviço público no Brasil e é uma reforma administrativa que traz a destruição do setor público, para dar vez ao apadrinhamento político. Portanto, dessa forma, reafirmo que estou ao lado dos servidores e servidoras públicas nessa luta.

Sr. Presidente, faço um apelo à Presidência da República para que socorra as pessoas que estão na fila do INSS. São 1 milhão e 800 mil pessoas esperando atendimento para conseguir um benefício. Entre essas pessoas estão idosos sem nenhuma fonte de renda e pessoas com deficiência, que estão passando fome. Isso é um crime para com os mais fracos e mais pobres da nossa sociedade.

Peço, Sr. Presidente, que essas três manifestações sejam divulgadas no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 74/239

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-14:32
Publ.: DCD - 9/16/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Visita do orador aos Municípios de Presidente Prudente, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Caiuá, Euclides da Cunha, Teodoro Sampaio e Rosana, na região do Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo. Destinação de recursos de emendas orçamentárias às municipalidades da região, para investimentos nas áreas de saúde, infraestrutura urbana e agricultura familiar. Inexistência, no âmbito dos Governos Jair Bolsonaro e João Doria, de políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Concessão do título de Cidadão Euclidense ao orador, pela Câmara Municipal de Euclides da Cunha. Defesa da sanção integral do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje eu quero falar sobre a visita que fiz à região do Pontal do Paranapanema, no último fim de semana, quando tive a oportunidade de estar nos Municípios de Presidente Prudente, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Caiuá, Euclides da Cunha, Teodoro Sampaio e

Rosana.

Essa região é conhecida como a capital da reforma agrária. Ali há dezenas de assentamentos, com milhares de famílias, uma história de luta pela reforma agrária e uma valorização da agricultura familiar inspiradora.

É bonito ver a resistência dos assentamentos do MST, produzindo alimentos sem veneno, mesmo com tanta dificuldade, inclusive coletando e distribuindo alimentos para famílias dos centros urbanos, para amenizar o sofrimento da fome, causada por este Governo da fome, do desemprego e do desmonte ambiental.

Para esses Municípios e outros da região, contemplamos por meio de emendas parlamentares recursos que totalizam 5 milhões e 500 mil reais, para investimentos nas áreas de saúde, infraestrutura urbana e fortalecimento da agricultura familiar.

Apesar desses investimentos, a realidade local é muito dura, como o é em todo o Brasil. A carestia, o custo de vida e a ausência de políticas públicas de geração de emprego e renda de apoio à agricultura familiar, tanto por parte do Governo Bolsonaro, como também por parte do Governo do João Doria, têm ampliado a pobreza no Estado de São Paulo. Falta perspectiva para a população de qualquer melhora.

Eu queria aproveitar a oportunidade e agradecer, de forma muito especial, a população de Euclides da Cunha, por intermédio do Vereador Douglas Beril, que me concedeu o título de Cidadão Euclidense. Foi uma alegria imensa e um orgulho ter esse vínculo eterno com a cidade.

Sr. Presidente, eu quero falar também sobre a importância da sanção, sem vetos, ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, a Lei Assis Carvalho II, que institui definitivamente o auxílio emergencial para a agricultura familiar. Não dá mais para esperar.

Nessa região do Pontal do Paranapanema, visitei vários assentamentos, e os agricultores familiares pedem com urgência algum tipo de apoio.

A situação é crítica por falta de política pública por parte dos Governos Estadual e Federal, agravada pela pandemia e, mais recentemente, pela forte geada. O Governo Bolsonaro correu para socorrer a grande agricultura, mas não teve iniciativa para apoiar aqueles que mais precisam e que produzem mais de 70% do alimento que chega às nossas mesas.

Aprovamos, novamente, aqui na Câmara e no Senado, o PL que

concede auxílio emergencial para a agricultura familiar. Então, peço à Ministra Tereza Cristina apoio no encaminhamento e ao Presidente da República que sancione sem veto o PL 823/21.

O Brasil bate recorde de produção agrícola, mas tem 20 milhões de pessoas passando fome. Precisamos corrigir essa contradição.

Sanção já ao PL 823/21, a Lei Assis Carvalho III!

Documento 75/239

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-15:44
Publ.: DCD - 9/16/2021 -	EMIDINHO MADEIRA-PSB -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Queda do número de casos e internações de pacientes da Covid-19 no Estado de Minas Gerais. Apelo aos Parlamentares por destinação de recursos orçamentários para a realização de cirurgias eletivas em Minas Gerais e no País.

O SR. EMIDINHO MADEIRA (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, colegas e brasileiros que estão acompanhando neste momento os trabalhos da Câmara dos Deputados.

Nós vivemos uma época de pandemia, um momento muito difícil no nosso País. Para todos os Estados, para todos os Municípios, é um momento muito difícil.

Eu sofri muito, tive COVID-19, fiquei internado por 11 dias. O meu pai ficou por muitos dias internado. Acabei perdendo meu pai, que faz muita falta para a nossa família. Quantas pessoas perderam um ente querido da família?

Essa questão da COVID está passando. Lá na nossa região o número de casos está caindo, a vacina está chegando aos jovens agora. Em hospital nosso, lá da região, faz dias que nenhuma pessoa é internada na UTI. O Governo investiu muito em equipamentos para combate à COVID. Na hora em que se precisou, o Governo estava ali e fez a sua parte. Os nossos hospitais estão todos equipados, com muitas UTIs habilitadas. Se nós não tomarmos providências sobre as cirurgias eletivas, vamos começar a perder mais entes queridos, pela falta de cirurgias eletivas. Vai ser o caos total. Não é deste Governo a culpa.

Não vou culpar nenhum governo, mas há 2 décadas se fala em cirurgias eletivas, e não se resolve a questão.

Hoje, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Cirurgias Eletivas aqui no Congresso Nacional, eu queria pedir a todos os Parlamentares, a cada um que trabalha na sua região, que destinassem recursos para as cirurgias eletivas. Se faltar orçamento no Ministério, que o complementemos com emendas parlamentares. Os hospitais estão equipados, os cirurgiões ficaram parados na época da pandemia, assim como os instrumentadores, e há muita gente na fila. Eu não acho justo uma pessoa ficar para cima e para baixo com um pedido de cirurgia, e as cotas acabarem em cada Município, por não haver recurso.

No sul e no sudoeste de Minas Gerais, em 30 hospitais e em 80 cidades da nossa região, nós estamos destinando recursos para 31 hospitais, para a realização de cirurgias eletivas. Eu queria pedir aos nobres colegas que vestissem essa camisa junto conosco e, em cada região - o norte de Minas, a região metropolitana -, ajudassem-nos a cuidar do povo que não tem plano de saúde, daquele que mora na última casa da rua e que fica para baixo e para cima correndo atrás de uma tomografia, de uma ressonância, de uma cirurgia.

Queria pedir ao Sr. Presidente que divulgasse este discurso no programa *A Voz do Brasil*, para que todos os Parlamentares ouvissem e caminhassem junto conosco nesse projeto.

Muito obrigado.

Documento 76/239

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-16:32
Publ.: DCD - 9/16/2021 -	CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Ocorrência de graves acidentes automobilísticos no Estado de Santa Catarina, notadamente na BR-282. Falecimento do vocalista da banda Garotos de Ouro, Airton Machado, na referida rodovia. Alocação, pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual, de recursos para a melhoria da infraestrutura rodoviária catarinense. Imediata liberação, pelo Governo Jair Bolsonaro, de créditos extraordinários para execução da Lei nº 14.128, de 2021, a respeito do pagamento, pela União, de indenização financeira aos profissionais da saúde incapacitados ao trabalho de forma permanente, em face da contaminação pela

Covid-19.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) - Nobre Presidente Coronel Tadeu, Sras. e Srs. Deputados, vou procurar falar brevemente sobre três assuntos. Um deles são os graves acidentes que estão acontecendo em rodovias no Estado de Santa Catarina, em especial na BR-282, que corta o Estado.

No último final de semana, ocorreram dois graves acidentes. Um deles envolveu inclusive o vocalista da banda Garotos de Ouro, uma banda gaúcha que, por centenas e centenas de vezes, se apresentou no nosso Estado de Santa Catarina. Manifesto minha solidariedade a toda a família do Sr. Airton Machado.

O outro acidente grave na BR-282 aconteceu no meu Município, Lages. Perderam a vida três pessoas. Isso mostra quanto precisamos investir ainda na infraestrutura das rodovias. É preciso que haja terceira faixa.

Hoje, às 18 horas, vai acontecer um evento que diz respeito a recursos que o Estado de Santa Catarina está colocando nas rodovias catarinenses e também ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2021, por meio do qual o Governo está restabelecendo parte dos recursos para a infraestrutura. São necessários mais recursos para a infraestrutura no País como um todo e, em especial, nas rodovias no Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente, é preciso que seja cumprida a Lei nº 14.128, de 2021, que prevê indenização aos homens e às mulheres da área da saúde que foram para a linha de frente para salvar vidas no combate à COVID-19 e tomaram, foram a óbito ou ficaram com incapacidade permanente.

Se há necessidade de recursos emergenciais e não há essa previsão no Orçamento, é preciso se estabelecer crédito extraordinário. Não dá para não haver a indenização às famílias dessas vítimas fatais e a esses trabalhadores que ficaram incapacitados permanentemente para o trabalho.

Por isso, Presidente, eu apelo à nossa Casa para que cuidemos desse tema e façamos essa cobrança. Agora existe essa lei. Nós aprovamos a proposta aqui no plenário. Derrubamos o veto.

Isso é o mínimo que o Governo pode dar a esses homens e mulheres, aos familiares daqueles que foram a óbito e aos profissionais que ficaram com incapacidade permanente. Caso contrário, não estaremos reconhecendo o trabalho feito durante todo o período desta pandemia.



Presidente, eu quero alertar a todos os Deputados e dizer isto: vamos abrir um crédito extraordinário para atender essa demanda. Esta Casa aprovou várias medidas provisórias referentes a crédito extraordinário. Precisamos aprovar mais um para, repito, darmos um pouco de alento aos que ficaram incapacitados na área da saúde, independentemente de serem profissionais da medicina, da enfermagem, da psicologia, da fisioterapia, motoristas de ambulância, servidores administrativos de um serviço de saúde. Não necessariamente precisa ser federal, estadual ou municipal, CLT ou servidor público. A indenização deve alcançar todos os trabalhadores dessas áreas que foram atingidos dessa maneira, conforme estabelece o texto aqui aprovado.

Sr. Presidente, é necessário considerar a questão da infraestrutura, melhorar cada vez mais as rodovias federais no Estado de Santa Catarina e, também, para que seja cumprida a Lei nº 14.128, pagar a indenização aos profissionais que, por causa da COVID-19, tombaram ou ficaram permanentemente inválidos para o trabalho.

Peço que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Obrigada.

Documento 77/239

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-18:28
Publ.: DCD - 9/16/2021 -	ÁTILA LIRA-PP -PI	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do aniversário natalício do Deputado Cássio Andrade. Apoio à recomendação da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, para uso da vacina Pfizer na terceira dose de reforço contra a Covid-19.

O SR. ÁTILA LIRA (PP - PI. Sem revisão do orador.) - Meu caro Presidente, primeiro eu quero parabenizá-lo, Cássio Andrade, pelo seu aniversário. V.Exa. é um homem de luta, filho de um grande Parlamentar e merecidamente tem uma carreira também elogiável.

Mas eu queria registrar hoje a minha preocupação com a continuidade da vacinação, sobretudo a terceira dose. Vi agora uma palestra e uma entrevista de um cientista da FIOCRUZ, chamado Julio Croda. É um homem que aparece muito na televisão porque entende do assunto e é da FIOCRUZ. Ele estava justamente defendendo que a terceira dose

deve ser da Pfizer e que já está provado cientificamente que é a melhor solução.

O Governador de São Paulo fez um grande trabalho pela vacinação no País através do Butantan. O esforço de São Paulo é merecedor de reconhecimento do País. Mas ele insiste agora em fazer uma polêmica com o Ministério da Saúde e com a FIOCRUZ numa matéria que é científica. A Coronavac não tem a recomendação de ser a terceira, a dose de reforço. Essa é mais uma polêmica que prejudica o processo de vacinação em todo o País.

Portanto, eu quero registrar o trabalho da FIOCRUZ chamando o Governo de São Paulo a um bom senso. Ele já fez e faz muito bem. Mas agora, na decisão da dose de reforço, tem que se seguir a orientação da FIOCRUZ, que é também um instituto de ciência dos mais importantes do mundo.

Era isso que eu queria registrar, meu caro Presidente. Vamos vencer com a vacinação!

Documento 78/239

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-18:44
Publ.: DCD - 9/16/2021 - MARCELO NILO-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crises econômica, sanitária, política e social reinantes no Brasil. Sucessivos reajustes nos preços de combustíveis. Elevação dos índices inflacionários e do desemprego. Alcance da marca funesta de 587 mil mortes no País pela Covid-19. Desrespeito do Presidente da República à ciência e às instituições democráticas. Desorganização e perda de rumo do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. MARCELO NILO (PSB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu querido amigo e companheiro de partido Deputado Cássio Andrade, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Brasil vive uma crise neste momento praticamente em todas as áreas. Na área econômica, são 14 milhões e 800 mil de desempregados, a inflação já está próxima de dois dígitos, e o preço da gasolina está subindo pela sexta semana consecutiva, e são aumentos exorbitantes. Há também uma crise sanitária. O Brasil não comprou vacinas em tempo hábil, não apostou nas vacinas, e morreram 587 mil brasileiros e brasileiras.

Se tivéssemos comprado as vacinas, se tivéssemos prestigiado a

ciência, acreditado na ciência, talvez estivéssemos com 30% desse número de mortes.

O Brasil vive ainda uma crise política em que o Presidente da República vai às ruas defender diretamente - não foi indiretamente, como no início - um golpe. Ele discursa, chama um Ministro do Supremo de canalha e, no dia seguinte, telefona pedindo desculpas. Então, este é o Brasil em que todos nós estamos vivendo, um país com crise econômica, crise social e crise política. Ou seja, este talvez seja o momento mais preocupante da Nação desde o início da época republicana.

O Brasil vive um desgoverno, com uma base fragilizada. É um Governo sem norte, um Governo que não respeita a ciência, que não respeita as instituições. Conseqüentemente, o Brasil vive uma crise terrível, em que o povo brasileiro cada vez mais perde a esperança de novos tempos, de dias melhores. O Brasil, infelizmente, passa por um momento muito difícil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 79/239

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-18:56
Publ.: DCD - 9/16/2021 -	PADRE JOÃO-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aplausos aos partidos oposicionistas pela convocação de manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, para os dias 2 de outubro e 15 de novembro de 2021. Aproximação da marca de 600 mil mortes no Brasil pela Covid-19. Aumento da população de rua no País.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também quero parabenizar V.Exa. pelo aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Andrade. PSB - PA) - Obrigado.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Celebrar a vida é muito importante, é o dom primeiro e mais precioso que recebemos. Parabéns e felicidades sempre!

Presidente, este dia de hoje também é marcado pela unificação. Eu quero cumprimentar a Deputada Gleisi Hoffmann, que preside o Partido

dos Trabalhadores, e cada um dos seguintes partidos, na pessoa do seu Presidente: PCdoB, PSOL, REDE, PDT, PSB, Cidadania, PV e Solidariedade, porque se uniram em torno da luta "Fora, Bolsonaro". Essa é a única forma de barrar este desmonte do Estado brasileiro, este ataque aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade, da iniciativa privada e da rede pública. A única maneira de fazer isso é defendendo o "Fora, Bolsonaro". E quero parabenizar esses partidos por terem definido uma agenda para os dias 2 de outubro e 15 de novembro.

É muito importante recuperar a República, recuperar a cidadania, porque quem diz que está na defesa da Pátria está entregando o nosso País, está de joelhos diante do capital financeiro, sobretudo o dos Estados Unidos. Isso é uma vergonha! Muitos ainda dizem que estão a serviço da Pátria e a serviço da família, mas estão retirando delas o direito de viver - há quase 600 mil mortos na pandemia - e o direito de morar, porque já há milhões de pessoas nas ruas que não conseguem pagar o aluguel.

Nós votamos o projeto do despejo zero, mas o Presidente vetou. Estão permitindo os despejos. Acho que os Deputados não conseguem ver como aumentou a população de rua, ou são insensíveis, e continuam com a agenda de retirada de direitos. Eles não estão a serviço da família nem a serviço da Pátria.

Essa unificação quer somar movimentos nas ruas pelo "Fora, Bolsonaro", resgatar um programa e recuperar o Estado brasileiro para que de fato o conjunto de políticas e programas sociais possa ir ao encontro das pessoas para garantir a elas vida, dignidade, saúde, educação, moradia e assistência.

Essa é a razão para retomar a soberania nacional, que, infelizmente, está ferida de morte por uma família, por milicianos, por um grupo que não tem nenhum respeito pelo Estado brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 80/239

77.2021.B	Sessão Outro Evento	15/09/2021-19:28
Publ.: DCD - 9/16/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Cumplicidade de Parlamentares com o Governo Jair Bolsonaro na privatização

de empresas estatais; na retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros e na extinção de programas sociais.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por favor, peça à assessoria que nos dê o tempo suficiente para conseguirmos abrir o sistema, porque demora um pouquinho. Obrigado.

Eu queria aproveitar este tempo para chamar a atenção para a incoerência da maioria dos Parlamentares desta Casa e de vários que têm nos antecedido. Quando é para entregar o patrimônio público, quando é para privatizar o saneamento, o acesso à água, os Correios, as refinarias, os oleodutos, a BR Transportadora, a ELETROBRAS, eles não estão nem um pouco preocupados com as normas, com o Regimento, com nada! Quando é para destruir os direitos trabalhistas, os direitos previdenciários, quando é para acabar com o Programa Minha Casa, Minha Vida, com o Programa Luz para Todos, quando é para acabar com a recuperação do salário mínimo, quando é para detonar a vida do pobre, eles não estão nem um pouco preocupados com o Regimento, com as normas, não estão preocupados com nada!

Atropelaram durante vários meses o Regimento da Casa! Nós estamos enfrentando, desde o início do ano passado, uma pandemia que é a maior crise sanitária que o mundo já atravessou, com graves repercussões econômicas e sociais, com o povo passando fome, com o povo desempregado, e vocês aproveitaram para passar a boiada! Vocês são cúmplices de Bolsonaro e de Ricardo Salles! Lembrem aquela reunião do sindicato do crime, em abril do ano passado, que chamaram de reunião ministerial, em que Ricardo Salles disse: "*Vamos aproveitar a pandemia para passar a boiada*"? Vocês são cúmplices, são parceiros, são comparsas do crime! Aproveitaram para entregar o saneamento básico, o acesso à água. Aproveitaram para destruir a PETROBRAS. Aproveitaram para destruir os direitos trabalhistas, para destruir tudo o que a Constituição de 1988 fez de bom para a população brasileira. Vocês estão o tempo todo correndo atrás!

A impressão que eu tenho, Presidente, é a mesma história em que o assaltante entra numa casa, de madrugada, o alarme toca, e ele sabe que a polícia vai chegar. A polícia é Lula, que vai ganhar a eleição do ano que vem. Têm que roubar o máximo possível e saírem correndo o mais rápido possível! Para isso, vocês não estão preocupados com o Regimento. Mas, quando se fala em normas eleitorais, para dar um jeitinho para se elegerem ou se reelegerem, com isso vocês se preocupam, não é?

Infelizmente, não dá para ser assim. Nós não podemos compactuar com isso. Nós precisamos que o Parlamento brasileiro represente a

maioria da população, e não os latifundiários, os industriários, os grileiros, os banqueiros. Nós temos que voltar! O Presidente Lula vai voltar para fazer com que o povo brasileiro seja incluído no orçamento.

Muito obrigado.

Documento 81/239

104.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/09/2021- CD	20:56
Publ.: DCD - 9/16/2021 -	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente da República de sanção integral do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, colegas Parlamentares, eu venho aqui, mais uma vez, trazer para a pauta desta Casa o tema da agricultura familiar. Nós sabemos que o agronegócio brasileiro tem dois pilares. Um, da agricultura não familiar, que tem vocação para produzir *commodities*, importante na balança comercial brasileira; outro, que corresponde a 84,4% de todos os estabelecimentos rurais brasileiros, de agricultura familiar, que garante 70% dos alimentos na mesa de todos nós brasileiros, todos os dias.

Nós aprovamos aqui, em 2020, um conjunto de medidas para a agricultura familiar que foi quase integralmente vetado pelo Exmo. Presidente da República. Em 2021, novamente um grupo de Parlamentares, liderado pelo Deputado Pedro Uczai, também quase metade desta Casa, apresentou substitutivo de minha autoria como projeto de lei que cria a Lei Assis Carvalho II. Novamente, nós conseguimos aprovar, por unanimidade, nesta Casa e também no Senado da República.

E tenho feito um movimento com as organizações da agricultura familiar, da assistência técnica e extensão rural, para que rapidamente o Presidente sancione a Lei Assis Carvalho II sem vetos. Nós sabemos que a agricultura familiar, um segmento importante da economia brasileira, não é uma atividade de assistência social, mas é um tema de macroeconomia. O resultado aparece quando se anuncia a inflação.

Quanto menos alimento se colocar na gôndola do supermercado, a lei da oferta e procura vai causar a alta da inflação. É o que está acontecendo.

Por isso, sem pedir favor, sem falar que é assistência social, mas um tema inclusive de macroeconomia, espero que o Presidente sancione, sem vetos, as medidas para a agricultura familiar. É um incentivo para a comercialização. Esses alimentos que forem comprados da agricultura familiar devem ser doados para entidades assistenciais, que é a compra direta pela CONAB, com doação simultânea.

É o fomento de inclusão produtiva para os agricultores, especialmente aqueles mais carentes. Já que há mais de 13,2 milhões de pessoas no campo abaixo da linha de pobreza, esse fomento trará a retomada da economia desses agricultores que mais precisam das políticas públicas do Governo Federal.

É a renegociação de dívidas da agricultura familiar, postergando aquelas dívidas de longo prazo para o final do contrato, mantendo as mesmas medidas, como crédito fundiário, Banco da Terra, e mantendo as mesmas cláusulas de pactuação. O Garantia-Safra vai parar o nosso norte de Minas, para o Vale do Jequitinhonha, para Mucuri, para todo o Semiárido brasileiro, para que todos aqueles ao lado da assistência técnica e extensão rural possam receber integralmente as parcelas do Garantia-Safra, garantindo a porta de entrada de assistência técnica e medidas dos dispositivos, com diferencial para o protagonismo das mulheres no campo, reconhecendo e valorizando a atuação das mulheres.

Presidente, sancione, sem vetos, as medidas para a agricultura familiar!

Presidente, peço que autorize a divulgação deste pronunciamento nos veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 82/239

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-09:00
Publ.: DCD - 9/17/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro por sanção do Projeto de Lei nº 823, de

2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, uso este espaço dos Breves Comunicados para tratar de dois temas.

O primeiro é que nós esperamos que o Presidente da República, depois de aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal o Projeto de Lei nº 823, que fortalece e apoia a agricultura familiar para produzir alimentos para o povo brasileiro, que está passando fome, para enfrentar a fome e a inflação dos alimentos, para enfrentar a insegurança alimentar em que vivem mais de 100 milhões de brasileiros, não seja o traidor da agricultura familiar e camponesa e não vire as costas para os problemas sociais produzidos pelo próprio Governo Bolsonaro.

Um aviso a Bolsonaro: se vetar o PL 823, o Congresso derruba o veto!

Sanção ao PL 823 já!

O segundo tema, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que não há como não manifestarmos nossa indignação à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, que coloca o Estado brasileiro a serviço do privado, do particular, dos banqueiros, dos super-ricos deste País, que concentram renda e riqueza, como aconteceu no Governo Temer e está acontecendo no Governo Bolsonaro. Isso só se aprofundará com a PEC 32.

A PEC 32, que destrói os direitos dos servidores públicos, que construíram com suas vidas e com sua experiência profissional uma carreira a serviço do povo, para servirem ao povo nos Municípios, nos Estados e na União, vai fazer com que os servidores fiquem a serviço dos governos de plantão, que destroem a perspectiva de carreiras e a dignidade do servidor público.

Essa PEC desmonta e destrói não apenas o serviço público, mas também a qualidade do serviço público. Nós vamos defender o SUS para o povo brasileiro, vamos defender a escola pública e a universidade pública para o povo brasileiro, a assistência aos agricultores. Vamos defender as estruturas que induzem ao desenvolvimento.

Não à PEC 32! Não a essa famigerada emenda constitucional, que,

como a reforma trabalhista, quer roubar os direitos dos trabalhadores do mundo privado. Agora a PEC 32 vai desestruturando as carreiras e a dignidade dos nossos servidores públicos!

Nós vamos reagir, servidores municipais! Vamos reagir, servidores estaduais e servidores da União! Vamos mostrar para este País que o servidor público tem que ser respeitado e tem que ser valorizado para prestar um serviço público de qualidade para nosso povo brasileiro!

Não à PEC 32!

Documento 83/239

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-09:36
Publ.: DCD - 9/17/2021 -	ZÉ NETO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tendência de elevação dos índices inflacionários. Fator determinante de reajustes nos preços de combustíveis. Inexistência de políticas públicas no âmbito do Governo Federal. Falta de estruturação do Governo Jair Bolsonaro para enfrentamento da crise sanitária. Presença, na Casa, de delegação do Estado da Bahia, contrária à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Dever da Câmara dos Deputados de luta pelo Estado eficiente, com políticas habitacional e energética condizentes e fomento à agricultura familiar. Baixos investimentos do Governo Federal na educação durante a epidemia de coronavírus.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, primeiro, quero saudar a presença de V.Exa. na Mesa e dizer da importância, neste momento, de fazermos uma reflexão mais profunda sobre o que nós estamos vivendo no Brasil com relação a todo esse contexto de desmando e desgoverno.

É um desgoverno que erra a mão, como errou na questão energética, e hoje quem está pagando o preço é o pobre, porque a inflação vem aí. Daqui a alguns meses, não sabemos para que lado vai. A tendência é que cresça muito mais, especialmente por questões relacionadas com a energia e com o combustível.

Quanto ao combustível, todo mundo já sabe: entregaram parte da PETROBRAS já, valorizaram os preços, e ficam nesse lenga-lenga aí, dizendo que a culpa é dos Governos dos Estados por causa de ICMS. Faz 20 anos que ninguém reajusta ICMS. Isso não tem nada a ver com

ICMS, tem a ver com esse desmando que nós estamos vivendo no Brasil.

E isso vai numa linha de, em todas as áreas, encontrarmos os mesmos problemas. Há falta de políticas públicas, há falta de estruturação do Governo para enfrentar uma crise sanitária do tamanho da que nós estamos enfrentando no mundo. E no Brasil não é diferente, aliás, no Brasil é pior, muito pior.

E hoje nós estamos encerrando os debates sobre a reforma administrativa. Inclusive, a Bahia tem uma delegação grande aí, Sr. Presidente. Eu queria saudar toda a delegação da Bahia que está aí presente - são funcionários públicos de diversas áreas -, em nome de Zé Carlos, de Santanópolis, e dizer que hoje a nossa Casa tem a obrigação de olhar para o Brasil, mas olhar para o Brasil na direção dos brasileiros e das brasileiras que vivem no País e que precisam, principalmente neste instante, de um Estado eficiente, de um Estado que responda às suas necessidades, que tenha política habitacional, que tenha política pública no campo energético, que tenha fomento especialmente na produção, na pequena produção de alimentos. Nós estamos vivendo uma crise grande e profunda também na agricultura familiar.

E que nós possamos enfrentar os desafios deste País olhando especialmente para os mais carentes, os mais pobres. Quando um país assiste ao que nós assistimos esta semana, aquela roda de empresários de São Paulo, com o ex-Presidente Temer, fazendo graça com a política... Mas, no fundo, no fundo, são eles que vão decidindo os destinos do País, infelizmente, e da nossa Casa Legislativa, porque a pauta deles está passando bonitinha. O que não está passando é a pauta do pobre. O pobre tem que vir para o Orçamento. E, em vez de falar em reforma administrativa, nós temos que falar em modernização, eficiência e investimento do Estado.

Saiu agora há pouco a informação de que o Brasil foi o país que menos investiu em educação durante a pandemia, e isso é o que nos envergonha. Mais Brasil? Cadê? Mais brasileiros e brasileiras, e mais pobres no Orçamento e na conta que nós precisamos fazer para que o Brasil se desenvolva para valer!

Documento 84/239

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-09:40
Publ.: DCD - 9/17/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Elevação dos índices inflacionários e do desemprego, reajuste nos preços de alimentos, de energia elétrica, do gás de cozinha e de combustíveis no País. Incompetência demonstrada pelo Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Atribuição à falta de investimentos e de planejamento do Governo Federal como a principal causa da crise energética. Prioridade do Governo Jair Bolsonaro nas negociações pessoais em torno da desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Prezada Presidente Rosângela Gomes, ao cumprimentá-la, cumprimento todos os demais pares.

Eu queria apontar alguns problemas muito graves, uns absolutamente perceptíveis, como a inflação, o desemprego, o baixo salário, etc. E, para agravar a situação das pessoas, a inflação é puxada por alimentos e pela energia, tanto pela energia elétrica quanto pelo gás, assim como pelo combustível. Portanto, a vida está cada vez mais difícil, tendo como pano de fundo um aspecto ainda infinitamente mais grave, que é a pandemia, tão mal conduzida em nosso País.

E, neste momento, o noticiário dá conta do quê? A falta de energia é atribuída exclusivamente a uma estiagem que tem mais de 90 anos. Mas essa estiagem há mais de 10 anos vem castigando o País. E o que faltou, então, para agora estar faltando energia? Planejamento e investimento. Enquanto tudo isso ocorre, o Governo prioriza os negócios e os seus sócios. Cito, por exemplo, a privatização do Sistema ELETROBRAS, mais uma vez. Vale 370 bilhões, e o Governo pretende arrecadar apenas 25 bilhões. Por isso chamei de negócios.

O empresariado brasileiro, o grande empresariado bolsonarista, evidentemente, que reivindicou ainda no ano passado, em maio e junho, que não fossem acionadas as termoelétricas. É a melhor alternativa a termoelétrica? Não, desde que houvesse outra. Não há o acionamento há mais de 1 ano exatamente para manter barata a energia para esse grande empresariado, que pretende e vai junto com o Governo aos negócios.

E há algo que é profundamente conhecido: quando o empresariado brasileiro ou o estrangeiro, inclusive, compra uma estatal na bacia das almas - uma verdadeira doação -, ele não vai investir para evitar, por exemplo, o racionamento e até mesmo um apagão, que gostaríamos que não acontecesse.

Qual é a alternativa no presente momento? Como encher os lagos, as usinas? Está difícil, é óbvio. Por isso estamos dizendo que já devia ter sido feito. No presente momento, o que é que o Governo está

buscando fazer? Recomendando às repartições públicas economizar energia de 10% a 20%. Possivelmente haverá quem no Governo esteja defendendo, com o brilhantismo habitual, talvez bater tambor. E digo isso com todo o respeito aos índios.

Portanto, a situação é grave frente a um Governo absolutamente inerte.

Documento 85/239

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-10:32
Publ.: DCD - 9/17/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do novo parecer oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro à Constituição Federal. Adoção da mentira como norte das ações do Presidente da República. Cenário de desemprego, inflação e carestia reinante no País. Aproximação da marca de 600 mil mortes no Brasil, provocadas pela recusa do Chefe da Nação à compra de vacinas. Constatação, pela CPI da Covid, da vinculação de lobistas com familiares do Presidente da República. Defesa de afastamento do mandatário do País.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Estão sendo construídos nesta Casa, no dia de hoje, diversos atentados contra o Brasil, diversos atentados contra o povo brasileiro.

Teremos uma sessão neste dia e, após esta sessão, provavelmente, teremos a PEC nº 32, cujo novo parecer, que foi apresentado depois das 20 horas do dia de ontem, querem votar. Este parecer estabelece uma série de condições que não têm relação com a própria proposta de emenda constitucional e que mantém a alma cruel desta proposição, porque o art. 37-A diz que o Estado vai ficar à mercê da iniciativa privada.

O que se quer fazer nesta Casa, a partir da condição de sabujos do próprio Governo que grande parte dos Parlamentares assume, é destruir o Estado como instituição para resolver os problemas nacionais e o Estado de proteção social, como está na nossa Constituição.

Todos os dias se fere a Constituição Brasileira. Aliás, o Presidente da República já disse várias vezes que está disposto a desrespeitar a

Constituição, e ele mesmo já a desrespeitou várias vezes, pautando um Governo a partir de um método político do ódio e da própria mentira.

O Presidente da República, segundo levantamentos, já colocou em contato com o conjunto da sociedade muito mais de mil mentiras, mil mentiras! É o Governo do *fake news*, que nega a realidade, constrói a sua própria realidade e que, desde o seu primeiro momento, fica testando as instituições.

Se fizermos uma comparação com Lula, sob todos os pontos de vista, veremos que tivemos pleno emprego, tivemos a fome arrancada do universo brasileiro. Hoje temos mais de 14 milhões de desempregados, hoje temos a inflação que retorna e está atingindo dois dígitos, hoje temos a inviabilidade de o povo brasileiro comer carne, a inviabilidade de o povo brasileiro comer arroz, temos o preço da gasolina a 7 reais, e o preço do gás, que impede as pessoas de utilizarem este produto e as expõe a uma série de acidentes ao utilizarem lenha, álcool - é uma crueldade. São quase 600 mil pessoas mortas neste Brasil pelo negacionismo.

O aumento das vacinas mostrou que a vacinação do povo diminui as mortes, mas o Presidente da República não quis aumentar as vacinas, porque no Ministério da Saúde havia quem se locupletava com a negação das vacinas e com a vacina arrancando propina da vida do povo brasileiro, provocando a morte do povo brasileiro.

Além disso, a CPI tem mostrado que lobistas têm relação com os familiares do Presidente. São estes familiares que o Presidente quer proteger de toda a sorte. Por isso, há a PEC nº 32, para que o Estado esteja a serviço dos governantes e da iniciativa privada, mas não é só isso. Eles querem também aprovar, na CCJ, a PEC dos Precatórios ou a PEC do Calote, que vai dar o calote em educadores e educadoras na educação. Grande parte dos precatórios diz respeito ao que o Governo não passou do FUNDEF, do fundo da educação. Eles querem moldar o indexador, fazer com que os reajustes dos precatórios sejam inferiores à própria inflação e prorrogar o pagamento. Vão transformar em pó os precatórios.

É um absurdo o que está se fazendo nesta Casa no dia de hoje.

"Não" à PEC nº 32! "Não" à PEC do Calote! Fora, Bolsonaro!

Sumário

Não elevação, pelo Governo brasileiro, das dotações orçamentárias do setor educacional durante a epidemia de coronavírus, segundo pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Defesa de liberação antecipada aos Estados e Municípios, pela União, de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais a Educação - FUNDEB. Realização de amplo mutirão em defesa da educação pública brasileira.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Rosângela Gomes, Sras. e Srs. Deputados, a OCDE publicou uma pesquisa a respeito da educação junto aos seus 35 países-membros e convidou mais 8 países para participarem da pesquisa, entre eles o Brasil. O resultado da pesquisa da OCDE, em relação à educação durante a pandemia, mostrou o seguinte: 78% desses 43 países pesquisados aumentaram os recursos na área da educação para enfrentar os efeitos gravíssimos da pandemia sobre o setor educacional, sobre a educação básica, mas, particularmente, sobre a educação fundamental.

Os países aumentaram os recursos para poderem contratar mais professores, monitores para fazerem reforço escolar, para construir mais salas de aula e garantirem o distanciamento - por exemplo, a Espanha construiu 21 mil novas salas de aula -, como também para providenciarem o acesso dos estudantes à Internet com mais facilidade, aos equipamentos e à rede social. Enquanto isso, o Brasil, desses 43 países, foi justamente aquele que não aumentou em nada os recursos para a área da educação. Aqui, na área da educação, nós estamos apenas com os problemas provocados pela pandemia, como o aumento da evasão.

O Brasil, entre esses 43 países, foi aquele em que as aulas presenciais ficaram mais tempo paralisadas. Elas estão voltando agora timidamente, sem o apoio necessário que precisamos para diminuir o impacto negativo da pandemia sobre a área da educação.

Eu entendo, Sra. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, que nós temos que fazer um esforço concentrado, uma espécie de mutirão pela educação pública brasileira. Nós precisamos antecipar os recursos da União para o FUNDEB, de modo que os Estados e os Municípios tenham recursos para fazer um amplo programa de mutirão, com a iniciativa voltada para o reforço escolar, a contratação de monitores para fazer esse reforço, além disso desenvolver atividades esportivas e

culturais para que tornem as escolas mais atrativas. Nós estamos vivendo um ambiente de aumento da evasão escolar e de desinteresse dos estudantes, de falta de esperança no futuro, a partir dos problemas provocados por esta enorme pandemia que nós estamos atravessando.

Sr. Presidente, é isto o que eu estou defendendo: um amplo mutirão pela educação pública brasileira, começando por um programa de reforço escolar e de incentivo ao esporte nas escolas.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 87/239

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-11:00
Publ.: DCD - 9/17/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reiteração do pedido ao Presidente Arthur Lira de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro por prática de crimes de responsabilidade. Atribuição ao Presidente da República da responsabilidade pelo cenário de inflação, desemprego, fome, carestia e miséria reinante no País. Prática de crime de genocídio pelo mandatário do País, em face da sua recusa à aquisição de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, eu quero cumprimentá-lo pelos seus posicionamentos firmes em defesa do Brasil e da democracia.

Nós queremos, neste momento, dizer o quanto a democracia precisa ser renovada no seu valor e no apoio ao povo.

Eu tenho cobrado do Presidente Arthur Lira que ele coloque na pauta de discussão e votação da Câmara dos Deputados o *impeachment* de Bolsonaro. Quero fazê-lo novamente. Quero solicitar ao Presidente Arthur Lira que coloque a matéria na pauta, porque é um direito dos Parlamentares avaliarem um pelo menos dos mais de cem pedidos de *impeachment*, baseados em crimes de responsabilidade cometidos por Bolsonaro.

Entre esses crimes, do ponto de vista da política, eu quero recuperar e apresentar três aspectos que Bolsonaro representa de retrocesso para o Brasil. Nós voltamos ao Mapa da Fome. As pessoas não conseguem mais comprar alimentos. O preço dos alimentos aumentou em decorrência da inflação. E esse é o segundo retorno perverso, no Governo Bolsonaro, da inflação, da fome, do desemprego, de tudo o que ataca mais a população. Pessoas estão desempregadas; não há apoio à indústria; o País quebrou; a economia brasileira está jogada em uma situação difícilíssima; e a fome e a miséria estão presentes nas casas das pessoas. No País onde mais se planta soja no mundo, o óleo de soja é um dos itens mais caros para uma pessoa fazer a comida de cada dia. A carne não existe mais na vida das pessoas. Classes médias também já não a consomem mais, aliás, não vão além da carne moída - e olhem lá! As pessoas buscam os ossos, o pescoço de frango. Os brasileiros não têm acesso ao básico, ao arroz, ao feijão.

O Presidente é um escárnio. Como faz uma mulher ou um homem, uma mãe que, em vez de colocar a comida na mesa dos seus filhos, daqui a pouco, quando o relógio bater 12 horas, meio-dia, ao arrumar a criança para ir à escola, tiver que dizer que não tem nada?

É isso que o Governo Bolsonaro simboliza para o Brasil, além das mortes pelo genocídio. Por não ter comprado a vacina, o Governo Bolsonaro é responsável pela fome, pelo desemprego de uma população trabalhadora, que quer empregos formais. Não! Eu não quero voltar no tempo, mas quero um novo Governo para o Presidente Lula, onde ele consiga fazer o Brasil desenvolver-se novamente, olhando nos olhos do povo e demonstrando o amor pela Nação brasileira.

Muito obrigada.

Documento 88/239

78.2021.B	Sessão Outro Evento	16/09/2021-11:04
Publ.: DCD - 9/17/2021 -	GENERAL GIRÃO-PSL -RN	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas. Desvio pela Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, do PT, e por outros gestores estaduais nordestinos de recursos destinados ao Consórcio Nordeste para combate à epidemia de coronavírus. Repúdio à declaração do ex-empresário Léo Pinheiro sobre a sua indução à prestação de depoimento contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-

Jato. Necessidade de confirmação, pelo Supremo Tribunal Federal, de acordos firmados com a Procuradoria-Geral da República contra denunciados pela Operação Lava-Jato, especialmente com relação ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desvio, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, e todos os colegas Deputados!

Presidente, peço que autorize a divulgação de minhas palavras em todos os meios de comunicação desta Casa.

Quero dizer que nos preocupa, sim, quando o Presidente Bolsonaro é chamado de genocida. Na verdade, genocida é quem desvia dinheiro, como a Governadora do PT do Rio Grande do Norte e os Governadores do Nordeste, que entregaram quase 50 milhões para o Consórcio Nordeste. Esse grupo foi criado para afetar e ofender o nosso pacto federativo. Desviaram esse dinheiro, colocaram nas mãos de uma empresa especializada em venda de produtos da maconha. Os respiradores nunca chegaram, na época mais necessária, às pessoas que precisavam de um equipamento para ajudá-las a respirar.

Desculpe-me, Deputada que nos antecedeu, mas isso é vergonhoso!

Querer colocar de volta uma pessoa que roubou e que deixava que roubassem!? Eu fico preocupado com o fato de como o STF consegue desfazer... Eu fico tentando fazer o "paz e amor", mas não consigo. Eu não consigo ficar calado!

Agora é a delação do Léo Pinheiro. Ele escreveu uma carta toda melosa, dizendo que praticamente foi induzido a depor daquele jeito, mas ele se esqueceu de dizer que aceitou pagar, num acordo de leniência, 45 milhões de reais. A JBS aceitou pagar 10 bilhões de reais. Foram 10 bilhões de reais da JBS, 45 milhões de reais de Léo Pinheiro, fora os outros que fizeram acordo de leniência para terem redução de suas penas ou um tratamento diferenciado. Isso tudo foi mentira?

Ministros do STF, por favor, ouçam e respondam: isso tudo que foi acordado com a PGR e com os senhores é mentira? Os senhores estão praticamente considerando que o maior ladrão da história política no Brasil - o maior ladrão! - não roubou. Não roubou ou então o crime prescreveu. Que justiça é essa? Que situação é essa? A população brasileira quer saber.

E o pior de tudo, meus senhores, é o seguinte: agora, com a pandemia,

com todos os recursos que foram enviados, alguns Governos de Estado, inclusive o nosso do Rio Grande do Norte, pegaram recursos do FUNDEB para pagar os salários de servidores que não são da educação, fora os recursos que eram para a saúde e foram colocados na Fonte 100 para poder pagar salários atrasados.

Meus amigos, olhem, o Brasil é o país ideal. A organização administrativa escrita, nas leis do nosso Brasil, é perfeita, só que nos esquecemos de que a lei tem que ser cumprida. Os órgãos de controle têm que ir em cima, exigir. Foi preciso que nós pedíssemos à Controladoria-Geral da União que fizesse um relatório e mandasse uma operação da Polícia Federal lá ao Rio Grande do Norte.

Lamento muito e espero que o Brasil melhore. Precisamos disso.

Documento 89/239

105.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/09/2021- CD	12:36
Publ.: DCD - 9/17/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Crise econômica brasileira. Elevação dos preços de alimentos e dos índices inflacionários no País. Quadro de miséria, fome e desemprego reinante no Brasil. Desestruturação de políticas públicas pelo Governo Federal. Sucateamento do setor educacional. Envolvimento do clã Bolsonaro em escândalos de corrupção. Defesa de afastamento do Presidente da República. Desestruturação do Estado brasileiro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu queria apresentar neste momento a nossa preocupação com o cenário econômico que o País atravessa.

A vida das pessoas sofre com os impactos negativos desse desgoverno. Os preços dispararam. O Governo Bolsonaro, Presidente Marcelo Ramos, aumenta a previsão de inflação para 8,4%. Mas essa é a inflação média. Não é a inflação da população mais pobre, não é a inflação dos alimentos. O aumento vai impactar um gasto de 17,4 bilhões no orçamento, que foi calculado pela equipe do Posto Ipiranga, com previsão inflacionária de 6,22%. Ou seja, 2,2% a mais no impacto que o orçamento terá que incorporar.

E isso tudo traduz mais miséria, mais fome, mais desemprego. Voltamos, no Brasil, a sofrer com a fome e com a miséria. E não

tínhamos esse impacto, graças aos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Eu quero lançar mais uma vez esse desafio. Mostre-me um único Ministério que tenha conseguido preservar as políticas públicas. Não é melhorar não; é pelo menos preservar. A educação é um desastre, um desmonte total.

O único projeto do Governo Bolsonaro para a educação em todas as suas esferas, em todos os seus níveis, é o *homeschooling*, a educação familiar. A única proposta deles para a educação e para as escolas do Brasil é tirar os alunos da escola!

Na saúde, a pandemia. A cada dia que a CPI do genocídio se debruça sobre o tema descobre um novo escândalo. Agora está envolvida a ex-esposa do Presidente, está envolvido o filho Zero Quatro, com os maiores absurdos de corrupção, de negacionismo. Na área de assistência social eles desmontaram tudo! Na infraestrutura não existem mais projetos! Acabou o Minha Casa Minha Vida, o Luz para Todos. Não sobrou, Presidente, um único Ministério que conseguisse manter-se de pé no desastre do pior Governo da história da República em nosso País!

Ano que vem vamos chegar a comemorar 200 anos da independência do Brasil. É o ano que o povo brasileiro também vai comemorar: comemorar ao ir às urnas e mandar embora o pior Presidente deste País em toda a história da República brasileira.

Presidente, peço a V.Exa. que seja registrada no programa *A Voz do Brasil* e nos Anais desta Casa a nossa preocupação e indignação com o desmonte do Estado brasileiro.

Documento 90/239

105.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/09/2021- CD	13:12
Publ.: DCD - 9/17/2021 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.052, de 2021, relativa à alteração da participação federal e das regras de repasse de recursos da União a fundos de desenvolvimento regionais. Apelo ao Governador do Estado do Acre, Gladson Cameli, por realização de campanha

de vacinação contra a Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PCdoB é pelo adiamento.

Eu queria aproveitar a oportunidade para chamar a atenção do Governador do Acre, Gladson Cameli, e fazer um apelo para que ele faça uma grande campanha no Estado do Acre para que a população se vacine.

As chamadas dos jornais do Acre ontem diziam que o Ministério da Saúde ia suspender o envio de vacinas para o Acre. Na verdade, há vacina guardada no Estado. Metade da população se vacinou com a primeira dose, mas menos de 30% se vacinaram com a segunda dose. E os estudos do Butantan dizem que 95% das mortes por COVID atualmente são de pessoas que não se vacinaram. Portanto, a vacina salva vidas.

Eu gostaria muito de ver uma grande campanha nacional pela vacina. Mas, se não há uma campanha nacional, peço que o Governo do Acre faça uma campanha de vacinação, convocando a população para se vacinar.

Documento 91/239

105.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/09/2021- CD	13:16
Publ.: DCD - 9/17/2021 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

União entre o PT e a comunidade evangélica em prol da reconstrução nacional. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Realizações do governo petista em benefício das camadas menos favorecidas.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PT é uma escola do diálogo, das construções coletivas. Temos grandes desafios para os trabalhadores e as trabalhadoras, incluindo também os evangélicos que estão no Partido dos Trabalhadores.

Nós precisamos lembrar que o povo brasileiro é formado de negros, de brancos e de indígenas, homens e mulheres que moram em algum lugar, que trabalham em algum lugar, que precisam de assistência

médica, que ficam doentes, que produzem, que precisam estudar, que têm uma religião. E é assim, exatamente assim, que o PT dialoga com todos os setores.

Os evangélicos são um terço da população brasileira. Estamos presentes em todas as cidades, em todos os estratos sociais. Sabemos que o povo preto e pobre brasileiro e as mulheres são maioria entre os evangélicos. A presença das pequenas igrejas nas comunidades, nas periferias, nos grotões, e os grupos femininos de oração são, realmente, centrais para o apoio social. Essas atividades fazem diferença na vida de muita gente. Como excluí-los da responsabilidade da reconstrução do Brasil? É claro que o PT deve dialogar com esse segmento.

Estamos diante de centenas de milhares de mortes evitáveis pela péssima condução do Governo Federal, do Governo Bolsonaro, no enfrentamento desta pandemia em todos os setores: na educação, no meio ambiente, na cultura, na saúde, no serviço social, no emprego, na moradia, na alimentação. Como não dialogar com os segmentos evangélicos, muitos dos quais acreditaram e investiram fortemente na eleição de Bolsonaro? Muitos membros de igrejas estão sofrendo dificuldades.

Não é errado dizer que ninguém está feliz com este Governo, com os escândalos que surgem a cada dia. Este Governo não entregou nada do que prometeu. E, por suas ações, as indústrias que mais prosperam são as de caixões e de armas.

Os evangélicos pobres também têm sofrido os efeitos deste péssimo Governo. Familiares e pessoas queridas morreram de COVID, muitos perderam o emprego, deixaram de pagar aluguel, têm dificuldades para comprar comida e gás, que está caríssimo. E outros, uns mais, outros menos, guardaram o seu pequeno carrinho, pois o preço da gasolina está fora do seu padrão.

O que mais fica realmente para mim desses dias é pensar em como seria diferente se tivéssemos um líder de verdade à frente do Brasil, neste momento tão difícil pelo qual passamos.

Deus tem me dado forças para ficar de pé a cada manhã, ir às ruas, com máscara e distanciamento social, somar-me aos gritos dos excluídos: "*Basta! Fora, Bolsonaro!*"

O Governo do PT trouxe muitas mudanças para as famílias brasileiras. O nosso sempre Presidente Lula soube enfrentar a pobreza, a miséria. As coisas mudaram, e muito. As famílias evangélicas sabem disso, de norte a sul, de leste a oeste. Lula e Dilma não foram esquecidos. O que representou o Governo Lula vai muito além da comida, do combate à

fome e à miséria, do acesso à moradia, do pleno emprego, da transposição de águas do Rio São Francisco, da criação de universidades, dentre tantas outras coisas; vai de fato muito além disso.

Como diz o Lula, o nosso sempre Presidente, as pessoas precisam ser tratadas com dignidade, uma coisa relacionada ao amor. Precisam de abraço, de carinho e sobretudo de respeito.

Vemos tantas pessoas com ódio, tratando outros com desdém, pessoas racistas, machistas, intolerantes. O ser humano nasceu para amar. Por que tanta maldade com o diferente?

Estamos em crise de tudo no Brasil. Mas os que estão na graça precisam de coragem e união para enfrentarmos juntos as desigualdades e os preconceitos na busca de valores como a igualdade e a solidariedade.

Evangélicos, não deixem que nos dividam! Nós sabemos que fé sem obras é morta.

O PT sempre nos aceitou como somos. Não é verdadeiro aquilo que dizem, afirmando que nós não temos compromisso com a família. Temos! Foi o PT, foi o Lula que tirou mais de 36 milhões de pessoas da miséria.

Tenho aqui uma lista que é muito importante para que os evangélicos possam entender que nós também somos petroleiros, moedeiros, engenheiros, bancários, trabalhadores domésticos e rurais, professores, assistentes sociais, trabalhadores da área de estética.

Nós trabalhamos e pegamos ônibus, pagando tarifas enormes. Nós precisamos de investimentos onde moramos. Nós trabalhamos na ELETROBRAS, na PETROBRAS. E as várias reformas que estão sendo feitas, inclusive tirando direitos dos servidores públicos, também estão atingindo os evangélicos. Há evangélico desabrigado, há evangélico com fome, há evangélico que não pode mais entrar no supermercado. Ou eu estou falando alguma mentira? Não, eu estou falando a verdade.

Para que não coloquem culpa nas costas do PT e de Luiz Inácio Lula da Silva, tenho aqui um levantamento que mostra que, de 38 milhões de negros e negras que tiveram acesso a água de qualidade e saneamento adequado, naquele recorte de promoção da população negra, para retirá-la do seu estado de miséria quase absoluta, 13 milhões eram evangélicos; de 24 milhões de famílias brasileiras que compraram geladeira, 8 milhões eram evangélicas; de 35 milhões que

tiveram acesso a energia elétrica, 12 milhões eram evangélicos.

Nos 13 anos do Governo do PT, os Governos Lula e Dilma, foram criados 19,4 milhões de empregos, e 6 milhões empregaram os evangélicos.

Vamos ver quem cuida mais da família? Não vamos usar de desfaçatez. Deus não se agrada disso. Deus não se agrada de mentiras. Não vamos aceitar *fake news*. Vamos fazer a comprovação. De 41 milhões de crianças que foram atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, 14,5 milhões eram de lares evangélicos. Que história é essa então? O mesmo aconteceu entre os atendidos pelo Mais Médicos e os protegidos pela Previdência Social. De 10 milhões de pessoas com moradia, por meio do Minha Casa, Minha Vida, 3,5 milhões eram evangélicas; de 28 milhões de brasileiros e brasileiras que saíram da pobreza, 10 milhões eram evangélicos; graças ao Bolsa Família, 36 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, e 12,5 milhões seriam de lares evangélicos.

Eu quero concluir dizendo que Deus não aceita a mentira. Ele não suporta isso. E nós no Congresso Nacional ou em qualquer lugar em que nós estejamos, usando esse nome, devemos dar um bom testemunho.

Os trabalhadores, os servidores públicos, os evangélicos, aqueles que frequentam nossas igrejas aos domingos ou sem ser domingo, os que estão hoje desempregados, com fome, precisam sim que nós os representemos e lutemos por eles.

Fazer discurso é muito fácil. Agora, é preciso provar. É preciso votarmos com esse povo, não só porque são das nossas igrejas, mas também porque acreditam que aquilo que os homens e as mulheres podem fazer Deus não faz. Por isso colocam-nos em lugar de destaque. Então, agir cabe a nós. A responsabilidade é toda nossa.

Eu tenho muito orgulho de ser do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras e de ter visto o meu partido mudar este Brasil.

Vamos juntos, vamos mesmo ter coragem de fazer o Brasil voltar a ser o que era de novo! Vamos com o PT! Vamos, sim, com todos os credos que nós temos no nosso País!

Viva a diversidade!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

105.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/09/2021-
CD 13:28
Publ.: DCD - 9/17/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao advogado José Carlos Valim, falecido em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria hoje fazer lembrar ao advogado José Carlos Valim. Amanhã ele completaria mais 1 ano de vida, mas faleceu devido à COVID. Ele é uma entre as quase 600 mil pessoas que faleceram, que morreram pela inoperância, pelo descaso, pelos atos criminosos do Governo Bolsonaro.

José Carlos Valim, advogado dos trabalhadores, pessoa com uma vida dedicada à luta pela justiça social, através não só da sua militância profissional, mas também da militância partidária, no Partido dos Trabalhadores, também se dedicava às causas das crianças, das pessoas com deficiência. Ele tinha um filho com síndrome de Down que morreu 1 dia antes dele.

Fazemos lembrança a ele e a todas as pessoas que faleceram. Minha solidariedade às famílias que sofrem ainda e aos que estão sofrendo nos hospitais pelo descaso do Governo. Nós não podemos deixar isso passar. Tem que haver responsabilizações.

Viva, Valim!

Documento 93/239

105.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/09/2021-
CD 13:32
Publ.: DCD - 9/17/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Vinculação entre o espancamento e tortura de quilombola negro por empresário bolsonarista no Estado do Rio Grande do Norte, e o incentivo do Presidente Jair Bolsonaro à violência. Flexibilização, pelo Presidente da República, da compra e posse de armas de fogo no País. Cenário de fome,

desemprego, insegurança alimentar e pobreza reinante no País, especialmente entre a população negra. Postura irresponsável do Presidente da República em relação à epidemia de coronavírus. Consequências, sobre a população de baixa renda, da eventual aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Contrariedade à pretendida reedição da excludente de ilicitude. Anúncio de realização de novas manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Agradeço a V.Exa. a compreensão, Presidente.

Srs. e Sras. Deputadas, os tempos em que vivemos são horríveis. Queria falar sobre uma cena que aconteceu, Deputada Vivi, nesta semana.

Lá no Rio Grande do Norte, um homem negro, quilombola, foi amarrado, torturado, espancado por um comerciante, por um empresário bolsonarista da região. Isso, inclusive, provocou um pronunciamento contundente da Governadora Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores. E o que isso revela? O que autoriza alguém a amarrar um homem negro, quilombola, e torturá-lo, espancá-lo? Que retrato de Brasil é esse? Que fotografia do Brasil do horror é essa, senhores e senhoras? Esse é o Brasil do horror.

O Brasil do horror, infelizmente, tem um Presidente que, nas suas palavras, nas suas ações, na sua política, incentiva esse horror. Tira dos porões toda a podridão que queríamos enterrar de um Brasil escravocrata, de um Brasil colonial, de Brasil desigual.

O Brasil tem um Presidente que, desde o início, ridicularizou quilombolas, atacou pessoas LGBTQI+, incentivou o estupro de mulheres, defendeu ditadura. Ele falou aqui, aqui mesmo, neste plenário, em defesa de Ustra, que enfiou ratos em vaginas de mulheres. Esse Presidente autoriza, do lugar de poder que ocupa, alguém a torturar, a amarrar um homem negro e quilombola. Esse é o Brasil do horror.

No Brasil do horror, a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado por arma de fogo, muitas delas do Estado, mas mesmo assim o Presidente libera as armas com a sua sanha armamentista, com o seu populismo penal. Quem compra essas armas? E ao corpo de quem chegam as balas dessas armas? Aos corpos pretos, como é preto o corpo torturado no Rio Grande do Norte.

No Brasil do horror, quase 15% da população está desempregada, na maioria corpos pretos.

No Brasil do horror, até os trabalhadores da Uber estão abandonando o trabalho precarizado porque não têm como pagar a gasolina!

No Brasil do horror, 19 milhões de pessoas agora têm fome e metade do povo está em insegurança alimentar, majoritariamente corpos pretos.

No Brasil do horror, triplicou a pobreza, e a pobreza também é preta.

O Brasil do horror tem um Presidente que ri da pandemia, que tira a máscara de criança, que faz piada da maior crise sanitária experimentada pelas gerações vivas, que mata mais os pretos também - pretos morrem mais e se vacinam menos.

Ao mesmo tempo, está nesta Casa a PEC 32 para destruir serviços públicos. Quem usa serviço público, creches e SUS? É o corpo preto, é o porteiro, é a trabalhadora doméstica, é o camelô.

No Brasil do horror querem aprovar a famigerada Lei Antiterror, para reeditar o excludente de ilicitude, que é a licença para matar o corpo preto de novo. Há a possibilidade de perseguir quem luta contra o horror.

Está duro, mas há resistência. No dia 2 de outubro vamos para as ruas. O povo vai derrotar esse genocida racista, escravocrata.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 94/239

105.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/09/2021- CD	14:44
Publ.: DCD - 9/17/2021 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso VII, art. 34-B, da Lei 12.712, de 2012, na redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2021, da Medida Provisória nº 1.052, de 2021, relativa à alteração da participação federal e das regras de repasse de recursos da União a fundos de desenvolvimento regionais. Descoberta pela CPI da Covid, por meio de dossiê médico, da ocorrência da morte de nove pacientes submetidos ao tratamento com cloroquina bancado pelo Presidente

Jair Bolsonaro.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o voto do PCdoB é "não".

E quero inclusive aqui comunicar a este Plenário que a CPI descobriu um fato hoje que é muito preocupante para o País. Descobriu, por meio de um dossiê feito por vários médicos, que o Presidente Bolsonaro bancou um estudo de pesquisa da Empresa Prevent Senior, para testar a eficácia da cloroquina no tratamento da COVID.

Acontece que, por este dossiê, descobriram que nove pessoas morreram por conta do tratamento com cloroquina, mas a empresa escondeu esses números e disse que morreram apenas duas pessoas. É grave o que está acontecendo. Felizmente, temos a CPI da COVID.

Documento 95/239

105.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/09/2021-15:40
Publ.: DCD 9/17/2021 -	LUIZ LIMA-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Saudações à comunidade Judaica no Estado do Rio de Janeiro e no País, ao ensejo das celebrações do Dia do Perdão, Yom Kippur.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta quinta-feira, minhas palavras são dirigidas para toda a comunidade judaica do Brasil, para toda a comunidade judaica do Rio de Janeiro, minha terra, que comemoram desde ontem o Dia do Perdão, o Yom Kippur.

Do anoitecer do dia 15 até o anoitecer de hoje, o tempo é de muita oração, jejum e reflexão, um momento de crescimento pessoal e espiritual. O objetivo é purificar o indivíduo e a comunidade. No Yom

Kippur, os judeus são perdoados pelos pecados que cometeram contra Deus e pedem perdão às pessoas contra as quais pecaram.

Que o Senhor, então, nos traga paz! Espero que todos os brasileiros, independentemente do credo de cada um, inspirados pela beleza deste dia, tenham seu instante de reflexão sobre suas responsabilidades, seus erros e seus acertos. Nós não mudaremos nosso passado, mas podemos sempre dar um novo rumo ao nosso futuro.

Forte abraço a todos!

Documento 96/239

105.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/09/2021-15:40
Publ.: 9/17/2021 -	DCD	PATRUS ANANIAS-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à privatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASA. Não comparecimento do Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord de Faria, à audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais destinada ao debate da desestatização da Ceasa.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Governo Federal quer privatizar as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (CeasaMinas), em mais uma ação de desmonte dos serviços públicos. E as condições para esse processo são as piores possíveis: falta de transparência e de diálogo; preço irrisório, estabelecido pelo Governo Federal; incerteza em relação ao futuro dos servidores públicos, dos produtores fornecedores, dos lojistas e trabalhadores; perda financeira para Municípios mineiros; e sucateamento, sofrido nos últimos 4 anos,

entre outros problemas.

Em um cenário de pandemia e de fome, a entrega da CeasaMinas para o setor privado vai agravar ainda mais a insegurança alimentar da população. A CeasaMinas é estratégica no setor de abastecimento de alimentos de Minas e do Brasil. Ao privatizá-la, o Governo Federal inverte a lógica da obrigação do Estado de garantir o acesso à alimentação, assegurado no art. 6º, Capítulo II, da Constituição Federal como direito social.

Rechamos tal proposta desde o início. Apoiamos a retirada da empresa do Programa Nacional de Desestatização e levamos ao Ministério Público do Tribunal de Contas da União a denúncia da venda a preço não equivalente ao valor de mercado - um escárnio! - e do ataque ao patrimônio público.

Para a audiência pública realizada em 13 de setembro na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a pedido do Deputado Estadual Betão, o Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Governo Federal, Diogo Mac Cord de Faria, foi convidado, mas não compareceu ao evento, deixando sem respostas várias questões sobre os direitos dos servidores públicos, dos fornecedores, em sua maioria pequenos produtores rurais, dos lojistas e dos consumidores.

Nessa audiência, tomamos conhecimento de que o Ministério da Economia considera como principal atividade da CeasaMinas a atividade imobiliária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Governo Federal comete um grande erro. Esclarecemos que a principal função da Ceasa é oferecer alimentos de qualidade a preço justo. Além de ser um espaço de comercialização, é um vetor de propagação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e agricultura, nesta última especialmente com foco no pequeno produtor e no agricultor familiar mineiro.

Destacamos ainda que a CeasaMinas disponibiliza informações de mercado para evitar que agentes controlem preços, especulem volume ofertado em determinado dia ou promovam variações artificiais. Tais serviços levam a informação ao público em geral e balizam as tomadas de decisão de gestores públicos. Comprometida com sua função social, a empresa dispõe de um banco de alimentos que acolhe doações de produtos hortifrutigranjeiros e as redistribui a organizações de interesse público.

Nesse sentido, fica claro que as atividades exercidas pela CeasaMinas se mostram como prestação de serviços de extrema relevância à sociedade, uma vez que o conceito de abastecimento agroalimentar

envolve práticas e políticas muito mais amplas.

Consideramos a proposta de privatização da CeasaMinas um retrocesso lamentável, porque fere a agricultura familiar e fere os consumidores, especialmente os mais empobrecidos.

A Ceasa deve ser preservada como espaço público a serviço do povo brasileiro!

Solicito a divulgação desta minha manifestação nos veículos de comunicação desta Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 97/239

105.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/09/2021-15:40
Publ.: DCD 9/17/2021 -	IRACEMA PORTELLA-PP -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Dados alarmantes a respeito da violência contra a mulher no País, segundo estudo do Instituto de Pesquisas Datafolha, encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Debate do tema pela Comissão dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados. Realização da campanha Agosto Lilás, destinada ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pesquisa realizada recentemente pelo instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, trouxe novos dados e informações sobre o fenômeno da violência contra as mulheres no Brasil.



Segundo o levantamento, a quantidade de mulheres vítimas de violência no último ano, durante a pandemia, pode ter sido reduzida levemente em comparação com 2017 e 2019. No entanto, chama a atenção um novo cenário: o perfil da violência mudou, com aumento das agressões ocorridas dentro de casa.

Na sexta-feira dia 20 de agosto, audiência pública promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher debateu os resultados desta pesquisa.

De acordo com o estudo, 24,4% das mulheres acima de 16 anos (uma em cada quatro) afirmam ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia da COVID-19. O fato é que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. Ainda de acordo com o levantamento, 61,8% das mulheres que sofreram violência no último ano afirmaram que a renda familiar diminuiu nesse período.

Entre as que não sofreram violência, o percentual foi de 50%. Além disso, 46,7% das mulheres que sofreram violência perderam o emprego. A média entre as que não sofreram violência foi de 29,5%.

A falta de emprego e de recursos financeiros foi apontada pelos especialistas ouvidos durante a audiência como um dos fatores para que a mulher não conseguisse escapar do ciclo de violência.

O relatório também aponta que 4,3 milhões de mulheres (6,3%) foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. Vejam a gravidade deste fato: a cada minuto, 8 mulheres apanharam no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.

Conforme a pesquisa do Datafolha, o tipo de violência mais frequentemente relatado foi a ofensa verbal, como insultos e xingamentos. Aproximadamente 13 milhões de brasileiras (18,6%) experimentaram esse tipo de violência; 5,9 milhões de mulheres (8,5%) relataram ter sofrido ameaças de violência física como tapas, empurrões ou chutes; cerca de 3,7 milhões de brasileiras (5,4%) sofreram ofensas sexuais ou tentativas forçadas de manter relações sexuais; 2,1 milhões de mulheres (3,1%) sofreram ameaças com faca ou arma de fogo; 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento (2,4%).

O estudo revela que 44,9% das mulheres não fizeram nada em relação à agressão mais grave sofrida; 21,6% delas procuraram ajuda da família; 12,8% procuraram o auxílio dos amigos; e 8,2% procuraram a igreja. Apenas 11,8% denunciaram em uma delegacia da mulher; 7,5% recorreram a uma delegacia comum; 7,1% das mulheres procuraram a Polícia Militar, pelo Ligue 190; e 2,1% ligaram para a Central de

Atendimento à Mulher, pelo Ligue 180.

De acordo com Samira Bueno Nunes, Diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o perfil da violência mudou bastante durante a pandemia. *"Na pesquisa de 2017, 39% das mulheres tinham sofrido violência na rua, e este percentual foi de 39% para 19% agora. Em compensação, a violência dentro de casa passou de 43% pra 49%. Em 7 de cada 10 casos, os autores eram conhecidos, a maior parte parceiros ou ex-parceiros íntimos"*, afirmou a especialista.

Ainda segundo Samira, nas duas pesquisas anteriores, o terceiro lugar sempre aparecia como um vizinho ou um amigo. *"Agora, na sequência, a gente tem pai e mãe, padrasto e madrasta, filho e filha e irmão e irmã como os principais autores de violência."*

O debate integrou a programação da campanha Agosto Lilás, promovida pela Secretaria da Mulher, com o objetivo de discutir temas relacionados ao enfrentamento da violência contra as mulheres em suas diferentes manifestações.

O enfrentamento da violência contra as mulheres é uma das pautas prioritárias da bancada feminina da Câmara. Nós temos aprovado diversos projetos de lei para aprimorar os mecanismos de prevenção e de combate a esses crimes. Além disso, lutamos por mais recursos para as políticas públicas voltadas às mulheres.

Nossa batalha é permanente e também é contra a cultura do machismo e da violência, que, infelizmente, ainda fazem parte do cotidiano de milhões de brasileiras.

Vamos em frente, cada vez com mais força, determinação e vontade política!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Documento 98/239

105.2021

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 16/09/2021-15:40

Publ.: DCD
9/17/2021 -

- VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ENCERRAMENTO

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Importância de continuidade da vacinação e de cumprimento das medidas preventivas da Covid-19 no País.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, a pandemia ainda não acabou, mas os números começam a fazer diferença e a apontar o caminho da reversão. Isto não significa que os cuidados não precisem ser mantidos. O Brasil ultrapassou a marca de 210 milhões de doses de vacinas aplicadas contra a COVID-19. Mais de 72 milhões de pessoas estão com a imunização completa. São cerca de 35% da população brasileira totalmente vacinada, o que ainda caminha para o ideal. O trabalho precisa continuar firme, com a liberação de vacinas e a população comparecendo aos postos de vacinação, independentemente do imunizante que esteja sendo aplicado.

A vacina não evita completamente o contágio, mas todos os estudos comprovam que **reduz significativamente o risco de morte**, de internações e de infecções causadas pelo vírus. Por isso, a importância de tomar a primeira dose e retornar na data marcada para completar a imunização.

Em várias cidades, entre elas Rio de Janeiro e São Paulo, o calendário para a aplicação da terceira dose já começou. De acordo com o Ministério da Saúde, a proposta é que idosos e pessoas imunossuprimidas, que são as que apresentam alguma deficiência no sistema imunológico, recebam a nova dose.

Mesmo com a vacina, os cuidados individuais, como o uso de máscara, álcool em gel e o distanciamento social, são importantes para evitar o contágio. Desde o início da pandemia, o Brasil contabiliza mais de 585 mil vidas perdidas. O número de pessoas recuperadas da doença, por sua vez, passa dos 20 milhões. Com vacinas, com a população convicta da importância de se imunizar e com a manutenção dos cuidados essenciais, dias melhores se aproximam.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 99/239

105.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/09/2021-15:40
Publ.: DCD 9/17/2021 -	- CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Falecimento do músico Airton Machado, vocalista da banda gaúcha Garotos de Ouro, em decorrência de acidente automobilístico. Envolvimento da equipe de vôlei amador Curitibanos em acidente de trânsito com vítimas fatais, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina. Liberação de recursos orçamentários emergenciais para manutenção da BR-282, trecho Florianópolis-Lages. Luta da oradora pela duplicação da rodovia. Assinatura de convênio sobre a destinação de recursos estaduais para a recuperação da malha rodoviária federal catarinense. Inexistência de previsão orçamentária para o pagamento, pela União, de indenização aos profissionais da saúde incapacitados ao trabalho em decorrência da contaminação pela Covid-19. (Lei nº 14.128, de 2021).

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o tradicionalismo do Brasil ficou mais triste no dia de ontem com a morte de um dos ícones da música gaúcha, vocalista e fundador, junto com seu irmão, Ivonir, da banda Garotos de Ouro, Airton Machado, vítima fatal de um gravíssimo acidente com o ônibus do grupo, que acabou colidindo em um paredão de pedras na altura do quilômetro 44 da BR-282, entre os Municípios de Águas Mornas e Rancho Queimado. Sua mulher, Renata da Rosa Machado, que acompanhava o artista, ficou ferida no acidente. Ambos residiam na cidade de Içara, Santa Catarina. A banda gaúcha Garotos de Ouro, composta por seis músicos, faz sucesso no Brasil. Com músicas conhecidas por todos, como *Não Chora Minha China Veia*, *Vuco Vuco* e *Capricha Gaitreiro* embalam os bailes gauchescos desde 1976. O velório e a cremação do corpo foram realizados na

cidade de Içara, Santa Catarina.

Já no domingo, um acidente envolveu o time amador de vôlei Curitibanos. Ocorreu em Lages, Santa Catarina, no quilômetro 226 da BR-282. No choque, três das seis pessoas que estavam na caminhonete morreram: a motorista (uma mulher de 31 anos), um homem (de 29 anos) e uma criança (que não teve idade revelada). Os outros três passageiros do carro tiveram lesões graves, segundo as autoridades.

No total, Srs. Deputados, houve quatro óbitos somente no fim de semana do feriado.

Aos familiares e amigos de todas as vítimas fatais e àqueles que infelizmente tiveram sequelas destas tragédias ocorridas na BR-282, uma das mais violentas do Brasil, nossa solidariedade. Quero dizer do meu compromisso com a melhoria desta importante rodovia desde o meu primeiro mandato.

Em abril de 2019, em reunião do Fórum Parlamentar Catarinense com o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, defendi a liberação, de forma emergencial, de R\$35 milhões do orçamento da bancada federal catarinense para manutenção da BR-282 e a consequente recomposição orçamentária para as rodovias federais. Em agosto daquele ano, a bancada catarinense também esteve reunida com o Presidente da República, e na oportunidade argumentei sobre a necessidade de melhorias entre Florianópolis e Lages, onde as colisões frontais e a dificuldade de transitar na rodovia são muito acentuadas, além de haver prejuízo econômico no transporte das riquezas catarinenses e de outros Estados que passam pela importante rodovia. Inclusive na oportunidade informei sobre a destinação de recursos orçamentários por meio de uma emenda parlamentar para este trecho. Para 2020, indiquei R\$2 milhões de emenda parlamentar para a construção que compreende os dois sentidos da BR-282, do quilômetro 207.5 a quilômetro 209 e do quilômetro 211 ao quilômetro 210, no Morro dos Índios.

Este ano, indiquei R\$3 milhões para a manutenção da BR-282 entre Lages e Florianópolis.

No mês passado, em audiência pública proposta pelo Senador Esperidião Amin e realizada na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, presidida pelo Senador Dário Berger, que reuniu diversas autoridades catarinenses, entre federais, estaduais e municipais, resgatei minha luta pela duplicação da BR-282. Dirigindo-me ao Ministro Tarcísio, fiz dois pedidos: primeiro, que fosse elaborado estudo para contemplar, ao menos, a duplicação em outros trechos da rodovia federal, e segundo, que seja feito um aceno para garantir ao menos

investimento na ordem de 10 milhões de reais para a execução das obras.

Esse compromisso foi fruto de reunião na Associação Comercial de Lages, ACIL. Na oportunidade, havia um compromisso para garantia de 20 milhões de reais. Nesta audiência, o Ministro Tarcísio e o eminente Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Bezerra, assumiram o compromisso de que seria agilizada a recomposição de recursos, por meio de projeto de lei do Congresso Nacional (PLN).

Renovo o pleito para urgentemente recompormos o orçamento para a infraestrutura rodoviária federal para Santa Catarina e reestabelecemos assim o valor de R\$146 milhões.

Quero registrar ainda notícia de que nesta quarta-feira ocorrerá a solenidade, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, de assinatura do convênio dos recursos oriundos do Tesouro do Estado que injetará ao todo R\$465 milhões nas obras de rodovias federais. A maior parte dos recursos - R\$300 milhões - será usada na BR-470. São R\$200 milhões para os lotes 1 e 2 da duplicação, e outros R\$100 milhões para os lotes 3 e 4. Outros R\$100 milhões serão investidos na BR-163, mais R\$50 milhões na BR-280, e R\$15 milhões na Serra da Rocinha, na BR-285.

O Fórum Parlamentar Catarinense participou ativamente das negociações para o acordo e estará presente. Nossa luta agora é para que o Governo de Santa Catarina também destine recursos à nossa BR-282, para que possamos minimizar os acidentes fatais e melhorar o Corredor do MERCOSUL, essa importante rodovia que faz a ligação Leste-Oeste, cruzando todo o Estado de Santa Catarina.

Faço esse pedido em nome da população de Lages, da Serra Catarinense e do conjunto das pessoas que se deslocam para a nossa região.

Entre 2007 e 2018, foram registradas 1.459 mortes nessa rodovia, apenas computadas aquelas ocorridas no local do sinistro, ignorados, portanto, os atendimentos que redundaram em óbito em unidades hospitalares. Um dos trechos complicados da BR-282 está exatamente na Grande Florianópolis. A pista simples não suporta o trânsito intenso das cidades, que convivem com o tráfego pesado de longa distância da própria rodovia. O conflito de trânsito transborda para a BR-101, cujo acesso implica em filas quilométricas e longos períodos de espera para os usuários habituais da via. Isso levou a que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) elaborasse estudos e projetos para modificação do traçado da rodovia, desviando o trecho desde a BR-101 e passando por Pedra Branca, em Palhoça.

Infelizmente, os acidentes de transporte terrestre no Brasil matam aproximadamente 43 mil pessoas por ano, segundo os dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), do Ministério da Saúde (MS), representando uma das principais causas de morte no País. Os acidentes nas rodovias federais respondem por cerca de 20% dessas mortes (8.227 mortes em 2014), com cerca de 26 mil feridos graves por ano, com fortes impactos sobre o orçamento público e a renda das famílias atingidas.

Compensação financeira aos profissionais de saúde.

Outro assunto que gostaria de abordar, nobres Parlamentares, é a Lei nº 14.128, publicada no final de março de 2021, que estabelece compensação financeira aos profissionais de saúde da linha de frente de combate à COVID-19 em caso de invalidez permanente ou morte.

A indenização devida é de R\$50 mil para o trabalhador ou sua família. No caso de falecimento, há ainda uma prestação variável para dependentes menores de 21 anos - ou 24, caso estejam cursando faculdade. Neste caso, o valor é calculado multiplicando-se R\$10 mil pelo número de anos que faltam para atingir a idade necessária.

Têm direito à compensação os profissionais reconhecidos pelo Conselho Nacional de Saúde, além de fisioterapeutas, nutricionistas, assistentes sociais, profissionais que trabalham com testagem nos laboratórios de análises clínicas, trabalhadores de nível técnico ou auxiliar vinculados às áreas de saúde, agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

A norma também altera as regras para a justificativa de ausência do funcionário em caso de imposição de isolamento. Até então, o trabalhador tinha 48 horas para apresentar atestado médico. A partir de agora, o empregado está dispensado da comprovação por 7 dias.

A legislação em questão tem um impacto positivo na garantia de uma proteção aos trabalhadores que ficaram inválidos ou à sua família.

É uma conquista importante para uma série de profissionais que atuam de forma heroica na maior crise sanitária já vivida em nosso País.

Entretanto, após alguns meses da legislação em vigor, recebemos demanda da população quanto ao entrave sobre a realização da compensação financeira, que deve ser concedida após o requerimento, análise e deferimento do órgão competente, a ser definido em regulamento que ainda não foi publicado.

Segundo a lei, os recursos virão do Tesouro Nacional, mas ainda não há previsão orçamentária para desembolso dos valores. A expectativa

é que a análise e o pagamento das indenizações fiquem sob responsabilidade da Secretaria de Previdência, que já possui estrutura pericial para avaliar os pedidos.

Ainda não foi criada a regra sobre o órgão que deverá receber os pedidos e efetuar os pagamentos. Portanto, no sentido de buscarmos esclarecimentos e celeridade para a resolução da questão é que solicitamos a oportunidade deste debate.

Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 100/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-14:20
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	ZECA DIRCEU-PT -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Natureza vexaminosa da presença do Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, diante de sua recusa à imunização contra a Covid-19. Deterioração da imagem do Presidente da República no exterior. Caráter falacioso do discurso proferido pelo Chefe da Nação da Assembleia-Geral da ONU. Prática de crimes ambientais e contra saúde pública pelo mandatário do País. Defesa de abertura e aprovação, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, faço uma saudação fraterna a todos e todas que nos ouvem e nos assistem pela *Rádio Câmara* e pela *TV Câmara*. Cumprimento Deputados e Deputadas que estão no plenário virtual e também no plenário presencial.

Como eu queria poder vir aqui hoje e falar de algo positivo. Mas, infelizmente, a realidade dura que vive o nosso povo não me permite. Infelizmente, o desgoverno ao qual nós estamos submetidos não me permite. Vexame, vergonha - difícil achar um adjetivo que qualifique melhor a presença de Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU, em Nova York, nos Estados Unidos. Ele é o único líder do G-20 não vacinado!

Quem vê as manifestações do Prefeito de Nova York percebe

facilmente que Bolsonaro não é bem-vindo. Ele não é bem-vindo não apenas em Nova York. Quem olha a agenda de Bolsonaro, nota que ele está lá muito mais a passeio, torrando dinheiro público, sem encontros expressivos, sem reuniões relevantes. Percebe-se ainda que Bolsonaro não é bem-visto no mundo todo. Bolsonaro é recebido nas ruas de Nova York como criminoso ambiental.

Ele mente descaradamente no seu discurso, dizendo que está reduzindo o desmatamento e as queimadas, quando nós e o mundo sabemos que a realidade é outra: nunca se desmatou tanto, nunca se queimou tanto no Brasil. Está aí a crise hídrica. Em muitas cidades hoje falta água, na área urbana e na área rural. A conta de luz explode porque o Brasil não cuida do meio ambiente.

Bolsonaro mente quando fala da nossa economia. Bolsonaro mente quando preconiza tratamento precoce com ivermectina e com hidróxido de cloroquina na Assembleia-Geral da ONU! Eu fico imaginando o que pensa um investidor ao ouvir uma pessoa do naipe desqualificado do Bolsonaro fazer um discurso como esse na ONU, que nem pode ser chamado de discurso. Não tem como o Brasil dar certo! Não tem como ninguém acreditar no País! Não tem como retomarmos os investimentos, o emprego, a renda com um Presidente sendo recebido não só como criminoso ambiental nos Estados Unidos, mas como um genocida da pandemia, aquele que vai a uma Assembleia da ONU para propagar mentiras sobre o vírus, sobre o que aconteceu e está acontecendo no Brasil!

Como eu disse, infelizmente, nós não temos motivos para comemorar. A única boa lembrança que nós podemos ter é a dos estadistas que já representaram o Brasil na ONU. Por exemplo, a lembrança dos discursos que fez o ex-Presidente Lula quando lá estive na abertura como estadista, falando de questões relativas e importantes para o mundo, trazendo investimentos para o Brasil, ampliando os nossos parceiros comerciais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Para concluir, Deputado, por gentileza.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Concluo, Presidente, manifestando a minha indignação e o meu repúdio, mas deixando sempre acesa a chama da esperança.

A Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional tinham que cumprir o seu papel com o *impeachment*. Mas, se não o fizer, o povo o fará e tirará Bolsonaro definitivamente da história deste País e do cargo que ele vergonhosamente ocupa hoje.

79.2021.B Sessão Outro Evento 21/09/2021-14:40

Publ.: DCD - 9/22/2021 - BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Prática dos crimes de corrupção e genocídio pelo Presidente da República. Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Natureza vexaminosa da presença do Chefe na Nação na Assembleia-Geral da ONU, diante de sua recusa à imunização contra a Covid-19. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente Eduardo Bismarck, saúdo os colegas Deputados e as colegas Deputadas.

O Governo Bolsonaro já tem a marca de um governo genocida, corrupto e mentiroso. Hoje de manhã, na abertura da conferência da ONU, mentiras foram escandalosamente apresentadas pelo Presidente.

É um vexame! Nós temos um Presidente que sequer foi vacinado. Aliás, é o único representante nessa condição. Nem circular em alguns locais nos Estados Unidos está podendo. É um vexame não termos representação.

Eu divulguei, logo pela manhã, os seguintes tuítes:

Bolsonaro mente na ONU. Diz que Brasil não tem caso de corrupção, mas esconde que seu Governo assinou contrato de R\$ 1,6 bilhão em vacina superfaturada. Diz que Brasil alimenta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo, mas esconde que há milhões de brasileiros com fome.

Bolsonaro mente na ONU. Diz que fortalece órgãos ambientais, mas esconde que o Ministério Público pediu o afastamento do Ministro da área porque ele "promovia a destruição ambiental". (...)

Bolsonaro mente na ONU. Diz que a inflação dos alimentos é culpa de quem defendeu o isolamento social na pandemia, mas esconde que,

no Brasil, a alta dos preços da comida é acompanhada de aumentos nos combustíveis e na energia e impacta duas vezes mais as famílias pobres.

Bolsonaro mente na ONU. Diz que pagou auxílio de US\$ 800 à população, quando, na verdade, o valor só chegou a US\$ 120 dólares (R\$ 600), e porque o Congresso forçou. Se dependesse do Governo, seriam US\$ 40 (R\$ 200). E, ainda, escondeu que, em 2021, reduziu para US\$ 30 (R\$ 150).

Bolsonaro mente na ONU. Diz que no último dia 7 de setembro milhões foram às ruas defender o Governo, quando, na verdade, todos os atos somados não contavam tantas pessoas, como ele anunciou, e esconde que quase 70% da população já rejeita o seu Governo.

Enfim, a presença do Bolsonaro foi um desastre, uma vergonha para o Brasil. Por isso, em todos os sentidos, no momento em que o povo está mais pobre, os preços são elevadíssimos, a economia não anda, gente ainda está morrendo, porque o Governo não tratou do tema da vacina, é mais do que justo que a população faça grandes mobilizações e que nós estejamos juntos nas mobilizações do dia 2 de outubro no Brasil afora com o "Fora, Bolsonaro!".

Todas as entidades que defendem a democracia, todas as pessoas que querem o Brasil soberano precisam estar lá junto com as centrais sindicais, frentes populares, partidos de esquerda, partidos de centro também. Todos aqueles que defendem a democracia contra o autoritarismo que o Governo Bolsonaro está querendo impor no Brasil, que defendem uma pauta do povo, que é exatamente condição de vida, qualidade de vida, emprego, e são contra a carestia dos preços precisam estar nessa mobilização.

Fora, Bolsonaro!

Documento 102/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-14:52
Publ.: DCD - 9/22/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Eventos - ABRAPE, Doreni Caramori, pela divulgação de manifesto a respeito

do impacto da epidemia de coronavírus sobre o setor. Apelo a Governadores Estaduais, Prefeitos Municipais e gestores públicos de liberação de eventos sociais, esportivos, religiosos e teatrais, tendo em vista o avanço da vacinação contra a Covid-19 no País.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e todos os que estão assistindo a sessão pela *TV Câmara*, nesta semana a Associação Brasileira dos Produtores de Eventos - ABRAPE publicou um manifesto.

V.Exa., Deputado Eduardo Bismarck, tanto tem atuado aqui em favor do turismo e da produção de eventos.

Parabenizo o Presidente Doreni Caramori em nome de todos os associados de todo o Brasil que produzem eventos. Quero dizer que esse setor está há 18 meses proibido de trabalhar. Repito: esse setor está há 18 meses proibido de trabalhar.

Agora, nós estamos vivendo uma nova fase, a fase da vacinação. Em várias capitais do Brasil, mais de 50% da população já recebeu a segunda dose. Mesmo assim, esse setor está proibido de trabalhar. Ficam querendo imputar, colocar uma marca, uma pecha de que esse setor é o grande responsável pela pandemia, pelo contágio. Isso está errado.

Aqueles que acreditam na ciência sabem que já foram feitas pesquisa em Londres, nos Estados Unidos, em Porto Alegre, pela Secretaria de Saúde, que mostraram que o grande vilão não é o setor de eventos, quando este trabalha de forma correta e com responsabilidade. Não é porque o setor trabalha com alegria e felicidade que há pessoas irresponsáveis. Há gente trabalhadora, digna, honesta, que mexe com toda a cadeia produtiva e está proibida de trabalhar.

Faço um apelo, da tribuna da Câmara dos Deputados. Eu estou Deputado, sou do setor de eventos e fui designado há cerca de 3 anos Presidente da Frente Parlamentar. Respeitem quem trabalha com evento, respeitem os artistas que querem trabalhar! São mais de 52 segmentos impactados pela cadeia produtiva do setor de eventos.

Eu faço um apelo aos Governadores, aos Prefeitos, aos gestores públicos para que vejam esse setor de gente honesta e trabalhadora, que gera emprego e renda. Tenham respeito! Vamos acabar com a hipocrisia! Liberar evento para 500 mil pessoas! Ora, se mais de 50% da população de uma cidade está vacinada com as duas doses, porque não se pode ampliar? O que está acontecendo? Estão negando a vacina! A palavra é essa. Olhem que eu sou de um partido de oposição ao Governo, de centro-esquerda. Governante que não libera

evento social, esportivo, religioso, no teatro, para quem já tomou a segunda dose da vacina, está negando a ciência. Isso é uma profunda irresponsabilidade e insensibilidade.

Presidente Eduardo Bismarck, eu sei que V.Exa. está do nosso lado. Quero tentar traduzir um pouco - repito: um pouco - da indignação de quem trabalha de forma digna, honesta e gera emprego no nosso Brasil.

Sr. Presidente, peço que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 103/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-14:56
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vexame causado ao Brasil pela presença do Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, em face do seu negacionismo à vacinação contra a Covid-19. Caráter ultrajante do discurso proferido pelo Presidente brasileiro na Assembleia-Geral a ONU. Defesa de abertura e aprovação, pela Casa, de processo de impeachment contra o mandatário da Nação. Anúncio da realização de novas manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas, servidores da Casa, quem nos acompanha pela TV, lamentavelmente, o Brasil só passa vergonha. A vergonha não é porque o Presidente comeu uma *pizza* na calçada. Isso não seria problema.

A vergonha é porque ele foi para lá não vacinado, negou a vacina, dando mau exemplo ao mundo, mas demonstrando claramente seu comportamento genocida diante de uma pandemia mundial, em que o Brasil responde por um oitavo das mortes no mundo. um número expressivo, muito maior do que a média mundial.

É um Presidente que envergonha a história do País como um todo. O Brasil, por tradição, tem a prerrogativa de abrir a Assembleia da ONU, mas o nosso Presidente falou nada com nada, não deu um recado

claro. Pelo contrário, deixou expresso o seu desejo, a sua vontade de, por exemplo, explorar as terras indígenas, permitindo lá o garimpo, a agricultura de maneira desenfreada e não pelos indígenas, dentre outras coisas.

Mas também cometeu um novo crime, Deputado Rogério Correia! Ele disse que o País é signatário das convenções internacionais em relação aos direitos dos expatriados, dos refugiados, Deputado Vicentinho. E olhem só o que ele fala na sequência: "*O povo afegão cristão terá guarida no Brasil*". Nós não podemos discriminar. Não podemos dizer que o povo de um país de determinada religião, respeitando-se todas, terá o abrigo, e os demais não. Isso é um crime de responsabilidade, porque contraria justamente as normas que ele diz que o Brasil é signatário.

Este é o Brasil do Bolsonaro, que faz o País passar vergonha, que vai à Assembleia da ONU, ataca outros países, como atacou a Venezuela, ataca outros povos e comete um crime de maneira expressa. Lamentavelmente, esse é o Brasil do Bolsonaro, daqueles... Nós avisamos, desde 2018, que este seria o País caso o Bolsonaro ganhasse. Mas eu tenho certeza de que essa história está com os dias contados. Ou ele sairá, por força desta Casa, pelo *impeachment*, por força da rua, do povo que vai se manifestar novamente com força no dia 2 de outubro e no dia 15 de novembro, ou com certeza sairá pelas urnas em outubro do ano que vem, para que o Brasil volte a ser o País tão grande, tão respeitado pelo mundo inteiro como foi na época do Presidente Lula!

Documento 104/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-15:00
Publ.: DCD - 9/22/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vexame causado ao Brasil pela presença do Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, em face do seu negacionismo à vacinação contra a Covid-19. Falta de compostura do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, demonstrada na reação com gestos obscenos à manifestação contra o Presidente da República, em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Transformação, em chacota internacional, do discurso proferido pelo Presidente brasileiro na Assembleia-Geral da ONU. Adoção da mentira como norte das ações do Presidente da República. Posicionamento da maioria da população brasileira, favorável ao impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Pedido aos Deputados de rejeição da Proposta de Emenda à

Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria neste momento, saudando todo o povo brasileiro, dar um conselho ao Presidente da República, Jair Bolsonaro. Se for para passar vexame, se for para passar vergonha na Assembleia Geral da ONU, é melhor que não vá, porque realmente o que aconteceu no dia de hoje foi vergonha, vergonha e mais vergonha!

Um Presidente que chega aos Estados Unidos sem estar vacinado, que inclusive teve que passar vexame, porque não pôde se alimentar em ambientes internos dos restaurantes! O Ministro da Saúde fez gestos obscenos a pessoas que protestavam contra esse desgoverno que nós temos aqui no Brasil. O Presidente faz uma fala, como a de hoje, como se estivesse no seu cercadinho.

Como tenho dito reiteradas vezes, ele nunca saiu do palanque e, na Assembleia Geral da ONU, em vez de um discurso de estadista, fez mais um discurso ridículo, que virou inclusive piada internacional.

Portanto, o Presidente Jair Bolsonaro tem como principal *hobby* da sua vida mentir. Ele mente descaradamente. Ele vai à Assembleia Geral da ONU dizer que está reduzindo o desmatamento, quando tivemos recorde de desmatamento em abril, maio, junho, julho e agora em agosto, segundo o IMAZON. Ele diz que deu um auxílio emergencial de 800 dólares. E pergunto às pessoas que estão em casa: você recebeu um auxílio de 800 dólares, de 4 mil reais? Ele diz que apoia os povos indígenas, apesar de ser quem mais massacra os povos indígenas. Ele diz que é contra o racismo. É um Presidente racista de um governo racista. Ele defende o tratamento precoce, quando toda a ciência já disse que não existe tratamento precoce para a COVID-19. Ele fala de vacina, quando é o principal sabotador da vacina no nosso País. Ele diz que acabou com a corrupção. E a CPI da COVID está mostrando exatamente o contrário: além de negacionista, o Governo é um "negocionista", porque literalmente transformou esta pandemia num negócio.

Então, é um absurdo! É um verdadeiro absurdo! Não é à toa, Presidente, que as pesquisas estão mostrando de maneira muito clara que a maioria da população quer o "Fora, Bolsonaro!", quer o *impeachment* do Bolsonaro. Nós vamos às ruas, no dia 2 de outubro, pedir novamente o *impeachment* do Bolsonaro.

E agora querem aprovar esta reforma administrativa, mas quero fazer um alerta para os Deputados: não votem a favor da reforma administrativa, pois ela não vai passar no Senado! V.Exas. vão se

queimar e não vão ganhar as eleições no ano que vem.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 105/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-15:12
Publ.: DCD - 9/22/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de processo instaurado pela Procuradoria-Geral da República contra o Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima, por superfaturamento na compra de respiradores mecânicos para o tratamento de contaminados pelo coronavírus. Constatação pelo Ministro do STJ, Francisco Falcão, da participação direta do gestor estadual na aquisição irregular de respiradores e no comando de organização criminosa. Defesa de celeridade no julgamento do processo judicial e de afastamento do Governador Wilson Lima.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ontem o STJ julgou a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o Governador do Estado do Amazonas, o Sr. Wilson Lima, por direcionamento e compra superfaturada de respiradores na crise da pandemia da COVID-19, em que o Amazonas, Manaus em especial, foi notícia no Brasil e no mundo por tudo aquilo que não deveria ter sido feito pelo sistema de saúde.

Chamo a atenção para o relatório do Relator, o Ministro Francisco Falcão, quando ele demonstra a participação direta do Governador Wilson Lima. Mas não é só isso. Ele também demonstra o envolvimento e o comando do Governador nessa organização criminosa, que operou naquele momento para comprar respiradores - que, diga-se de passagem, não tiveram utilidade porque eram inadequados - de uma loja de vinho. O Governador teria recebido e acenado a compra mesmo antes de definidos a empresa e o empenho.

Como se isso não fosse suficiente, Sr. Presidente, o Ministro Francisco Falcão, em seu relatório, aponta claramente que depois da operação da Polícia Federal - e ressalta que vários Secretários de Saúde no Estado do Amazonas neste Governo já foram presos, inclusive o Governador já sofreu mandado de busca e apreensão na sua residência como também na sede do Governo -, o Governador

interferiu junto aos seus Secretários para que pudessem coletar assinaturas com datas extemporâneas, retroativas àquele momento. Fica muito clara a interferência do Governador do Estado nesse processo.

Entendo eu, como boa parte da população do Estado do Amazonas, que o Governador deveria ser afastado, para que o processo pudesse ocorrer com lisura e transparência, pois a população amazonense sofre e agoniza não só por causa da crise da pandemia, mas também em razão do caos do sistema de saúde público do Amazonas. Mesmo com uma receita recorde, nós temos uma fila de mais de cem mil pessoas no sistema de regulação, seja para consulta, seja para exame, seja para cirurgia. No momento da pandemia, morreram centenas de milhares de amazonenses. Era como se a cada dia, em Manaus, caísse um Boeing. As pessoas eram enterradas em valas comuns, Sr. Presidente.

Diante disso, o povo do Amazonas espera da Justiça uma posição célere para tirar o Estado desse caos em que se encontra neste momento e para que ele possa voltar à normalidade e à tranquilidade. Afinal, nós não estamos falando só de desvio de recurso público, mas estamos falando de vidas que foram ceifadas e continuam sendo ceifadas no dia a dia pela corrupção, pela irresponsabilidade e pelo desmando na gestão pública do meu Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 106/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-15:16
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância da participação do povo brasileiro nas manifestações programadas para o dia 2 de outubro de 2021, em defesa dos direitos dos trabalhadores, da vacinação, do seguro-desemprego, do Estado Democrático de Direito, e contra o ódio e preconceitos. Inadmissibilidade de utilização da Bandeira Nacional como símbolo do bolsonarismo. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós continuamos na luta, uma luta intensa, em defesa dos direitos do povo brasileiro.

Eu quero, daqui da tribuna, reforçar a importância da participação do povo brasileiro nas manifestações que vão ocorrer no próximo dia 2 de outubro. O movimento sindical estará todo unido e também os movimentos populares em defesa dos direitos da classe trabalhadora, em defesa de vacina para todos, em defesa de um seguro-desemprego que resolva efetivamente o problema da dignidade da nossa gente, contra o ódio, contra o preconceito e em defesa do Estado Democrático de Direito.

É muito importante que todos nós participemos. No caso da Capital de São Paulo, será à tarde, na Avenida Paulista; no caso de outras capitais, cada um vai definir um lugar.

Continuamos com as mesmas orientações. Quais são? Seguir rigidamente o que determina a autoridade sanitária: máscara - ninguém pode entrar manifestação sem máscara -, álcool em gel disponível no meio da população, aquela separação mínima entre as pessoas, para não haver nenhum tipo de contaminação, porque a nossa luta é pelo direito à vida.

Para mim, neste País, nós devemos defender os trabalhadores. Defender os trabalhadores é defender o Brasil.

Estamos diante da bandeira brasileira, Sr. Presidente, pela qual eu tenho profundo respeito. (*Exibe bandeira.*)

Nós não podemos deixar que esta bandeira brasileira seja instrumento daqueles que querem destruir o Brasil. Então, peço aos nossos companheiros que, ao irem às manifestações, levem as bandeiras da sua sociedade, do seu partido, do seu time de futebol e levem também a bandeira do Brasil. Não vamos deixar que esta linda bandeira seja usada para destruírem o nosso País em nome do ódio, em nome da entrega do patrimônio, em nome da privatização, em nome da deforma da administração pública, através da PEC 32/20.

Quero fortalecer esta tese, porque defender os trabalhadores do Brasil é defender a Pátria! Defender os trabalhadores do Brasil é defender o próprio Brasil!

Chega de enganação, como a que tem sido propagada pelos falsos profetas, pelos falsos patriotas, que entregam o nosso patrimônio!

Viva a bandeira do Brasil! Viva o Brasil! Viva a classe trabalhadora brasileira! Viva o povo brasileiro!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 107/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-15:20
Publ.: DCD - 9/22/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vexame causado ao País e ao povo brasileiro pela presença do Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, diante do seu negacionismo à vacinação contra a Covid-19. Falta de compostura do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, demonstrada na reação com gestos obscenos à manifestação contra o Presidente da República, em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU. Conivência do mandatário do País com o desmatamento e outras agressões ao meio ambiente. Defesa de abertura e aprovação, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro, hoje nós vimos o discurso do Presidente da República na Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Brasil já desempenhou um papel de potência no cenário internacional. Foi assim quando foi criado, por exemplo, o Estado de Israel. O Brasil teve um papel muito importante na criação do Estado de Israel, e foi um brasileiro que presidiu a sessão da criação do Estado de Israel. Foi assim, por exemplo, quando, no Governo Lula, Gilberto Gil, como Ministro da Cultura, transformou uma assembleia da ONU num grande momento de luta pela paz e pela igualdade.

Mas quanta vergonha nós passamos ontem e hoje com a presença do Presidente da República em Nova York! Começou no dia de ontem. Todos os Chefes de Estado do mundo se vacinaram, e o diálogo do Presidente brasileiro com o Primeiro-Ministro da Inglaterra, Boris Johnson, foi: "*Eu não me vacinei e não vou me vacinar*", disse o Presidente do Brasil. O Primeiro-Ministro da Inglaterra afirmou: "*Eu já me vacinei duas vezes*". Ele também puxou uma conversa: "*Que bom que o Brasil está desenvolvendo, junto com o Reino Unido, a vacina AstraZeneca!*" - ela está sendo desenvolvida pela FIOCRUZ e pela UNIFESP. Enquanto isso, o Presidente brasileiro deu aquele vexame

nas Nações Unidas, ao defender a não vacinação.

Depois, houve, ainda, o gesto do Ministro da Saúde de mostrar o dedo do meio para o povo brasileiro - Ministro esse que se rebaixou quando defendeu, para seguir o seu Presidente, que não houvesse a vacinação para adolescentes. Ontem, ele mostrou o dedo do meio para os manifestantes que protestavam pelo "Fora, Bolsonaro!".

Por último, no dia de hoje, o discurso foi um *show* de *fake news*! A *fake news* maior foi quando o Presidente disse que protege o meio ambiente. Desta tribuna, eu digo: nunca um Presidente da República foi tão conivente com o desmatamento quanto o atual. Ele é um dos grandes responsáveis pela destruição da Amazônia.

Quanta vergonha ele nos fez passar na sua ida para Nova York! Foi fazer turismo! No dia de ontem, não havia nada na sua agenda, e ele e a comitiva foram fazer compras. Eu vou até requerer informações sobre o custo da viagem dessa comitiva para Nova York.

Por isso, resta-nos um caminho: o *impeachment* do Presidente da República. Nós temos que garantir que esse Presidente da República seja afastado, pelos inúmeros crimes que praticou.

Vejam o que ele defendeu em Nova York: imunidade de rebanho! Vejam o que fez o Hospital Prevent Senior, que adotou a tal da cloroquina no tratamento dos seus pacientes, articulado com o gabinete paralelo!

Queremos o *impeachment* do Presidente, que é responsável por quase 600 mil mortes no Brasil!

Documento 108/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-15:24
Publ.: DCD - 9/22/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vexame causado à diplomacia brasileira e ao mundo pela participação do Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente brasileiro na Assembleia-Geral da ONU. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Homenagem aos membros da CPI da Covid, do Senado Federal, pelos trabalhos investigatórios de irregularidades no enfrentamento da epidemia de coronavírus, no âmbito do Governo Federal. Anúncio de

realização, em 2 de outubro de 2021, de manifestações no País a favor do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vários Parlamentares já falaram hoje e outros ainda falarão sobre a participação do Governo brasileiro na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Foi uma vergonha para o mundo, pelo que disse e pelo que não disse, o Presidente do Brasil. Foram tantas mentiras que os principais jornais americanos disseram que a participação do Presidente deixou um embaraço enorme na relação do Brasil com o mundo, com as nações desenvolvidas. O País, que, num passado recente, protagonizou momentos altos da diplomacia brasileira, viu-se de cócoras perante o mundo, desrespeitado, por conta de um Presidente que não fala nada sobre o Brasil real, sobre os problemas da Nação brasileira. Mentiu com relação ao meio ambiente, como se este País não estivesse acompanhando os fatos; como se as Nações Unidas não soubessem que este é o nosso pior Governo, do ponto de vista ambiental - o Brasil já sofreu enormes sanções por conta da nossa política genocida ambiental. Mentiu também em relação à pandemia e ainda teve a pouca vergonha de defender o tratamento precoce da COVID-19.

Foi um verdadeiro vexame o que o Governo brasileiro causou ao mundo moderno e à diplomacia brasileira por conta do que disse, das mentiras que lá foram ditas e, principalmente, por conta daquilo que ele não disse, que é a realidade do Brasil: desemprego, inflação, meio ambiente destruído, 700 mil mortes relacionadas à pandemia, falta de vacinas. E ainda teve a pouca vergonha na cara de dizer que o seu Governo combateu a corrupção.

Quem não está assistindo aos desdobramentos da CPI do Senado!? Aliás, nós devemos homenagear os Senadores dessa Comissão, que muito estão fazendo para tratar com transparência esse mar de lama em que se transformou a política do Governo Bolsonaro em termos de pandemia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, isso causou não apenas desconforto, como alguns jornais dizem, nas manchetes espalhadas pelo mundo. Foi um verdadeiro vexame perante o mundo, por aquilo que falou e por aquilo que não falou; pelas mentiras que disse e pelo que encobriu, que é a verdade que acontece no nosso País.

Eu concluo, agradecendo-lhe, Presidente Bismarck.

Fica aqui a nossa fala como um sinal que se une a todos aqueles brasileiros que olham para o mundo neste momento e se sentem

agredidos por um Governo que não respeita a democracia, que não tem o que oferecer ao mundo e que, sobretudo, não fala a língua deste imenso Brasil.

Foi, portanto, uma participação medíocre. O País está de cócoras perante o mundo por conta da irresponsabilidade do Governo brasileiro, por conta da conivência permanente com os crimes praticados contra a vida aqui no Brasil e, sobretudo, pela falta de compromisso com a imensa maioria do povo brasileiro.

Chega! É por isso que nós todos estamos trabalhando para que o dia 2 de outubro seja um momento forte, quando iremos às ruas para dizer: *Impeachment* já! Isso é o mínimo que este País e este Congresso têm que fazer neste momento de agravamento da crise social, econômica e moral que vive o nosso País.

É por isso, Presidente Bismarck, cearense de Aracati, que eu lhe agradeço.

Fica aqui a nossa conclamação para que, no dia 2 de outubro, ocupemos as ruas para pedir ao povo brasileiro que pressione o Congresso. Não há outra saída para o Brasil que não seja o afastamento de um Governo que tem cometido todo tipo de crime e que não merece nenhuma consideração por parte das Nações Unidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 109/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-15:28
Publ.: DCD - 9/22/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inadiável abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Participação vexaminosa do Presidente brasileiro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Agravamento da crise econômica brasileira. Responsabilidade do Presidente da República pela maioria das mortes decorrentes da Covid-19 no País, em face do seu negacionismo à vacinação. Despreparo de Jair Bolsonaro para comando do País. Inexistência de projetos de desenvolvimento socioeconômico do Brasil, no âmbito do Governo Federal. Conflitos, ódio e intolerância como princípios norteadores das ações do Presidente Jair Bolsonaro. Anúncio de realização, em 2 de outubro de 2021, de manifestações no País a favor do impeachment do

Presidente da República.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentá-lo, Presidente Eduardo Bismarck, cumprimentar os colegas Parlamentares que estão nesta sessão e, especialmente, cumprimentar o povo brasileiro, que acompanha mais um dia de debates dos seus representantes na Câmara Federal no nosso País.

Quero começar por onde terminou o Deputado José Guimarães. É urgente e inadiável, Deputada Luiza Erundina, Deputado Helder Salomão, Deputado Frei Anastacio, a abertura do processo de *impeachment* aqui na Câmara Federal.

Aliás, é absolutamente inaceitável a postura do nosso Presidente Arthur Lira, que continua, de forma monocrática, protegendo Bolsonaro, a despeito das evidências, que se multiplicam, de crimes de responsabilidade muito bem tipificados - são dezenas deles. E a participação do Presidente na Assembleia Geral da ONU mostra mais uma vez aquilo que a ampla maioria do povo brasileiro já sabe: o Brasil está desgovernado, Deputado Joseildo.

O Brasil, neste momento, enfrenta uma crise econômica brutal, com desemprego e inflação descontrolada. O Brasil, neste momento, vive as consequências e os impactos da maior crise sanitária de toda a sua história, que nos leva até o dia de hoje a ter infelizmente mais de 590 mil mortos. Sendo que, dessas 590 mil vidas perdidas, pelo menos 400 mil poderiam ter sido salvas, não fosse a absoluta irresponsabilidade, dentro de um conjunto de irresponsabilidades, e a negação com que o Presidente Bolsonaro tem conduzido sua política em relação às vacinas.

Ontem, numa cena lamentável, numa cena revoltante, diante do Primeiro-Ministro britânico, que ressaltava o papel das vacinas e dava o seu próprio exemplo de ter sido vacinado com duas doses, mais uma vez Bolsonaro preferiu o deboche e a irresponsabilidade, ao assumir publicamente ser o único Chefe de Estado presente na Assembleia Geral da ONU que não se vacinou. Isso mostra bem o tamanho da irresponsabilidade e do despreparo de quem hoje, infelizmente para todos nós, dirige o Brasil.

Esse é um Presidente sem projetos, é um Presidente sem soluções para a economia, sem soluções para a fome, sem soluções para a geração de energia, sem soluções para a saúde pública. É um Presidente que vive de conflitos, do ódio, da intolerância, de uma narrativa permanente de conflitos.

Por isso, assim como outros colegas, eu reforço o convite a cada um

dos democratas deste País, a cada um dos brasileiros e brasileiras que querem garantir o *impeachment* de Bolsonaro, para retomarmos o futuro do País nas nossas mãos, nas mãos da maioria. Eu falo de um futuro do País com esperança, com esperança de solução para os problemas reais do povo brasileiro, esperança de novos empregos, esperança de novos programas sociais, esperança de salários melhores, esperança de um SUS retomado e requalificado. Esse é o caminho.

E para trilharmos esse caminho nós temos de ir às ruas no dia 2 de outubro, aí sim de forma democrática e livre, para exigir a abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados e o *impeachment* de Bolsonaro.

Documento 110/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-15:32
Publ.: DCD - 9/22/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vexame mundial da participação do Presidente brasileiro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU. Prática de crime em escala mundial, pelo Presidente da República, demonstrada na defesa da imunidade de rebanho e do tratamento precoce com cloroquina, como medidas eficazes contra a Covid-19. Anúncio de realização, em 2 de outubro de 2021, de manifestações no País a favor do *impeachment* do Presidente da República.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bismarck, caros Deputados e Deputadas que acompanham esta sessão, povo brasileiro, o que nós vimos hoje na tribuna de honra da Organização das Nações Unidas foi um verdadeiro vexame, uma vergonha mundial, um desrespeito ao povo brasileiro e aos povos de todos os países. O Presidente da República exibiu novamente, desta vez na Assembleia Geral das Nações Unidas, uma lista de mentiras, como se ele estivesse falando para os seus seguidores no cercadinho, como é o cotidiano das suas aparições no Palácio da Alvorada em Brasília.

Mentiu sobre a corrupção, porque sabemos que ele e sua família estão envolvidos em corrupção, além de membros do seu Governo. Mentiu quando disse que Governadores e Prefeitos são responsáveis pelo

fracasso no enfrentamento da pandemia. Mentiu sobre a economia, porque o Brasil caminha para o caos econômico e social, com desemprego e fome. Mentiu sobre o meio ambiente, porque sabemos que é exatamente o contrário do que disse - ele quer destruir e entregar a Amazônia aos grileiros. Mentiu sobre a pandemia e teve a coragem de dizer que não se vacinou nem vai se vacinar! Com todo o respeito ao personagem Pinóquio, esse é um Presidente Pinóquio, mentiroso! Mas ele não é louco, é perverso. Os loucos são necessários a uma sociedade. Ele é perverso, é cruel, é mentiroso.

Mais do que mentir, Bolsonaro cometeu um crime, usando a tribuna da Organização das Nações Unidas. Mais uma vez, ele comete um crime em escala mundial, para todo mundo ver e ouvir, ao defender o tratamento precoce e a imunidade de rebanho. Ele merece a condenação no Tribunal Internacional. Nós não aguentamos mais.

A reação dos líderes mundiais e da imprensa mundial foi de perplexidade, decepção, incredulidade. Se o Brasil tinha qualquer crédito, acabou de perdê-lo.

Portanto, no dia 2 de outubro vamos às ruas pelo *impeachment* de Bolsonaro. Fora, Bolsonaro! Não dá mais, o povo brasileiro não aguenta mais. Além de mentiroso, é cruel, genocida e não tem respeito ao seu povo. Ele não tem respeito ao povo brasileiro, não tem respeito aos líderes mundiais. Vamos às ruas fortalecer a nossa luta, porque não dá mais!

Peço, Sr. Presidente, que publique meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Documento 111/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-15:36
Publ.: DCD - 9/22/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados e Senadores de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Lei Assis Carvalho II), acerca das medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Apelo à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, por contenção de reajustes nos preços do milho. Defesa de participação do povo brasileiro nas manifestações contra o Governo

Jair Bolsonaro, programadas para o dia 2 de outubro de 2021.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste neste momento, eu volto a fazer um apelo aos colegas Deputados e Senadores para darem atenção aos agricultores familiares.

Os agricultores e agricultoras de todo o País esperam que o Congresso Nacional derrube o veto de Bolsonaro ao projeto de lei que deu origem à Lei Assis Carvalho II. Esse projeto traz uma grande ajuda para a população do campo, que também foi atingida pelas consequências da pandemia.

Bolsonaro mostrou, mais uma vez, que não tem nenhum respeito aos agricultores familiares. Se fosse um projeto para beneficiar o agronegócio, Bolsonaro já o teria sancionado. Cabe agora, Sr. Presidente, ao Congresso Nacional socorrer esse setor que produz mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Sr. Presidente, também faço um apelo aqui para a direção nacional da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. O apelo é para que a CONAB não explore tanto os produtores rurais com o preço do milho. A cada 15 dias, o preço do milho é reajustado. Na Paraíba, uma saca de milho está custando quase 100 reais, e esse preço é válido só de 15 a 30 dias, pois a cada 15 dias novos aumentos se repetem. Além disso, o estoque de milho na Paraíba está quase zerado. A cota atual é de apenas 25 sacas por produtor. O Governo tem que resolver esse problema, deixar de explorar o produtor com preços altos e reforçar o estoque de milho.

Mas, Sr. Presidente, eu também queria registrar que nós precisamos unir este País, unir as classes sociais em defesa da nossa Pátria, porque o Governo que nós temos aí é um Governo imoral, um Governo que fica comendo *pizza* na rua, mostrando a sua pequenez como mandatário de uma nação.

Portanto, nós precisamos no dia 2 de outubro ir às ruas, de fato, com garra para dizer à população...

(Desligamento automático do microfone.)

79.2021.B Sessão Outro Evento 21/09/2021-15:40

Publ.: DCD - 9/22/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Vexame causado ao País pela participação do Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Falta de compostura do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, demonstrada na reação com gestos obscenos à manifestação contra o Presidente da República, em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Consideração do Presidente da República como *persona non grata* pelo Prefeito de Nova Iorque, Bill de Blasio, em face do seu negacionismo à vacinação. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, venho a este local de fala para também cerrar fileiras com os que me antecederam nos comentários sobre a mesma situação: o Presidente brasileiro protagonizou no dia de hoje o maior vexame que o País passou até então na Assembleia Geral da ONU.

Foi uma tragicomédia que se iniciou com a chegada de Bolsonaro a Nova Iorque. Observem, vejam que situação terrível: a diplomacia brasileira tentou abordar criativamente as autoridades locais, visando firmar um acordo, dar um jeitinho à brasileira, para contornar o fato de o Presidente ser o único entre os 19 Chefes de Estado do G-20 a não estar vacinado.

Bolsonaro foi recepcionado por brasileiros e por estrangeiros que protestaram contra o negacionismo, o racismo, o antiambientalismo, o fascismo, os crimes contra a saúde pública e o genocídio em curso no País. Diante dos protestos públicos, o Queiroga, esse Ministro da Saúde, respondeu com gestos obscenos, depreciando o cargo que ocupa, agindo provavelmente como se estivesse livre da liturgia que lhe cabe.

O fim da picada foi o que o Presidente recebeu de Bill de Blasio. O Prefeito de Nova Iorque disse claramente que o Presidente era *persona non grata* em Nova Iorque e que ele teria de comprovar ter sido vacinado para poder entrar nos restaurantes, em ambientes fechados. Lá, a lei é para ser cumprida. Em Brasília, ele descumpra todos os dias as leis locais e fica por isso mesmo. Lá, é diferente.

Agora, no fundo, no fundo, eu vou usar este momento final da minha

fala para me solidarizar com os companheiros Deputadas e Deputados que venderam seu apoio para um Presidente como esse. Deve ser muito difícil defender um Presidente que é uma tragédia em pessoa.

Não tem problema, não. V.Exas. estão vendendo o povo brasileiro na bacia das almas. A eleição de 2022 vem por aí, e vão ter de dizer o que fizeram com a reforma da Previdência, o que fizeram com a cassação de direitos e de conquistas duramente conquistados pelo nosso povo.

Fora, Bolsonaro!

Documento 113/239

79.2021.B	Sessão Outro Evento	21/09/2021-15:44
Publ.: DCD - 9/22/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Definição como provocativo e constrangedor, pelo jornal *The Washington Post*, do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Manchete Diário das vergonhas que passa o Brasil com Bolsonaro em Nova Iorque, publicada pelo jornal *Metrópolis*. Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente brasileiro na Assembleia-Geral da ONU. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à vacinação e ao cumprimento das medidas preventivas da Covid-19.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria destacar aqui duas manchetes de jornais absolutamente distintos.

Eu quero começar pelo americano *The Washington Post*, que define o discurso de abertura feito por Bolsonaro - o Brasil sempre faz o discurso de abertura na Assembleia Geral da ONU - como provocativo e constrangedor.

Ao mesmo tempo, nós temos aqui o jornal brasileiro *Metrópolis* com a seguinte manchete: *Diário das vergonhas que passa o Brasil com Bolsonaro em Nova Iorque*.

Eu diria que essas duas manchetes traduzem aquilo que é uma percepção generalizada de um Presidente que envergonha o seu país. Envergonha, porque mente, em primeiro lugar. Envergonha, porque tenta passar a ideia de que o Brasil está pujante, inclusive na economia, que a condução do combate à COVID-19 teria sido um

sucesso.

Ele talvez imagine que não há nenhuma diferença entre os seus - e não vou dizer fanáticos, vou chamá-los de fiéis seguidores - e aqueles que estão na cúpula mundial, pessoas que são as mais bem informadas sobre economia e pandemia.

Mas quem eventualmente quiser, digamos, testar se o Presidente mentiu ou não, veja que ele disse que o Brasil estava à beira do socialismo. Bom, mas eu nunca vi a repetição do atraso do Brasil que já dura 1 século, a não ser que ele imagine que estar próximo do socialismo é ter aumento real do salário mínimo, distribuição de renda, geração de emprego, programas sociais, o que ele vem destruindo. Então, ele, paradoxalmente, elogia o socialismo, porque quem o antecedeu fez muito mais e melhor do que ele está fazendo pelo povo brasileiro.

Vamos em frente. Ele disse que o BNDES financiou países comunistas. Isso é uma mentira, eu diria, inconcebível sob todos os aspectos. O que o Brasil fazia não era financiar nenhum país, era financiar empresas brasileiras, que geravam empregos e também divisas.

Assim sendo, está na hora de ele desistir de evitar o controle das *fake news* por meio de lei, porque ele é uma *fake news* em pessoa, especializado em divulgar outras *fake news*.

Eu imagino que a sociedade brasileira, mais uma vez, vai registrar aquilo que ocorre, a situação de pária internacional que, lamentavelmente, Bolsonaro ocupa no rol das nações.

Finalmente, ele se vangloriou de não ter se vacinado e de não usar máscara, e um membro da sua comitiva teve que ficar isolado naquele país em razão da COVID.

Documento 114/239

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/09/2021-
	CD	17:20
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e

dos Territórios, ressalvados os destaques. Inconsistência do discurso a respeito do enfrentamento da epidemia de coronavírus no Brasil, proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria libera, mas aproveita para conversar com os brasileiros sobre a vergonha que a ampla maioria de nós sente ao assistir ao discurso de Bolsonaro na ONU, ele que é o Presidente da *fake news*.

Bolsonaro, Deputado Pedro Uczai, é o Presidente da mentira. Na ONU, ele tentou, diante de uma plateia extremamente qualificada, mentir sobre vacinas e mais uma vez mentiu ao dizer que no Brasil os problemas da pandemia foram causados por Governadores e Prefeitos. Ao contrário, o Brasil atrasou a vacinação da sua população por culpa e responsabilidade de Jair Bolsonaro, e isso será repetido um milhão de vezes por nós.

Documento 115/239

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/09/2021-
	CD	17:32
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda oferecida pela Relatora da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Compulsão do Presidente Jair Bolsonaro pela mentira. Inconsistência do discurso sobre o avanço da vacinação no Brasil, proferido pelo Presidente da República na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Decretação, pelo Chefe da Nação, de 100 anos de sigilo sobre a sua carteira de vacinação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria vota "sim", como está no painel.

Reafirmo aqui aquilo que dizia há pouco: o Brasil hoje é governado por um Presidente que mente compulsivamente. É o Presidente das *fake news* e da mentira. E no discurso que fez em Nova Iorque, que

envergonhou a ampla maioria do povo brasileiro, ele mentiu de novo sobre a vacinação no Brasil.

O Brasil é um dos países mais atrasados do mundo em vacinação. Apenas 38% da população tem a vacinação de ciclo completo, porque Bolsonaro negou a vacina, não comprou a vacina quando ela estava disponível. Aliás, ele é o único líder mundial presente na ONU que não se vacinou, dando um contraexemplo. Ele decretou, inclusive, 100 anos de sigilo sobre sua própria carteira de vacinação. É o Presidente antivacina. Esta é a verdade.

Documento 116/239

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021- CD	17:32
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Homenagem à memória do educador Paulo Freire, ao ensejo do transcurso do centenário do seu nascimento. Caráter fantasioso e inconsistente do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Redução, pelo Governo Federal, dos recursos orçamentários destinados às áreas de educação, saúde e segurança pública. Repúdio à privatização de empresas estatais. Constatação, pela CPI da Covid, da existência de esquema de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19, no âmbito do Ministério da Saúde. Envolvimento de militares na compra irregular de imunizantes. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.932, de 2021, sobre a instituição de pensão especial às crianças e adolescentes órfãos em decorrência da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela retomada da fome e dos índices inflacionários no País. Comparação entre os preços de alimentos, do gás de cozinha, de combustíveis e das taxas de desemprego nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é sempre uma honra usar da palavra em nome da Liderança do PT, a quem eu agradeço como partido, pelo amor ao Brasil e pelo compromisso com a democracia.

Eu vim hoje com uma homenagem a Paulo Freire, porque, no último dia 19, o centenário de Paulo Freire marcou não apenas a área da

educação, mas a defesa de um Brasil justo e digno para todos os seus filhos e filhas. Ao usar uma expressão em homenagem a Paulo Freire, quero lembrar a confiança na educação. A educação, segundo o professor, não transforma o mundo sozinha, mas transforma as pessoas, e pessoas transformam o mundo.

Pois bem, senhores e senhoras, a educação não está restrita ao mundo escolar. Nós também, como autoridades públicas, pelo nosso exemplo, educamos ou deseducamos, construímos bons caminhos para uma nação ou não. O Parlamento brasileiro precisa estar atento ao que ocorre nos dias atuais.

A democracia não é uma peça de roupa que se troca, porque a democracia é a própria Constituição. E o que nós vimos hoje na expressão e na presença do Presidente da República, Jair Bolsonaro, nas Nações Unidas é algo que mais uma vez envergonha o Brasil.

Senhores e senhoras, que conjunto de mentiras foi apresentado ao mundo!? Foram apresentadas mentiras sobre o povo brasileiro, sobre as riquezas naturais do Brasil, mentiras sobre as estatais brasileiras, mentiras sobre tudo, prezados colegas. Houve a apresentação fantasiosa de que ele seria um salvador da Pátria, quando ele é alguém que produziu uma realidade de quase 600 mil óbitos nesta Nação - de salvador não tem nada.

O que há em Jair Bolsonaro é alguém que desvaloriza a educação, que disse dias atrás, entre os impropérios que tem usado, que o Brasil tem professores e professoras demais. O que há demais no Palácio do Planalto é a ignorância de quem tem agido para reduzir o orçamento da educação, para reduzir o orçamento da saúde, para reduzir o orçamento da segurança pública.

Deputado Pedro Uczai, Deputada Erika Kokay, Deputado Afonso Florence, Deputado Henrique Fontana, colegas Parlamentares, o Governo Bolsonaro inaugura uma nova etapa no processo de privatização. Atacou os Correios, levou-o para o caminho da privatização, e o Senado pode reverter isso. Atacou a ELETROBRAS. Atacou a PETROBRAS. Agora, é a privatização dos serviços.

A PEC 32/20, da reforma administrativa, significa um conceito colocado na Constituição que retira a dimensão pública da responsabilidade de serviços e de atendimento à sociedade, de educação pública, de SUS, de Sistema Único de Saúde, de segurança pública. A Constituição é pública, o Estado é público, Bolsonaro privatiza. Privatiza com interesses da corrupção.

Na ONU, disse que a corrupção não existe mais no Brasil. Como?



Como, prezada Deputada Fernanda Melchionna, prezados Parlamentares?

A CPI da COVID diz que a corrupção no Brasil foi armada em torno da vacina; a corrupção significou um impedimento, ela levou à maior demora. Não se tratava só do negacionismo, da cloroquina, de ideias, mas se tratava, além de ideias retrógradas, contra a ciência, do ataque à ciência; além de ideias retrógradas, de ideias corruptas, porque, pela via do negacionismo, negociatas foram feitas no Ministério da Saúde, onde, aliás, nós temos um exemplo de como o setor militar não pode ocupar funções, e creio que nós devemos corrigir isto para que sejam funções finalísticas de outras áreas.

Os militares podem ocupar funções na defesa, na justiça, podem ocupar funções no gabinete militar. Mas como é possível termos um Governo eivado da presença militar, e nos darmos conta, hoje, de que esses militares, que foram puxados por Jair Bolsonaro para o Palácio do Planalto ou para o Ministério da Saúde, alguns deles sendo citados na CPI, têm explicações a dar, e mancham, e maculam o conjunto hoje, no País, de forças que são muito importantes para a Nação brasileira?

Nós, senhores e senhoras, do Partido dos Trabalhadores, utilizamos da nossa palavra e da nossa voz em cada canto do Brasil para dizer que o povo brasileiro quer a superação desse momento dramático que nós estamos vivendo.

É dramático porque, ao lado da perda de vidas, quando já temos mais de 150 mil órfãos no País, apresentamos projeto de lei para garantir, Deputado Pedro Uczai, inclusive aporte de recursos e apoio a essas crianças e adolescentes.

Ah, mas isso o Governo não faz! O Governo Bolsonaro devolveu o País a questões, a aspectos que já estavam superados, como a fome. Nós voltamos à fome!

O IBGE indica que cerca de 130 milhões de domicílios não têm o suficiente todos os dias para alimentar todos os integrantes da família. Aqui está a mulher, mãe, avó, provedora, que alimenta primeiro os seus filhos. Se sobrar alguma coisa, ela se nutre. Aqui estão aquela que não consegue mais pagar a conta de luz, aquele que não consegue comprar o gás e tem que ir atrás de alguma lenha para cozinhar o pouco que tem para oferecer a seus filhos na hora de dormir, no País em que Bolsonaro recriou a fome e a transforma em crônica.

Ele recriou a inflação! Convenhamos que, com todas as críticas que possamos fazer e com todas as diferenças que possamos ter, desde

antes do Governo Lula a inflação estava debelada. Com muita responsabilidade, o Presidente Lula e a Presidenta Dilma mantiveram sob controle a inflação, enquanto o poder de compra dos salários aumentava e as pessoas podiam ir ao mercado comprar iogurte, biscoito, feijão, arroz e carne! E agora? E agora, senhores e senhoras? Com Lula, o pacote de arroz de 5 quilos custava 9 reais; com Bolsonaro, custa 20 reais. Com Lula, 1 quilo de feijão custava 3 reais e 30 centavos; com Bolsonaro, 1 quilo de feijão chegou a 9 reais e 50 centavos. No período Lula, o botijão de gás de 13 quilos custava 38 reais e 29 centavos; com Bolsonaro, custa 110 reais - eu já vi por 115 reais o botijão de gás de 13 quilos. Com Lula, o litro da gasolina custava 2 reais e 53 centavos; com Bolsonaro, o litro da gasolina custa 7 reais.

O preço dos alimentos explodiu no País do agro! Há alguma coisa errada nisso! Nós estamos nos tornando dependentes, do ponto de vista alimentar, do básico que vai para mesa! Não adianta só valorizar a exportação de soja, que é tão importante; nós queremos mesmo é comida no prato e vacina no braço!

Vejamos agora o desemprego. Se as pessoas não têm comida porque ela ficou mais cara, elas também não têm comida porque não têm emprego. Com Lula, o desemprego chegou, no máximo, a 6,2%. Com Dilma, o desemprego chegou a 4,5%. Havia pleno emprego! As placas diziam: "*Aproximem-se! Há vagas*". Agora, com Bolsonaro, está em 14,1%, aproximando-se, ao longo deste mês, de 15%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a PEC 32 precisa ser derrotada nesta Casa! Precisa ser derrotada, porque, se ela for aprovada, um povo que já não se alimenta, um povo que não tem emprego não terá também serviços públicos.

Há um conjunto de ações contra o povo, e nós não podemos nos calar. Só o *impeachment* imediatamente colocado em pauta nesta Câmara nos salva, como Parlamento, de sermos cúmplices da morte e da fome de brasileiros e de brasileiras.

Fora, Bolsonaro!

Documento 117/239

106.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021 -
CD 17:52

Publ.: DCD - 9/22/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Transcurso do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Relevância da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; da Lei Brasileira de Inclusão; e da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência criada pela Casa. Comprometimento do orador com a causa dos portadores de necessidades especiais. Conquistas alcançadas pelos deficientes no Estado do Rio de Janeiro. Superação da marca nefasta de 600 mil mortes no País provocadas pela epidemia de coronavírus. Falecimento dos militantes da causa dos deficientes Inês Soares, Ana Cláudia Monteiro e Gilson Nascimento em decorrência da Covid-19. Baixa escolaridade dos portadores de deficiência no País. Defesa de transformação do Instituto Benjamin Constant em autarquia. Maior inclusão dos portadores de deficiência no mercado de trabalho. Conveniência de inclusão na pauta, pelo Presidente Arthur Lira, de proposições destinadas à autonomia e independência das pessoas com deficiência.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje é o dia em que se comemora, por lei, o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Em que pese ser uma data propícia para rememorarmos e revisitarmos uma série de lutas e conquistas, é, por assim dizer, um dia de reafirmação desta luta, porque ainda há muito o que fazer. Embora um bom percurso na estrada já se tenha alcançado, eu diria que a inserção da pessoa com deficiência na sociedade é um fenômeno social civilizatório recente.

É recente porque, ao longo da história, o que se tem é a perpetração permanente de violência e discriminações. Até vale lembrar - não é tão distante assim - dos idos da Segunda Guerra, quando 6 milhões de judeus foram assassinados e 500 mil deficientes também foram dizimados. Pouca gente se lembra disso.

O fato é que, no percorrer das décadas últimas, o nível de mobilização, de participação e de conscientização do próprio deficiente e de seus familiares passou a fazer com que essa causa ganhasse uma bandeira e mais pessoas a abraçassem. Sempre naquela perspectiva do gueto, do escondido, das famílias incomodadas, da sociedade refratada, tudo isso foi, aos poucos, se movimentando. E, ao sabor da construção histórica, tivemos o advento de alguns marcos legais importantes.

Por que não falar da própria Constituição da República de 1988?

Dela advieram vários direitos novos para pessoas com deficiência, a saber: a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2007, que tem estatura equivalente a norma constitucional - eu tive o privilégio, na ocasião, de encaminhar essa



votação; a Lei Brasileira de Inclusão, de 2015.

A Casa criou, em 2015, uma Comissão específica para cuidar das bandeiras e das matérias pertinentes à pessoa com deficiência. Eu sei que todo esse movimento produziu também, por que não dizer, uma espécie de irrigação legislativa pelo País afora - na esfera estadual e, sobretudo na esfera municipal -, fazendo com que regras superiores pudessem fazer direitos alcançarem a base e concretizar aspirações legítimas de deficientes brasileiros. No Rio de Janeiro, por exemplo - eu tive o privilégio de estar nessa causa já há muitos anos -, tivemos a vitória da gratuidade no transporte coletivo, o passe livre, na década de 1990 ainda; o percentual de vagas em concursos públicos, na esfera municipal - já são alguns milhares de deficientes os que hoje estão trabalhando, mercê de terem passado no concurso; as vagas em estacionamentos públicos e privados; as adaptações de condomínios e edificações e por aí vai.

Nessa trajetória, vale lembrar que passamos a produzir mais iniciativas para prover as instituições que trabalham na ponta em atendimento a essa causa em serviço direto, já que a esfera pública, em grande parte, é ineficaz, não tem braço para chegar à ponta. Então, temos as emendas parlamentares, a rede SUS sendo fortalecida, o fundo a fundo para que essas verbas cheguem mais rapidamente ao destino. Enfim, há todo um contexto de passos que vêm sendo dados, de aspirações que vêm sendo postas e de vitórias alcançadas.

Nestes últimos instantes da nossa quadra histórica, com esse drama terrível da pandemia, em que mais de 600 mil brasileiros perderam a vida, eu queria, neste instante, lembrando e evocando três importantes militantes da causa dos deficientes, render homenagem a todos os familiares e a todos os que perderam entes queridos.

Eu me refiro à Inês Soares, uma grande guerreira, do CRIART, no Rio de Janeiro, que se foi na semana passada; à jovem Ana Cláudia Monteiro, que foi Subsecretária da Pessoa com Deficiência; ao meu amigo Gilson Nascimento, que defendia os renais crônicos. Quantos não foram os deficientes que tiveram a morte decretada por esta pandemia, não é?

Se falamos aqui de vitória, de conquista, de alguns pontos trazidos à lembrança, eu queria dizer que é preciso enxergar à frente, as novas lutas. A causa continua a mesma, mas há muito ainda o que fazer. A escolaridade média da pessoa com deficiência é muito baixa. Ainda há pouco, concluíamos, na Comissão desta Casa, uma audiência pública muito interessante, que visa propor que o Instituto Benjamin Constant, uma referência para a educação da pessoa com deficiência visual e cega, tenha a possibilidade de ser uma autarquia, para ter mais

autonomia administrativa. Foi muito interessante.

O mercado de trabalho ainda está muito aquém do que deveria. Há a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, que, a rigor, deveria levar ao preenchimento de mais de 700 mil vagas no Brasil, mas são apenas 400 mil os deficientes que têm carteira assinada.

Até hoje o Governo não tratou de cuidar da regulamentação da avaliação da pessoa com deficiência que está insculpida no art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão - LBI e exige uma equipe multiprofissional, interdisciplinar, uma avaliação biopsicossocial para dizer o que é a deficiência. Até hoje, nada.

Eu penso que o Presidente Lira deveria propor nesta Casa a análise da pauta - há muitas matérias sobre o tema -, para que nós pudéssemos também avançar na criação de novas regras positivas para as pessoas com deficiência.

Mas, no fundo, o que se quer? O que se quer para qualquer filho, deficiente ou não? Que ele tenha autonomia e independência. É ao que mais se aspira na sociedade. Portanto, essa bandeira, essa causa, além de oferecer suporte a brasileiros e brasileiras que padecem de deficiência - que têm algum tipo de dificuldade proveniente de herança genética, de acidente ou decorrente de uma circunstância patológica qualquer -, no fundo, no fundo, humaniza a sociedade.

Eu queria, portanto, Sr. Presidente, no dia de hoje, em nome de todos os deficientes do Rio de Janeiro, abraçar todos os deficientes brasileiros. É preciso cuidar da pessoa com deficiência, cada vez mais, para incluí-la, para que ela seja exemplo de humanização, de superação, de perspectivas, de que é possível viver numa sociedade em harmonia com todos, respeitando o seu semelhante.

Muito obrigado.

Eu queria, com essas palavras, render meu preito de respeito a todos os que lutam em prol da causa da pessoa com deficiência.

Documento 118/239

106.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/09/2021-18:00	
Publ.: 9/22/2021 -	DCD	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE



Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão nos cargos em comissão constantes do Anexo desta Lei, contida no art. 1º do Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Incompetência do Presidente Jair Bolsonaro, demonstrada no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Boicote do Presidente da República à vacina e outras medidas de combate à Covid-19. Caráter falacioso e inconsistente do discurso proferido pelo Presidente brasileiro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro e seus filhos com corrupção e milícias.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente, Deputado Eduardo.

É evidente que a Relatora reduziu danos ao propor que os cargos em comissão sejam preenchidos por servidores de carreira, mas nós suprimimos a transformação desses cargos que deveriam ser providos por concurso público em cargos em comissão. Por quê? Porque isso desmonta o serviço público; desmonta a própria atuação do Ministério Público da União; dificulta o trabalho de tantos trabalhadores e trabalhadoras que cumprem a sua função, mas, evidentemente, sofrem com a sobrecarga de trabalho e a ausência de concurso público.

E aqui os argumentos utilizados para dizer que não é possível haver concurso público no Ministério Público são, na verdade, a demonstração de que o teto de gastos é um escândalo. Nenhum outro país do mundo tem um teto de gastos como o que foi criado no Governo golpista do Temer. Vários colegas estavam aqui e votaram contra esta barbaridade - obviamente, eu estou me referindo aos Parlamentares do campo da Oposição.

Mas o fato é que não se ampliam recursos em nenhuma área social.

No ano passado, nós conseguimos enfrentar a pandemia porque votamos um "orçamento de guerra", mesmo nós da Oposição, porque o Governo Bolsonaro era tão incompetente que nem iniciativa tinha. Para haver auxílio emergencial, foi preciso que a Câmara se mobilizasse; para haver o PRONAMPE, a ajuda para as pequenas e microempresas, foi preciso que o Senado votasse a matéria e depois a Câmara. Foram necessárias as medidas sanitárias adotadas pelos Governadores e Prefeitos, porque o Governo Bolsonaro boicotou o conjunto das medidas sanitárias e, além disso, boicotou a vacina. E ainda tem a cara de pau de ir à ONU mentir descaradamente, mentir que a economia brasileira é pujante. Deve ser para ele, que come

picanha a mais de mil reais, paga com o dinheiro do povo, enquanto o povo está na fila do osso, o povo não come mais carne.

Ele disse que o Brasil respeita o meio ambiente. O Cerrado está pegando fogo, algo criminoso. Na Amazônia, todo o desmatamento que se produziu foi potencializado pelas vozes do atraso. E não é que o Bolsonaro acendeu o fósforo, mas ele deu as condições para que os atrasados, os ruralistas organizassem o "Dia do Fogo", quando colocou um Ministro que é anti-meio ambiente.

Nós estamos vivendo uma demagogia sem tamanho: o Presidente tem relação com milícia; os filhos estão acoitados pelas investigações do Ministério Público; e há um escândalo que poderia ter colocado 45 milhões de dólares nos ralos da corrupção, se não fosse a denúncia de um servidor de carreira. E pior do que isso, Deputado Elias Vaz, há o uso de cobaias humanas, no escândalo da Prevent Senior. Isso é caso de prisão. Esse cara vai ser condenado pelos crimes contra a humanidade que cometeu, mas, enquanto isso, o Brasil segue passando vergonha internacional.

O PSOL...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 119/239

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/09/2021- CD	18:08
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão nos cargos em comissão constantes do Anexo desta Lei, contida no art. 1º do Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Recusa do Presidente da República à vacinação contra a Covid-19.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "não", Sr. Presidente.

Infelizmente, meu tempo na defesa do destaque da emenda não me permitiu concluir a orientação. Claro, se formos esmiuçar todas as mentiras que o Bolsonaro contou na ONU, seja em relação à economia, seja em relação à vacina, seja em relação ao emprego, veremos que é um mentiroso que nem enrubesce, nem fica vermelho diante de tantas mentiras. Isso, sem contar a vergonha internacional que passamos, seja pelo gesto obscuro de que falava o Deputado Camilo Capiberibe, seja por ser o único Presidente do G-20 que não se vacinou e ter de ouvir puxão de orelha de outros presidentes falando da importância da vacina. O cara é um obscurantista que segue negando a ciência, o que é, de fato, lamentável.

O PSOL orienta "não".

Documento 120/239

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/09/2021- CD	18:44
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Repúdio ao discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB é a favor da prorrogação do concurso, portanto, vota "sim". E quer, mais uma vez, ressaltar a loucura que é a opinião, o discurso do Bolsonaro.

Vejam que ele foi o único Chefe de Governo que se posicionou contra o passaporte sanitário. Ele acha que as pessoas devem circular livremente. Ele, inclusive, é o único que não se vacinou. E volta a pregar o tratamento precoce, coisa que está completamente superada, porque todos os dados científicos demonstram, com absoluta clareza, que o tratamento precoce não serve para nada. É uma tentativa de

justificar os gastos criminosos que foram feitos aqui, estimulando a compra de cloroquina, e as propinas que vieram...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 121/239

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/09/2021-
	CD	18:44
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Defesa pelo Presidente Jair Bolsonaro do tratamento precoce contra a Covid-19, durante o discurso proferido na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Atraso do Brasil na vacinação contra o coronavírus. Reconhecimento do Presidente brasileiro, pela comunidade internacional, como o grande líder do negacionismo da epidemia de coronavírus.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria vota "sim" e aborda, neste minuto, a pior parte da fala do Presidente Bolsonaro - se é que há parte pior, porque é uma pior do que a outra.

Na questão sanitária, Deputada Erika Kokay, o escândalo foi total! Ele foi para a tribuna da ONU defender o tratamento precoce, aquele que não funciona. Foi lá para dizer que ele queria combater o vírus e o desemprego ao mesmo tempo. Na verdade, ele não combateu nem um nem outro, porque o Brasil tem uma das vacinações mais atrasadas do mundo, e é por isso mesmo que nós tivemos que ficar um longo tempo com a economia asfixiada por medidas de contenção da contaminação com o vírus.

A verdade é que o Presidente se caracteriza no mundo inteiro como o grande líder do negacionismo no combate à pandemia, como o grande

líder do negacionismo da ciência no combate à pandemia.

Documento 122/239

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021- CD	18:48
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 813, de 2021, sobre a transformação, sem elevação de gastos, de cargos de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça, e nos cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela morte de milhares de brasileiros em decorrência da Covid-19. Ineficácia de medicamentos para tratamento da doença viral, defendidos pelo Presidente da República.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Oposição vota favoravelmente à prorrogação do concurso que está vigente hoje e que poderia ter sido utilizado para suprir as demandas do Ministério Público do Distrito Federal, que fez uma opção por eliminar 141 cargos efetivos para transformá-los em 164 cargos comissionados.

A Oposição aproveita o momento também para dizer que os remédios defendidos pelo Presidente não só não são eficazes, Deputado Henrique Fontana, como também foram usados em muitos seres humanos que serviram de cobaias nas pesquisas e que morreram. Eles os mataram! Quantas pessoas não estão mais entre nós em função da posição de Jair Bolsonaro? Como foi possível deixar que quase 600 mil pessoas morressem, sendo que grande parte poderia estar aqui? O Presidente da República despreza a dor e a realidade.

Documento 123/239

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021- CD	19:24
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	CORONEL TADEU-PSL -SP	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Natureza leviana das manifestações da Oposição contra o discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Avanço da vacinação contra a Covid-19 no País. Inexistência de casos de corrupção no Governo Jair Bolsonaro. Prática de corrupção pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Inconformismo com a atribuição ao Presidente da República da responsabilidade por óbitos decorrentes da Covid-19 no Estado de São Paulo. Interferência do Supremo Tribunal Federal nas ações de combate ao coronavírus do Governo Federal. Veracidade das declarações do Presidente Jair Bolsonaro a respeito da preservação do meio ambiente no País.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhores colegas, hoje o Presidente Jair Bolsonaro fez o seu pronunciamento na abertura da Assembleia Geral da ONU, e é claro que a pernicioso imprensa que nós temos no Brasil tratou o seu discurso como uma vergonha.

Olhem, vergonha eu senti na abertura da Assembleia Geral da ONU em 2015, quando a nossa governante, a nossa Presidente da República, disse que iria estocar o vento. Declaradamente, ela queria estocar o vento na abertura da Assembleia Geral da ONU em 2015. Então, querer fazer uma comparação entre o que nós tivemos em 2015 e o que tivemos hoje é praticamente nefasto.

O Presidente Jair Bolsonaro foi, sim, falar verdades para o mundo. Pelo menos ali naquele microfone ninguém vai distorcer suas palavras. Isso é diferente de estocar o vento. Aquilo, sim, fez com que a minha cara caísse; aquilo, sim, me envergonhou como cidadão brasileiro. O Presidente Jair Bolsonaro falou verdades, e quem fala verdades manifesta a justiça, quem fala verdades incomoda os ignorantes.

O Brasil hoje é o 34º país no total de casos de COVID. É o 34º! À frente do Brasil existem muitos outros países, inclusive de primeiro mundo. O Brasil hoje tem 222 mil doses de vacinas aplicadas; é o quarto país do mundo que mais vacina. Nós temos hoje, compradas, mais de 300 milhões de doses de vacinas, aproximadamente três doses para cada brasileiro. Mas todos acham que as doses precisam estar estocadas aqui, elas não podem estar sendo produzidas.

Então, diante desse discurso do contrário, eu me sinto na obrigação de vir aqui defender o Presidente Bolsonaro e todo o seu Governo, porque são 32 meses sem corrupção. Com 32 meses, o Governo Lula já tinha estourado cinco casos de corrupção. É lamentável.

Mas vamos seguir em frente, falando das atividades e do próprio

discurso do Presidente Bolsonaro hoje na ONU.

A propósito, o Estado de São Paulo, ao qual pertenço, governado por um ferrenho opositor do Presidente Bolsonaro, responde por 28% dos óbitos do nosso País. Portanto, 28% dos óbitos estão no Estado de São Paulo, só que o culpado é o Presidente Bolsonaro. Ele não governa Estado, ele não governa Município.

E faço aqui uma lembrança: no dia 15 de abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as medidas que o Presidente Bolsonaro quisesse adotar não poderiam ser menos restritivas do que as dos Estados.

Em outras palavras, o Supremo Tribunal Federal interferiu, sim, no Governo Bolsonaro.

Parece que o vírus é o único inocente nessa história toda e o Bolsonaro é o culpado. O engraçado é que, dos 197 países existentes no mundo, somente aqui no Brasil o vírus é inocentado, e o culpado é o Presidente da República.

Há muita pressão, e perniciosa, de pessoas que ainda não aceitam os resultados da eleição de 2018. O Presidente Bolsonaro destacou o combate que ele vem travando nestes meses de pandemia. O primeiro deles é o combate à própria pandemia, quando tentou o tratamento precoce, que ele defende. Mas pseudocientistas, porque até hoje não há nenhum teste, o condenam por isso. Ele tentou combater o desemprego; quem fez *lockdown* neste País foram Governadores e Prefeitos. E o terceiro combate é contra esses Governadores opositoristas.

Sobre o meio ambiente, destaco mais uma fala do nosso Presidente respaldada de toda a veracidade. Qual é o Chefe de Estado presente na Assembleia Geral da ONU que bate no peito e diz: *"Eu tenho 84% da minha mata preservada, da Amazônia preservada, e tenho a legislação ambiental mais dura do mundo"*? Nenhum. Nenhum se levanta, porque não há comparação! E aí eu não me reporto só ao Presidente Bolsonaro, mas a todos os outros governos, porque nós temos, sim, uma legislação ambiental dura, uma legislação que, aliás, é exemplo para o mundo.

Cabe ressaltar que o combate ao desmatamento é ininterrupto, incansável, aferrado e obstinado. E aqui eu não posso deixar de reconhecer os méritos de todas as instituições, sem exceção, que hoje trabalham no combate ao crime ambiental seja onde for, seja em qual Estado for, seja em qual Município for.

Portanto, tendo ouvido discursos levianos por toda parte no dia de

hoje, faço um aparte, nesta sessão, para elogiar o Presidente Bolsonaro pelo seu discurso, porque ele foi franco, verdadeiro, olhou nos olhos de todos os que estavam presentes, sem esconder absolutamente nada, buscando apenas combater as narrativas, os discursos e as matérias que hoje acabam indo de encontro ao que ele falou na Assembleia da ONU. Foi assim em 2019, foi assim em 2020, foi assim hoje, em 2021, e será assim em 2022, com o Presidente falando sempre a verdade, doa a quem doer. Quer você aceite, quer você não aceite, esse é o nosso Presidente.

Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos!

Obrigado.

Documento 124/239

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021 - CD	19:40
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 134, de 2019, sobre o estabelecimento de condições para concessão, às entidades beneficentes de assistência social, saúde ou educação, de imunidade tributária em relação às contribuições para a Seguridade Social. Humilhação imposta ao Brasil pelo discurso sobre o tratamento precoce da Covid-19 e o desmatamento na Amazônia, proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vai votar "não", Presidente. Essa é uma matéria que tem 52 artigos e vai atingir basicamente as contribuições da seguridade social. Ela abrange saúde, educação e assistência social, é complexa, e nós temos que discutir essa questão. Nós esvaziamos a Previdência Social. Esse tipo de projeto tem um impacto enorme, que não é medido. A urgência não pode ser votada assim, imediatamente. Nós temos que fazer um debate sério.

Por isso, o PSOL vota "não".

Eu também queria dizer que o discurso de Bolsonaro na ONU sobre o tratamento precoce e o desmatamento da Amazônia humilha o Brasil, porque os líderes internacionais e o mundo sabem, pelos satélites e

pelos dados da OMS, do genocídio e do ecocídio praticados por ele.

Documento 125/239

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/09/2021 - CD 19:48
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Despreparo do Presidente Jair Bolsonaro para o comando do País. Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente da República na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Responsabilidade do Chefe da Nação pelo atraso do País na vacinação contra a Covid-19. Deboche dos brasileiros e da comunidade internacional pelo Presidente da República, demonstrado na sua decisão pessoal de não vacinação contra o coronavírus. Responsabilidade do mandatário do País pela maioria das mortes ocorridas no Brasil pela Covid-19, em face da sua credence no tratamento precoce da doença viral. Gravidade da crise econômica brasileira. Necessidade de implantação no País de novo projeto de desenvolvimento socioeconômico, com ênfase na geração de emprego e renda. Imediata abertura e aprovação, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Bismarck. Cumprimento V.Exa., os colegas Parlamentares que estão no plenário, os Parlamentares que estão participando remotamente desta sessão, a Deputada Jandira Feghali e nosso Vice-Presidente, o Deputado Marcelo Ramos, que está aqui conosco.

Sras. e Srs. Deputados, realmente é impressionante o que o Brasil está passando desde que Bolsonaro foi guindado à Presidência deste País, totalmente despreparado para ocupar esta função. A cada dia, a cada semana e a cada mês que passam, o Brasil, de forma cada vez mais ampla, percebe que o País continuará sem saída, enquanto Bolsonaro for Presidente.

Há pouco, eu ouvi aqui um dos Líderes que apoiam o Presidente Bolsonaro tentar defender o discurso que ele fez hoje na ONU, infelizmente representando o Brasil. Eu venho a esta tribuna para falar do Brasil real, não do Brasil das *fake news*, não do Brasil das narrativas construídas dentro do "gabinete do ódio" pelas redes sociais do Governo Bolsonaro.



Na ONU, Deputado Pedro Uczai, o Presidente Bolsonaro começou falando sobre a pandemia, quando tentou dizer ao mundo que o Brasil havia trabalhado de forma precisa para combater a pandemia. Mas quais são os dados do Brasil real? Nós somos o País com o segundo maior número de mortes em números absolutos no mundo e um entre sete países com o maior número de mortos a cada cem mil habitantes, Deputada Jandira Feghali. Nós somos o País em que um Ministro e também o Líder que representa o Governo aqui disseram que haveria 300 milhões de doses de vacinas.

No entanto, no Brasil real, sobre o qual eu falo desta tribuna, nós sabemos do cancelamento da compra da vacina Coronavac. Sabemos da negativa de resposta a dezenas de contatos da Pfizer, o que levou a não se comprar a vacina da Pfizer em quantidade adequada e necessária ao País. Falamos do Presidente Bolsonaro, que negou ao Brasil participar com 50% das necessidades de doses do Covax Facility, esforço que a Organização Mundial da Saúde fez no mundo inteiro. Qual é o resultado final dessa confusão que ele fez? Qual é o resultado desse combate que ele fez às vacinas? O resultado é que o Brasil é um dos mais atrasados na vacinação no mundo.

O símbolo mais revoltante disso, para quem respeita a ciência e para quem respeita a vida, é ver o Presidente do seu País sentado, Deputado Marcelo, no encontro com o Primeiro-Ministro da Inglaterra, quando este, de um lado, abre o assunto sobre as vacinas dizendo que havia tomado as duas doses da vacina AstraZeneca, e, de outro, o Presidente Bolsonaro, debochando dos brasileiros, debochando da comunidade internacional, dá um sorriso ao dizer que ele não tomou vacina, achando que esse contraexemplo é bem bom. Esse mau exemplo de Bolsonaro desrespeita as quase 600 mil famílias brasileiras que vivem o luto ante a perda de milhares de vidas que poderiam ter sido salvas.

Destas 590 mil mortes, seguramente mais de 400 mil poderiam ter sido evitadas, não fosse a mentira quanto ao tratamento precoce que ele foi defender na ONU novamente, não fosse a negação e o atraso nas vacinas. Aliás, como mostraram o percentual de mortes pela COVID em São Paulo, eu quero responder ao Líder do Governo que é importante olhar o percentual de mortes no mundo. O Brasil, que tem 2,7% da população global, é responsável, infelizmente, por quase 13% das mortes totais no mundo pela COVID. O desastre sanitário é, portanto, enorme!

O desastre econômico agrava-se na mistura de uma política econômica que não funciona, a política do fundamentalismo liberal e da financeirização da economia, em que ganha cada vez mais dinheiro quem produz nada ou quase nada, com a especulação pura e simples nos chamados mercados especulativos. A produção perde, a indústria

nacional perde, os empregos da economia real são cada vez mais escassos, e o Brasil vive uma das maiores recessões da história, agravada pela pandemia, que foi mal conduzida, uma recessão misturada com a política econômica do fundamentalismo federal.

Eu lembro que, durante os Governos Lula e Dilma, nós conseguimos, por meio de uma política de desenvolvimento nacional, de uma política efetiva de distribuição de renda e de uma política que garantia ganhos salariais ano a ano acima da inflação para o salário mínimo e para outros salários, garantir a melhora do poder de compra da população e proteger a indústria nacional. Nós conseguimos, além disso, gerar 22 milhões de empregos com carteira assinada e levamos o Brasil, Deputada Jandira Feghali, a um dos melhores momentos de empregos da história recente deste País.

Precisamos de mais empregos; precisamos, de novo, de um projeto de desenvolvimento nacional. Mas, neste momento, o que o Brasil mais precisa é abrir o processo de *impeachment* para retirar Bolsonaro da Presidência.

Presidente Arthur Lira, o Brasil não suportará mais 1 ano e 3 meses de desmandos e desgovernos de um Governo que vive de falsas polarizações; um Governo que vive da alimentação permanente de conflitos que em nada resolvem os problemas reais do povo brasileiro; um Governo que vive da alimentação cotidiana do "gabinete do ódio" e da disseminação cotidiana de versões que querem colocar o Brasil em conflitos permanentes; um Governo que não governa as necessidades reais do povo brasileiro, que não tem um programa de geração de empregos, tampouco um programa efetivo para enfrentar o desafio de recuperar a educação do País depois do impacto da pandemia; um Governo que abandona as políticas de desenvolvimento nacional e troca essas políticas por um processo entreguista, que torra, na bacia das almas, o patrimônio público estratégico deste País.

É preciso retirar Bolsonaro da Presidência o quanto antes, para o bem do Brasil e para a preservação da dignidade do povo brasileiro. É por isso que nós precisamos abrir o processo de *impeachment* imediatamente.

Muito obrigado.

Documento 126/239

106.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/09/2021-
	CD	20:16
Publ.: DCD - 9/22/2021 -	BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Vexame mundial da participação do Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro, fez o Brasil passar uma vergonha mundial, ao participar da Assembleia-Geral da ONU. Disse mentiras do começo ao fim, além de ter havido desrespeito em relação às condições sanitárias, porque era o único Presidente do G-20 que não se vacinou.

Ele foi capaz de dizer que não há corrupção no Governo. Mas como não há corrupção? O que foi o esquema da vacina Covaxin, de 1 bilhão e 600 milhões de reais, que só não foram pagos porque foi descoberto? Além disso, ele falou que a economia vai bem. Que economia vai bem? Inflação, alimentos mais caros, povo passando fome, desempregado: não há economia que vá bem em nosso País, a economia está destruída.

Foi uma vergonha a participação do Presidente.

Documento 127/239

106.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/09/2021-20:32
Publ.: DCD 9/22/2021 -	JEFFERSON CAMPOS-PSB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. Apoio à campanha Setembro Amarelo, dedicada à conscientização e prevenção de suicídios. Vinculação entre o desemprego e à violência, inclusive à autoinfligida. Ligação entre as consequências da epidemia de coronavírus e o aumento de óbitos decorrentes do abuso de drogas.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO



JEFFERSON CAMPOS.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, 10 de setembro foi o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio, um dia de conscientização promovido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Associação Internacional para a Prevenção do Suicídio.

Aqui no Brasil, organizou-se em torno da data a campanha Setembro Amarelo, conduzida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Associação Brasileira de Psiquiatria.

Essas iniciativas merecem, é claro, o nosso apoio. Essa e outras campanhas semelhantes, como o Outubro Rosa e o Novembro Azul, ajudam a pôr em pauta questões de saúde a respeito das quais a população precisa de mais informação.

O suicídio, aliás, é um assunto especialmente delicado. Sua abordagem requer muita responsabilidade. O fato de o Setembro Amarelo ser liderado por médicos psiquiatras ajuda a garantir que o incremento de visibilidade do tema não se faça em prejuízo do cuidado com que precisa ser tratado.

Contribuir para a divulgação da campanha, como estou fazendo neste momento, é especialmente importante este ano, por dois motivos. O primeiro é que a pandemia de covid-19 ainda impõe algumas restrições às atividades de conscientização. Eventos como caminhadas, corridas, shows e passeatas, que normalmente poderiam compor a agenda do Setembro Amarelo, continuam dificultados pelas exigências de distanciamento social. Isso aumenta a importância de formas alternativas de difusão, entre as quais se pode incluir este meu pronunciamento.

Mas o segundo motivo, muito mais importante, é que a crise atual, mais do que simplesmente dificultar atividades de conscientização, é ela mesma uma grande perturbadora da saúde mental.

A pandemia, o desemprego, a inflação e outros problemas são muitas vezes abordados pela imprensa por meio de nada mais que números e estatísticas. Mas o impacto desses fenômenos na vida das pessoas - em seu bem-estar, em suas esperanças, em sua autoestima, em seu ânimo para enfrentar a vida - pode ser menos mensurável, mas é muito mais concreto e pungente.

Tal fato foi destacado pelo economista Pedro Nery em coluna recente no Estadão. Pesquisas mostram que o desemprego tem relação com a violência, e não só aquela dirigida a terceiros, mas também a

autoinfligida. Havendo hoje em nosso país 14 milhões de desempregados -apenas parte de uma população subutilizada total superior a 32 milhões -, cabe imaginar o peso dessa situação sobre a saúde mental de cada indivíduo e de cada família afetada.

O mesmo raciocínio foi sugerido também por outro economista, Michael França, no jornal Folha de S. Paulo. Abordando o conceito de "mortes por desespero", que inclui não só os suicídios, mas também os óbitos decorrentes de abuso de drogas, o autor considera que o impacto da pandemia pode aumentar o número de tais ocorrências no Brasil.

A razão não está apenas nos problemas econômicos. Cada um dos quase 600 mil mortos pela covid-19 deixou parentes e amigos, cujo preparo emocional para lidar com a perda pode estar longe do ideal. Um estudo divulgado pela revista Pesquisa, da Fapesp, estima que, apenas entre março e abril, 113 mil brasileiros menores de 18 anos perderam a mãe, o pai, ou ambos para a covid-19. Um tal acontecimento pode marcar para sempre o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

Tudo isso mostra o grau de vulnerabilidade de nossa população neste momento histórico. Precisamos mais que nunca de solidariedade e empatia. Aos cidadãos comuns, deixo a recomendação de que se informem sobre a campanha Setembro Amarelo, aprendendo e compartilhando informações, a fim de ajudar-se uns aos outros neste momento difícil.

A nós, autoridades, impõe-se o dever de dedicar energia redobrada à recuperação do país, com especial atenção aos mais pobres. Não se trata apenas de números e indicadores econômicos; é uma questão de mostrar aos cidadãos desalentados que vale a pena acreditar no futuro e, por maiores que sejam as dificuldades, dizer sim à vida.

Muito obrigado pela atenção.

Documento 128/239

106.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/09/2021-20:32
Publ.: 9/22/2021 -	DCD - VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO



Sumário

Reflexos da inflação sobre as populações de baixa renda. Efeitos da epidemia de coronavírus nos rendimentos dos trabalhadores brasileiros. Urgente necessidade de atualização da legislação trabalhista brasileira, com ênfase na formação profissional gratuita e na desoneração da folha salarial dos pequenos empreendedores.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros telespectadores da *TV Câmara* e *Rádio Câmara*, mais de 30 milhões de trabalhadores brasileiros ganham até um salário mínimo. É o dinheiro que têm para sobreviver e sustentar a família. E esta realidade tem componentes que tornam a situação ainda mais dramática. É fato que grande parte da inflação afeta mais fortemente essa faixa da população. Também é fato que do total de 30,2 milhões de trabalhadores que recebem até R\$ 1,1 mil, quase 20 milhões são negros.

A pesquisa feita pela consultoria IDados, com base nos Indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD do segundo trimestre, aponta que este é o patamar mais alto já apurado desde o início da série histórica, em 2012. O estudo também revela que, quando os brasileiros conseguem algum tipo de trabalho, na informalidade ou por conta própria, são mal remunerados.

O que as pessoas encontram hoje é uma realidade completamente diferente da que existia antes da pandemia. É um mercado em que muitas empresas faliram, quebraram e grande parte das opções de emprego não existe mais. Os trabalhadores se veem obrigados a ter um rendimento menor do que se tivessem carteira assinada. E as dificuldades aumentam porque o orçamento é corroído pela alta de alimentos, da energia elétrica e do combustível.

Alternativas precisam ser pensadas e colocadas em prática para tornar esse longo caminho de inclusão produtiva mais curto e menos doloroso. É urgente que se estude, entre outras medidas, a atualização da legislação trabalhista, passando pela formação profissional gratuita e pela desoneração da folha de salário dos mais pobres.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 129/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/09/2021- CD	16:32
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	ANDRÉ DE PAULA-PSD -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à isenção do Imposto de Renda sobre gastos com o tratamento e sequelas decorrentes da Covid-19, e à dispensa do período de carência para obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade laboral provocada pela doença.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (PSD - PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. se, em razão da disponibilização prévia do parecer, eu posso ir direto ao voto. *(Pausa.)*

"O Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, busca mitigar os avassaladores impactos que a pandemia do coronavírus - COVID-19 causa ao País. As gravosas repercussões econômicas e sanitárias dessa crise na saúde pública têm demandado deste Congresso Nacional a aprovação de medidas que amparem a sociedade.

Nesses tempos tão difíceis, do ponto de vista social, mostra-se meritória a preocupação dos nobres Deputados Wolney Queiroz e Dagoberto Nogueira em dar apoio aos cidadãos que, acometidos pela COVID-19, venham a apresentar sequelas e outras complicações.

Considerando ser a saúde um direito fundamental de todos os brasileiros e um dever do Estado, é absolutamente necessário que este não se ausente em momentos tão críticos. Deve, pois, garantir a manutenção das condições de saúde de nossa população, ainda que essa garantia seja implementada por meio do amparo financeiro aos doentes.

Como bem salientado na proposição, as complicações e as sequelas da COVID-19 são diversas. O que se verifica é a heterogeneidade de sintomas entre os indivíduos contaminados, com amplo espectro de complicações e da duração destas.

Com efeito, a doença pode prejudicar a saúde do paciente por longo período. Segundo a Organização Mundial da Saúde, as consequências

vão desde dores de cabeça, esquecimento, palpitação e falta de ar até inflamação no músculo cardíaco, disfunção pulmonar e distúrbios neurológicos. Algumas pesquisas começam a sugerir a existência de mais de 50 efeitos prolongados da COVID-19 nas pessoas afetadas.

Destaque-se que a própria OMS reconhece a necessidade de maiores estudos para se obter uma real dimensão das consequências dessa doença. Atualmente a instituição indica que aproximadamente 25% das pessoas contaminadas manifestam sintomas por pelo menos 1 mês. De forma mais preocupante, aponta que 10% ainda apresentam sequelas após 3 meses.

Nada obstante a gravidade e impacto da doença na vida dos brasileiros, destacamos que há jurisprudência determinando que, uma vez concedida a isenção aos proventos de aposentadoria de pessoa acometida de doença grave, esta não será revogada ainda que a doença seja futuramente curada. Nesse sentido, opta-se por um ajuste na legislação proposta, que possibilite a reversibilidade do benefício de isenção.

Em tempo, salientamos que muitas das sequelas ora tratadas já se encontram entre as doenças que deferem a isenção de Imposto de Renda para proventos de aposentadoria, a exemplo da nefropatia, hepatopatia e cardiopatia graves.

A seguir, temos que valores despendidos com sessões de fisioterapia, hemodiálise e exames já podem ser deduzidos do Imposto de Renda devido, sem qualquer limitação, nos termos do art. 8º, II, 'a', da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Em relação a cuidadores e enfermeiros, a dedução também é autorizada desde que os gastos a eles referentes componham a fatura do hospital em que a pessoa for internada. Trata-se de regra geral aplicável a qualquer enfermidade.

Por fim, o projeto sob análise propõe a dispensa do prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez no caso de complicações e sequelas da COVID-19. Sobre o tema, destaca-se que a COVID-19 já pode ser reconhecida como doença de trabalho, o que dispensaria o prazo de carência para os referidos benefícios.

Para tanto, exige-se que a doença produza incapacidade laborativa e que seja identificado nexos causal entre a doença e o trabalho desenvolvido. Nesse sentido conclui a Nota Técnica SEI nº 56376/2020/ME:

Ante o exposto, resta evidenciado que à luz das disposições da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a depender do contexto fático, a COVID-19 pode ser reconhecida como doença ocupacional, aplicando-



se na espécie o disposto no §2º do mesmo art. 20, quando a doença resultar das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relacionar diretamente; podendo se constituir ainda num acidente de trabalho por doença equiparada, na hipótese em que a doença seja proveniente de contaminação acidental do empregado pelo vírus SARS-COV-2 no exercício da sua atividade - art. 21, inciso III, Lei nº 8.213, de 1991 -; em qualquer dessas hipóteses, entretanto, será a perícia médica federal que deverá caracterizar tecnicamente a identificação donexo causal entre o trabalho e o agravo, não militando em favor do empregado, a princípio, presunção legal de que a contaminação constitua-se em doença ocupacional.

Entendemos ser necessária a devida verificação da causalidade entre a condição adversa de saúde do empregado e as condições de trabalho para que se confirme uma doença ou acidente de trabalho. Com efeito, esse reconhecimento traz repercussões outras que a mera dispensa de prazo para concessão de benefícios previdenciários, podendo inclusive implicar responsabilização do empregador por danos causados.

Contudo, não se pode desconsiderar o contexto de grave crise na saúde pública e de vulnerabilidade dos trabalhadores, sendo medida injusta exigir-lhes que demonstrem cabalmente a possibilidade de ter contraído a doença no ambiente laboral. Dessa forma, entendemos que é oportuna a inclusão de sequelas da COVID-19 entre as doenças e afecções que dispensam o lapso temporal exigido para obtenção do apoio estatal.

Sobre esse ponto, vemos como relevante o condicionamento da dispensa de carência do benefício previdenciário por incapacidade, seja temporária ou permanente, com base na doença causadora do quadro clínico do paciente. Considerando que as complicações da COVID-19 ainda não são completamente conhecidas, mostra-se dificultosa a previsão destas no rol taxativo.

Assim, concordamos que as complicações e sequelas da COVID-19 que causam incapacidade laborativa dispensem o prazo de carência para obtenção dos benefícios previdenciários de que trata o art. 26, II, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. A partir do amplo rol de agravamentos de saúde proposto no substitutivo, poderá o Ministério da Saúde estabelecer condições para sua verificação e reversibilidade.

Relativamente à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do projeto, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (...) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação definem que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio da análise da conformidade da proposição com o Plano

Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual.

Além disso, a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e à despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal (...). O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível 'a proposição que não conflite com as normas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e das demais disposições legais em vigor' e como adequada 'a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo Plano Plurianual, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei Orçamentária Anual'.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.

Da análise do PL nº 1.100, de 2021, observa-se que:

- a) seu art. 2º propõe, expressamente, ampliação de rol de isenções do Imposto de Renda, mas o dispositivo da reversibilidade, proposto no art. 4º, equilibra o projeto, permitindo a sua neutralidade;
- b) seu art. 3º trata de matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão imediata na receita ou na despesa da União.

Outrossim, o substitutivo apresentado saneia a inviabilidade orçamentária da proposta, tornando-a adequada.

Entendemos, portanto, que o Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, desde que nos termos do substitutivo, passa a estar adequado orçamentariamente.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto, não vislumbramos óbices. Trata-se de matéria tutelável por proposição legislativa de iniciativa parlamentar, não se identificando conflitos com o restante do ordenamento jurídico. Quanto à técnica legislativa, entendemos que o substitutivo proposto promove os ajustes adequados.

II.1. Conclusão do voto.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, na forma do substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, nos termos do substitutivo em anexo. No mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, nos termos do substitutivo em anexo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, e do substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação."

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 130/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/09/2021- CD	16:52
Publ.: DCD - 9/23/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à isenção do Imposto de Renda sobre gastos com o tratamento e sequelas decorrentes da Covid-19, e à dispensa do período de carência para obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade laboral provocada pela doença.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui discutindo um projeto muito importante, que prevê benefícios previdenciários para as pessoas que tiveram sequelas, foram vítimas dessa pandemia da COVID-19, exatamente num dia em que estamos todos perplexos ao ouvir o Secretário-Executivo da empresa Prevent Senior falando das atrocidades que foram cometidas naquela empresa com o chamado tratamento precoce. Pessoas foram literalmente utilizadas como cobaias dessa política genocida comandada pelo gabinete paralelo do Presidente Jair Bolsonaro.

É importante nós fazermos este debate, porque esse mesmo laboratório de cobaias aconteceu em Manaus. Está cada vez mais

comprovado pela CPI da COVID que o Governo Bolsonaro apostou numa política de imunidade de rebanho, e isso custou a vida de centenas de milhares de brasileiros. Negou a vacina, e, dessa forma, fez com que várias pessoas pegassem COVID e tivessem sequelas. Há tantas pessoas que hoje estão com problemas cardíacos; tiveram agravados seus problemas cardíacos; seus problemas renais, por exemplo. Há pessoas com problema de memória também, além de pessoas com problemas pelos altos custos dos tratamentos, porque se utilizaram de serviços privados para UTIs, por exemplo. Literalmente perderam suas vidas, suas economias, com a COVID.

Então, o projeto é muito justo, porque agora nós temos um batalhão, muitas pessoas que hoje são acometidas com essas sequelas decorrentes da COVID-19. E nada mais justo, tanto nas relações laborais, como também em relação ao próprio Imposto de Renda, do que essas pessoas terem reconhecimento neste momento.

Essas pessoas inclusive estão se organizando hoje na associação nacional de apoio às vítimas, que foi organizada pelo querido Deputado Pedro Uczai. Isso acontece em face de muita omissão e negligência de um Presidente que vai à Assembleia Geral das Nações Unidas sem se vacinar, de um Presidente que vai para a Assembleia Geral das Nações Unidas ainda defender aquilo que a ciência nega, que é esse tratamento precoce.

Então, Presidente, nós temos que ser a favor, sim, desse benefício, como uma reparação. A aprovação desse projeto de lei é uma reparação a essas vítimas.

Documento 131/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-22/09/2021-
	CD	17:00
Publ.: DCD - 9/23/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à isenção do Imposto de Renda sobre gastos com o tratamento e sequelas decorrentes da Covid-19, e à dispensa do período de carência para obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade laboral provocada pela doença. Pedido aos Parlamentares de apoio ao Projeto de Lei nº 3.139, de 2021, de autoria do orador, acerca da assistência à saúde mental em face da Covid-19.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui saudar o nosso sensível e solidário Deputado Wolney por esta iniciativa de extrema importância e por se preocupar com as vítimas sequeladas da COVID-19. Declaro nosso total apoio a este projeto, que é um gesto de cidadania, de respeito a quem sofre essas consequências.

Com a sua permissão, estimado Deputado Wolney, quero dizer que eu também apresentei um projeto de lei para o qual gostaria de contar com o apoio dos Deputados, como neste caso do projeto do nosso companheiro Deputado Wolney. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 3.139, de 2021, de minha autoria, que dispõe sobre a assistência à saúde mental da pessoa com sofrimento em razão da pandemia da COVID-19.

O projeto já está tramitando e trata das consequências da pandemia em quem está sofrendo, não somente a vítima que teve algum tipo de consequência, alguma sequela mental, mas também enfermeiros, médicos, profissionais da saúde, crianças que ficaram impedidas de ter uma vida normal e outros seres humanos. O índice de suicídios tem sido algo preocupante. Por isso, esse projeto que eu apresento, Srs. Deputados, nesta linha do projeto apresentado pelo nosso querido Deputado Wolney, visa garantir uma política específica para todos esses segmentos, porque as consequências da pandemia são grandiosas.

Os enfermeiros e as enfermeiras sofrem com a doença dos outros, sofrem quando se contaminam, sofrem com as dores dos outros, da mesma forma os médicos. Enfim, todos esses segmentos precisam de um cuidado especial, porque consequências vão ter, sequelas vão ter. E a própria vítima diretamente, sem falar da sua família, também precisará de um cuidado especial.

Assim, declaro meu voto favorável ao projeto do Deputado Wolney, o meu voto "sim", e reforço o pedido de apoio ao Projeto de Lei nº 3.139, de 2021.

Obrigado, Presidente.

Documento 132/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 22/09/2021-
	CD	17:04
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à isenção do Imposto de Renda sobre gastos com o tratamento e sequelas decorrentes da Covid-19, e à dispensa do período de carência para obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade laboral provocada pela doença. Pedido aos brasileiros de não realização de propaganda de tratamentos ineficazes contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero cumprimentar o Deputado Wolney Queiroz, Líder do PDT, pela importante e justa iniciativa.

Há pacientes hoje que estão, infelizmente, enfrentando sequelas graves pós-COVID - e o nome correto nem seria pós-COVID, porque é um quadro continuado das sequelas geradas pela COVID. Ao contrário do que dizem alguns que negam a ciência, as pessoas que contraem a COVID não se dividem em dois grupos, o daquelas que vão a óbito - e no Brasil, infelizmente, os mortos já estão perto de 600 mil - e o daquelas que estariam curadas. A propaganda bolsonarista inclusive nisso atrapalha o País, porque procura criar um conceito de que quem não morreu pela COVID estaria curado.

Infelizmente, milhões de pessoas não estão, Deputado Zarattini, totalmente curadas, ficam com sequelas pulmonares, de força, de perda de paladar. Então, o desgaste para o País com a COVID é ainda maior do que todo o desgaste provocado pela perda de perto de 600 mil vidas.

O Relator também merece o meu aplauso nesta fala, porque ele teve a preocupação de restringir esse direito justo e correto de que as pessoas aposentadas que sofram com sequelas da COVID sejam isentas do pagamento do seu Imposto de Renda, se tiverem sequela grave, porque, evidentemente, sequelas de baixo impacto não devem receber isenção tributária dessa monta.

Então, a Câmara dos Deputados do Brasil está, com a aprovação deste projeto, repondo uma parte da justiça que o Brasil precisa recuperar nos próximos anos.

Quero aproveitar os 40 segundos que me restam para, mais uma vez, desta tribuna, pedir a todos os brasileiros e brasileiras que não continuem fazendo propaganda de tratamentos que não funcionam para a COVID. Esses tratamentos iludem as pessoas, que, de boa-fé, muitas vezes, Deputado Solla, acreditam que estariam protegidas pelo uso desses medicamentos que não funcionam e deixam de tomar as medidas reais para se protegerem. Isso é um desserviço ao direito à

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/09/2021- CD	17:12
Publ.: DCD - 9/23/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à isenção do Imposto de Renda sobre gastos com o tratamento e sequelas decorrentes da Covid-19, e à dispensa do período de carência para obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade laboral provocada pela doença.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria cumprimentar V.Exa. e todos os pares e dizer que esse projeto apresentado pelo Líder do PDT, o Deputado Wolney Queiroz, do Estado de Pernambuco, vizinho de Alagoas, é um projeto meritório, muito importante para uma realidade que atinge quase 600 mil pessoas no Brasil.

Eu queria só dialogar com o Relator. Estou aqui fazendo a minha narrativa de forma virtual.

O art. 4º que o Relator apresenta estabelece que será criada uma Comissão para analisar esses casos. Aí eu queria, Sr. Presidente, a sua ajuda e, principalmente, a ajuda do Relator para que não se deixasse em aberto o art. 4º, porque, deixando-se o art. 4º em aberto, esse controle poderá ser do Ministro da Economia, Paulo Guedes, que não terá interesse nenhum de efetivar esse projeto tão importante para a realidade que estamos atravessando.

É por isso que o PT está apresentando uma emenda no momento exato para que essa atribuição não fique em aberto, mas, sim, seja do Ministério da Saúde, que já realiza isso e que é o Ministério afim, e do Ministério do Trabalho. Então, queríamos dialogar com o Relator sobre isso, que é referente ao art. 4º e ao art. 3º.

A outra questão é mais a título de esclarecimento, não tem um valor de juízo definido. Quando ele estabelece a tipificação grave, que é fundamental para quem foi acometido da COVID-19 e tem aquela temporalidade acima de 15 dias, ele faz o recurso para se ter o auxílio, nesse período, pela Previdência. Nesse caso, essa zona cinzenta

poderá prejudicar pessoas que foram acometidas da COVID, mas por tempo menor. Então, solicito esclarecimentos ao Relator.

Relator, eu acho muito perigoso deixar em aberto os arts. 3º e 4º. Eu acho que podíamos fechar um acordo para que a responsabilidade ficasse com o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho.

Quanto ao projeto, repito, o Deputado Wolney foi preciso. Estamos prestando, de uma forma prática, solidariedade...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 134/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/09/2021- CD	17:16
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	ANDRÉ DE PAULA-PSD -PE	
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 4, apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à isenção do Imposto de Renda sobre gastos com o tratamento e sequelas decorrentes da Covid-19, e à dispensa do período de carência para obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade laboral provocada pela doença.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (PSD - PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de ler o meu voto, eu gostaria de fazer uma pequena consideração sobre o que aqui foi dito pelo eminente Deputado Alexis Fonteyne.

O projeto original, de fato, previa uma isenção ampla e irrestrita, e nós tivemos o cuidado de, primeiro, restringi-lo, acentuando a questão da gravidade, focando os casos graves. Mais do que isso, nós nos referimos especificamente à questão da reversibilidade, ou seja, no momento em que essa enfermidade deixa de comprometer a pessoa, aquele benefício, longe de ser continuado, de não ter um limite, cessa.

Do ponto de vista do mérito, eu tenho certeza absoluta de que V.Exa. concorda com o projeto, mas a preocupação de V.Exa. me parece legítima. Trata-se justamente de colocar amarras para que isso, apesar

de todo o mérito, não possa se constituir numa irresponsabilidade fiscal. Então, eu penso que nós cuidamos dessa sua preocupação, Deputado.

Passo a ler o meu voto.

"Durante a discussão da matéria, foram apresentadas quatro emendas de Plenário, todas contando com o devido apoio regimental.

A Emenda de Plenário nº 1 propõe estender a isenção de Imposto de Renda aos rendimentos auferidos por portadores de moléstia grave que se encontrem em reserva remunerada.

Atualmente, a legislação prevê a isenção do imposto apenas para proventos de aposentadorias, reformas e pensões, sendo lacunosa em relação aos militares que tenham passado à inatividade permanente remunerada na condição de reservista.

De fato, não há justificativa razoável para que se defira a isenção do imposto aos militares reformados e não aos reservistas, tendo em vista que o diferencial entre eles é apenas o fato de os primeiros estarem desobrigados, em definitivo, do serviço militar.

Sobre essa incongruência normativa, por diversas vezes já se posicionou o Poder Judiciário, reconhecendo a equivalência da reserva remunerada à condição de inatividade. Nesse sentido, ilustramos" - trata-se da incidência da Súmula nº 83 do STJ:

"(...)

1. Descabe o acolhimento de violação do art. 535 do CPC, se as questões apontadas como omissas pela instância ordinária não são capazes de modificar o entendimento do acórdão recorrido à luz da jurisprudência do STJ.

2. Reconhecida a neoplasia maligna, não se exige a demonstração da contemporaneidade dos sintomas, nem a indicação de validade do laudo pericial, ou a comprovação de recidiva da enfermidade, para que o contribuinte faça jus à isenção de Imposto de Renda prevista no art. 6º, inciso XIV, da Lei 7.713/88. Precedentes do STJ.

3. A reserva remunerada equivale à condição de inatividade, situação contemplada no art. 6º, XIV, da Lei 7.713/88, de maneira que são considerados isentos os proventos percebidos pelo militar nesta condição. Precedente da Primeira Turma.

4. É firme o entendimento do STJ, no sentido de que a busca do real significado, sentido e alcance de benefício fiscal não caracteriza ofensa

ao art. 111 do CTN.

5. Incidência da Súmula 83/STJ no tocante à divergência jurisprudencial.

6. Recurso especial conhecido parcialmente e não provido.

(...)

Desse modo, entendemos ser conveniente o acolhimento da Emenda de Plenário nº 1, eliminando a insegurança jurídica que ainda pode vir a orbitar o tema.

A Emenda de Plenário nº 2 busca alterar o texto original do projeto, restringindo a isenção fiscal aos casos graves de complicações e sequelas.

Trata-se de preocupação compartilhada por este Relator, já tendo sido incorporada no substitutivo preliminarmente apresentado.

A Emenda de Plenário nº 3 pretende definir os Ministérios responsáveis por elaborar o regulamento para fins de estabelecimento dos critérios para a caracterização das complicações e sequelas da COVID-19. Entendemos que a redação constante do substitutivo se mostra apropriada, considerando que a atribuição de competências a órgão do Poder Executivo é matéria inalcançável por proposição de iniciativa parlamentar, padecendo de inconstitucionalidade.

A Emenda de Plenário nº 4 propõe que a dispensa do prazo de carência para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata o PL 1.110/21 possa ocorrer ainda que a complicação ou sequela da COVID-19 não seja considerada 'grave'. Conforme adiantamos ao mencionarmos a Emenda nº 2, entendemos que a não inserção desse termo torna o alcance do benefício excessivamente amplo, em especial pela multiplicidade das possíveis complicações e sequelas oriundas dessa recente doença.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1, na forma da subemenda substitutiva em anexo, e pela rejeição das demais emendas.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação financeira e orçamentária de todas as emendas de plenário e da subemenda substitutiva da Comissão de Seguridade Social e Família, e, no mérito, pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1, nos termos da subemenda substitutiva da Comissão de Seguridade Social e

Família, e pela rejeição das demais emendas.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela inconstitucionalidade da Emenda nº 3 e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas de Plenário nºs 1, 2 e 4 e da subemenda substitutiva da Comissão de Seguridade Social e Família."

Sr. Presidente, esta Casa, sob a sua liderança, tem respondido de forma eficiente e ágil a este momento muito grave que o nosso País e o mundo inteiro atravessam, com a crise da COVID-19. O projeto do eminente Deputado Wolney Queiroz e do Deputado Dagoberto Nogueira vem justamente no sentido de apoiar as pessoas que sofrem dessa enfermidade.

Presidente, atendendo a sua recomendação, eu procurei dar limites ao projeto, para que ele pudesse, do ponto de vista financeiro, ter a sua aprovação viabilizada. Tenho consciência de que avançamos nesse sentido e de que a proposta que eu encaminho, além de atingir a pretensão do nobre Deputado Wolney Queiroz de socorrer as pessoas que padecem da COVID-19, também é um projeto que tem responsabilidade fiscal e que, portanto, merece a apreciação e a aprovação deste Plenário.

Muito obrigado.

Documento 135/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-22/09/2021-
	CD	17:28
Publ.: DCD - 9/23/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à isenção do Imposto de Renda sobre gastos com o tratamento e sequelas decorrentes da Covid-19, e à dispensa do período de carência para obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade laboral provocada pela doença, ressalvados os destaques. Reexame do Projeto de Lei 2.058, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.151, de 2021, para disciplinamento das atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta "sim".

Parabenizo o Deputado André de Paula pelo parecer que apresentou, com estudo profundo.

Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para falar do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021 - nós já conversamos com V.Exa. e com o Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo, sobre ele -, que trata do trabalho remoto das grávidas, das gestantes do Brasil. O parecer da eminente Deputado Paula Belmonte, que está no sistema, tem deficiência, porque se remete a alguns benefícios da MP 1.045, que já caiu no Senado. Portanto, tem que ser refeito.

Mas há mais do que isso, e eu faço um apelo. Quando o Governo interfere na livre iniciativa do setor produtivo, faz confusão. Nós temos que aprovar um projeto - e vou fazer uma emenda neste sentido - para que o Governo saia dessa questão e deixe que as gestantes possam promover um acordo individual com os seus patrões.

Documento 136/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -22/09/2021- CD	17:36
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Relevância do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à isenção do Imposto de Renda sobre gastos com o tratamento e sequelas decorrentes da Covid-19, e à dispensa do período de carência para obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade laboral provocada pela doença. Defesa da concessão de auxílio pecuniário às pessoas de baixa renda com sequelas da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença no Brasil.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Presidente, cumprimenta mais uma vez o Deputado Wolney Queiroz e o nosso Relator, o Deputado André de Paula, e ressalta que este é um projeto extremamente justo. As pessoas que enfrentam a COVID, sobrevivem, mas ficam com sequelas muitas vezes graves depois de terem a doença devem ser amparadas pelo Estado brasileiro.

Quero inclusive, Deputado Wolney, abrir um debate. Aqui estamos

atendendo, correta e justamente, aqueles que estão aposentados, de cujas aposentadorias retirava-se parte para pagar o Imposto de Renda - pretende-se que eles não mais o paguem. Mas há também milhares de brasileiros com sequelas que não têm renda para pagar Imposto de Renda. Diante disso, é preciso constituir um tipo de bolsa de apoio, para que essas pessoas possam também enfrentar, com mais dignidade, as sequelas graves que a COVID deixa para milhares de brasileiros.

Mais uma vez, quero me solidarizar com as quase 600 mil famílias de brasileiros que perderam seus entes queridos.

Documento 137/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/09/2021- CD	17:40
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à isenção do Imposto de Renda sobre gastos com o tratamento e sequelas decorrentes da Covid-19, e à dispensa do período de carência para obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade laboral provocada pela doença. Agradecimento à Presidência, aos Líderes partidários, ao Relator André de Paula e Parlamentares pela aprovação da matéria.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero inicialmente saudar as Sras. e os Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, a partir de 2020, a humanidade teve contato com um vírus que mudou a história do mundo. Trata-se de uma doença nova, de uma doença que pegou Estados, autoridades sanitárias de surpresa e fez uma verdadeira revolução nos últimos 2 anos. É uma doença que atingiu e ceifou a vida de milhões de pessoas no mundo. No Brasil foram quase 600 mil vidas perdidas, um número inimaginável!

No começo, houve a luta para entender um pouco a doença. Depois, houve a luta de cada um para não morrer da doença, para não se contaminar. Posteriormente, veio a luta para se curar a doença; em seguida, a luta em busca da vacina. Por fim, os países e as pessoas começaram a se deparar com as sequelas desconhecidas da COVID-19: sequelas motoras, cardiológicas, neurológicas, respiratórias, de

perda de memória, cognitivas, sequelas que muitas vezes invalidam, tiram o homem e a mulher do mercado de trabalho definitivamente.

Então, a ideia do nosso projeto de lei, a nossa concepção, o nosso ânimo se deve ao fato de que o Brasil, o Estado brasileiro, a União precisa acolher essas pessoas. Elas precisam ser acolhidas, de certa forma, pelo Estado. É para isso que o Estado existe. Ele não existe para dar lucro. O lucro do Estado é abraçar o cidadão, é acolher o homem e a mulher que precisam de apoio numa hora de dificuldade, como essa pela qual milhares de brasileiros passam.

Então, nós elaboramos este projeto de lei. Contamos com o apoio dos partidos de oposição, o que possibilitou que ele fosse ao Colégio de Líderes respaldado por essas Lideranças. No Colégio de Líderes, o Presidente Arthur Lira foi sensível, e submeteu-se a matéria a votos. Antes, o Presidente indicou um Relator, o Deputado André de Paula, um velho conhecido nosso, um velho conhecido desta Casa, um Parlamentar experimentado, um Parlamentar que tem o respeito desta Casa. Então, não poderíamos ter um Relator melhor.

Eu e o Relator André de Paula nos reunimos várias vezes, junto com a assessoria, junto com representantes do Governo, para aprimorar o texto, para saber onde poderia haver exageros, para saber onde poderia haver qualquer brecha geradora de ambiguidade no entendimento. E o Deputado André de Paula me pediu autonomia para fazer um substitutivo que pudesse vir a votos e, de fato, ser aprovado por esta Casa. Foi isso que aconteceu, é isso que está acontecendo hoje.

Então, meus agradecimentos ao Deputado André de Paula, Vice-Presidente desta Casa, por essa sensibilidade. Vejo que acertamos na escolha do Relator. Essa escolha possibilitou a vinda do projeto ao plenário e o convencimento das Sras. e dos Srs. Parlamentares.

Nós temos um projeto que trata da carência previdenciária e também da isenção de Imposto de Renda para aqueles com sequelas graves da COVID-19, aqueles que perderam sua capacidade laboral, aqueles que estão fora do mercado de trabalho. E a constatação dessa condição não será empírica, não será subjetiva, atenderá critérios objetivos, que são os critérios estabelecidos hoje pelo sistema do INSS. Então, há todo um arcabouço que já faz essas verificações, que continuarão sendo feitas, incluindo essas doenças que são elencadas como sequelas graves da COVID-19.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que hoje é um dia importante para esta Casa, é um dia de demonstração para a sociedade brasileira de que há uma sensibilidade dos partidos dos mais diversos matizes ideológicos. Nós temos aqui a sensibilidade das Sras. e dos Srs.

Líderes, do Presidente da Casa, da Mesa Diretora, que estão se debruçando sobre a matéria e garantindo a aprovação de um projeto que vai socorrer brasileiros na hora mais necessária.

O Relator - e eu não podia deixar esse ponto de fora - teve o cuidado de fazer uma cláusula de reversibilidade, ou seja, assim que o contemplado, o acolhido pela lei se restabelecer, tiver sua saúde restabelecida, ele perderá aquele privilégio, perderá a isenção. Então, o Relator deixou isso amarrado, o que facilitou muito a aprovação do projeto na tarde de hoje.

Portanto, eu quero agradecer a aprovação por parte dos Líderes, o encaminhamento favorável dos Líderes que nos apoiaram. Agradeço àqueles que nos apoiaram na discussão, como o Deputado Leo de Brito, a Deputada Jandira Feghali, o Deputado Vicentinho e o Deputado Henrique Fontana, e a todos os Líderes que encaminharam o voto "não".

Estamos felizes, nesta tarde de hoje, por acharmos que estamos fazendo um belo serviço para o Brasil, para aqueles que mais precisam. Esta Casa está de parabéns.

Muito obrigado.

Documento 138/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/09/2021 - CD	17:48
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	PAULÃO-PT -AL	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Não acolhimento de requerimento de destaque do PT pelo Relator do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à isenção do Imposto de Renda sobre gastos com o tratamento e sequelas decorrentes da Covid-19, e à dispensa do período de carência para obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade laboral provocada pela doença. Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família à proposição, ressalvados os destaques.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a gentileza.

Gostaria de dizer que, na hora em que eu falei pelo PT defendendo o

projeto, quando elogiei não só a iniciativa do Deputado Wolney Queiroz como também o relatório do Deputado André de Paula, o PT apresentou um destaque, o qual não foi considerado pelo Relator.

Eu entendo que o projeto ficou prejudicado. Hoje, já existe a Lei nº 8.213, de 1991, que define as atribuições para a questão previdenciária em relação às doenças. Então, não se trata de criar novas atribuições.

Eu fiquei preocupado e o PT também, porque fica em aberto a quem caberá definir as atribuições desse processo do direito em relação à questão dos sequelados pela COVID. O temor que nós temos é que isso fique a cargo do Ministro da Economia. Nós já temos uma lei que define que isso cabe aos Ministérios da Saúde e da Previdência, e infelizmente o Relator não acolheu o destaque do Partido dos Trabalhadores.

Mas votamos "sim".

Muito obrigado.

Documento 139/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/09/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Deputados Wolney Queiroz e André de Paula pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à isenção do Imposto de Renda sobre gastos com o tratamento e sequelas decorrentes da Covid-19, e à dispensa do período de carência para obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade laboral provocada pela doença. Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, acerca do parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários municipais. Pedido ao Presidente Arthur Lira de instalação da Comissão Especial destinada ao exame da matéria.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, eu quero parabenizar o Deputado Wolney Queiroz pelo belo projeto, pela bela iniciativa. Também parabenizo o nobre Relator, o amigo e conterrâneo Deputado André de Paula.

Segundo, Presidente, quero fazer um apelo a V.Exa., que é um municipalista convicto. Peço que se comunique, por seu intermédio, por intermédio da Mesa, ao Presidente Arthur Lira que, hoje, pela manhã, nós votamos na Comissão de Constituição e Justiça, praticamente por unanimidade, exceto pelo voto do NOVO, um projeto que une este Parlamento: a PEC 15/21, que trata do parcelamento da dívida previdenciária dos Municípios.

O projeto tem o apoio do Ministério da Economia, tem apoio suprapartidário aqui na Casa. Provavelmente, no debate do mérito, nós vamos fazer ajustes pontuais no texto original, o que é natural do processo democrático. E o apelo que eu faço é para que possamos, o quanto antes, instaurar a Comissão Especial, a fim de que nela aproveemos o mérito e, a partir daí, o projeto venha para o plenário.

Desde já, agradeço o apoio do PT e de todos os que compõem esta Casa.

Obrigado, Presidente.

Documento 140/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -22/09/2021- CD	17:52
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Instalação da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, sobre o parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários municipais. Posicionamento dos partidos opositoristas contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero concordar com o Deputado Silvio Costa. Nós temos parecer favorável à PEC 15. Ela é importante para os Municípios. Quero dizer que, na Comissão de Constituição e Justiça, votamos favoravelmente. Assim que for instalada a Comissão Especial, teremos condições de trabalhar para garantir esse aporte, e isso que é fundamental.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero me pronunciar aqui, agradecendo a V.Exa., contra a PEC 32. Ela atinge não apenas os servidores e as servidoras públicas do Brasil. Os serviços públicos

estão sendo desmontados, privatizados com a PEC 32.

Quero dar aos servidores e às servidoras públicas a segurança de que a Oposição, neste plenário, trabalhará pela manutenção de serviços públicos e, homenageando os trabalhadores do SUS, da educação, da segurança, todos os trabalhadores e trabalhadoras do setor público, votará "não" à PEC 32.

Documento 141/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -22/09/2021- CD 18:24
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Empenho da Presidência na aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, sobre o parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários municipais. Pedido à Presidência de instalação da Comissão Especial destinada ao exame da propositura.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, desde já, tanto eu como o Deputado Hiran Gonçalves queremos agradecer a V.Exa. o esforço que fez para que nós pudéssemos hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, aprovar, de forma coletiva, a PEC 15, que trata do reparcelamento da dívida previdenciária. Hoje nós votamos a constitucionalidade da matéria. Naturalmente, na Comissão de Mérito, vamos fazer alguns ajustes.

O Governo, depois da nossa reunião com o Ministro Onyx, com o Ministro Paulo Guedes e com a Presidente da CCJ, a Deputada Bia Kicis, já admite os 240 meses. O que nós precisamos discutir na Comissão de Mérito é se será possível ou não o desconto.

Trata-se de uma vitória do municipalismo brasileiro. O Presidente Paulo Ziulkoski agradece ao Parlamento brasileiro.

O apelo que nós fazemos a V.Exa., Sr. Presidente, é que possa, quando possível, instaurar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 142/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/09/2021- CD	18:48
Publ.: DCD - 9/23/2021 - CÂMARA DEPUTADOS	PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Anúncio de elaboração e apresentação pela oradora de parecer ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.151, de 2021, para disciplinamento das atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes. Defesa de aprovação da matéria pela Câmara dos Deputados.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero aqui inicialmente agradecer a oportunidade de mais uma vez estar falando desta tribuna.

Eu peço a Deus que abençoe o nosso Brasil e que tenhamos a gratidão pela vida em nosso coração.

Eu estou aqui, Presidente, para deixar claras algumas situações pelas quais estamos passando - principalmente eu, uma mãe de seis filhos - em relação às nossas gestantes.

Nós aprovamos aqui, no auge da pandemia, uma lei que fazia a proteção das gestantes, retirando-as dos seus postos de trabalho para sua segurança sanitária. Essa lei, que foi sancionada pelo Presidente da República, foi recepcionada pelo programa BEm. Hoje, infelizmente, o Senado Federal não aprovou a continuidade desse programa, disciplinado pelo Projeto de Lei nº 2.058, que traz a regulamentação de uma política para que, após a imunização dessas grávidas com toda a segurança, elas possam continuar em suas casas, em *home office*, ou voltar aos seus postos de trabalho, como muitas querem.

Foi falado hoje no Plenário para nós, Relatoras do Projeto de Lei nº 2.058, que o projeto está desatualizado, mas eu acho que a pessoa que falou é que não está atualizada. Por quê? Porque nós já estamos conversando com o Governo, conversando com a Liderança da Casa, conversando com o setor produtivo. Nós temos o relatório pronto, mas amanhã teremos uma reunião com a Secretaria da Mulher, com o setor

produtivo e com o Governo para que possamos apresentar esse relatório. Nós entendemos que não adianta apresentarmos um relatório enquanto não houver uma construção com todos esses atores importantes.

Esse projeto já esteve na pauta. O Presidente Arthur Lira sempre se colocou à disposição para votá-lo, mas nós tivemos a prudência de não votar antes que fosse aprovada a MP 1.045 lá no Senado Federal. Graças à nossa prudência, nós não perdemos o relatório e estamos hoje podendo construir outra alternativa para essas grávidas.

Então, deixamos bem claro que a nossa relatoria é responsável, é uma relatoria que tem o compromisso, sim, com as mulheres e é uma relatoria que tem o compromisso com o setor produtivo, para mantermos a empregabilidade. Quero deixar isso bem registrado e dizer que estamos trabalhando no relatório. Estamos unidos a todas essas pessoas importantes para que possamos apresentar e protocolar esse relatório.

Muito grata. Que Deus nos abençoe. Estamos aqui trabalhando intensamente para que esse relatório seja aprovado com o apoio de todos os senhores.

Documento 143/239

107.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-22/09/2021-
	CD	19:08
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	FAUSTO PINATO-PP -SP	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Implantação no País de plano estratégico consistente, para enfrentamento da crise econômica agravada pela epidemia de coronavírus. Cenário de desemprego, carestia, fome e extrema pobreza reinante no País. Apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, a respeito do pagamento de precatórios de forma parcelada. Defesa de retomada dos trabalhos presenciais na Câmara dos Deputados.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, brasileiros e brasileiras que nos acompanham neste momento pela *TV Câmara*, pela *Rádio Câmara* ou pela Internet, o nosso País está precisando de uma estratégia consistente para enfrentar a crise econômica agravada

pela pandemia.

Estamos neste Parlamento, presencialmente ou remotamente, tentando ajudar o Governo a criar alternativas para tirar milhões de brasileiros do desemprego, da extrema pobreza e da fome. Eu, como Deputado eleito pelo povo com quase 119 mil votos, já não sei mais o que falar para as pessoas. Famílias foram destruídas pela COVID-19 - o número de mortos no Brasil passa de 591 mil. Eu só estou pedindo um plano - apenas um plano -, uma estratégia para que discutamos e votemos.

O número de desempregados, Sr. Presidente, é assustador. No meu Estado, que é também o seu Estado, São Paulo, o mais rico da Federação, as pessoas estão passando fome. A renda das famílias sumiu, desapareceu. A classe média foi dizimada. No Município de São Paulo, mais de 65 mil pessoas estão morando nas ruas.

O maior opositor do Governo Bolsonaro não é a esquerda, não é a terceira via, não é Lula. Os maiores adversários do Sr. Jair Bolsonaro são a fome, a inflação, a alta do dólar, o aumento do preço da gasolina e do gás de cozinha e a miséria que as famílias estão vivendo.

Precisamos de coragem para enfrentar o problema, pois o nosso País é grande, e temos condições de criar alternativas para gerar emprego e renda para as famílias. O povo quer trabalho, Sr. Presidente. A nossa Nação precisa de emprego.

Faço um alerta neste momento, com muita maturidade: nós precisamos de união para encontrar uma saída para esta crise. A Câmara dos Deputados, que é a Casa do povo, precisa buscar alternativas para enfrentar o aumento do Custo Brasil e trazer competitividade para a nossa indústria. O grande valor agregado do emprego está na indústria, mas nós não temos um plano para fomentar o setor produtivo. O que não falta são ideias e projetos deste Parlamento e da própria indústria. Nossos empresários, nossos industriais que ainda não quebraram são verdadeiros heróis.

Sr. Presidente, qual é o custo dos desempregados para o Estado? Qual é o custo para o Estado de uma empresa falida?

Ouçõ falarem aqui do precatório, da reforma administrativa, que vai mexer com a vida de muitas pessoas, vai prejudicá-las. Sou a favor de enfrentar essas discussões, sim, mas eu destaco o seguinte: nós não temos um plano para melhorar a economia. Isso me assusta muito.

Sr. Presidente, parabênizo o Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, que tentou harmonizar os Poderes, mas chegou a hora de este

Parlamento voltar a trabalhar.

Presidente Arthur Lira, sei que V.Exa. já anunciou a data do retorno - 19 de outubro, eu acho -, mas, para dar seguimento a matérias perigosas, como é o caso da reforma administrativa ou da PEC dos Precatórios, é importante que nós Parlamentares estejamos unidos nesta Casa, não só para que debatamos melhor, mas também para ouvir associações de funcionários públicos, o setor produtivo, para que possamos achar saídas.

Sr. Presidente, esse discurso de liberalismo econômico está matando os brasileiros de fome. Cada um tem que fazer a sua parte. O Estado brasileiro precisa cumprir o seu papel! O Parlamento precisa estar presente.

Querido Presidente Arthur Lira - e mais uma vez o elogio -, já passamos do momento do diálogo. O momento agora é de agir. O Parlamento brasileiro precisa assumir essa responsabilidade e lutar pela vida das pessoas que nos colocaram aqui. O povo brasileiro espera de nós ação. Pode contar comigo! A minha contribuição técnica e política, como Deputado, está disponível para críticas e sugestões.

Chega de perder vidas! Temos que acabar com a fome! O Brasil tem pressa!

Quero dizer aos presidentiáveis que o próximo tema da eleição presidencial vai ser emprego e fome.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais veículos de comunicação desta Casa.

Volto a dizer: nós sabemos que, de maneira remota, todos nós trabalhamos, mas o empregado já está pegando ônibus, já está buscando o seu emprego. Esta Casa precisa voltar o mais rápido possível. Eu sou a favor da discussão de reformas importantes, volto a dizer, como a administrativa e a dos precatórios, mas, do jeito que está acontecendo, Sr. Presidente, com a falta de todos os Deputados aqui, muitas coisas estão sendo debatidas com a minoria, e não com as categorias e a presença de todos.

Deixo o meu muito obrigado. O Brasil tem pressa!

9/23/2021 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ENCERRAMENTO

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Repúdio à divulgação pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Recomendação nº 29, de 2021, ao Ministério da Saúde, para garantia às mulheres do acesso ao aborto por meio da telemedicina. Necessidade de manifestação da Casa contra tal prática.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em agosto deste ano, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) publicou um documento - a Recomendação nº 29 - que, para a consternação de todos os que defendem a vida, indica ao Ministério da Saúde assegurar a mulheres e meninas o acesso ao procedimento de aborto por meio de telemedicina.

Vejam bem, o atendimento realizado por médico ao paciente por meio de tecnologia da informação e comunicação tem sido da maior importância neste grave período que atravessamos. A pandemia de COVID-19 limita o acesso aos serviços de saúde, já que as pessoas estão impossibilitadas - ou com medo - de procurar atendimento presencial. A assistência médica virtual tem salvado vidas e garantido tratamento aos brasileiros.

No início da pandemia, essa modalidade de atendimento foi expressamente autorizada pela Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020, em caráter emergencial, durante a crise ocasionada pelo SARS-COV-2.

No entanto, a Recomendação nº 29, de 5 de agosto de 2021, extrapola o uso legal - e ético - da telemedicina quando pede que o Ministério da Saúde assegure a mulheres e meninas o acesso a esse recurso para a prática do que chamam de "aborto legal".

É preciso, inicialmente, esclarecer que essa figura do "aborto legal" não existe na legislação vigente. No Brasil, aborto é crime previsto no Código Penal.



Os arts. 124 a 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, tipificam como crime o aborto provocado pela gestante ou por terceiros, resguardando apenas a interrupção da gravidez decorrente de estupro ou daquela que coloca em risco a vida da mãe. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) acrescentou entre as exceções os casos de aborto de crianças com anencefalia.

Observem que essas três situações em que a interrupção da gravidez é admitida tecnicamente não constituem "aborto legal". Trata-se apenas de circunstâncias que excluem a punibilidade prevista para o crime.

Sr. Presidente, essa recomendação, que nos parece tão irresponsável, além de contrariar a legislação vigente neste País, coloca em risco a vida das mulheres e meninas brasileiras.

No caso de o aborto ser realizado por telemedicina, o procedimento acontece por meio da ingestão de remédio prescrito pelo médico responsável pelo atendimento. A mulher ou menina grávida tomaria, em casa, o remédio que provocaria a interrupção de sua gravidez. Atentem para o perigo disso.

A mais recente Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), de 2016, identificou o dado de que metade das mulheres que abortaram em 2016 o fizeram usando medicamentos. Dessas mulheres, com idade entre 18 e 39 anos, também metade teve de ser internada para finalizar o aborto.

Ora, senhoras e senhores, como não levar em conta as complicações inerentes ao procedimento realizado fora do ambiente hospitalar e sem acompanhamento médico presencial? Os perigos dessa prática para a saúde e integridade femininas já foram apontados pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

Além do CFM, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério Público Federal manifestaram suas posições contrárias à recomendação do CNDH.

É importante que esta Casa também se posicione firmemente contra essa prática absurda. A telemedicina é instrumento que deve contribuir para a garantia da vida - nunca da morte. É a vida dos brasileiros que a Constituição Federal busca preservar e é ela que defendo, incansavelmente, com o meu mandato.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 145/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:08
Publ.: DCD - 9/23/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vexame causado ao Brasil pela presença do Presidente Jair Bolsonaro e sua comitiva em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Constatação, pela CPI da Covid, de crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, enquanto o Deputado Arlindo Chinaglia se organiza, eu gostaria de dizer que estamos num período em que o Brasil se esforça para manter a normalidade, enquanto o Presidente da República distorce completamente a natureza da sua função e do seu fazer e envergonha a Nação em Nova York.

Ele nos envergonha por não ter tomado a vacina e, lamentavelmente, deixa a digital do descontrolado e da completa falta de responsabilidade com o tratamento da COVID-19 no Brasil, quando o Ministro da Saúde testa positivo para a COVID-19 depois de ter cumprimentado e estado com Líderes internacionais, impondo ao Presidente da República quarentena. Ou seja, o Governo de Bolsonaro acabou, e Bolsonaro vai ter que ficar de quarentena se não quiser ser processado por mais um crime dentre os diversos crimes que a CPI já apontou com relação à sua conduta, uma conduta de falta de responsabilidade com a natureza sanitária do Brasil, de total falta de responsabilidade com a coisa pública, de prevaricação, dentre outros crimes já apontados, que em breve espero sejam apontados na conclusão da CPI da COVID-19 no Senado.

Sr. Presidente, estamos no aguardo do novo relatório da PEC 32. Os servidores públicos estão mobilizados e motivados em todo o País para impedir a votação dessa que é uma medida deletéria contra o Estado nacional, contra os servidores públicos e que nada acrescenta no objetivo de melhor servir à Nação brasileira, função primordial do

Estado e dos serviços públicos.

Infelizmente, essa PEC prevê, no seu art. 37, a privatização e a precarização dos serviços públicos; a criação de *vouchers* para uso do dinheiro do FUNDEB em creches e escolas fundamentais; a terceirização de professores; e a utilização de contratos temporários para todo o serviço público nas funções não típicas de Estado por 10 anos. Fala-se em temporariedade de 10 anos! É uma coisa absurda! Depois esses trabalhadores terão que lutar pela inclusão no serviço público. É um trem da alegria brutal.

Essa PEC não consegue ter estabilidade do ponto de vista do texto, porque ora se põem partes das polícias, ora se tiram outras polícias. A base do Governo está confusa, está perdida. A PEC não interessa ao Brasil, não representa os interesses do Estado, é apenas punitiva para os servidores e é absolutamente precarizadora do ponto de vista dos serviços públicos.

Quem vai perder? O povo brasileiro, o que mais precisa da creche, da escola, do hospital, do SUS.

"Não" à PEC 32!

Documento 146/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:12
Publ.: DCD - 9/23/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Sugestão à Presidência de criação de Comissão Externa para acompanhamento de denúncias contra a empresa de assistência médica Prevent Senior, relacionadas à Covid-19.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente. Cumprimento V.Exa. e os demais pares.

Eu quero fazer referência a algo muito grave que foi e está sendo examinado pela CPI no Senado Federal, algo que diz respeito a uma empresa de atendimento médico, a Prevent Senior, que, digamos, em pouco tempo, parece que virou uma grande empresa, mas está sendo acusada por profissionais médicos que trabalhavam naquela unidade e que foram obrigados a prescrever o chamado tratamento precoce que envolve, entre outras substâncias, aquelas que muitos estudos

demonstraram no Brasil e fora dele que não tinham eficácia.

Para piorar, médicos reagiram e fizeram denúncia de que pelo menos sete pacientes não foram avisados do uso da hidroxicloroquina e de outros medicamentos que eu não posso evidentemente ter conhecimento. Esses médicos denunciaram que sete pacientes morreram sem saber que funcionaram como cobaias dessa medicação que não se confirmou eficaz há muito tempo.

Para piorar mais ainda, o Presidente da República, na Assembleia Geral da ONU, fez a defesa dessas mesmas substâncias e se apoiou numa resolução do Conselho Federal de Medicina.

Onde é que esses pontos se encontram? É que a Prevent Senior fez aquilo que nós chamamos de contra-ataque, em vez de dar explicações.

Quem autorizou a realização da pesquisa e a não comunicação aos pacientes? Há filhos que perderam pais dizendo que autorizaram o tratamento, mas não sabiam da ineficácia da medicação, porque isso a eles não foi explicado. Um desses filhos diz que acreditou - a imprensa divulga matéria sobre isso - que era para o bem da mãe, portanto, assinou. Então, em vez de a Prevent Senior explicar o que fez, com que autorização, com que evidência científica, ela agora ataca o médico. E o processo está no Conselho Regional de Medicina de São Paulo.

Essa ligação do Presidente da República com o Conselho Federal de Medicina pode, inclusive, induzir o Conselho Regional de Medicina de São Paulo a não fazer uma análise justa.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. PSL - SP) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Vou concluir, Sr. Presidente.

Quero propor uma Comissão Externa para acompanharmos todo esse processo, porque a CPI investiga, mas nós não podemos deixar passar barato uma situação tão grave quanto essa que envolve morte de pacientes e acusação a profissionais sérios de terem cometido infração ética.

Obrigado, Presidente.

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:36
Publ.: DCD - 9/23/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Caráter vexaminoso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), relativo às medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e à alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Visita do orador a Municípios situados na região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Cenário de pobreza e carístia reinante nas localidades. Carência de investimentos governamentais na região. Necessidade da contratação de servidores para o Hospital da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente General Peternelli, caros colegas Parlamentares, é importante que alguns Parlamentares desta Casa saibam da tentativa de justificar a vergonha que o Brasil passou com o discurso de Bolsonaro na ONU. A Amazônia é brasileira, do povo brasileiro, não do Bolsonaro e dos seus criminosos que estão invadindo terras indígenas, unidades de conservação, áreas públicas.

Quero aqui dizer também que nós conseguimos aprovar, nesta Casa e também no Senado, o Projeto de Lei nº 823, de 2021, com uma grande mobilização dos movimentos populares, entidades do campo, da floresta e das águas, além das organizações da sociedade civil. Muitos participaram dessa bela mobilização.

É fundamental que esse apoio seja concretizado agora nesta Casa e também no Senado, derrubando-se o veto do Presidente Bolsonaro, por duas razões: primeiro, porque esse projeto é fundamental para apoiar os agricultores familiares, que estão passando por um sofrimento muito grande, sem assistência técnica e sem apoio para a produção e comercialização; segundo, para enfrentar a carestia. Aliás, alguns itens dos alimentos que chegam à casa dos brasileiros chegaram a subir 50%, 60%, até 80%.

É importante enfrentar essa carestia e é importante que a base do Governo Bolsonaro, especialmente a bancada do agronegócio, que diz

representar os agricultores familiares, mostre isso agora e ajude a derrubar o veto, para que os agricultores familiares possam ter esse apoio tão necessário neste momento.

Gostaria de citar outro assunto. No fim de semana passado, eu visitei a região de Ribeirão Preto, junto com a Deputada Márcia Lia. Estivemos nas cidades de Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos, Franca, Restinga, Pedregulho, Cristais Paulista, São José da Bela Vista, visitando assentamentos, hospitais, Prefeituras, dialogando com Prefeitos, Vereadores e lideranças locais.

O cenário lá é de pobreza, carestia, ausência de investimentos por parte do Governo Federal, como também do Governo Estadual.

Nós tivemos a oportunidade de visitar o hospital da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Ali nós vimos um hospital moderno, todo equipado, mas em que faltam profissionais. Bolsonaro, contrate logo os profissionais necessários para colocar em funcionamento aquele hospital!

Presidente, eu gostaria que este pronunciamento fosse registrado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 148/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:40
Publ.: DCD - 9/23/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Tentativa de promoção de golpe de Estado pelo Presidente da República. Retração do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Quadro de desemprego e fome reinante no País. Ampliação das áreas desmatadas no Brasil. Reajuste nos preços de combustíveis, de alimentos e de energia elétrica. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós tivemos um festival de mentiras no discurso do Presidente na ONU. Aliás, o Governo tem como metodologia política o ódio e, ao mesmo tempo, a mentira, a mentira que foi construída como substrato do

palanque eleitoral, do qual ele não saiu até hoje.

O Presidente mente ao dizer que, em 2 anos e 8 meses de Governo, não há denúncias sólidas de corrupção. Basta ver a relação que se estabeleceu e que foi descoberta na CPI da COVID com relação à compra de vacinas que seriam para alimentar um profundo esquema de propina. Basta ver as denúncias que pairam sobre os seus filhos ou ainda o fato de termos um Ministro do Meio Ambiente envolvido em crime ambiental.

Ali ele disse que o Brasil é um dos melhores países para investimento. De 25 países analisados quanto à confiabilidade para investimentos, o Brasil ocupa a 24ª posição.

Falou das manifestações do dia 7 de setembro, que foram uma tentativa de golpe. O Governo tentou dar um golpe, porque sabe que não passará pelo crivo das urnas, não se sustenta e não se justifica, porque comete inúmeros crimes de responsabilidade, inclusive a tentativa da pedalada dos precatórios. As manifestações não foram a favor da democracia, nem foram as maiores que este País já vivenciou.

Ele disse que o Brasil está entre os melhores países emergentes em desempenho da economia. O Brasil ocupa a 38ª posição de 48 países e teve o PIB retraído no trimestre em por volta de 0,1%, além de ostentar um desemprego que corrói, que mata, que angustia, ao mesmo que há fome. O Brasil real pulsa e não pode ser escondido por Bolsonaro.

Ele disse que houve redução do desmatamento na Amazônia. Com relação a agosto de 2020 e agosto deste ano, os estudos apontam que o aumento foi de 7% e, de janeiro a agosto de 2021 para janeiro a agosto de 2020, foi de 48%.

Mentiu dizendo que o auxílio emergencial representava 800 dólares em 2020. Mentiu dizendo que a inflação tinha sido ocasionada pelo *lockdown*. Em verdade, as causas da inflação são o aumento do combustível, o aumento dos alimentos e, ao mesmo tempo, o aumento da energia.

Eu peço apenas mais 30 segundos para concluir, Presidente.

O Presidente mente; mente ao tentar impor uma PEC que é uma destruição do Estado de proteção social, com a tentativa da volta do compadrio, da República Velha, do Estado a serviço do governante, quando ele flexibiliza ou acaba com a estabilidade. Ao mesmo tempo, quer um Estado a serviço da iniciativa privada e diz que isso é um Estado da modernidade. Não! É o Estado do compadrio, da República

Velha.

Por isso, nós vamos dizer "não" e vamos derrotar a...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 149/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:44
Publ.: DCD - 9/23/2021 - LEONARDO MONTEIRO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), relativo às medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e à alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e saudar todos os meus colegas Deputados e Deputadas.

Sr. Presidente, eu quero trazer a minha indignação contra o Governo Federal, o Presidente da República, o Bolsonaro, que vetou a Lei Assis Carvalho II, de nossa autoria. Como membro da bancada do Partido dos Trabalhadores, sou um dos coautores do projeto dessa lei, que foi discutido e votado na Câmara dos Deputados, aqui no plenário, também no Senado Federal.

Essa lei visa melhorar a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, fortalecer a agricultura familiar, gerar mais emprego, gerar mais renda, facilitar a vida daqueles e daquelas que trabalham na agricultura familiar, para ela continuar produzindo alimentos, fazendo-os chegar à mesa de cada cidadão, a cada ano, no nosso País. Portanto, é uma lei muito importante para o nosso País.

Depois de muita discussão, depois de ter recebido várias emendas, o projeto foi votado no Congresso Nacional, e a lei foi encaminhada para a sanção do Presidente Bolsonaro, que, perseguindo mais uma vez a

agricultura familiar, vetou essa lei.

Portanto, nós vamos trabalhar para derrubar o veto do Presidente. A minha esperança é que nós possamos ainda fornecer uma legislação adequada para a agricultura familiar no nosso País, derrotando aqui no plenário (*falha na transmissão*), em sessão do Congresso Nacional, o veto do Presidente Bolsonaro, garantindo para a agricultura familiar a Lei Assis Carvalho II, que vai sem dúvida nenhuma fortalecer e facilitar a vida dos agricultores e das agricultoras familiares do nosso Brasil.

Portanto...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. PSL - SP) - Peço que conclua, Deputado.

Há mais de 70 inscritos. Então, solicito atenção às atividades.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - Obrigado, Sr. Presidente.

A nossa expectativa é de que nós possamos derrotar o veto aqui no plenário do Congresso Nacional e garantir, portanto, a Lei Assis Carvalho II, para podermos atender à expectativa da agricultura familiar no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 150/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:48
Publ.: DCD - 9/23/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconsistência da declaração do Presidente da República, a respeito do posicionamento da sociedade brasileira contrário à vacinação contra a Covid-19. Adesão do povo brasileiro às campanhas nacionais de imunização. Adoção da mentira como o norte das ações do Presidente Jair Bolsonaro. Recuperação da BA-651 entre os Municípios de Itapitanga e Coaraci, no Estado da Bahia. Precariedade da malha rodoviária federal baiana.



A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa.

Sr. Presidente, há pouco ouvi uma colega afirmar que o Presidente Bolsonaro disse o que a maioria do povo brasileiro pensa sobre vacina. Isso não é verdade. Isso é mentira. A tradição do povo brasileiro de adesão às campanhas de vacinação é enorme. Nós vacinamos contra tudo. Dessa forma, nós vencemos a poliomielite, o sarampo e tantas outras doenças que traziam tristeza e morte para a nossa população. E assim estamos fazendo com a vacina contra o coronavírus.

Todas as pesquisas demonstram que há uma adesão e uma aprovação de 94% da população a essa vacinação. Basta ver em cada cidade as filas enormes, fruto da adesão da população. Portanto, é preciso parar de mentir. Esse não é um bom exemplo que um Presidente da República passa para a população, para o povo brasileiro.

Na semana passada, quando cheguei à minha casa, meu neto, muito feliz, me disse: "*Li um livro muito legal, vó*". Esse livro muito legal que ele queria que eu lesse era o *Pinóquio*. Ele dizia: "*Um menino que virou menino quando parou de mentir. Virou gente de verdade*". Nós não podemos nem dizer que este Presidente é um Pinóquio, porque ele é muito pior do que o Pinóquio, que era apenas um boneco, uma marionete. Ele tem consciência do mal que faz ao povo brasileiro, infelizmente. Por isso, sou aderente à ideia de que é preciso tirar este Presidente da República, que tanto mal tem causado à vida da população brasileira, aos valores éticos, políticos e patrióticos do povo brasileiro.

Sr. Presidente, para finalizar, quero apenas dar uma boa notícia ao povo da Bahia e ao restante do povo brasileiro. Amanhã vou estar, pela manhã, com o Governador Rui Costa e o meu querido Prefeito Ró de Beto para dar ordem de serviço à requalificação da BA-651, estrada que liga o Município de Itapitanga a Coaraci, no sul do Estado. Serão recuperados 29 quilômetros de rodovia com o investimento de 13 milhões de reais.

É assim que se governa bem um Estado: fazendo obras, trabalhando pelo povo.

Infelizmente, as BAs estão sendo reconstruídas, Deputada Gleisi, mas, em contrapartida, as BRs do nosso Estado estão parecendo queijo suíço.

Muito obrigada, Presidente.

80.2021.B Sessão Outro Evento 22/09/2021-13:52

Publ.: DCD - 9/23/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repercussão de forma vergonhosa do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Anúncio da realização de manifestações no País contra o Presidente da República, no dia 2 de outubro de 2021. Escalada da fome, da miséria e do desemprego no Brasil. Aproximação da marca de 600 mil mortes pela Covid-19 no País. Confiança na derrota do mandatário da Nação nas eleições presidenciais de 2022.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da TV *Câmara*, a presença de Bolsonaro nos Estados Unidos ainda repercute de forma vergonhosa no Brasil e no mundo também. A imprensa mundial critica a posição dele sobre a pandemia. Nas redes sociais, o Presidente virou motivo de piadas e chacotas. Nas feiras e praças onde o povo já se reúne, a pergunta é: *"De qual país Bolsonaro falou em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas?"*

Bolsonaro mentiu, de forma deslavada e descarada sobre a situação do Brasil. Ele acha que, assim como engana os seus fanáticos com mentira, pode enganar o resto do planeta. Mas o mundo e o Brasil assistiram a Bolsonaro se desmoralizando cada vez mais com as suas próprias palavras. Ele é realmente uma vergonha para o povo sensato do nosso País.

Sr. Presidente, no dia 2 de outubro, a população brasileira vai sair às ruas, mais uma vez, para dizer que não aceita Bolsonaro no poder. O País tem milhões de pessoas desempregadas, milhões de pessoas passando fome, milhões de pessoas na extrema pobreza. O Brasil tem quase 600 mil pessoas mortas pela COVID. O povo não suporta mais um Presidente que se preocupa apenas com o seu cercadinho, em falar para os seus seguidores o que eles querem ouvir.

Uma coisa é certa, Sr. Presidente: se nenhum dos 120 pedidos de *impeachment* que estão engavetados na Câmara for tirado da gaveta, o povo vai derrotar Bolsonaro nas urnas. O povo vai eleger Luiz Inácio Lula da Silva e retirar o País da vergonha e da lama do autoritarismo.

Sr. Presidente, peço que esses dois assuntos sejam divulgados no

programa *A Voz do Brasil* e nas redes sociais da Câmara.

Muito obrigado.

Documento 152/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:52
Publ.: DCD - 9/23/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Continuidade da defesa, pelo Presidente da República, do uso de medicamentos ineficazes para o tratamento da Covid-19. Paralisação, pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN, da produção de radiofármacos e radioisótopos em face do corte de recursos orçamentários do órgão. Defesa de aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16, de 2021, com vista à destinação de recursos ao IPEN.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente General Peternelli, Sras. Deputadas, colegas Deputados, o Presidente da República foi à ONU e lá mentiu em escala planetária. Mais uma vez, defendeu tratamentos e medicamentos que não funcionam contra a COVID-19.

Enquanto isso, aqui no Brasil real, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares paralisou a produção de radiofármacos e radioisótopos, remédios e insumos utilizados no tratamento de vários tipos de câncer, de algumas doenças cardíacas e também de epilepsia. São cerca de 2 milhões de pessoas com a sua própria vida comprometida, assim como toda a rede de medicina nuclear, porque esse segmento não pode trabalhar com estoques grandes. Os remédios se deterioram rapidamente, porque têm elementos radioativos. Então, esse é um setor que precisa de cuidado permanente.

Por que parou a produção? É porque os funcionários estão em greve? Não. É porque o órgão sofreu um corte de 46% no seu orçamento. O IPEN precisa de 89 milhões de reais para resgatar a sua capacidade de produção, para pagar os insumos importados que utiliza para produzir os remédios e insumos de que a indústria do tratamento do câncer no Brasil precisa para manter a vida de nossos cidadãos. Então, é importante que tomemos aqui iniciativas no sentido de resolver o problema. Não dá para um País que tem um Orçamento de 4,3 trilhões

de reais ter um setor estratégico como esse paralisado por causa de 80 milhões de reais. Sr. Presidente, colegas Deputados, precisamos tomar uma iniciativa.

Há saídas? A iniciativa privada produz uma parte, mas por um preço muito maior. Podemos importar também, mas isso exige tempo e é muito mais caro. Portanto, o caminho mesmo permanente é o do resgate da capacidade de produção do IPEN.

Nesse sentido, há em tramitação nesta Casa o PLN 16/21, que coloca recursos para o IPEN, embora não na quantidade necessária. Ele coloca 34 milhões de reais.

Entendo que nós da Câmara dos Deputados, do próprio Congresso Nacional devemos tomar uma iniciativa para colocar os recursos de que o IPEN precisa para resgatar a capacidade de atendimento ao povo brasileiro numa área tão nervosa, tão vital quanto essa do tratamento do câncer. Eu fico me perguntando o que aconteceria no Piauí e no Maranhão se o Hospital São Marcos paralisasse as suas atividades de tratamento às pessoas que têm câncer por falta desses medicamentos, por falta desses insumos.

Então, Sr. Presidente, conclamo esta Casa a, numa iniciativa suprapartidária, tomar as medidas necessárias para resgatarmos o orçamento do IPEN e a sua capacidade de produção desses medicamentos tão essenciais.

Peço que este pronunciamento seja divulgado nas redes de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 153/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-13:56
Publ.: DCD - 9/23/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Presença, na Casa, do Prefeito Jucimar Ferreira da Silva, do Município de Redenção da Serra; do Vereador Gabriel Henrique, do Município de Auriflamma; do Vereador Cabo Julio Donizete, do Município de São José do Rio Preto; e do Vereador Ismael Soares, do Município de Nhandeara, Estado de São Paulo. Não manifestação dos Deputados do PT e da Esquerda a respeito de rombos de empresas estatais e de fundos de pensão pelos governos petistas, e

de sentenças prolatadas no âmbito da Operação Lava-Jato contra membros do PT denunciados por corrupção. Preservação da região amazônica e combate ao desmatamento pelo Governo Jair Bolsonaro. Aquisição de grande quantidade de vacinas e imunização da população brasileira contra a Covid-19 pelo Governo Federal.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas. Boa tarde para todos.

Inicialmente, informo que eu gostaria que este pronunciamento fosse veiculado nos canais de comunicação da Câmara dos Deputados.

Quero registrar a presença do Prefeito Jucimar Ferreira da Silva, do Município de Redenção da Serra; do Vereador Gabriel Henrique, do Município de Auriflâma; do Vereador Cabo Julio Donizete, da cidade de São José do Rio Preto; e do Vereador Ismael Soares, da cidade de Nhandeara. Todos estão aqui em Brasília correndo atrás de recursos para os seus Municípios.

Deputado Nereu Crispim, meu colega do Rio Grande do Sul, o que eu mais tenho visto de ontem para hoje são retóricas combinadas: "*O Presidente Bolsonaro mente em escala planetária!*" Eu já escutei muito essa frase, mas até agora eu não ouvi nenhum Deputado do PT ou da Esquerda dizer que o Sítio em Atibaia é uma mentira. Não ouvi dizer que eram mentira os rombos e os roubos na PETROBRAS e em todas as outras estatais, porque as estatais no Governo do PT deram prejuízos por conta dos roubos. Eu não ouvi dizer que os roubos nos fundos de pensão dos Correios, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, entre tantos outros, também eram mentira. Foram desviados dos funcionários mais de 75 bilhões de reais! É o PT assaltando os funcionários! Ninguém veio dizer que isso era mentira! Não ouvi dizer que as mais de 273 sentenças da Operação Lava-Jato também são mentira.

Por outro lado, não é mentira que 83% da nossa Amazônia estão, sim, preservados e que o combate ao desmatamento é feito 24 horas por dia por todas as instituições: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, IBAMA, entre tantos outros órgãos que fazem o combate ao desmatamento na Região Amazônica. Isso é verdade!

É verdade que o Brasil tem mais de 300 milhões de doses de vacina já compradas, ou seja, 3 doses para cada brasileiro. É verdade que o Brasil é o quarto país que mais vacina no mundo e já tem 38% da sua população imunizada 100%!

Este é o Governo Bolsonaro, que trabalha, apesar de todas as pressões perniciosas que são feitas, principalmente por essa imprensa,

que não recebe mais nenhum tostão do Governo Federal, ou, se recebe, recebe de forma justa.

Estão ditas, Sr. Presidente, nos Breves Comunicados, algumas verdades.

Muito obrigado.

Documento 154/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:04
Publ.: DCD - 9/23/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Criminalização e perseguição política praticadas contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Repúdio aos discursos falaciosos proferidos contra o líder petista. Transcurso do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Não criação, pelos Governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, de políticas públicas destinadas aos portadores de necessidades especiais. Caráter vergonhoso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu quero cumprimentar todos os Parlamentares, na pessoa da nossa Presidenta Gleisi Hoffmann, que acabou de usar a tribuna para divulgar o lançamento desse livro importante para a história brasileira, importante para a verdade e importante para o conhecimento de todos os homens e mulheres deste País.

Um dia o maior líder popular da história deste País - atualmente ele é ex-Presidente, mas continua sendo o maior líder popular - foi perseguido, foi criminalizado e foi chicoteado. No entanto, a verdade, nua e crua, veio para que soubéssemos que um grande golpe foi preparado contra o povo brasileiro. É importante que o Brasil inteiro saiba disso.

Eu fico triste ao ver Parlamentares usar a palavra na tribuna para mentir. Eles continuam na base das *fake news*, falando de processo de Atibaia e de coisas em relação às quais já se mostrou claramente a inocência do Presidente Lula. O que houve foi uma perseguição e a

tentativa de criar um crime e um processo.

Sr. Presidente, peço que seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*, que ontem foi o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Faço referência à grande guerreira Carol Guimarães, que luta para que seja oferecida a transcrição do braile nos Correios, para garantir a leitura para pessoas cegas.

O Governo Bolsonaro, como aconteceu durante o Governo Temer, não produz nenhuma política pública que possa servir de ajuda às pessoas com deficiência. Foi no Governo Lula que se criou o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, quando se reconheceu que 40 milhões de brasileiros e brasileiras com algum tipo de deficiência precisavam de uma política pública.

Portanto, quero parabenizá-los a todos e lembrar nosso compromisso e nossa luta em defesa desta causa, sem preconceito, por uma sociedade livre e uma sociedade em que os Governos Municipal, Estadual e Federal tenham políticas claras de apoio e de inclusão.

Para encerrar, Sr. Presidente, queria registrar nossa tristeza e vergonha de ver o mundo inteiro assistir às mentiras propagadas por um Presidente que não se cansa de mentir (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. PSL - SP) - Peço que conclua, Deputado.

Como temos muitos inscritos, eu pediria a todos os Deputados que ficassem atentos ao tempo.

V.Exa. tem que liberar o microfone, Deputado.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Concluindo, quero dizer que é triste acompanharmos o mundo inteiro ver não apenas o Presidente mentir, mas também o Ministro da Saúde, que, mesmo estando com COVID, nega a ciência e o tratamento adequado. Isso é lamentável.

Sr. Presidente, para encerrar, faço um apelo ao Presidente Arthur Lira...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Envolvimento do Presidente da República e seus filhos no esquema criminoso das chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de assessores e funcionários de gabinetes parlamentares. Prática dos crimes de responsabilidade e genocídio pelo Presidente Jair Bolsonaro. Descumprimento pelo Chefe da Nação da Lei nº 13.979, de 2020, acerca das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, eu gostaria de lembrar ao nobre Deputado que me antecedeu que o Presidente Lula teve a casa invadida, a quebra dos sigilos bancário e fiscal. Contrataram uma empresa para vasculhar e tentar achar, no mundo inteiro, alguma conta bancária com dinheiro dele ou da Presidenta Dilma, mas nunca acharam nada. No entanto, o ladrão de estimação do Deputado roubou salário de assessor por 28 anos nesta Casa! Todo mundo sabia dos esquemas. Ele montou, Deputada Benedita, uma quadrilha e ensinou aos filhos como é que se rouba dinheiro público destinado a pagamento de salário de assessor e levou a tecnologia do roubo para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Está tudo provado. Não para por aí. Ainda tem o produto do roubo: mansão em Brasília, patrimônio em imóveis que eles não teriam como comprar se recebessem apenas o salário parlamentar.

Então, esse é bandido e inclusive está preocupado porque sabe que não vai se reeleger e vai ser preso pelos roubos que a quadrilha da "família" praticou durante todo esse tempo. Acontece que agora há mais crimes: crime de genocídio, crime de responsabilidade.

Pasmem: Bolsonaro está querendo descumprir a Lei nº 13.979, de 2020, sancionada por ele mesmo, que prevê as medidas sanitárias a serem adotadas no combate à pandemia. Vejam bem, essa lei diz que quarentena obrigatória tem que ser cumprida para os contatos das pessoas contaminadas.

Além da Lei nº 13.979, quero avisar ao Presidente Bolsonaro que o Código Penal, no seu art. 268, diz que é crime o descumprimento de medidas sanitárias preventivas e pune a conduta de violar a determinação do poder público que tem a finalidade de evitar a entrada ou a propagação de doença contagiosa. A pena é de 1 mês a 1 ano

mais multa.

A ANVISA já orientou o Presidente Bolsonaro e toda a comitiva no sentido de que eles têm que ficar em quarentena, porque o Ministro Queiroga e um assessor confirmaram o teste positivo para COVID. Não é porque ele é Presidente da República que pode descumprir a lei e continuar colocando em risco as pessoas com quem ele terá contato.

Quero desafiar aqui o Presidente Bolsonaro: Presidente, pelo menos uma vez, cumpra a lei. Cumpra a Lei nº 13.979. Cumpra a lei que estabelece a obrigatoriedade de quarentena. Eu sei que ele não se preocupa com a vida de ninguém. Muito pelo contrário, queria que morressem 30 mil, e já morreram 600 mil. Mas nós vamos cobrar que a lei seja cumprida e vamos denunciar o descumprimento por parte de Bolsonaro e de qualquer um que participou dessa comitiva.

O Ministro Queiroga testou positivo. Inclusive a maior contribuição de Queiroga até agora como Ministro da Saúde foi ter testado positivo, mostrando que nós temos que fazer logo a vacinação de reforço para os profissionais de saúde.

Não vamos permitir que a lei seja descumprida, Bolsonaro! Fique de quarentena, conforme a determinação da ANVISA!

Peço o registro deste pronunciamento.

Documento 156/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:20
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	EMANUEL PINHEIRO NETO-PTB -MT	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Elevado índice de inadimplência dos beneficiários junto ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. Apelo aos Parlamentares de aprovação do Projeto de Lei nº 1.133, de 2021, do Senado Federal, sobre a alteração da Lei nº 10.260, de 2001, com vista à prorrogação do período de suspensão do pagamento de obrigações relativas ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/PTB - MT. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Subo hoje a esta tribuna carregando comigo o sentimento de milhares

e milhares de estudantes mato-grossenses, de estudantes brasileiros, que, para poderem ter acesso à universidade e ao ensino superior, aderiram ao programa que trata do financiamento estudantil, o FIES, em decorrência da pandemia do coronavírus, que desde março do ano passado vem assolando a vida de brasileiros e brasileiras.

Com a conseqüente crise econômica, com o risco de inflação se aproximando, com o preço dos alimentos subindo, muitos desses alunos estão se endividando. Segundo dados oficiais, são mais de 1 milhão de inadimplentes há mais de 90 dias. Essa é a maior inadimplência da história do FIES, o que tem comprometido a possibilidade de conclusão do ensino superior por milhares de jovens brasileiros.

Muitos deles estão sem a possibilidade de trabalhar, sem encontrar emprego. Muitas vezes, quando conseguem ganhar o seu dinheiro, tirar a sua renda por meio dos aplicativos de transporte, como Uber, entre outros, veem-se de mãos atadas com a alta do preço do combustível, com a alta do preço da gasolina, do etanol, do *diesel*, o que tem comprometido a qualidade de vida de inúmeros e inúmeras estudantes do nosso País.

Sendo cidadãos brasileiros e representantes do povo na Câmara Federal, não podemos ficar omissos a isso.

É por isso que um dos nossos projetos - que já passou por todas as Comissões e está na pauta de hoje - prevê uma suspensão temporária dessas dívidas para que possamos garantir que os alunos e alunas brasileiras tenham fôlego, possam respirar e organizar suas contas. O Estado brasileiro, por meio do Governo Federal, dá esse crédito a eles para que possam organizar suas finanças e, à medida que a economia brasileira se recuperar, que possam, pouco a pouco, quitar suas dívidas. Isso é o que querem. Eles não querem calote, mas uma oportunidade para se sustentarem, tendo em vista que, muitas vezes, têm que dividir sua renda para conseguir pagar um pouco de carne, garantir a sua energia elétrica e a sua água. Eles não têm condições de manter o financiamento estudantil.

Por isso que eu peço hoje, encarecidamente, o apoio dos colegas desta Casa, pois sei que têm a sensibilidade com os estudantes brasileiros, para que possamos aprovar essa suspensão temporária da dívida, garantir crédito e oportunidade para esses alunos sobreviverem durante a pandemia com dignidade e tenham a oportunidade de concluir o seu ensino superior, com acesso ao mercado de trabalho, de modo a prosperarem em suas vidas.

Peço apoio, Sr. Presidente, e que esse discurso seja garantido no

programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 157/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:28
Publ.: DCD - 9/23/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agradecimento do povo brasileiro ao Sistema Único de Saúde - SUS em tempos de pandemia. Retrocesso da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Declaração de voto pela rejeição da propositura.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o povo brasileiro deve agradecer os serviços públicos que estão nos ajudando neste momento. O povo brasileiro é grato ao Serviço Único de Saúde. O povo brasileiro sabe o quão bom é estudar na escola pública, fazer um ensino técnico na escola pública ou acessar à universidade pública. O povo brasileiro sabe que o SUS foi herói nesta pandemia. Porém, o Presidente da República, que sequer visitou um hospital, manda uma proposta de reforma administrativa que destrói os serviços públicos.

Em primeiro lugar, essa reforma beneficia, ela cria privilégios. Ela não é uma PEC de combate aos privilégios, ela cria mais privilégios ao colocar como carreiras típicas de Estado a elite do funcionalismo e retirar das carreiras típicas do Estado a educação, a saúde, a assistência social, que são tão importantes para o povo brasileiro. Ao mesmo tempo essa PEC abre as portas para a privatização do serviço público. No seu art. 37-A, vai permitir que o Governo e os governos de plantão possam privatizar uma escola, privatizar um posto de saúde, privatizar um hospital. Isso será a abertura para um processo de corrupção na sociedade brasileira e no Estado brasileiro. Portanto, essa PEC vai abrir as portas para a corrupção e também vai acabar com o funcionalismo permanente, com memória, com combate à corrupção, questões que o concurso público e a estabilidade promovem.

O concurso público faz com que nós tenhamos carreiras permanentes de servidores que vão aprendendo com as políticas públicas e evitando os erros. Mas essa PEC abre as portas para a contratação temporária,

o que é inadmissível.

Sr. Presidente, nós temos que aperfeiçoar o serviço público, mas retrocessos jamais. E a PEC 32 é um retrocesso. Por essa razão, vou votar contra a PEC 32 na condição de membro da Comissão Especial da PEC 32.

Deixo aqui o nosso repúdio à PEC 32 e o nosso respeito ao serviço público brasileiro, porque ele, sim, atinge os mais pobres.

Documento 158/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:32
Publ.: DCD - 9/23/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), relativo às medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e à alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero manifestar-me aqui em nome da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome dos movimentos sociais do campo, das diferentes e das dezenas de entidades que se mobilizaram, e em nome da Câmara dos Deputados e do Senado. Nós aprovamos o Projeto de Lei nº 823, de 2021, em apoio à produção de alimentos neste País, fortalecendo, valorizando e respeitando os nossos agricultores familiares e camponeses, que também respondem diante dos problemas sociais, da miséria, da fome e da inflação dos alimentos. E esse é um projeto de lei que enfrenta esses três problemas. Lamentavelmente, para a nossa indignação, o Presidente da República vetou integralmente o PL 823/21.

A Ministra da Agricultura é amiga dos grandes, do grande agronegócio, da exportação, mas, quando é para defender a agricultura familiar e os pequenos Municípios deste País, quando é para produzir alimento para o povo brasileiro, e não só para os suínos lá da China, não dá apoio, pede para vetar. E é vetado o nosso projeto de lei, um projeto de lei que quer fortalecer e apoiar não só os nossos agricultores, aqueles que colocam 70% do alimento que vai para a mesa do povo brasileiro, mas também os trabalhadores, os mais pobres. A cada vez que vão ao

supermercado, levam um susto: 103% a mais no preço do óleo de soja, ou do feijão, ou do arroz, ou da carne! Portanto, este é um Presidente que dá as costas à produção de alimento no País. E esta é uma Ministra da Agricultura que não cuida da agricultura familiar e não a prioriza, não prioriza a produção de alimento para o povo brasileiro e solicita o veto.

Os Deputados e os Senadores, na próxima segunda-feira, têm reunião do Congresso Nacional. Haverá sessão do Congresso Nacional, é será a oportunidade de derrubarmos o veto. Será a oportunidade de Deputados e Senadores dizerem: "*O Congresso brasileiro apoia a agricultura, apoia a produção de alimentos, apoia recursos e alimentos para os programas sociais, apoia a redução da inflação dos alimentos*". Este é o apelo, esta é a responsabilidade hoje do Congresso Nacional com a agricultura familiar brasileira, porque senão vai fazer discurso que defende a agricultura, que defende os pequenos municípios, que defende a produção de alimento, e não vota na derrubada do veto.

Documento 159/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:36
Publ.: DCD - 9/23/2021 - LUIZ LIMA-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Manchete de capa de revista sob o título O cálculo político do PT desconsidera a memória da corrupção. Repúdio à atuação da CPI da Covid. Envolvimento do Presidente e do Relator do órgão, respectivamente, Senadores Omar Aziz Renan Calheiros em casos de corrupção. Elogio ao Deputado General Peternelli.

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado General Peternelli. É uma honra estar nesta sessão presidida por V.Exa.!

Deputado General Peternelli, a manchete de uma grande revista brasileira traz na sua capa a seguinte manchete: "*O cálculo político do PT desconsidera a memória da corrupção*". E eu concordo com o PT: o brasileiro desconsidera a memória da corrupção, Deputado General Peternelli.

Ontem, mais uma vez, eu assistia à CPI da Pandemia. Eu nem sonhava em ser político, e ali estão Senadores há muito envolvidos

com corrupção, com uma ficha corrida enorme. Nós temos um Presidente da CPI da Pandemia que teve a sua mulher e os seus três irmãos presos por desvios de recursos, que deveriam ser aplicados na Saúde do Estado do Amazonas. Nós temos como Vice-Presidente da CPI da COVID o Renan Calheiros, uma ficha corrida que deve dar a volta aqui neste plenário. É uma vergonha que eleitores ainda estejam elegendos corruptos!

E é uma vergonha que uma CPI da Pandemia, em vez de informar e de investigar, humilhe os seus convidados. Os Senadores ontem chamaram o Ministro da Controladoria-Geral da União de moleque, de engavetador, de mimado. E queriam o quê? Queriam que o homem ficasse quieto? O mal deste País é justamente os homens se comportarem como meninos. E quando uma CPI exige o nosso silêncio, os homens de bem não devem ficar em silêncio, Deputado General Peternelli. O que acontece na CPI da Pandemia é um escândalo.

E para fechar com chave de ouro, o Senador Omar Aziz convida Paula Lavigne, mulher do cantor Caetano Veloso, que há alguns dias estava fumando maconha nas ruas do Uruguai. Eu sugiro que a festa de encerramento da CPI da COVID seja à francesa: menos mal, pela vergonha que a CPI produziu. Ou, então, eu faço uma pergunta: vai haver maconha na festa de encerramento da CPI da COVID?

Sugiro também que, encerrada a CPI da COVID, eles vão fazer um *tour* pelo Uruguai, comprem bastante maconha no Uruguai, que visitem a Argentina e aprendam como destruir um país, que passem pela Bolívia, comprem uma nova recarga de drogas, e terminem na Venezuela. Está aí um ótimo curso político para esses Senadores, pela América do Sul.

Deputado General Peternelli, parabéns pela história de V.Exa.! V.Exa. é um dos melhores Deputados desta Casa. É um General que tem alma de soldado, o general mais presente nesta Casa, que não deixou a vaidade subir à cabeça, com uma briga pessoal ou com uma divergência partidária. O amor que V.Exa. tem pelo País me contagia!

Muito obrigado, Deputado General Peternelli. Sorte têm os eleitores de V.Exa.!

Documento 160/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:48
Publ.: DCD - 9/23/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Encaminhamento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de recurso ao Supremo Tribunal Federal contra a Lei nº 14.128, de 2021, a respeito do pagamento compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em decorrência da Covid-19. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração da forma do pagamento de precatórios; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da reforma administrativa. Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente da República na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nobres colegas, é lamentável nós termos que reconhecer que o Presidente da República é um caloteiro. E eu vou explicar por quê. Primeiro, é um presidente que nunca, Deputada Benedita da Silva, entregou num hospital para agradecer a um profissional da área da saúde. Eu fui autor do projeto que garantiu a indenização aos profissionais da saúde. Esse Presidente, por falta de empatia, vetou. Democraticamente, o Congresso derrubou o veto. E ele recorreu ao Supremo Tribunal Federal.

Ele é um caloteiro! Não tem empatia pelos heróis e heroínas que enfrentaram a COVID-19. Mas ele é caloteiro, porque ele mandou uma PEC para não pagar os precatórios ao povo brasileiro. Ele quer dar 10 anos de calote. Quem são esses brasileiros? Vários profissionais da área da saúde e da educação.

O Governo deve mais de 3 bilhões de precatórios aos Estados e Municípios, recursos da área da educação básica. Ele está dando calote em professores, porque os Municípios não têm recurso para pagar o piso salarial, que é de 3 mil reais.

Mas o Presidente também é caloteiro, porque ele quer, junto com a sua base no Senado, tirar os investimentos mínimos na área da educação nos anos de 2020 e 2021. Mas é caloteiro também, porque quer cortar 25% dos salários dos servidores públicos com a "deforma" administrativa. Mas, para o setor privado, tudo! Para os banqueiros, junto com aquele incompetente caloteiro Paulo Guedes, eles querem permitir cooperação técnica, terceirização do serviço público em termos de cooperação.

Então, querem privatizar o serviço público, para dar calote em definitivo no concurso público, para colocar os amigos, os contratados, para trabalhar na máquina pública. É um caloteiro! É uma vergonha um

presidente sem postura, sem liturgia do cargo representar o nosso País na Assembleia Geral da ONU.

É mentiroso, mentiu para o mundo! Ele deveria ficar lá, por lá. Se este País fosse sério, não aceitaria um presidente que vai trazer uma comitiva do vírus novamente para o Brasil porque são irresponsáveis, sequer tiveram coragem de se vacinar e estão transmitindo vírus para o mundo.

Presidente, peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 161/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-14:52
Publ.: DCD - 9/23/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Caráter falacioso do discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Defesa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil que Bolsonaro colocou na ONU eu desconheço, já conheci em tempos passados. Um Brasil com geração de empregos?! Um Brasil com investimentos públicos e privados?! Um Brasil com política ambiental exemplar?! Um Brasil que respeita as terras indígenas?! Pelo amor de Deus! Elenquei várias coisas. Um auxílio emergencial de 800 dólares?! Ele disse que era em dólar. Pela cotação de hoje, o auxílio vai para 4.216 reais. Você que está nos assistindo e nos ouvindo, quando foi que você recebeu 800 dólares por mês em algum momento da sua vida? Você é assalariado.

Isso é mentir, gente! É mentir descaradamente e fazer o povo de bobo. Isso não é um comportamento de um Chefe da Nação. Com esta história de que o povo, no Sete de Setembro, foi pacificamente às ruas para celebrar a democracia, celebrar a paz e harmonia, ele mostrou um Brasil com *fake news*, só pode. O discurso dele é para mobilizar sua base fanática. Ele humilhou as pessoas que passam fome, ele humilhou os trabalhadores.

Ele não falou que enfrentou o STF que, por sua vez, também o

enfrentou no seu autogolpe no Sete de Setembro.

As pessoas, mesmo aquelas que apoiam a base do Governo, ficaram envergonhadas, porque o discurso que esperavam era de paz, de desenvolvimento, de compromisso político, com tudo o que está acontecendo. Bolsonaro não muda. Ele só recua para atacar mais adiante. Gente que tem esse espírito fascista não consegue compreender e valorizar o povo do qual ele representa: um povo que é ordeiro, que é trabalhador, que quer um Brasil desenvolvido, que quer um Brasil com inclusão. A única verdade que ele disse foi a ineficácia do tratamento da COVID, ineficácia por parte do Presidente da República.

Por isso as pessoas estão democrática e amplamente nas ruas pedindo o *impeachment* de Bolsonaro. Não há mais condição de ter um presidente como esse, que envergonha a Pátria, as cores da bandeira brasileira. Nós queremos que haja o *impeachment* de Bolsonaro!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 162/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-15:00
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	GENERAL GIRÃO-PSL -RN	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não declaração pela Justiça da inocência do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Caráter verdadeiro e real do pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Apoio ao tratamento precoce da Covid-19. Protesto contra a politização da epidemia de coronavírus. Defesa de acatamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da tese do marco temporal na demarcação de territórios indígenas.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Eu gostaria, inicialmente, de pedir que o nosso pronunciamento fosse registrado nos Anais da Casa. Volto a dizer o que está acontecendo em nosso País: acho que a COVID afetou a memória das pessoas, porque o maior líder popular - como está sendo chamado aí -, que seria um ex-presidente, que é ex-presidiário, não foi inocentado em julgamento

nenhum. Há julgamento que prescreveu e há julgamento em que a Corte maior, o Supremo Tribunal Federal, com as provas obtidas e o julgamento feito na frente de um juiz, infelizmente, considerou ele como suspeito. O julgamento teria sido anulado em face de o juiz ter sido parcial. Isso é lamentável! A justiça precisa ser feita, sim. Nós precisamos que isso volte à tona. O Brasil espera que a justiça seja feita.

E, agora, depois de toda essa confusão, parece que está circulando nas redes sociais que a defesa dele está requerendo à OAS a devolução do dinheiro que eles pagaram pelo triplex do Guarujá. Realmente, é um sem-fim de mentiras que lamentamos muito. O Brasil não merece mais mentira dessa natureza.

Outra coisa que eles estão usando no discurso é que o Presidente mentiu no pronunciamento feito na ONU ontem. Negativo! O Presidente falou a verdade sobre o Brasil. O Brasil é o maior celeiro de alimentos do mundo, o Brasil enfrentou a pandemia como ninguém mais enfrentou. Estamos vacinando a população e, mesmo assim, estamos vendo que o Ministro da Saúde, que foi vacinado com as duas doses, pegou COVID de novo. Então, somente a vacina não resolve. O tratamento imediato, o tratamento profilático, o tratamento precoce, seja lá o nome que for, esse tratamento vai ajudar, sim, a fazer com que as pessoas não morram de COVID.

Lamentamos muito que isso esteja sendo considerado motivo de politização da doença. Deixem os médicos decidirem. O médico deve ter liberdade de avaliar o paciente e prescrever o medicamento que achar melhor.

Por último, Sr. Presidente, o julgamento do marco temporal no Supremo Tribunal Federal preocupa-nos muito. A minha carreira militar foi envolvida nesse julgamento da terra indígena Raposa Serra do Sol. Há um arco de fronteira na Calha Norte, quase totalmente em terras indígenas, onde existem riquezas minerais em profusão. Não podemos permitir que a insegurança jurídica volte a acontecer no campo. O Brasil tem terras. Queremos produzir muito, fornecer mais alimentos para o mundo, que deles necessita. Nós precisamos, sim, de segurança jurídica para nós brasileiros e para aqueles que quiserem investir no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela segunda oportunidade.

Que Deus nos proteja!

Publ.: DCD - 9/23/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Vexame causado ao Brasil pelo Presidente Jair Bolsonaro e sua comitiva em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Reação contra manifestantes pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, com gestos obscenos. Defesa pelo Presidente da República do tratamento precoce contra a Covid-19, durante o discurso proferido na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Apelo aos Parlamentares de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente General Peternelli, grande parceiro na Comissão de Educação, meus cumprimentos a V.Exa. e a todos que nos acompanham nesta sessão de Breves Comunicados.

Quero dizer que ontem eu entendi, como cidadã brasileira, que nós chegamos a um nível muito alto de rebaixamento da nossa condição civilizatória. Vimos, em Nova York, o Ministro da Saúde apontar o dedo de forma indecente para pessoas que transitavam e faziam acenos para a delegação brasileira - e acenos negativos -, como qualquer cidadão tem o direito de fazer, e um representante do País se portar dessa forma.

Na Assembleia da ONU ficou claro, mais uma vez, que o Brasil não se comportou, com toda a sua comitiva, de forma correta. Primeiro, tivemos a fala do Presidente, afirmando claramente que não se vacinou, fazendo propaganda de tratamento precoce, fazendo acusações naquela tribuna - aquela coisa miúda de lavação de roupa suja -, local que é vitrine para o mundo inteiro. E o Presidente ainda falou da briga de Governadores e Prefeitos! Então, é um momento histórico, infelizmente, muito negativo para a sociedade brasileira.

Eu cresci ouvindo da minha avó que quem tem vergonha não envergonha os demais. Nesse sentido, acho que realmente falta vergonha à delegação brasileira que hoje se encontra em Nova York e ali deve permanecer em quarentena, porque, além de estarem o Ministro e um assessor com COVID, outras tantas pessoas que estenderam a mão à nossa delegação devem estar se testando para saber em quais condições de saúde estão por terem ficado próximas à delegação brasileira.

Por fim, Sr. Presidente, quero falar também sobre a PEC 32. Eu pertenço à maior categoria de trabalhadores públicos deste País, que é

a do setor de educação. Acredito que todo serviço público brasileiro está condenado com a PEC 32, especialmente a educação, que presta um serviço público a todas as residências deste País - a saúde também presta, assim como a segurança pública, mas em momentos específicos - todos os dias. Todos os dias profissionais da educação prestam serviço público aos filhos desta Nação.

Portanto, senhores professores, demais profissionais, digam "não" à PEC 32! Liguem para todos os Deputados e peçam a eles o voto - eles também pedem votos a vocês - "não" à PEC 32!

Muito obrigada.

Documento 164/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-15:20
Publ.: DCD - 9/23/2021 - ROSANA VALLE-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reexame, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, da decisão proibitiva do atracamento de navios turísticos nos terminais marítimos brasileiros.

A SRA. ROSANA VALLE (PSB - SP. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente e caros colegas Parlamentares. Boa tarde a todos.

Faço este pronunciamento hoje nesta Casa para chamar a atenção dos Deputados, da imprensa, de todos os brasileiros para uma situação que está acontecendo no País e que está levando literalmente à falência um dos segmentos mais promissores e mais vitais para a retomada da nossa economia, que é o setor de turismo de cruzeiros.

Há poucos dias, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA divulgou um parecer em que diz que ainda não é possível afirmar se os terminais marítimos estarão autorizados a receber navios e turistas este ano. Pior do que isso, disse que sequer é possível prever se haverá uma nova avaliação sobre esse assunto.

Se realmente ocorrer o cancelamento, acontecerá pelo segundo ano seguido, mesmo com todos os protocolos de segurança que foram adotados e aprovados internacionalmente. O que vai acontecer é que 2 bilhões de reais deixarão de ser injetados na nossa economia, e 35 mil pessoas que dependem desses empregos deixarão de trabalhar por

mais 1 ano. Aqui no nosso Porto de Santos, que é o maior do País, a previsão era de que o terminal de passageiros começasse a temporada no dia 15 de novembro. Já eram esperados seis navios e o desembarque de 237 mil turistas em Santos.

Praticamente todos os setores retomaram suas atividades, o das escolas, o dos cinemas e teatros. Estão acontecendo festas, eventos, viagens. Até jogos de futebol com torcida já estão sendo realizados.

Os cruzeiros marítimos foram retomados em mais de 50 países. Mais de 1 milhão e meio de pessoas já estão navegando com segurança. Mudanças ocorreram nos protocolos sanitários. Exige-se testagem de passageiros e de tripulantes, comprovante de vacinação, com a indicação das duas doses. Esses são protocolos que foram adotados e aprovados no mundo todo. Essas mudanças foram orientadas por médicos, por especialistas, têm a aprovação das autoridades sanitárias de todo o mundo e colocam em primeiro lugar a segurança dos passageiros e dos tripulantes e das cidades visitadas.

Diante desse quadro, peço que seja reavaliada essa proibição, pois faltam alternativas. Quero deixar claro que não estou defendendo quem viaja de cruzeiro. Vai quem quer, quem se sentir seguro. O que eu defendo é, sim, o trabalho de milhares de pessoas que atuam nesse segmento, do tripulante ao taxista, ao motorista do Uber, gente que merece respeito e que precisa trabalhar.

Obrigada, Presidente.

Documento 165/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-15:32
Publ.: DCD - 9/23/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Presença, na Casa, das Vereadoras Cintia e Vanessa, do Município de Leme, e Nieli, do Município de Aramina, do Estado de São Paulo. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de, 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 4.732, de 2020, acerca da concessão de linha especial de crédito consignado para aposentados, pensionistas, servidores públicos e militares durante o período de calamidade pública e nos doze meses pós pandemia; e do Projeto de Lei nº 4.367, de 2020, sobre criação do 14º salário em favor dos aposentados e pensionistas mantidos pelo Regime Geral da Previdência Social.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, um abraço a V.Exa., um abraço aos colegas Deputados e Deputadas deste Parlamento!

Primeiro, Sr. Presidente, eu faço questão de registrar a força da mulher na política. Estamos recebendo aqui duas Vereadoras de Leme: a Vereadora Cintia, que realiza muito bem um trabalho pela saúde em Leme, é uma lutadora pela saúde; e a Vereadora Vanessa, uma batalhadora pelas causas justas e pela bandeira das mulheres de Leme. Registro ainda a presença de uma mulher que participa da política em Aramina. A Vereadora Nieli também visita a Câmara dos Deputados. Faço uma saudação especial às mulheres que atuam na política, que trazem a esperança de um País melhor para todos nós.

Sr. Presidente, estou muito preocupado com os rumos da reforma administrativa. Temos a informação de que essa matéria pode ser votada a qualquer momento, pode vir a plenário. Eu falava com os meus colegas oficiais de justiça que estão fazendo um lindo trabalho aqui na Câmara Federal. Falava com o Mário, agora, por telefone, que também está no prédio do Legislativo, por intermédio de quem saúdo todas as instituições do Brasil que defendem os oficiais de justiça, os servidores públicos.

Essa reforma é muito ruim. Vai-se retalhando o texto cada vez mais, numa tentativa de se conseguir apoio nesta Câmara. Mas não dá para negociar uma reforma administrativa que vai prejudicar sobremaneira o serviço público, os servidores públicos. Se tiver que haver uma reforma, espera-se que ela mexa com o topo da pirâmide, com os membros dos Poderes, a começar por esta Casa de Leis, a começar pelos Deputados, pelos Senadores, e não pelos coitados dos professores, dos garis, pela parte mais sensível. Não dá para aceitar esse texto da reforma administrativa. Essa é a nossa manifestação sobre esse tema.

Eu quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para falar a respeito de um projeto de lei que está tramitando nesta Casa, o PL 4.732/20, que libera linha de crédito, com taxa de 2,5% ao ano, para aposentados e pensionistas. Trata-se da chamada margem social. Nós sabemos que os aposentados, que as pessoas idosas não tiveram ajuda de ninguém nesta pandemia. Sofreram porque o filho perdeu o emprego, o neto perdeu o emprego.

Falei hoje com o Dr. Sandro Lúcio Gonçalves - grande advogado, lutador pelos aposentados - sobre a necessidade de aprovação de projetos na Câmara que dizem respeito à pessoa idosa. Também tramita nesta Casa projeto sobre o 14º salário.

É claro que nós sabemos que isso é difícil. Não podemos iludir ninguém. Não há como iludir ninguém. Mas nós temos que lutar. Se não for um 14º salário, que seja um abono extra para o aposentado, para o pensionista. Que tenhamos alguma ajuda para a pessoa idosa. Todo mundo está lutando para ter ajuda na pandemia com a queda de faturação das empresas. Que o aposentado também tenha essa ajuda!

Um abraço ao Dr. Sandro, ao Filipe Brito, ao Milton Dantunes, ao João, a todos os que movimentam a causa dos aposentados pelas redes sociais.

Contem comigo, pois o idoso tem que ter voz neste Parlamento. E essa voz nós assumimos de forma firme.

Obrigado.

Documento 166/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-16:20
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa de adoção pela Casa de providências a respeito de ameaças contra a Deputada Vivi Reis. Defesa de retirada de Jair Bolsonaro da Presidência da República e do País. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 3.256, de 2021, sobre a exigência de comprovação de vacinação contra a Covid-19 e eventuais outras pandemias para ingresso no território nacional.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, manifesto também a nossa solidariedade e apoio à Deputada Vivi Reis.

Não dá para esta Casa aceitar qualquer tipo de ameaça a qualquer Parlamentar. O que S.Exa. relatou aqui é grave. Esperamos que, de fato, o DEPOL, o Parlamento, a Câmara dos Deputados tome providências, dando todo o apoio à Deputada e exigindo esclarecimentos acerca do que ocorreu e providenciando para que haja a devida punição.

Todo o nosso apoio e a nossa solidariedade à Deputada Vivi Reis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais pessoas que nos acompanham, quero aqui contrariar o movimento que está adotando

como palavra de ordem o "Fora, Bolsonaro!". Eu vou inverter. Eu quero defender - e apresentei um projeto nesse sentido - o "Fica, Bolsonaro!", mas fica longe do Brasil, bem distante, porque a sua política é criminosa, genocida, cruel com o nosso povo e você, a todo momento, envergonha o nosso País.

Apresentei um projeto, junto com o Deputado Reginaldo Lopes, para que só possa ingressar no País quem estiver vacinado.

O Presidente rapidamente voltou. Estava com medo de que algo fosse aprovado com urgência. Já está em território nacional. Mas torcemos e esperamos que esta Casa aprove esse projeto e, principalmente, que o Presidente, que não se vacinou, vá novamente para fora do País e não regresse. Esse é o desejo da maioria do povo brasileiro: que urgentemente ele deixe a Presidência, porque a sua irresponsabilidade é grande.

Quero dizer claramente que esse é um projeto que visa a saúde coletiva. Vários países tomaram medidas nesse sentido durante a pandemia, impedindo que pessoas, inclusive nacionais, ingressassem no seu território se não estivessem vacinadas.

Nós ainda estamos vivendo a pandemia. Podemos ter novos surtos, novas variantes, podemos ter outras pandemias, e o projeto diz que a pessoa não vacinada durante uma pandemia, em existindo vacina, não pode ingressar no território nacional. Isso também serve para o Presidente da República. Afinal de contas, ele é um cidadão como qualquer outro e não está acima da lei.

Então, nosso desejo é claramente que o Bolsonaro fique, mas fique fora do Brasil, longe daqui, e o nosso projeto viabiliza isso. Esse será o grande feito do Presidente Bolsonaro, que até agora não fez nada de bom para o País: que ele viajasse, que a Câmara dos Deputados aprovasse esse projeto e que ele não retornasse ao Brasil.

Por isso, vamos continuar defendendo que o projeto "Fica, Bolsonaro!" seja aprovado nesta Casa. É a maneira mais rápida de ele sair da Presidência da República.

Documento 167/239

80.2021.B	Sessão Outro Evento	22/09/2021-16:24
Publ.: DCD - 9/23/2021 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Defesa de investigação do atentado contra o escritório político da Deputada Vivi Reis, em Belém, Estado do Pará. Discussão, pela Comissão de Seguridade Social e Família, da decisão do Ministério da Saúde de suspensão do processo de vacinação de adolescentes sem comorbidades; e da suspensão, pelo Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares - IPEN, da produção de radiofármacos e radioisótopos em face do corte de recursos orçamentários do órgão.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, antes de entrar nos dois assuntos no campo da saúde que me trazem aqui, eu gostaria de registrar a minha solidariedade à Deputada Vivi Reis, que enfrenta uma investigação importante sobre o atentado ao seu escritório parlamentar em Belém. É muito importante que a apuração seja feita e os responsáveis sejam punidos. Parece que essas ações têm-se repetido contra a Esquerda brasileira. É importante que essas ações sejam apuradas para que não se repitam com outras mulheres e outros Parlamentares pelo País afora.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de aqui registrar o debate que fizemos hoje na Comissão de Seguridade Social e Família em relação a dois fatos graves no País. O primeiro deles é a interrupção, decidida pelo Ministério da Saúde, da vacinação de adolescentes entre 12 e 17 anos, sem comorbidades. Acho essa decisão do Ministério grave, e ela não será seguida por Estados e Municípios. Em sua grande maioria, Estados e Municípios decidiram manter a vacinação, o que mostra que o Ministro está sem credibilidade.

Além disso, o Ministro Lewandowski, numa ação que foi impetrada pelos partidos de oposição, já há mais tempo em relação ao Programa Nacional de Imunizações, numa tutela antecipada que foi provocada por um dos partidos, o PSB, tomou ontem a decisão de dar a Estados e Municípios o direito de manter essa vacinação, porque a decisão do Ministério não tem nenhuma base científica, nada que justifique essa atitude.

É muito grave essa decisão do Ministro, e ela precisa ser explicada à sociedade brasileira. Ele irá à Comissão de Seguridade Social e Família, para dar suas explicações, além de outras que precisa dar também, como a respeito da postagem que fez hoje, em negação inclusive à vacina.

E a outra questão é sobre os radiofármacos, sobre os radioisótopos que tiveram a produção suspensa por falta de recursos do Governo Federal, o que impacta mais de 2 milhões de pacientes que dependem desses radiofármacos para o tratamento de câncer e para diagnóstico. Sobre essa questão, a Comissão também irá ouvir o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, na segunda-feira. É gravíssimo que

esses pacientes que sofrem de câncer não recebam tratamento e que esse tratamento tenha sido suspenso por conta da irresponsabilidade do Governo Federal.

São duas questões sobre as quais a Comissão de Seguridade Social hoje debateu por muito tempo, porque é inadmissível que tanto a suspensão da vacinação quanto a suspensão de radiofármacos e radioisótopos ainda aconteça no País, por conta da irresponsabilidade e da falta de aposta na ciência e de investimento do Governo do Sr. Jair Bolsonaro.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 168/239

81.2021.B	Sessão Outro Evento	23/09/2021-09:16
Publ.: DCD - 9/24/2021 - VILSON DA FETAEMG-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Comprometimento do orador com a agricultura familiar. Contrariedade à desestruturação dos serviços públicos brasileiros. Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidenta, que preside a sessão desta Casa tão importante, neste momento, representando as mulheres. V.Exa., que é uma Deputada aguerrida, é vizinha minha, pois o seu Estado do Rio de Janeiro é vizinho de Minas Gerais.

Eu quero, na sua pessoa, cumprimentar todos os Deputados e Deputadas desta Casa tão importante, inclusive para o fortalecimento da nossa democracia.

Além de cumprimentar os nossos pares, quero cumprimentar o povo que nos assiste neste momento e a nossa agricultura familiar mineira e brasileira. Eu sou agricultor familiar e estou Deputado, porque ser Deputado não é uma profissão. Eu venho da agricultura de subsistência, venho do campo e sei muito bem o que é a vida laboral no meio rural.



Eu quero, neste momento, também cumprimentar todos os sindicatos de trabalhadores rurais, que representam o homem do campo e a mulher do campo. Temos feito o exercício de disponibilizar nas nossas sedes monitores para que eles possam acompanhar as sessões da Câmara e ver o trabalho de cada Parlamentar aqui, ver como o seu voto está sendo exercido nesta Casa.

Inicialmente, eu quero dizer que este Deputado é radicalmente contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a PEC 32. Nós não podemos desmontar o serviço público no Brasil, seja ele qual for.

Mas agora eu quero solicitar o empenho para que, na próxima sessão do Congresso Nacional, independente de agremiação partidária, Deputados e Deputadas, nós possamos derrubar o veto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, porque ele traz benefícios para a agricultura familiar. Parece que o Presidente da República não gosta da agricultura familiar. Então, eu quero solicitar o nosso empenho total, no dia 27, para que votemos para derrubar esse veto ao PL 823/21.

O PL 823/21 é muito importante. A agricultura familiar representa mais de 70% da produção de alimentos no Brasil. Mais de 80% da geração de empregos no campo vêm da agricultura familiar, da agricultura de subsistência. Nesse momento de pandemia, a duras penas, a agricultura familiar sobreviveu com ou sem auxílio. Então, é muito importante que esta Casa, junto com o Senado, derrube o veto ao PL 823/21.

Sra. Presidente, eu gostaria que o nosso pronunciamento seja registrado nos meios de comunicação desta Casa e principalmente no programa *A Voz do Brasil*.

A *TV Câmara* é muito importante para nós, mas o programa *A Voz do Brasil* no rádio é muito importante para o homem do campo, para a mulher do campo. O meu pai ia para o curral na vida laboral às 5 horas da manhã, ou até antes. Ele chegava à noite com o seu rádio e dava notícias para nós, quando éramos crianças, do que acontecia na Câmara Federal, no Congresso Nacional através do programa *A Voz do Brasil*.

Eu quero cumprimentar a categoria de que faço parte. Sou agricultor familiar lá em Minas Gerais, na região centro-oeste. E quero cumprimentar as lideranças que nos acompanham e que têm bravamente defendido a nossa agricultura familiar para que continue firme e forte. Precisamos, com isso, lutar por mais políticas públicas, porque o jovem não quer ficar mais no campo. O campo está ficando envelhecido, e, para que o jovem fique no campo, nós precisamos de políticas públicas, sobretudo de Internet, de comunicação, senão ninguém fica no campo. Nós que estamos mais idosos ficamos, mas o

jovem não fica.

Então, são essas as minhas considerações. Faço o apelo a esta Casa para que, no dia 27, nós possamos derrubar o veto ao PL 823/21.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 169/239

81.2021.B	Sessão Outro Evento	23/09/2021-09:24
Publ.: DCD - 9/24/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Surgimento de novas cepas do coronavírus. Ampliação do número de casos e de óbitos provocados pela Covid-19, nos Estados Unidos da América. Falta de compromisso do Presidente Jair Bolsonaro com a saúde e a vida dos brasileiros. Protesto contra a suspensão, pelo Ministério da Saúde, do processo de vacinação de adolescentes. Retomada de casos graves e de óbitos de profissionais da saúde pela Covid-19, em face da queda do nível de proteção da vacina após 6 meses da aplicação. Suspensão do processo de produção de radioisótopos e radiofármacos pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN. Exigência de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, todos nós continuamos bastante preocupados com a situação da pandemia que estamos vivendo no País. Nós ainda não podemos respirar aliviados de jeito algum, inclusive com a ameaça de novas cepas que o mundo vem sofrendo. Os Estados Unidos estão vivendo outra ampliação de casos e de óbitos.

Precisamos ter uma postura mais ativa, especialmente da coordenação do Sistema Único de Saúde, que é do Ministério da Saúde, mas infelizmente continuamos vendo os descabros e desatinos desse Governo que não tem nenhum compromisso com a vida e com a saúde da população.

Presidente, foi um absurdo o Ministério da Saúde ter suspenso a vacinação de adolescentes sem nenhuma justificativa. Todos os países estão fazendo essa imunização, o Brasil tinha começado a fazer e interrompeu em vários Estados. Felizmente, muitos Governadores e Prefeitos não atenderam à recomendação do Ministério da Saúde. Mas não para por aí. O Chile está usando a Coronavac para vacinar

peças em terceira dose e para vacinar adolescentes, e aqui até hoje essa vacina não foi utilizada para esse fim.

Esta semana tivemos uma reunião da Comissão de acompanhamento da pandemia com um representante do Ministério da Saúde que parecia não ter nenhuma responsabilidade na coordenação do programa de vacinação. Respondeu apenas: "O *Butantan* produz a vacina *Coronavac*, a ANVISA é que dá autorização de uso. Então, é problema do *Butantan* e da ANVISA se se vai usar em adolescentes ou não". Não é assim! O Ministério da Saúde não pode se eximir da responsabilidade de coordenar o Programa Nacional de Imunizações.

Existem estudos já publicados, há países utilizando a *Coronavac* em adolescentes. Nós precisamos utilizar *Coronavac* em adolescentes, para liberar a Pfizer para ser aplicada em terceira dose e não só em idosos, como já está sendo feito, como também nos nossos colegas profissionais de saúde, Presidenta. Novamente está havendo casos graves e óbitos entre os profissionais de saúde, porque, a partir de 6 meses da vacinação, já está provado que há redução do nível de proteção da imunização, que não é de 100% - todo mundo sabe disso.

Então, mais uma vez, o Ministério da Saúde se exime da responsabilidade. Queremos cobrar, sim, a vacinação dos adolescentes. Queremos cobrar, mais uma vez, a vacinação dos profissionais de saúde com a terceira dose imediatamente. Queremos cobrar a utilização da *Coronavac* em adolescentes, porque já há recomendação e já está sendo utilizada em outros países. E queremos cobrar que o Ministério da Saúde assuma a responsabilidade com o SUS.

Mais um absurdo desta semana: o IPEN deixou de produzir radioisótopos e radiofármacos. Dois milhões de pacientes estão sem acesso a tratamento oncológico, sem acesso aos exames necessários para firmar o diagnóstico. Esse é o Governo da morte, o Governo do genocídio. Por causa de 80 milhões de reais, 2 milhões de brasileiros estão correndo o risco de não ter o tratamento oncológico estabelecido prontamente.

Então, queremos aqui denunciar esse descalabro, denunciar este Governo genocida e exigir o *impeachment* do Presidente. A medida de saúde pública mais importante que pode ser tomada neste momento no nosso País é afastar esse insano da cadeira de Presidente da República, afastar aquele que foi fazer uma *live* de luxo em Nova Iorque à custa do dinheiro público, para falar suas insanidades com os membros da sua seita, novamente defendendo a imunidade de rebanho, defendendo o uso de medicamentos ineficazes, defendendo a morte da população.

Sra. Presidente, peço que seja feito o registro deste nosso pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 170/239

81.2021.B	Sessão Outro Evento	23/09/2021-09:48
Publ.: DCD - 9/24/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Cenário de desemprego e inflação reinante no País. Responsabilidade do Presidente da República pela maioria das mortes decorrentes da Covid-19 no Brasil. Reajuste nas tarifas de energia elétrica em face da crise energética. Recrudescimento do desmatamento e das queimadas na região amazônica. Quadro de insegurança alimentar e fome vigente no Brasil. Corte de recursos orçamentários destinados à educação brasileira e ao setor de ciência e tecnologia. Queda do Brasil no ranking mundial da economia. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Indignação com o deboche do Presidente da República a respeito da vacinação contra a Covid-19, demonstrado no encontro com o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Boris Johnson. Apelo ao Presidente Arthur Lira por abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente Rosângela.

A SRA. PRESIDENTE (Rosângela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Bom dia, Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Bom dia aos colegas Parlamentares que estão em mais uma sessão da Câmara Federal e bom dia ao povo brasileiro que acompanha, atônito e preocupado, a perda de rumo do País, Deputado Fábio Trad.

Vou aqui lembrar alguns fatos que estão na cabeça do povo brasileiro hoje.

Há 14,8 milhões de brasileiros desempregados e 22 milhões de brasileiros subempregados, Presidenta Rosângela. A inflação na cesta básica, ou seja, aquela que interfere na vida da ampla maioria dos brasileiros, chega a 20% - é a maior inflação desde 2003. O Brasil está

cada vez mais isolado internacionalmente. Nós temos quase 600 mil famílias que perderam entes queridos numa pandemia em que poderíamos ter evitado a morte de, no mínimo, 430 mil dessas pessoas. Temos uma crise energética batendo a nossa porta, com o aumento do valor da conta de energia elétrica e provável falta dela. Assistimos a uma destruição progressiva de nossos biomas. Na Amazônia, há desmatamento, queimadas. Há 100 milhões de pessoas já vivendo em insegurança alimentar e 19 milhões de pessoas voltaram a passar fome no Brasil. Infelizmente, o Brasil voltou ao Mapa da Fome. A educação brasileira está sob ataque permanente, com corte de recursos. A ciência e tecnologia teve o orçamento diminuído para menos da metade, ela que deveria ter, na verdade, cada vez mais recursos. O Brasil, que já foi a 6ª economia do mundo, caiu para a 13ª colocação. Para coroar, Deputados e Deputadas, nesse desastre que é o Governo Bolsonaro, temos um Presidente que dá risada, em encontro com o Primeiro-Ministro inglês, ao dizer que não tomou vacina.

Essa é a cara do Brasil de hoje. E eu pergunto aos Líderes do Governo Bolsonaro: qual a solução que vocês apresentam para o Brasil? O que o Governo Bolsonaro fez nos últimos meses para resolver esses problemas que eu acabo de citar, da fome, do desemprego, da paralisação da atividade econômica? Não! A pauta do Governo Bolsonaro é a pauta das *fake news* - e peço 30 segundos para concluir, Presidenta -, é a pauta de uma falsa necessidade de imprimir um voto, é a pauta do conflito, é a pauta da intolerância e do ódio!

Não há solução que venha deste Governo. É a pauta da repetição de crimes de responsabilidade que cotidianamente se multiplicam.

Portanto, eu digo aqui, como milhões de brasileiros: Presidente Arthur Lira, abra o processo de *impeachment* contra Bolsonaro. O Brasil não aguenta mais 1 ano e 4 meses com Bolsonaro no poder.

Documento 171/239

81.2021.B	Sessão Outro Evento	23/09/2021-10:00
Publ.: DCD - 9/24/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Utilização do órgão para fins político-partidários. Contestação aos ataques do Relator da CPI, Senador Renan Calheiros, ao Presidente Jair Bolsonaro e à memória da genitora do empresário Luciano Hang. Acerto da política econômica do

Governo Federal, demonstrado na previsão de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em 5,3%.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sra. Presidente, nós estamos acompanhando esse circo que ocorre na CPI da COVID. Na verdade, não é mais um circo. Ali não há mais palhaços. Eles fazem é a população de palhaça.

É dinheiro público sendo gasto de forma politqueira, utilizando um instrumento legislativo de investigação, que deveria ser sério, para fins político-partidários, para fins pessoais. Aquilo já não é mais um circo, mas um *show* de horrores.

O que se viu ontem foi Renan Calheiros - o Relator nós todos conhecemos, mais sujo do que pau de galinheiro, aquele cidadão que tem uma capivara extensa de ações no STF e de inquéritos policiais -, o tempo inteiro, criar narrativas contra o Governo Bolsonaro, contra o Presidente Bolsonaro. Ontem ele fez um verdadeiro *show* de horrores, atacando a memória da mãe do Luciano Hang, empresário muito conhecido, dono da Havan. A mãe dele faleceu de COVID, e o Senador ontem fazia perguntas tendenciosas, tentando tirar até mesmo o sigilo médico da morte dela.

Não há limite para a falta de caráter, não há limite para a falta de escrúpulos desse cidadão. Na verdade, ele e mais alguns dos Senadores daquela CPI representam o que há de pior na política: a política putrefata, aquela que já deveria ter sido extinta, varrida do Brasil, porque não representa a população.

Enquanto eles tentam fazer todo esse *show* e esse circo, criando narrativas contra o Presidente Bolsonaro, querendo emplacar essa narrativa de genocida, o FMI posicionou-se elogiando o Brasil e falando sobre o seu desempenho econômico, que é melhor do que o esperado. Disse que isso se devia à forte resposta política das autoridades, prevendo melhoria na taxa de emprego e aumento do consumo. A previsão do crescimento do PIB neste ano é de 5,3%, um dos maiores do mundo, o que levou a esse elogio do FMI, fruto das políticas acertadas do Governo Bolsonaro, políticas de auxílios emergenciais e para manutenção do emprego.

Essas narrativas da CPI não colam mais!

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela escalada do desemprego, dos preços dos componentes da cesta básica, do gás de cozinha e de combustíveis. Agravamento da crise sanitária no País. Vilanização dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, no meio de todo esse caos em que vivemos hoje, especialmente pela farsa Bolsonaro e seus exterminadores do futuro, nós estamos vivendo o desespero do desemprego e da alta de preços dos itens da cesta básica, do botijão de gás e do litro da gasolina.

Além disso, nós estamos convivendo com a crise sanitária da COVID-19, que agora começa a crescer novamente. Nós estamos vindo de outras crises, e agora, com essa crise sanitária, piora ainda mais a vida do povo brasileiro.

Também há a perseguição aos servidores públicos através da PEC 32. Como foi dito pelos demais Deputados, essa é a PEC da insegurança, é a PEC do fim do serviço público no Brasil, nos Municípios, nos Estados e na União. Nós queremos dizer que os Deputados que tiverem a coragem de votar a favor da PEC 32 não voltarão para a Câmara dos Deputados. E nós também estamos preocupados com a corrupção na compra das vacinas. A CPI está mostrando isso.

Uso a tribuna virtual da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, também para dizer que o Brasil (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Bosco Costa. PL - SE) - Deputado Célio, o microfone de V.Exa. se desligou. V.Exa. precisa ligar o microfone novamente.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO) - Sr. Presidente, eu dizia que nós estamos na expectativa de ganhar as próximas eleições no primeiro turno.

A posição do Presidente Lula nas pesquisas, ante a soma dos votos declarados nos demais candidatos, mostra que ele poderá ganhar as

eleições no primeiro turno. Essa é a esperança da juventude, é a esperança dos negros, é a esperança dos povos originários, é a esperança para o Brasil voltar a ser feliz.

O SR. PRESIDENTE (Bosco Costa. PL - SE) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO) - Por isso, Sr. Presidente, nós queremos dizer que, em breve, teremos o País do pleno emprego, o País das oportunidades. O Brasil será referência mundial.

Sr. Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 173/239

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-11:00
Publ.: DCD - 9/25/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apreensão ante a gestão da saúde pública no Brasil. Vinculação entre o negacionismo do Presidente da República e a maioria das mortes provocadas pela Covid-19. Prioridade na votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16, de 2021, a respeito da destinação de recursos ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, muito bom dia.

Venho aqui partilhar extrema preocupação com a gestão da saúde no Brasil. Em primeiro lugar, o Presidente da República, para se posicionar diante da COVID-19, em vez de buscar aconselhamento com cientistas respeitados no Brasil e no mundo, buscou uma aliança estratégica com um grupo empresarial da qualidade da Prevent Senior. Esse grupo não se incomodou em desrespeitar a ética médica, fez um estudo em poucos dias, com poucos pacientes, sem avisar os pacientes nem seus familiares que estava utilizando remédios experimentais, e alterou prontuários e atestados de óbito para divulgar resultados positivos que o Presidente, de pronto, passou para o

conjunto da população brasileira como sendo o tratamento do *kit* COVID, o tratamento precoce, salvador do Brasil e do mundo.

Em razão disso, estamos chegando a 600 mil mortes, e muitas delas teriam sido evitadas se a vacinação tivesse sido antecipada, se os cuidados preventivos tivessem sido mais valorizados.

Em segundo lugar, o Sr. Presidente da República nomeou Ministros incapazes de fazer um trabalho coordenado no SUS, em integração com Estados e Municípios.

Em terceiro lugar, na hora de gerir o orçamento do Brasil, o Ministério da Economia não se mostrou capaz de perceber o que é prioridade, o que é essencial para a área da saúde, como bem revela a situação do IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, que se encontra sem recursos para produzir insumos e medicamentos utilizados no tratamento de pacientes com câncer no nosso Brasil. Essa é uma situação extremamente grave, porque as unidades de medicina nuclear não podem trabalhar com grandes estoques. Esses remédios se deterioram rapidamente porque têm elementos radioativos. É preciso manter a continuidade do abastecimento, numa linha frequente entre a produção, os hospitais e o consumo desses medicamentos. Em um quadro como esse, não podemos esperar pela burocracia normal. São vidas que estão em jogo.

Entendo que esta Casa deva cooperar e colocar como prioridade a votação do PLN 16/01, que destina 34 milhões de reais para o IPEN. Isso ainda é pouco, porque ele precisa de 89 milhões de reais. E, depois disso, faremos um esforço concentrado para, num novo projeto de lei, tratarmos dos demais recursos de que o IPEN necessita para produzir esses remédios, que são essenciais à saúde dos brasileiros.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nas redes de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 174/239

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-11:08
Publ.: DCD - 9/25/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº



823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), acerca das medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Desafio da Câmara dos Deputados de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu diria que o Congresso Nacional tem duas prioridades que vão beneficiar muito o povo brasileiro.

A primeira prioridade que eu destaco aqui é derrubar o veto do Presidente da República ao Projeto de Lei Assis de Carvalho em favor da agricultura familiar brasileira, um projeto construído a muitas mãos e aprovado praticamente por unanimidade na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal. Esse projeto, num momento de tantas necessidades e de tanta fome no País, permite que se baixem os custos de produção dos alimentos, para dar um incentivo neste momento de pandemia à agricultura familiar, mas o Presidente o vetou. E não se trata de um debate entre a Oposição e a Situação, mas de um debate sobre a Nação. Portanto, cabe a nós trabalharmos a derrubada desse veto. Quero convidar os meus colegas, especialmente os do Estado do Pará, para estarmos juntos nessa empreitada.

A segunda prioridade, o segundo desafio desta Congresso é derrotar a PEC 32. Como se pôde observar na Comissão Especial, o Governo precisou mudar oito membros da Comissão para que ela já não fosse derrotada lá, onde a votação é por maioria simples. Agora, quem precisa dos 308 votos é o Governo, e o Governo não pode levar o Parlamento e os Parlamentares, num momento tão delicado do País, a quebrar, a desmontar os serviços públicos, porque o ataque aos servidores e a todas as suas conquistas históricas é um ataque à qualidade dos serviços públicos. Portanto, é preciso que este Parlamento diga "não" a essa PEC, diga "não" ao desmonte dos serviços públicos e aos ataques aos direitos históricos conquistados pelos servidores públicos deste País.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu diria a V.Exa. que se faz necessário que o Congresso brasileiro não esteja de joelhos diante dessa política do Governo Federal, que inclusive nos joga, como Parlamentares, contra a sociedade. Isso não é bom para o Parlamento, não é bom para o nosso País e não é bom para o serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Bosco Costa. PL - SE) - Conclua, Deputado.

O microfone de V.Exa. está desligado.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA) - Sr. Presidente, eu diria que esses são os dois grandes desafios que eu considero prioritários para o Parlamento brasileiro.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 175/239

82.2021.B	Sessão Outro Evento	24/09/2021-11:16
Publ.: DCD - 9/25/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de rejeição, pela Casa, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Declaração do Presidente Jair Bolsonaro contrário à vacinação e ao uso de máscara para prevenção da Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é gravíssimo e agressivo o relatório que saiu da Comissão Especial da PEC 32. É preciso que a maioria do Plenário pense na maioria do povo brasileiro, que depende exclusivamente das políticas públicas e dos entes estatais, seja da União, seja dos Estados, seja dos Municípios. Nós estamos falando do SUS, estamos falando da escola pública, estamos falando do advogado público, estamos falando do Ministério Público, estamos falando do bombeiro, estamos falando dos agentes de segurança, estamos falando daquilo de que a sociedade brasileira precisa. Atacar hoje o serviço público é atacar a maioria pobre do povo brasileiro, para não dizer todas as pessoas da sociedade brasileira.

Por isso, esse relatório é um crime. Estão atacando direitos adquiridos dos que hoje atuam no serviço público e dos futuros servidores deste País. A maioria do Plenário precisa derrotar a PEC 32, sob pena de nós desconstruirmos, destruirmos as políticas públicas universais do País, que ficaram mais necessárias e visíveis durante esta pandemia, esta tragédia que nós estamos vivendo hoje.

Eu quero também registrar mais um crime, Presidente, que é o que o

Sr. Presidente Bolsonaro repetidamente faz neste País. Ontem, nas suas redes sociais, numa chamada *live*, ele novamente desqualifica a necessidade da vacina e do uso da máscara e mente, mente deslavadamente para a sociedade brasileira.

Documento 176/239

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-14:08
Publ.: DCD - 9/29/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Natureza enganosa da propaganda sobre os mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Anúncio da realização de manifestações no País a favor do impeachment do Presidente da República, no dia 2 de outubro de 2021. Vexame causado ao Brasil no exterior pelo Presidente Jair Bolsonaro. Escalada do desemprego, da miséria e da fome; atraso na vacinação contra a Covid-19; e elevação dos preços do gás de cozinha e dos combustíveis no País.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para falar sobre os mil dias do desgoverno de Bolsonaro.

O Bolsonaro tem apresentado para nós propaganda enganosa, ele nos envergonhou na ONU e agora quer gastar 450 milhões de reais para propagandear e celebrar esse país fictício que ele colocou lá na ONU. Imaginem um país com 600 mil mortos por COVID, com 27 milhões de famintos, com 15 milhões de desempregados.

Sr. Presidente, o que eu quero dizer é que a propaganda do Governo Federal é uma propaganda enganosa. Essa propaganda não ajuda a que nós tenhamos a consciência de ver que este País está indo para o esgoto, que há uma destruição da Amazônia. As ações repugnantes desse mesmo Governo estão fazendo com que as pessoas retirem o apoio que tinham dado a ele para a Presidência. Ele sabe disso. No desespero de saber que ele não será de novo Presidente da República, ele começa a desafiar os seus adversários.

Nós ouvimos a base do Governo agora há pouco dizer que está há mil dias sem corrupção, mil dias sem isso, mil dias sem aquilo, enquanto o Supremo prova outra coisa, enquanto é preciso fazer as condenações, enquanto nós estamos indo para as ruas no dia 2, toda a população, para pedir mais uma vez o *impeachment* do Presidente Bolsonaro.

E mais: nós estamos defendendo a vida, que ele não defende. Nós estamos defendendo o desenvolvimento, que ele não defende. E nós estamos defendendo a democracia, porque ele não é democrático. Ele não se supera mais porque não tem mais como se superar, de tanta ignorância e de tanta vergonha que vem causando ao nosso País.

Então, diante disso, Sr. Presidente, é que nós não aceitaremos também essa propaganda enganosa desses mil dias. Mil dias com desemprego, com fome, com miséria, com famílias morando no meio da rua! Mil dias de gente que morre a cada dia com COVID! Mil dias em que ainda não se aplicou a primeira dose da vacina em 100% do povo brasileiro. Mil dias em que nós estamos com o gás a mais de 100 reais e com a gasolina e o dólar a 6 reais. E ele vem dizer que não é a pessoa responsável por isso, que ele gostaria que fosse menos. O menos dele são 4 reais, 5 reais, o valor de 1 dólar.

Sr. Presidente, eu peço que este meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Agradeço a V.Exa. pela tolerância neste momento.

Muito obrigada.

Documento 177/239

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-14:16
Publ.: DCD - 9/29/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação da oradora na celebração do 10º aniversário de criação do Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência de Canoas Patrícia Esber, no Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul. Homenagem às mulheres brasileiras. Retirada de direitos das mulheres pelo Governo Jair Bolsonaro. Elevação dos índices inflacionários, dos preços de alimentos, do gás de cozinha e das tarifas de energia elétrica. Empobrecimento da população brasileira. Instalação pela Casa da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, destinada à alocação de recursos mínimos para financiamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Vinculação entre a marca de 600 mil mortes no País pela Covid-19 e o negacionismo do Presidente da República em relação à doença viral. Repúdio à Emenda Constitucional nº 95, de 2016, a respeito do

congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social. Represamento de cirurgias eletivas no País.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu participo nesta tarde dos 10 anos do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência de Canoas, no Rio Grande do Sul - Centro Patrícia Esber.

Ao estar aqui, eu quero fazer uma homenagem a todas as mulheres brasileiras que lutam por direitos e reivindicar políticas públicas. Nós não podemos mais ter um Brasil onde o empobrecimento acaba jogando a situação da miséria e da fome sobre a vida de famílias, sendo isso ainda mais difícil para as mulheres brasileiras.

Por isso, Sr. Presidente, ao participar neste momento do aniversário de 10 anos de uma política pública, quero sustentar a importância de os governos darem continuidade a ela e quero denunciar que o Governo Bolsonaro tem retirado todos os direitos das mulheres, sobretudo ao lhes impor a situação de miséria, de fome e de abandono.

O arroz e o feijão, somente nestes últimos 12 meses, tiveram um aumento de 10%. Senhores, a inflação chega à casa das pessoas no formato de um impedimento de comprar o gás, de comprar água, de pagar a conta de luz, de garantir o pão de cada dia. A carestia é uma das piores formas pelas quais esse Governo se apresenta para o Brasil. Somos campeões na produção de grãos, mas, na verdade, somos aqueles e aquelas que estamos passando fome no mundo inteiro, vendo o empobrecimento geral da população. As mulheres sempre tiveram, de acordo com a ONU, o rosto da própria pobreza por lutarem para a sobrevivência dos seus filhos, dos idosos, das famílias de um modo geral.

Hoje foi colocada em funcionamento em uma Comissão Especial uma proposta de emenda constitucional para que tenhamos um mínimo de investimentos no SUAS. E nós estamos defendendo a aprovação dessa proposta de emenda constitucional que valoriza a assistência social no Brasil. Nós não podemos ter a aprovação da PEC 32, no entanto, porque a PEC 32 significa a destruição dos serviços públicos.

Senhores e senhoras, tenhamos a consciência de que a grande meta que o Brasil deve ter é a de procurar um projeto de desenvolvimento que assegure às pessoas uma vida com dignidade. Para isso, políticas públicas para as mulheres são essenciais, políticas para famílias são essenciais, inclusive políticas para os trabalhadores e trabalhadoras, bem como a superação do racismo e da violência contra os jovens.

Tudo isso é essencial, mas nós temos um Governo genocida, um

Governo que está devidamente caracterizado como sendo da corrupção, um Governo com o qual se negociaram propinas relativas à vacina, como demonstra a CPI da COVID. Esse é um Governo negacionista, com quase 600 mil brasileiros e brasileiras mortos. São 150 mil órfãos.

Contra essa situação tão difícil só o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, só o fortalecimento do SUAS. Mas como fazer isso com o teto de gastos, com a Emenda Constitucional nº 95, que favorece só os grandes especuladores, que retira direitos da população e destrói políticas públicas?

Neste momento eu recebo várias ligações, perguntas e questões que vêm diretamente da população contra a PEC 32. E eu quero pedir a todos os Deputados e Deputadas que votem com o povo brasileiro, não apenas porque quem votar contra a PEC 32 não voltará a ser Deputado, mas fundamentalmente porque nós devemos ao povo brasileiro o melhor do nosso trabalho e sabemos que essa PEC 32 é a destruição dos serviços públicos.

A população já não tem alimentos, já não tem empregos, sofre com a violência e com a morte pela COVID e teve represada todas as cirurgias, o atendimento seletivo. Diante de tudo isso ainda querem destruir mais o serviço público! De que espécie é este Governo Bolsonaro?

Muito obrigada.

Documento 178/239

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-14:48
Publ.: DCD - 9/29/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Baixo índice de vacinação do povo do Estado de Tocantins contra a Covid-19. Caos das áreas de saúde, educação e segurança pública tocantinenses. Protesto contra a privatização do Parque Estadual do Jalapão e do Parque Estadual do Cantão. Devastação da Bacia do Rio Formoso provocada pelas atividades do agronegócio. Omissão do Governo tocantinense sobre o estado de abandono da Rodovia Transcolinas.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar das dificuldades por

que está passando o povo do meu querido Estado do Tocantins.

Estamos com o menor índice de vacinação entre os Estados do Brasil. Estamos com sérios problemas na saúde pública, na educação, na segurança pública. O Estado do Tocantins possui um dos menores IDHs do Norte e do Brasil inteiro.

E o Governo do Estado não tem um planejamento, não tem uma política pública, não discutiu na sua campanha eleitoral qual o seu projeto para melhorar a vida do povo tocantinense. O que ele está fazendo? Está privatizando o Jalapão, a riqueza mais linda do turismo brasileiro. Está também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tentando privatizar outros parques turísticos do Tocantins, como o Cantão.

Falo também da Bacia do Rio Formoso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O Rio Formoso está doente, está pedindo clemência do poder público. Não é possível que um rio tão caudaloso esteja morrendo porque o agronegócio, através da irrigação do Rio Formoso e seus afluentes, como o Rio Javaés, o Rio Gavião, está tirando todas as águas do leito do rio para irrigar plantações de arroz no Município de Lagoa da Confusão. Por isso, a bacia do Rio Formoso está pedindo clemência. Lá moram os índios javaés e carajás, que estão sem condições de sobrevivência, dada a crise que paira sobre aquela bacia.

Sr. Presidente, aproveito ainda a oportunidade para falar da Rodovia Transcolinas. A rodovia está intrafegável! O Governo do Estado nada faz para melhorar a vida da população. O trajeto para o escoamento de grãos que começa no Pará é feito pela Transcolinas e passa pelo trecho da Ferrovia Norte-Sul, em Palmeirante. Infelizmente, o Governo do Estado nada faz para melhorar a Transcolinas, rodovia tão importante para escoar as riquezas do nosso querido Estado de Tocantins.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 179/239

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-15:04
Publ.: DCD - 9/29/2021 -	GLEISI HOFFMANN-PT -PR	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Responsabilidade do Presidente da República pela maioria das



mortes ocorridas no País pela Covid-19. Elevação dos índices inflacionários e dos preços de alimentos, de combustíveis, do gás de cozinha e das tarifas de energia elétrica. Cenário de desemprego, miséria e fome reinante no País. Agravamento das queimadas e do desmatamento no Brasil. Imediata abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente, colegas. O Governo lançou uma campanha para comemorar os seus mil dias de administração. E eu pergunto: o que este Governo vai comemorar? Os 600 mil mortos da COVID, sendo que ele deu causa à maioria dessas mortes? E nós estamos vendo exatamente isso na CPI da COVID quando aqueles envolvidos com a empresa Prevent Senior dizem que faziam o tratamento precoce porque era mais barato internar.

O que ele tem a comemorar? A inflação que voltou ao Brasil? Depois de 21 anos, nós temos inflação de dois dígitos. O preço dos alimentos está pela hora da morte! As pessoas vão ao mercado e veem o feijão mais caro, o arroz mais caro, a carne mais cara. Estão comprando pé de galinha, ossos para fazer sopa. Nem ovos mais comem, porque é muito caro.

Vai comemorar o quê? A fome que voltou ao Brasil, esta outra praga que nós já tínhamos debelado? Hoje, 19 milhões de pessoas estão abaixo da linha da pobreza, estão vivendo com menos de 89 reais por mês. Olha, ele voltou com duas pragas que nós havíamos debelado neste País: a inflação e a fome.

Ele vai comemorar o que nesses mil dias de Governo? Os 15 milhões de desempregados, que ele disse que tiraria do desemprego? Os 30 milhões de subempregados, que estão em serviços precários e se viram para sobreviver com baixa renda? É isso que ele vai comemorar?

Ou ele vai comemorar o aumento do preço da gasolina? O aumento do preço da gasolina, sim, porque a gasolina já teve seu preço aumentado 107 vezes desde que Bolsonaro assumiu: 51%; o *diesel*, 95 vezes. Hoje teve mais um aumento, mais de 25%. E o gás de cozinha, é isso que ele vai comemorar? O gás de cozinha subiu 85,4%! Ou ele vai comemorar a queimadura das pessoas com álcool quando tentam cozinhar, porque não têm dinheiro para comprar o gás de cozinha?

Não, eu acho que ele vai comemorar mesmo é a distribuição dos lucros e dividendos da PETROBRAS, porque, nesta política de preços escorchante, a PETROBRAS deu um lucro de 91 bilhões de reais. Cinquenta e seis bilhões foram divididos entre os acionistas privados em cima da dor do povo brasileiro, que paga esse horror de aumento.

Ou ele vai comemorar o aumento da conta de luz, que já está 58% mais cara? E eles impediram a ELETROBRAS de fazer investimentos para melhorar o sistema e baratear a conta. Aliás, autorizaram a venda da ELETROBRAS. De novo, o privado vai ganhar com o lucro desta empresa.

Ou ele vai comemorar o recorde de desmatamento que houve agora em agosto? Nos últimos 10 anos, este foi o maior desmatamento que o Brasil teve para o mês de agosto: 1.606 quilômetros quadrados. E enquanto a Amazônia é desmatada, enquanto o Pantanal pega fogo, menos chuvas nós temos. São menos chuvas, menos energia, mais problemas na produção de alimentos.

É isso que vai comemorar Bolsonaro? Ele deveria ter vergonha de lançar um programa de comemoração de mil dias. Ele deveria, se tivesse decência, sair da cadeira em que ele está, porque ele não tem competência.

Por isso, vamos às ruas no dia 2!

É *impeachment* e fora, Bolsonaro!

Documento 180/239

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-15:28
Publ.: DCD - 9/29/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Propensão natural do Presidente da República para geração de brigas e conflitos. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Crise econômica reinante no País. Não aquisição, pelo mandatário da Nação, de vacinas contra Covid-19 em tempo hábil. Quadro de desemprego e extrema pobreza vigente no Brasil. Crise hídrica, elevação das tarifas de energia elétrica e retomada dos índices inflacionários. Elevação dos preços de combustíveis e do gás de cozinha. Existência no País de 50 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. Alcance da marca funesta de 600 mil mortes em decorrência da Covid-19. Indignação do orador com a oposição, pelo Presidente da República, de vetos a proposições de cunho social.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mil dias de Governo Bolsonaro são mil dias de briga, pois este é um Governo belicoso que,



quando não tem com quem brigar, olha no espelho e briga com o reflexo. Brigou com a Câmara, brigou com o Senado, briga com a CPI, briga com a imprensa, briga com o STF, briga com os seus Deputados, briga com o seu partido. É uma coisa impressionante o tanto que briga! E, enquanto briga, perde tempo naquilo que é a razão de ser da eleição de um governo: administrar. E tanto é verdade que ele não tem administrado o Brasil que vivemos uma crise econômica desastrada.

Sei que nós tivemos o coronavírus, que atacou violentamente a saúde, com repercussão na economia, mas o Governo não fez a gestão devida da situação. Amigo do vírus, não trouxe vacina em tempo hábil e não fez a gestão da questão econômica. São 14 milhões de desempregados. E 2 milhões de pessoas, nos últimos mil dias, desceram ao fundo do poço da extrema pobreza. Além disso, temos a crise da energia elétrica, a crise hídrica e a crise da inflação, que já chega a 10%, uma coisa assim impressionante.

Desde 1994 nós não tínhamos uma crise inflacionária tão grande. Para o mais pobre, a inflação é 12%, 13%, 14%. A gasolina está custando 7 reais! Aliás, ela aumentou 8 vezes, nas últimas 8 semanas. O *diesel* está custando quase 5 reais e também aumentou 8 vezes. O preço do gás de cozinha já passa de 100 reais. E, ainda, 50 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar e 600 mil pessoas foram a óbito pela COVID-19.

Como comemorar esses mil dias? Seria uma coisa, eu diria, risível, se não fosse trágica.

Olhem o que o Presidente fez nos vetos. Eu poderia aqui citar dezenas de vetos lamentáveis. Por exemplo, ele vetou a possibilidade de que as crianças tivessem Internet nas escolas. Como o Presidente da República pode vetar, proibir, não querer que as crianças tenham Internet na escola? Ele vetou o projeto de lei para suspender as ações de despejo na Justiça no período da pandemia, ou seja, ele quer que as pessoas sejam despejadas em plena pandemia.

O projeto que suspendeu a obrigatoriedade da prova de vida é de minha autoria, inclusive. O Presidente quer que a pessoa tenha que provar que está viva para que ela, ao ir lá, pegue o vírus e morra, diminuindo, assim, a conta do INSS. Não se precisa provar que está vivo, porque já existe a prova de morte: para quem falece existe a certidão de óbito, que é a prova de morte. Isso está na lei; basta pegar a certidão nos cartórios e passar para o INSS.

Desses mil dias não temos nada a comemorar; infelizmente temos a lamentar, porque o Governo errou, errou muito, e o povo está pagando essa conta, Presidente.

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-15:32
Publ.: DCD - 9/29/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Descumprimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da promessa de redução dos preços de passagens aéreas. Repúdio ao Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018; e ao Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Natureza vexaminosa da participação do Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Quadro de desemprego e fome reinante no País. Expectativa de reversão da situação por que passa o País com o retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu, hoje pela manhã, juntamente com o meu amigo Deputado Marcelo Nilo, vim da Bahia para Brasília no voo das 5 horas da manhã. Aí, temos que acordar às 4 horas. Nada tenho contra isso, não vejo nenhum problema. Eu gosto de acordar cedo, e minha avó me ensinou que quem madruga Deus ajuda. Só que o povo brasileiro... Conversando com nosso amigo Deputado Marcelo Nilo, eu até disse: *"Marcelo, está lembrando que nós aqui, no começo do Governo que aí está, o Governo da mentira, o Governo do disse me disse, da promessa, do posto Ipiranga, tínhamos que aprovar um projeto de lei que atendia as grandes empresas do setor aeroviário porque, assim, em 6 meses nós teríamos mais voos e teríamos a passagem por um terço do preço?"*.

Sr. Presidente, veja perversidade do que ele fez com a agricultura familiar: vetou o projeto de lei que dava ajuda à agricultura familiar, que garantia novos financiamentos, ajuda emergencial, passando pela compra de computadores para as crianças e o ensino público como um todo. Considerando também a ida trágica à ONU, essa passagem nebulosa que deixou o Brasil estarrecido, tamanha a situação de vexame que o Brasil passou, não fica outra compreensão senão a de que nós vivemos um momento de caos e de mentira no Brasil.

E eu vejo, Sr. Presidente, alguns ainda tentando defendê-lo, mas não

defendem o Presidente, defendem o modelo excludente, modelo que não pensa nem no Brasil moderno, nem no Brasil do fomento, nem no Brasil da justiça social, nem no Brasil onde os pequenos podem viver melhor, viver com dignidade. Nós estamos vivendo o Brasil da fome, o Brasil do desemprego, o Brasil do desmando, porque nós não temos Presidente. Estamos vivendo, sem nenhuma dúvida, uma situação em que o Brasil voa muito cedo para uma tragédia. Nós precisamos reverter isso.

E isso vai ser revertido, Sr. Presidente, no ano que vem, com Lula Presidente. Mas, daqui até lá, este Congresso tem que botar o pé no chão e entender qual é o seu compromisso com o povo brasileiro e com a manutenção do mínimo de que precisamos, que é um Estado forte, moderno, que possa se reerguer no futuro.

Dizemos "não" à mentira, "não" ao desmando, "não" a esse Governo que está aí!

Documento 182/239

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-15:40
Publ.: DCD - 9/29/2021 -	REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto conta a convocação do empresário Luciano Hang pela CPI da Covid. Não investigação, pelo órgão, do desvio de recursos federais destinados ao combate à epidemia de coronavírus. Utilização do órgão para fins eleiçoeiros. Prepotência e arrogância do Vice-Presidente da CPI, Senador Randolfe Rodrigues. Envolvimento do filho do Relator da CPI, Senador Renan Calheiros em escândalos de corrupção.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Eduardo Bismarck. É sempre bom vê-lo na Presidência. Se V.Exa. me permitir, eu vou tirar a máscara.

Eu tenho visto que a CPI da COVID vai de mal a pior e não vai gerar nenhum tipo de situação boa para o País. Agora querem convocar o empresário de Santa Catarina Luciano Hang, cidadão de bem, empresário de sucesso, pagador de impostos, que gera mais de 22 mil empregos diretos. Eu tenho certeza de que ele foi convocado por ser apoiador do Presidente Bolsonaro. Todo o resto é balela. E o pior é que querem usar a morte de sua mãe, de 82 anos de idade, a Sra. Regina Hang, como argumento. Eles querem fazer politicagem com a

morte dessa senhora. Em vez de investigarem os hospitais de campanha superfaturados, que custaram centenas de bilhões de reais e que, como apareceram, desaparecem, o dinheiro que foi desviado, os respiradores superfaturados, as medicações que nunca chegaram, eles querem fazer politicagem na CPI da COVID.

O Senador Randolfe Rodrigues, que toda hora tem chiliques na CPI, é uma pessoa prepotente, arrogante. No Estado do Amapá aconteceram os maiores números de operações da Polícia Federal, desvio do auxílio emergencial que seria para ajudar os brasileiros, desvio de valores para a compra de medicações e de equipamentos hospitalares. Isso aquele senadorzinho não investiga.

Da mesma forma age o Relator, que agora é o queridinho da Esquerda e da imprensa, o Senador de Alagoas cujo filho tem lá escândalos de corrupção relacionados ao desvio de compra de respiradores, ao superfaturamento em licitações. Isso não é investigado. Então, o Senador Renan Calheiros está fazendo o que lá? Não faz sentido usar a CPI para perseguir a liberdade do Luciano Hang ou de qualquer brasileiro, e é isso que tem sido feito nela. Não investigam corrupção, mas, sim, tratam de politicagem.

Obrigado, Presidente.

Documento 183/239

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-15:44
Publ.: DCD - 9/29/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Fracasso da gestão do Presidente da República. Clamor do povo brasileiro pelo afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar todos os colegas Parlamentares.

Passados mil dias de desgoverno Bolsonaro, ele ainda brinca com a população dizendo que nada está tão ruim que não possa piorar. São mil dias de cortes nos recursos da educação, das universidades, cortes nos recursos dos institutos federais no Brasil, no Amazonas. São mil

dias de desmatamento da Amazônia, mil dias de sucateamento da ciência e tecnologia. São mil dias negando a saúde, mil dias em que quase 600 mil pessoas morreram por conta do descaso do Governo, pela falta de oxigênio, pela falta de UTI, pela falta de atenção e de prioridade à saúde.

São mil dias de fracasso na economia, mil dias com a inflação praticamente descontrolada. São mil dias de aumento nos preços dos alimentos - carne, arroz, feijão. São mil dias da volta da fome ao Brasil, em que 19 milhões de pessoas, segundo o IBGE, estão passando fome!

São mil dias de aumento do preço do gás de cozinha, em que muita gente está voltando a cozinhar à lenha. São mil dias de aumento no preço da gasolina a todo mês - o litro já chega a 7 reais e, em alguns lugares, passa desse valor. São mil dias de aumento no preço da conta de energia elétrica, resultado das privatizações e da entrega do patrimônio público aos interesses privados, que, muitas vezes, não têm compromisso algum com o País. São mil dias de desemprego, em que mais de 14 milhões de brasileiros e brasileiras, muitas pessoas na informalidade, não têm renda suficiente para se alimentarem e garantirem o sustento da família.

São mil dias em que o povo grita "*Fora, Bolsonaro!*" É isso que vai acontecer, mais uma vez, no próximo dia 2, com o povo nas ruas questionando o Governo, denunciando o descaso e as mortes provocadas por esse Governo genocida.

Nós queremos lembrar que, no Amazonas, em mil dias, nenhuma casa foi construída. Nada foi feito para melhorar a vida da população do Amazonas, da Amazônia, enfim, do Brasil como um todo. Esse Governo acabou com o Luz para Todos! Além de ter aumentado o custo da energia elétrica, esse Governo acabou com um programa que dava esperança à população mais pobre do interior do Estado do Amazonas.

O povo grita "*Fora, Bolsonaro!*" porque não aguenta mais 1 ano desse Governo. O povo quer mudanças já. O povo quer a saída desse Governo já! Esse Governo não tem mais credibilidade, está no ocaso. Esse Governo já acabou!

Fora, Bolsonaro!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-15:48
Publ.: DCD - 9/29/2021 - LEONARDO MONTEIRO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, apostado ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018; e do Veto Total nº 32, de 2021, apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 148, de 2017, do Senado Federal, (nº 76, 2007, na Casa de origem), sobre a alteração do art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007, com vista à inclusão de Municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos os que estão nos ouvindo e nos acompanhando neste momento, eu quero, mais uma vez, manifestar minha satisfação com as votações do dia de ontem.

Ontem, numa sessão do Congresso Nacional, Congressistas que somos, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, tivemos a oportunidade de derrotar o Governo Federal, o Governo Bolsonaro, em vários projetos importantes que nós tínhamos votado na Câmara e no Senado. O Presidente Bolsonaro tinha vetado o projeto que promove a agricultura familiar, que fortalece o agricultor e a agricultura. Nós derrubamos o veto.

Eu gostaria de destacar sobretudo o item 16 da pauta de ontem, o Veto nº 32 ao PL 148, do Senado Federal. Esta proposição trata da inclusão da nossa região na área mineira da SUDENE, que compreende parte do Vale do Mucuri e parte do Vale do Rio Doce. Cidades importantes de uma região em franco processo de desertificação foram incluídas. Nós estamos com todas as condições do Semiárido...

Esta região foi ficando pobre à medida que enriquecia o País, por causa da retirada de suas riquezas, como o minério e a madeira. Hoje a população é vítima deste processo e precisa sair do País e ir para os Estados Unidos. Muitas acabam morrendo no deserto, como temos visto nas reportagens em âmbito nacional. Portanto, é importante incluir a região na área mineira da SUDENE, para se desenvolver e gerar

emprego e renda.

Ontem, nós conseguimos derrotar o Governo Federal, conseguimos derrotar Bolsonaro, que persegue nossa região de Governador Valadares e outras cidades importantes, como Teófilo Otoni, cidades do leste de Minas Gerais e da região do Vale do Rio Doce. Nós derrubamos o veto e incluímos essas cidades na área mineira da SUDENE, como forma de contribuirmos para o desenvolvimento e a geração de emprego e renda, sobretudo neste momento de pandemia, de crise econômica e de desemprego.

Eu, como Deputado Federal, busco contribuir para a geração de emprego e de renda, dando uma expectativa positiva à nossa cidade, o que me deixa muito feliz.

Muito obrigado.

Documento 185/239

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-16:00
Publ.: DCD - 9/29/2021 -	CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Destinação pelo orador de recursos de emendas orçamentárias à saúde municipal amapaense. Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Impacto de reajustes do óleo diesel sobre os preços de alimentos. Aproximação da marca de 600 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que acompanham a sessão na tarde de hoje, venho à tribuna anunciar que foram empenhados 2,8 milhões de reais em recursos de emendas parlamentares que nosso mandato indicou para a saúde em vários Municípios do Estado do Amapá.

Eu quero citar Macapá, que terá uma demanda do povo ribeirinho atendida, a reforma geral da Unidade Básica de Saúde do Distrito de Carapanatuba, que fica às margens do Rio Amazonas, o maior do mundo. Essa população fica a 2 horas em um barco veloz, ou entre 4 e 5 horas em um barco normal, da Capital Macapá. O posto de saúde do distrito está realmente numa situação de grande dificuldade. Nós

destinamos 761 mil de reais para a reforma do posto de saúde. Nós vamos reformar e ampliar a unidade básica de saúde da área comercial de Santana e de Arapucu, uma comunidade muito antiga que fica entre Macapá, Santana e Mazagão, outro Município que também será contemplado.

Em Porto Grande, nós vamos reformar a unidade básica de saúde que atende a comunidade de Munguba, e outra, na sede do Município de Calçoene, em Itaupal, com a aquisição de uma ambulância.

Enfim, estamos destinando recursos para investir em áreas que a população sempre espera. É com muita alegria que buscamos responder, com muito trabalho, às necessidades do Estado do Amapá, alocando emendas que vão melhorar a vida daquelas pessoas.

Sr. Presidente, também me traz à tribuna no dia de hoje a tristeza de não podermos comemorar, ao contrário, os mil dias da gestão do Presidente Jair Bolsonaro à frente do Governo, principalmente quando ele declara que o que está ruim vai piorar. Um presidente precisa arregaçar as mangas e trabalhar, precisa resolver os problemas do povo brasileiro. Num dia, ele diz que a coisa vai piorar e, no outro, a PETROBRAS anuncia o reajuste no óleo *diesel*, que vai impactar diretamente os transportes e o preço dos alimentos, além de aumentar a inflação no País e desgraçar a vida dos brasileiros.

Eu lamento profundamente esse aniversário fúnebre de mil dias do Governo Bolsonaro, em que temos quase 600 mil mortes por causa da pandemia e da cumplicidade do Governo nestas mortes, diante de tudo o que a CPI do Senado tem demonstrado para o povo brasileiro.

Finalmente, quero dizer que na semana passada foi aprovado, na Comissão Especial, o relatório da PEC 32, com um voto contra da Oposição. O relatório foi aprovado em meio a manobras, com a mudança de membros da base do Governo que eram contra. Agora o debate virá para o plenário, onde não vai ser possível trocar os Deputados. Esta é a PEC da destruição, a PEC do fim dos concursos públicos, a PEC do aparelhamento. Mas nós vamos derrubá-la!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Malefícios causados pelo Governo Federal ao povo brasileiro, em especial às camadas menos favorecidas. Elevado índice de rejeição popular do Presidente da República.

O SR. MARCELO NILO (PSB - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje o Presidente da República, Jair Bolsonaro, está na Bahia comemorando 1.000 dias de Governo. Na realidade, ele está comemorando a inflação com dois dígitos. Na realidade, ele está comemorando quase 15 milhões de brasileiros e brasileiras desempregados. Ele está comemorando o aumento dos juros. Ele está comemorando a morte de quase 600 mil brasileiros e brasileiras fruto da COVID-19. Ele está comemorando o preço do botijão de gás a mais de 100 reais.

Talvez, na história republicana do Brasil, não exista e nunca existiu nenhum Governo que em 1.000 dias prejudicou tanto o povo brasileiro, principalmente os menos favorecidos, prejudicou a classe média. É o Governo que não acredita na ciência, talvez um dos poucos Presidentes do mundo que não se vacinou. A sua esposa, D. Michelle Bolsonaro, foi se vacinar nos Estados Unidos porque não acredita no Sistema Único de Saúde do Brasil.

Portanto, a Bahia recebe o Presidente, que tem o índice de ruim e péssimo, com 53% de desaprovação. Somente Collor, no seu momento mais difícil, esteve com a popularidade tão baixa como o atual Presidente da República do País.

Sr. Presidente, são 1.000 dias de tristeza, de desgoverno, praticamente uma crise por dia. Não existe um único dia em que o Presidente da República não emita frases, como, por exemplo: *"Eu não sou cozeiro para estar preocupado com a morte. Se não morre hoje, morre amanhã"*.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado por V.Exa. ter me permitido falar desta tribuna: são 1.000 dias de desgoverno no nosso querido País.

Muito obrigado.

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-16:12
Publ.: DCD - 9/29/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Mortes, inflação e desemprego como marcas dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Anúncio da realização de manifestações no País a favor do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, são 1.000 dias de sofrimento, 1.000 dias de morte, de uma necropolítica que está em curso, 1.000 dias em que o Presidente da República colocou a faixa presidencial no peito do coronavírus, no peito do vírus e trabalhou para que nós não tivéssemos o direito à vacina. Foram dezenas de solicitação da Pfizer para poder contratar com o Brasil, mas o esquema de corrupção dentro do Ministério da Saúde impedia que nós tivéssemos o direito à vacinação, e o direito à vacinação teria salvado muitas vidas - muitas vidas.

Nós estamos vendo hoje que, com a extensão da vacinação, há diminuição do número de mortes. São quase 600 mil pessoas que se foram. Quem parte, que sempre é o amor de alguém, deixa muita tristeza. Essa tristeza o Presidente da República não consegue sentir, porque é desprovido de qualquer tipo de empatia.

Nós estamos vivenciando as mortes, o aumento do desemprego, a inflação, e o Presidente da República não desce de um palanque de mentiras, de um palanque de ódio. Está sempre testando as instituições e agora quer posar de defensor desse mercado, e é considerado um Deus: quando se enfurece, joga uma parte do Estado, joga uma parte dos direitos do povo brasileiro.

Nós estamos vivenciando aqui a PEC 32, que é a destruição de um Estado que foi construído como uma tentativa de fazermos o luto de um dos períodos mais traumáticos da nossa história, as salas escuras de tortura, que o Presidente da República aplaude todos os dias. Nós estamos vendo a tentativa de destruição desse Estado e de retirada de direitos. A partir daí, quando se retiram direitos de servidores e servidoras, está se precarizando o serviço público, as condições necessárias para a população brasileira ter dignidade humana, que é traço fundante da nossa própria Constituição.

Aliás, a maior parte dos servidores e servidoras deste País está na saúde, na educação, na segurança, está lidando todos os dias com os direitos da população brasileira previstos na própria Constituição. E me digam o que representa retirar qualquer possibilidade de acordo de convenção que assegure estabilidades parciais, estabilidades provisórias para os empregados e as empregadas públicas!? Isso é discriminação! Se há uma convenção nacional que atinge empregados públicos e empregados da iniciativa privada, se essa convenção nacional assegurar qualquer tipo de estabilidade provisória, parcial, ela será negada aos empregados e empregadas da iniciativa pública, das empresas públicas.

Era o Governo que dizia que havia que se priorizar o negociado sobre o legislado. É o Governo da morte!

Por isso, no próximo dia 2, nós vamos às ruas para dizer: "*Fora, Bolsonaro!*"

Documento 188/239

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-16:12
Publ.: DCD - 9/29/2021 -	GIL CUTRIM-REPUBLICANOS -MA	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Transcurso do 69º aniversário de emancipação político-administrativa dos Municípios de São José de Ribamar e Catanhede, Estado do Maranhão. Comprometimento do orador com as demandas das referidas municipalidades maranhenses.

O SR. GIL CUTRIM (REPUBLICANOS - MA. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente Eduardo Bismarck, que nos honra mais uma vez presidindo a sessão nesta Casa, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para fazer o registro de que, no último dia 24 de setembro, tive a honra e o prazer de participar do aniversário da minha querida cidade de São José de Ribamar.

Esta cidade completou 69 anos de emancipação político-administrativa, e tenho orgulho do legado de mais de 500 obras que deixei para a população ribamarense. Ainda deposito nessa cidade a esperança de dias melhores, com a atual gestão.

Na oportunidade em que estive presente, os párocos da nossa cidade santuária, padroeira do Maranhão, solicitaram a reconstrução da

estrutura do santo padroeiro. Eu me comprometi com todos os presentes - uma gama de católicos, políticos, lideranças - em aportar recursos de emendas individuais para a recuperação da estátua, um monumento muito antigo que simboliza muito para a nossa cidade, para a cultura e, sobretudo, para o turismo da cidade ribamarense.

Portanto, está aqui o meu compromisso, de público, com o Prefeito de São José de Ribamar, com o Padre Claudio, com o Padre Gutemberg, de que nós iremos aportar o recurso necessário para a reconstrução da estrutura do nosso santo padroeiro de São José de Ribamar.

Aproveito este tempo que nos resta para registrar que estive na cidade de Cantanhede, que também completou 69 anos de emancipação política. Nós entregamos naquela cidade, Presidente Eduardo Bismarck, uma defensoria pública oriunda de um pedido meu e do Deputado Estadual Glalbert Cutrim, meu irmão. Nós entregamos à população um equipamento público que vem muito a agregar àquela comunidade vulnerável, que não tem acesso, meu amigo Beto, ao Judiciário, à Justiça, aos advogados.

Então, isso ficou registrado no aniversário de 69 anos da cidade de Cantanhede. E parabênzo, além da população, o Prefeito José Martinho, que tem feito um grande trabalho naquela cidade, levando qualidade de vida ao seu povo. Lá me comprometi também a aportar emendas parlamentares individuais na saúde, para dar àquela população, neste momento difícil de pandemia que nós estamos vivendo, o salvamento de vidas, além de também levar infraestrutura asfáltica para a cidade de Cantanhede.

Portanto, fica aqui o meu registro dos parabéns tanto para a cidade de Cantanhede quanto para a cidade de São José de Ribamar pelos seus 69 anos de emancipação político-administrativa.

Obrigado, Presidente.

Documento 189/239

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-16:16
Publ.: DCD - 9/29/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação com o novo reajuste do óleo diesel. Comprometimento do Presidente Jair Bolsonaro com o mercado financeiro. Desmatamento, desemprego, miséria, fome e elevação do custo de vida, como marcas dos mil

dias do Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Anúncio da realização de manifestações no País pelo impeachment do Presidente da República, no dia 2 de outubro de 2021.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, através dos meios de comunicação da Casa dirijo-me aos brasileiros e brasileiras que nos acompanham.

Sr. Presidente, a PETROBRAS vai elevar o preço do *diesel* nas refinarias em cerca de 9% a partir de quarta-feira, depois de o Presidente da República ter dito que ia abaixar o preço. Em um gesto combinado, o Presidente da PETROBRAS foi lá e disse "não", e o mercado, satisfeito, aplaudiu, porque eles servem a eles, ao chamado mercado. Eles estão pouco se lixando para o povo brasileiro. Tudo não passa de um teatro trágico, encenado pelo Presidente da República e pelo Presidente da PETROBRAS.

Isso significa que a vida do povo vai piorar ainda mais do que já piorou durante esses mil dias de desespero que representam o Governo Bolsonaro, com 14 milhões de desempregados, com 15 milhões de pessoas que voltam à miséria, com quase 600 mil mortos na pandemia, com o litro da gasolina a 7 reais, com o bujão de gás a 120 reais, com 15 milhões de pessoas passando fome, com 34% de aumento da cesta básica e com o maior desmatamento da história do Brasil.

Para completar esse circo de horrores, o Presidente, que tem um complexo de falta de responsabilidade e nunca assume a responsabilidade que tem, agora culpa os servidores - há sempre alguém que é culpado. Primeiro ele culpou o Congresso Nacional e o ex-Presidente desta Casa, depois culpou o Supremo Tribunal.

E aí, queridos servidores públicos do Brasil, vocês, que estão na educação, na saúde, na assistência social, é preciso continuar a mobilização. Eles conseguiram aprovar a PEC nº 32 na Comissão Especial por apenas dois votos, após terem feito uma operação de substituição de Deputados que levou a se apresentarem 7 Deputados do NOVO, de uma bancada de 8 Deputados - apenas um ficou de fora, Deputado Elias.

Esta é a expressão maior da dificuldade que eles têm de aprovar, aqui neste plenário, essa PEC. Mas eles conseguirão vencer, se nós não continuarmos nos mobilizando e denunciando, na sua base, todo e qualquer Deputado que vote a favor da PEC nº 32 e fazendo com que o povo brasileiro perceba a intenção de desestruturar e destruir o

serviço público.

Portanto, no dia 2, servidores públicos e povo brasileiro, vamos às ruas para dizer "*Fora, Bolsonaro!*".

Documento 190/239

83.2021.B	Sessão Outro Evento	28/09/2021-16:20
Publ.: DCD - 9/29/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra o novo reajuste do óleo diesel. Contrariedade à política de preços praticada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Necessidade de investigação de denúncias de corrupção contra o clã Bolsonaro, apresentadas à CPI da Covid. Reexame da gestão do Presidente Arthur Lira.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, volto a esta Casa de forma presencial.

O assunto que eu queria destacar, Sr. Presidente, é mais um reajuste que o Governo Bolsonaro aplica contra a população brasileira: 9% no *díesel!* Isso tem consequência direta na logística do Brasil, porque a nossa malha é rodoviária; nós dependemos de caminhões.

O engraçado é que o Deputado Arthur Lira, Presidente desta Casa, meu colega de Alagoas, fica ironizando, Deputado Afonso, o Diretor da PETROBRAS, mas não toma medida concreta contra isso, porque o modelo que está implantado desde o Governo Temer até hoje é um modelo dolarizado: todo aumento do dólar tem consequência no preço dos combustíveis. Mas esse Presidente genocida terceiriza a responsabilidade para os Governadores.

Deputado Arthur Lira, é preciso ter estatura! Se V.Exa. não tiver altivez, vai fazer uma gestão pior do que a do Eduardo Cunha - hoje, em Alagoas, o Deputado Arthur Lira está com o Presidente Bolsonaro inaugurando residências que foram planejadas lá atrás pelo Governo Lula e pelo Governo Dilma.

Então, o reajuste do *díiesel!* é muito grave e vai ter consequência na inflação.

A outra questão, Sr. Presidente, é a declaração da médica na CPI da

Saúde.

Cada vez mais, Deputada Jandira, está comprovada a quadrilha montada pela Família Bolsonaro - a corrupção. Até quando os órgãos fiscalizadores, a exemplo da CGU, do Ministério Público e do Tribunal de Contas agirão com previdência? Porque quanto a esta Casa eu não tenho ilusão. Esta Casa está sendo omissa, não está tendo altivez histórica. Ao contrário do Senado, que está desempenhando um papel fundamental, Deputada Alice, esta Casa está rebaixada. E - repito o que eu disse - a gestão do Deputado Arthur Lira será pior do que a do Deputado Eduardo Cunha. Se continuar com essa gestão, o Deputado Arthur Lira vai para o lixo da história.

Muito obrigado.

Documento 191/239

111.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-28/09/2021-
	CD	16:48
Publ.: DCD - 9/29/2021 - AFONSO FLORENCE-PT -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Defesa de retomada dos trabalhos presenciais na Câmara dos Deputados. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 130, de 2009, relativa ao Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a posição do PT é sempre límpida na orientação de bancada. Mas, enfrentando os problemas políticos inerentes a sua escolha, o PT tem uma posição contrária ao envio para o Plenário de urgências sem a adequada tramitação nas Comissões Permanentes ou em Comissões Especiais.

O País todo já está funcionando, e a Câmara dos Deputados também tinha que passar a funcionar presencialmente.

Por isso, com todas essas restrições, apesar dessa tramitação regimental inadequada, a orientação do PT é "sim".

Queremos sentar com o Deputado Arnaldo Jardim e nos debruçar sobre o mérito do projeto. Eu o Deputado Enio Verri, o nosso Líder eterno, somos oriundos do movimento de crédito solidário, das

cooperativas de crédito.

Temos posição em relação com a base, queremos a modernização e estamos abrindo diálogo com o Deputado Arnaldo Jardim, orientando "sim", apesar das nossas restrições a esse procedimento regimental.

A orientação do PT é "sim".

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 192/239

111.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/09/2021- CD	18:24
Publ.: DCD - 9/29/2021 -	LEO DE BRITO-PT -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Perplexidade ante a utilização de pacientes da Covid-19 como cobaias no tratamento precoce da doença, e a emissão de atestados de óbitos fraudulentos, segundo o depoimento prestado à CPI da Covid pela advogada de médicos da empresa de assistência médica Prevent Senior. Superação da marca de 595 mil mortes no País pelo coronavírus. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela maioria das mortes ocorridas no Brasil pela doença viral. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de projeto de desenvolvimento do País. Elevação dos preços do gás de cozinha, de alimentos e de combustíveis. Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Descaso do Presidente da República com a educação e o meio ambiente. Apelo ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o mandatário da Nação. Anúncio da realização de manifestações nacionais contra o Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste neste momento pela *TV Câmara*, pela *Rádio Câmara*, pelos órgãos de comunicação da Casa, eu venho neste momento à tribuna, pelo tempo da Liderança do Partido dos Trabalhadores, primeiro, para falar da minha perplexidade, que eu acho que é a perplexidade de todo o povo brasileiro, ao assistir, hoje, por horas e horas, na CPI da COVID-19, àquele depoimento contundente, muito forte, da advogada dos médicos da Prevent Senior, que atestou de maneira muito clara, na verdade, a forma como foram tratadas aquelas pessoas, que, em média, diga-se de passagem, têm 68 anos.



Essa empresa atende pessoas idosas, Deputada Erika, e elas foram simplesmente utilizadas, agora, na pandemia da COVID-19, como cobaias, infelizmente. Essas pessoas sofreram grandemente. Aliás, muitas delas não foram internadas porque tiveram que passar por um tratamento precoce como forma de comprovar uma tese levantada pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo seu gabinete paralelo, inclusive com a participação do Ministério da Economia. Então, nós tivemos ali casos de fraude em atestados de óbito, tivemos a utilização daquele espaço médico para uso de pessoas como cobaias, isso no Brasil, em pleno século XXI.

É estarrecedor o que aconteceu, é estarrecedor o que nós estamos vendo. As autoridades, o Ministério Público, a polícia, os conselhos de medicina precisam ir a fundo nessas situações. Aonde nós chegamos? A pandemia hoje está levando mais de 595 mil brasileiros. Famílias estão perdendo seus familiares no Brasil todo. Daqui a pouco, nós vamos chegar a 600 mil mortes, tamanha é a negligência, tamanha é a omissão. Isso é o retrato, senhoras e senhores, de um país que, sob a Presidência do Bolsonaro, está doente. O nosso País está doente!

O Presidente, desde o início da pandemia, negou vacinas. O Presidente, desde o início da pandemia, negou a doença. O Presidente e sua turma, além do negacionismo, transformaram a questão da pandemia num negócio, com superfaturamento de vacinas, com favorecimento de determinados grupos empresariais. É literalmente impressionante. O Brasil está doente, e, infelizmente, muitas vidas - centenas de milhares - que poderiam ter sido salvas não o foram.

Aí, o Sr. Presidente da República veio, no dia de ontem, comemorar mil dias do seu desgoverno. O que nós estamos vendo hoje é literalmente um desgoverno.

Todos nós que convivemos com o Presidente da República aqui como Deputado sabíamos que ele não tinha vocação para ser Presidente da República. Jamais, em momento algum, sentou na cadeira de Presidente da República para gerenciar o Brasil, para cumprir o papel que um Chefe de Estado deveria cumprir, que é o papel de unir a Nação e trazer um projeto de desenvolvimento para o nosso País. Esse projeto não existe.

Nós estamos vendo a situação de sofrimento por que hoje o Brasil passa de norte a sul, de leste a oeste. Ontem, uma jovem que tinha uma filha de 8 meses, Deputada Talíria - V.Exa. falou de maneira tão eloquente sobre a importância das mães brasileiras! -, faleceu porque estava utilizando álcool para produzir os seus alimentos. É um absurdo o que está acontecendo. O preço do gás de cozinha está ultrapassando 100 reais. Em alguns lugares, como no meu Estado, o Acre, já chega a 130 reais. Além disso, há o aumento no preço dos



alimentos. Antes, a população fazia churrasco, comia picanha. Hoje, está comendo pé de galinha, está comendo osso. Os preços de todos os alimentos estão aumentando. Os preços dos combustíveis, que inclusive fazem parte da cadeia produtiva, estão nas alturas: 6 reais, 7 reais. Há um Município no Estado do Acre em que já chega a quase 9 reais o preço da gasolina, Deputado Zé Neto. É esse o Brasil que Bolsonaro comemora. Eu não sei em que país esse Presidente da República vive.

E, quando questionado, Deputada Alice Portugal, o Ministro da Economia... O Presidente da PETROBRAS, quando foi questionado sobre o preço do gás, riu, riu na cara da pessoa. Quando são questionados, eles dizem: "*Não, isso é questão do mercado internacional, isso não é com a gente, isso é com os Governadores*". Que recado eles estão dando para a nossa população, que está sofrendo? O País não tem Governo, o País é uma nau à deriva. Literalmente, o nosso País hoje é uma nau à deriva.

Vamos comemorar o que desses mil dias? O que nós vamos comemorar? Eu pergunto para as senhoras e os senhores que estão nos assistindo neste momento, no Brasil inteiro: o que melhorou na sua vida nesses mil dias de Governo do Bolsonaro?

No que diz respeito à educação, as nossas universidades estão em tempo de fechar, e o Ministro da Educação diz que os alunos que são portadores de deficiência atrapalham a sala de aula. Milhões de jovens pobres, graças a uma decisão do Supremo Tribunal, agora vão poder fazer o ENEM. Foi a educação que melhorou? O Governo despreza a educação, diz que a universidade tem que ser para poucos, ataca as universidades e agora quer fazer uma reforma administrativa que vai privatizar tudo, que vai contratar inúmeros servidores temporários por até 10 anos.

É esse o projeto? Neste Governo, até as bolsas do Programa Especial de Treinamento - PET estão atrasando. Eu quero fazer este registro aqui e pedir providências do Ministério.

Nós vamos comemorar as reformas que passaram a ser feitas nesses mil dias, assim como as reformas que foram feitas lá atrás, como as terceirizações, como a reforma trabalhista, que ia gerar milhões e milhões de empregos - nós ouvimos alguns dizerem isso nesta tribuna - , como a reforma da Previdência, que na verdade prejudicou os servidores públicos e os trabalhadores rurais? Nós vamos comemorar essa reforma administrativa que destrói o serviço público, de que o brasileiro e a brasileira tanto precisam?

Então, não há o que comemorar. Nem voo de galinha a economia brasileira está dando. O dólar está alto. O Brasil não cresce. Nós temos

no nosso País hoje 15 milhões de desempregados, 6 milhões de desalentados, pessoas que estão há mais de 2 anos procurando emprego sem conseguir achar, e 33 milhões de brasileiros em subempregos, trabalhando menos do que eles poderiam. Meu Líder Bohn Gass, é isso que nós vamos comemorar nesses mil dias de Governo Bolsonaro?

Quanto ao meio ambiente, o Brasil está em chamas, com recordes de desmatamento na Amazônia, no Pantanal, e hoje é um pária internacional. Falar do Brasil hoje, em qualquer lugar do mundo, é motivo de chacota ou motivo de desrespeito, porque, com o Presidente da República que nós temos, o País não se dá o respeito.

Então, é esse o alerta que nós temos que fazer para a população. Por isso é que vários partidos - não só nós da Oposição - se agregaram. Mais de 20 crimes foram cometidos por esse Presidente que aí está, e nós precisamos, Presidente Arthur Lira, que seja aberto, sim, o processo de *impeachment*.

Por isso, no dia 2 de outubro, estaremos todos - sindicatos, pessoas, brasileiros e brasileiras - nas ruas pelo "Fora, Bolsonaro!".

Documento 193/239

111.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/09/2021 - CD	19:32
Publ.: DCD - 9/29/2021 -	MARCELO NILO-PSB -BA	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Aumento da inflação, da miséria e do desemprego no País. Agravamento das crises social, econômica, energética e sanitária. Indignação com o negacionismo do Presidente da República, diante das recomendações científicas para enfrentamento da epidemia de coronavírus. Presença do Presidente da República no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia, para inauguração de obra concluída e inaugurada na gestão municipal anterior. Declaração de voto contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Declaração de voto contra a reforma previdenciária, a privatização de empresas estatais, a criação do marco regulatório do saneamento básico e o auxílio emergencial de 150 reais. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. MARCELO NILO (PSB - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, Srs. Deputados,

Sras. Deputadas, eu não votei no Bolsonaro. Votei no Haddad. Mas, por decisão do povo brasileiro, o Presidente eleito foi Jair Messias Bolsonaro.

Todos nós, independentemente da conotação partidária, da ideologia, do Estado, torcemos para que o Governo do Presidente Bolsonaro dê certo.

Hoje completa 1.000 dias o Governo do Presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. O que é que nós temos a comemorar desse período, Deputado Bira? Nós imaginávamos que teríamos reformas eficazes para melhorar a economia do nosso País, para melhorar o aspecto social, mas, pelo contrário, tivemos a reforma da Previdência, na qual me honra muito ter votado "não", porque ela foi muito perversa, foi contra o povo brasileiro, em especial os menos favorecidos.

O que é que há de positivo no Governo Bolsonaro? Inflação com 2 dígitos, quase 500 milhões de desempregados no nosso País, juros em alta, ou seja, crise econômica, crise social, crise sanitária, e o Presidente da República, talvez o único no mundo que não se vacinou, é contra a Organização Mundial da Saúde, é contra a ciência, é contra a vacina. Imaginemos nós um cidadão que não é médico, que não é cientista, que foi um péssimo militar, ser contra as pessoas que entendem dessa área tão importante que é a área da ciência. Nós devemos muito aos cientistas do mundo, por descobrirem a vacina que, está provado, está salvando vidas. O Brasil já chegou a 3.500 mortes por dia em média; depois das vacinas, temos, aí, em torno de 500 mortes.

O que é que há para se comemorar, Bolsonaro, dos seus 1.000 dias de Governo? Esteve hoje na cidade baiana de Teixeira de Freitas inaugurando, nobre Deputado Paulo Magalhães, uma obra que o Prefeito passado, seu correligionário, seu amigo Temoteo, já tinha inaugurado, E provavelmente V.Exa. esteve nessa inauguração, 3 ou 4 anos atrás, mas Bolsonaro foi lá hoje, inaugurar uma obra já inaugurada pelo então Prefeito Temoteo.

Imaginemos nós, Deputado Márcio Marinho, 1.000 dias de Governo, e o Presidente ir à Bahia inaugurar 10 quilômetros de estrada. É inacreditável. Esse é o pior Presidente da República da história republicana do nosso Brasil. Não há um único fato positivo, não há uma coisa que se possa comemorar.

E agora enviou a esta Casa a famosa PEC 32, a reforma administrativa, que é muito perversa com o servidor público do nosso País, com aqueles que estudaram, que se dedicaram aos estudos, que passaram noites estudando para serem aprovados em um concurso.

Essa reforma acaba com o concurso, acaba com o servidor! Em vez de termos o concursado, independente, teremos, sem dúvida nenhuma, o servidor terceirizado. Em vez de termos o servidor que possa fazer uma denúncia de corrupção, teremos o cidadão que sabe que pode ser demitido a qualquer momento.

Eu votarei contra a reforma administrativa! Votarei contra essa PEC!

Votei contra a reforma da Previdência! Votei contra a privatização da ELETROBRAS! Votei contra a privatização dos Correios! Votei contra o auxílio emergencial de 150 reais! Votei a favor dos 600 reais. Votei contra o marco regulatório do saneamento, porque o saneamento tem de ser gerido pelo poder público, porque quem tem responsabilidade com o social é o Prefeito, é o Vereador, é o Deputado, é o Governo, é o Presidente da República, é o Senador, não é o empresário. O empresário, na sua maioria esmagadora, só visa o lucro, não se preocupa com o social. E o que é pior: a privatização da ELETROBRAS vai aumentar consideravelmente os preços da energia elétrica.

O Brasil vive crises - crise energética, crise hídrica, crise social, crise econômica, crise sanitária! O País está à deriva! Mas o Presidente Bolsonaro está achando que o Brasil está às mil maravilhas. É, sem dúvida nenhuma, o pior Presidente do Brasil de todos os tempos! Tem 53% de ruim e péssimo nas pesquisas. Só Fernando Collor conseguiu 53% de ruim e péssimo, no momento do *impeachment*. Só Fernando Collor conseguiu chegar ao patamar de Bolsonaro. Bolsonaro ultrapassa os limites da imaginação na incompetência. Não tem amor pela vida das pessoas! Não tem respeito ao cidadão nem à cidadã! Não tem respeito às famílias! Não tem respeito aos 600 mil brasileiros e brasileiras que nos deixaram prematuramente!

Então, conluo, Sr. Presidente, dizendo que esse desgoverno não tem nada para comemorar.

Bolsonaro, o pior Presidente do Brasil!

Documento 194/239

111.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/09/2021- CD 20:12
Publ.: DCD - 9/29/2021 -	JULIO CESAR RIBEIRO-REPUBLICANOS -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Repúdio ao decreto editado pelo Governador do Estado de Pernambuco, Paulo

Câmara, sobre a obrigatoriedade da apresentação de comprovante de vacinação e do resultado do teste de Covid-19, para a participação de fiéis em celebrações religiosas com mais de 300 pessoas.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Quero apenas fazer o registro da minha indignação com o Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, do PSB, que sancionou nessa última segunda-feira um decreto que torna obrigatória a apresentação de comprovante de vacinação e do resultado negativo para COVID-19 em igrejas que tenham capacidade acima de 300 pessoas. Nas celebrações religiosas com mais de 300 pessoas, devem ser observados os limites de capacidade do ambiente.

É um absurdo o que esse Governador está fazendo em Pernambuco. Ele não está colocando essa regra nos trens, no metrô, nas casas de *shows*. Por que ele faz isso com o segmento evangélico? Isso mostra a perseguição de S.Exa. o Governador de Pernambuco contra os evangélicos. Nós não nos calaremos diante dessa aberração, Sr. Presidente.

Documento 195/239

111.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/09/2021- CD	20:20
Publ.: DCD - 9/29/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Propensão natural do Presidente da República para a geração de intrigas e conflitos. Elevação dos índices inflacionários e dos preços de combustíveis, do gás de cozinha e de tarifas de energia elétrica. Crise hídrica reinante no Brasil. Vinculação entre os óbitos decorrentes da Covid-19, por volta de 600 mil, e o negacionismo do Presidente da República em relação à doença viral. Perda da validade de vacinas, medicamentos e testes de Covid-19, no Estado de São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós chegamos ao milésimo dia do Governo do Presidente Bolsonaro. Eu confesso, obviamente, que não votei no Presidente Bolsonaro, mas ele é o



Presidente do Brasil, e eu torci e torço para que a gestão seja profícua, alvissareira, no sentido de atender as demandas do povo, do cidadão, da cidadania, da nossa gente, dos brasileiros que precisam de um governo que olhe para si, por si, pelo nosso povo e pela nossa gente. Mas, lamentavelmente, essa não é a imagem que fica do Governo Bolsonaro nos mil dias de mandato. A imagem que fica é de um governo belicoso, de um governo muito briguento e com muitas intrigas.

Vejam, ele já chegou brigando com a Câmara dos Deputados, em seguida brigou com o Senado. Brigou com os Deputados do seu então partido; hoje grande parte dos Deputados do partido não o apoiam mais. Brigou com o seu próprio partido; hoje, ele não tem partido. Brigou com os seus Ministros, com o Ministro Mandetta, do Ministério da Saúde, e com o Moro, que o ajudou a se eleger Presidente e o qual ele levou para o Ministério. Era Deus no céu e Moro na terra; passou a ser Deus no céu e Moro no inferno, uma coisa maluca. Ele continuou brigando: brigou com o STF, em uma briga muito ruim para País; brigou com a imprensa como um todo, com quase todas as redes de televisão. E ele foi brigando: brigou no estrangeiro, brigou com a China, brigou contra a vacina. Quando ele não tem com quem brigar, ele arruma um inimigo imaginário para fazer um briga. Parece o Dom Quixote de La Mancha, que brigava contra os moinhos de vento.

Esse não é o jeito de ser. Enquanto o Presidente briga, ele perde a oportunidade de fazer a gestão, que é a razão por que ele foi eleito e é do que o Brasil precisa. Em função disso, deixou para trás a nossa economia: a inflação passa de dois dígitos e, dependendo da situação, vai bem mais além; a gasolina passou de 7 reais, aumentando mais de 50% em 1 ano; o *diesel* aumentou quase 50%, chegando a 5 reais; o gás foi a 100, 120 reais, em um aumento estratosférico; o preço da energia elétrica está um absurdo; está ocorrendo uma crise hídrica. Há uma falta de gestão que não era imaginável até então. Nós precisamos deixar isso muito claro para que o cidadão compreenda.

Lamento ter que dizer isso, porque eu queria aqui contar números positivos, mas não tenho como negar os quase 600 mil mortos - vidas, almas, pessoas! -, por conta do negacionismo, da falta de vacina. Como aceitar em sã consciência essa realidade?

Por isso a nossa avaliação, Presidente, é uma avaliação negativa. Claro, não é o fim do mundo. O Presidente tem tempo de se recuperar, se é que ele tem essa vontade. Ele tem que agir no seu Governo, tem que tomar uma atitude. Ele foi eleito para governar, e não para brigar. Ele foi eleito para fazer a gestão, e não para fazer confusão.

Chega de *fake news*! Nós queremos transparência, clareza, governança, para o bem dele, que quer se reeleger. Mas, se ele não

governar no mandato em que está, não o fará no outro, que não terá. Se neste mandato não governa bem, não vai receber outro. Está visto, está na cara.

Então, esta é uma advertência que faço: Presidente Bolsonaro, governe o País, para o bem do seu Governo, para o seu bem, para o bem do Brasil e dos brasileiros. É o que queremos, desejamos, pedimos e estamos a reclamar.

Portanto, a avaliação, Presidente, lamentavelmente não é positiva. Mas a esperança é a última que morre, e não vamos desistir. Vamos continuar a nossa luta.

Finalizo dizendo que fiz uma denúncia, Presidente, no começo do ano, de que havia em São Paulo um cemitério de medicamentos, de vacinas, enfim, de uma série de equipamentos de saúde que foram parar lá porque perderam o prazo de validade. Foram 240 milhões de reais de prejuízo, porque não usaram os medicamentos, os testes de vacina, e *"a vaca foi para o brejo"*. Eu achei que aquele alerta tinha sido suficiente. Mas, agora, há outra denúncia: 80 milhões de reais em vacinas, medicamentos, 18 mil kits de testes de COVID-19, 47 mil vacinas contra meningite, 16 mil vacinas contra gripe estão lá no centro de distribuição do Ministério em Guarulhos. Estou dando o lugar, o endereço, ou seja, matando a cobra, mostrando o porrete e o couro do bicho estaqueado. É lamentável que isso esteja acontecendo.

De 2017 até agora, 96% dos medicamentos perdidos foram no Governo do Presidente Bolsonaro, um prejuízo em torno de 190 milhões de reais. Não tem como explicar, não tem como aceitar, não tem como não reclamar, não tem como não se queixar, não tem como não exigir, Presidente, uma responsabilização de quem comete esse crime contra a saúde pública, jogando dinheiro público fora. Os remédios que faltam para salvar as pessoas, as vacinas que faltam para o nosso povo estão lá, num cemitério em São Paulo. Não dá pra aceitar isso.

Documento 196/239

111.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-28/09/2021-
	CD	20:36
Publ.: DCD - 9/29/2021 -	ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Efeitos da epidemia de coronavírus sobre o poder aquisitivo da população brasileira. Ineficácia da política econômica do Governo Jair Bolsonaro.

Omissão do Governo Federal no amparo às populações situadas abaixo da linha de pobreza. Expectativa de fortalecimento do Programa Bolsa Família. Pedido ao Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, de concessão de audiência ao orador para debate da suspensão da Operação Carro-Pipa, destinada ao abastecimento de água nas municipalidades localizadas no semiárido brasileiro.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vivemos um dos momentos mais difíceis da história do Brasil e do mundo. Estamos enfrentando uma pandemia que deixa reflexos incalculáveis à nossa população e um momento de empobrecimento do País. As famílias brasileiras vêm empobrecendo a cada dia que passa. Temos uma política econômica implantada pelo Governo Federal que não chega a resultado positivo nenhum para os mais pobres do Brasil.

O endividamento das famílias no primeiro semestre cresceu mais de 10%. O Governo não apresenta nenhuma solução de auxílio para aqueles que perdem a cada dia o poder de consumo diante da inflação galopante que assola o nosso País. O Governo não reage para que pelo menos aquelas famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, cujo número cresceu só este ano em 2 milhões de famílias, as quais foram inseridas nessa faixa - são mais de 5 milhões de pessoas -, tenham uma política social, além do auxílio emergencial, que iniciou com 600 reais e foi reduzido à metade na sua prorrogação.

Nós não encontramos nenhuma alternativa. Apenas, em cada matéria, há a expectativa de abertura de espaço fiscal, de nova receita e é alimentada a possibilidade de um novo programa social, incrementando ou melhorando o programa existente, o Programa Bolsa Família.

E o mais grave, Presidente, é a situação de cada política social, seja ela a mais simples, como a Operação Carro-Pipa, que é a salvação - infelizmente, ainda nos tempos de hoje - do Semiárido do Brasil, que está localizado no Nordeste em sua maior parte. Hoje o Comandante do Exército, em Alagoas, responsável por executar esse programa do Ministério do Desenvolvimento Regional, mais especificamente da Secretaria Nacional de Defesa Civil, comunicou a todos os Prefeitos dos Municípios alagoanos que estão em estado de calamidade e de emergência e que são beneficiados por esse programa que ele será suspenso a partir do dia 20 de outubro por falta de disponibilidade orçamentária e financeira.

Então, Presidente, é este o caminho que, lamentavelmente, o Brasil tem trilhado.

É hora de o Governo, de o Presidente e de Paulo Guedes, que

parecem não conhecer a população que realmente precisa da intervenção do Estado, acordarem, se é que ainda há tempo. É hora de acordarem e terem o mínimo de sensibilidade para entender quais são realmente os programas, desde o maior, que tem o maior orçamento e atinge o maior número de pessoas, até aquele mais simples, que também atinge aquelas famílias que mais precisam.

Portanto, Presidente, eu já solicitei uma audiência com o Ministro Rogério Marinho. Encaminhei hoje a solicitação de mais uma audiência para tratar desse programa neste momento em que o Brasil é atingido por uma das maiores crises hídricas da nossa história, que comprometerá o abastecimento energético a qualquer momento, impactando no aumento da tarifa da energia de forma indistinta. Quero tratar desse programa para saber se temos alguma possibilidade de buscar um caminho, encontrar um atalho para que ele realmente não venha a ser suspenso num momento em que o Nordeste brasileiro inicia o período de estiagem.

Então, eu quero pedir aqui o apoio, a colaboração de todos os que dividem comigo este plenário, particularmente os da bancada do Nordeste brasileiro, sem distinção partidária, para que nós, unidos e coesos, busquemos uma alternativa e uma intervenção política, a fim de que isso realmente não venha a acontecer.

Usei da palavra pela Liderança aqui, Presidente, apenas para fazer este registro, com a esperança de que realmente encontremos um remédio para mais uma das interrupções que impactarão, sem dúvida nenhuma, de forma dura, aqueles que mais precisam dessas ações governamentais.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 197/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-12:56
Publ.: DCD - 9/30/2021 - LUIZ LIMA-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra o tratamento desrespeitoso dispensado ao empresário Luciano Hang pelo comando da CPI Covid. Desrespeito de Senador do PT para com a Deputada Caroline de Toni. Tramitação de processos judiciais contra o Relator da CPI da Covid, Senador Renan Calheiros, por prática de corrupção.

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto Nascimento, é uma honra ter esta sessão presidida por V.Exa. hoje, dia 29 de setembro de 2021, um ano que vai ficar marcado na história do Congresso Nacional por realizar uma CPI no Senado, que convidou o empresário Luciano Hang para depor.

O empresário nada tem a ver, como eu falei ontem, com compra de vacina, com hospitais, com política pública voltada para a saúde. Ele é simplesmente um empresário que gera 22 mil empregos diretos e 120 mil empregos indiretos.

Eu estava lá desde as 10 horas da manhã. É impressionante como falta respeito ao comando da CPI da COVID no Senado Federal. O Senador Omar Aziz é, o tempo todo, desrespeitoso com o Sr. Luciano Hang, de 58 anos.

O Vice-Presidente da CPI chegou ao ponto de chamar o Sr. Luciano Hang de bobo da corte, um senhor extremamente respeitoso, que entrou na CPI e cumprimentou a todos com o maior respeito.

Eu digo o seguinte: quando falta educação, quando falta respeito, a população tende a apoiar o convidado que é agredido e que é maltratado.

Fique registrado aqui também o desrespeito de um Senador do PT com a Deputada Federal Caroline de Toni, que é Deputada Federal por Santa Catarina, ao dizer a seguinte frase: "*O que essa mulher está fazendo aqui?*" O desrespeito do Senado com a Câmara dos Deputados é público e notório.

Eu volto a falar aqui, Presidente Gilberto, que nós, Deputados Federais, representamos a devida proporcionalidade do eleitor. Estamos aqui representando a totalidade, a democracia real, não representamos apenas o Estado, representamos o voto do mais simples cidadão.

Então, que o Senado Federal tenha respeito não só com os convidados, não importa se é um empresário, se é um faxineiro, se é um jardineiro, se é um engenheiro, um médico, um arquiteto, que ele tenha respeito com a Câmara dos Deputados.

O depoimento do empresário Luciano Hang é fabuloso. A sua história de sucesso machuca os medíocres, machuca aqueles Senadores que são incapazes, durante a vida, de gerar sequer um emprego, usurpadores de recurso público.

Enquanto o Senador Renan Calheiros responde por 22 processos na Justiça por corrupção, o empresário Luciano Hang gera 22 mil

empregos no Brasil com 164 lojas.

Então, Presidente Gilberto, fica aqui registrado que, no dia 29 de setembro, pode estar se dando o maior tiro no pé da Oposição, criando um personagem, um cidadão que pode vir a contribuir muito com a política nacional.

Muito obrigado, Presidente Gilberto.

Documento 198/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-13:00
Publ.: DCD - 9/30/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante da escalada da fome, da miséria e do desemprego no País. Fracasso da política econômica governamental. Atraso na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Elevação dos preços do gás de cozinha, dos alimentos e dos combustíveis no Brasil.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós - a maioria da população brasileira - definimos o Governo Bolsonaro como um governo de morte e de fome.

Vejam, estamos acompanhando aí nesta nossa definição, quantas pessoas estão morrendo neste País. Ele nega a ciência - nós sabemos -; não define absolutamente nada em relação ao alto índice de desemprego. E nós ainda temos neste Governo uma situação que não entendemos. Como pode um governo como o Governo Bolsonaro ainda estar presidindo este País, quando Paulo Guedes, com a sua política econômica apoiada por Bolsonaro, consegue colocar novamente 2 milhões de pessoas na miséria? O Brasil já tinha saído dessa situação. São 2 milhões de famílias na miséria. Essas famílias precisam comer!

Ter respeito pelas pessoas é dar a elas emprego, saúde, comida. O povo brasileiro precisa desse respeito. Nós estamos assistindo estarecidos à imprensa noticiar pessoas andando quilômetros, Sr. Presidente, para conseguir osso e uma carcaça de frango para colocar no prato e dizer: "*Hoje, não vamos morrer, mas amanhã certamente*".

Temos a questão da vacina, que ainda não foi solucionada. Nós estamos tendo um número menor de mortes - graças a Deus! -, mas é preciso que o Brasil inteiro tenha tomado pelo menos a primeira dose, e ainda não tomou. Já vamos partir para o reforço da vacina.

Então, este Governo, por definição, só pode ser um governo de morte e não de vida. Nós esperamos que essa mistura explosiva, que é atender ao mercado e aumentar cada vez mais a carestia, não venha nos trazer um número maior de pessoas mortas, porque se morre de fome também.

É preciso que o Governo dê a sua palavra, que não tem, para o povo brasileiro. O preço do gás e da gasolina está alto, a comida está caríssima, as pessoas não estão sendo atendidas ainda na vacinação, os postos de saúde estão cheios, e ele não se apresenta à população e ainda quer comemorar os 2 anos e meio de fracasso no desenvolvimento e na inclusão deste País.

Fica aqui o meu registro, Sr. Presidente. Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

Documento 199/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-13:08
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 595 mil mortes no País pela Covid-19. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. É muito agradável ver V.Exa. tão feliz coordenando como Presidente da nossa sessão de Breves Comunicados.

Infelizmente, não temos boas notícias no País. No dia de ontem, quando acompanhávamos a queda das mortes pela pandemia, já vimos novamente o País atingir 800 pessoas mortas em um dia. Também vimos as notícias de que o Governo vai ter que incinerar

testes e vacinas, porque venceram e não foram utilizados. Quantas pessoas perderam a vida porque não foram testadas, não foram vacinados, não foram acompanhados da forma mais correta?

Então, essa é uma notícia que angustia muito o povo brasileiro: 595 mil vidas, o tamanho de uma cidade. É o mesmo que pensarmos em uma cidade brasileira de 600 mil pessoas ser dizimada. Grande parte dessas pessoas poderia estar conosco, se tivessem tido o acompanhamento correto, no dia e hora certa. Nesse sentido, nós continuamos olhando as ações do Presidente da República, do Ministério da Saúde, as ações que não foram realizadas para que o povo brasileiro tivesse a assistência necessária.

Outra questão que nos angustia enquanto Parlamentar e enquanto cidadã é a PEC 32. Estou muito feliz com a movimentação dos profissionais no Brasil e também com a adesão da sociedade brasileira na defesa dos serviços públicos; não é a defesa do servidor. Cada servidor individualmente tem o seu processo de vida, sua organização e sabe como vai conduzir a sua vida. Mas a população brasileira como um todo, que deixa de receber serviços públicos qualificados, que são entregues pelos servidores, estão aderindo ao movimento "não à PEC 32", e dizendo aos Parlamentares: "Se votar, não volta".

É muito justo não voltar para esta Casa aqueles e aquelas que hoje dizem "não" ao serviço público; dizem "não" à entrega da educação pública com qualidade aos nossos estudantes, à saúde pública, ao trabalho do SUS. Toda a estrutura de Estado que está à disposição da nossa sociedade não pode ser interrompida por um Governo que não quer discutir.

Nesse sentido, Sr. Presidente, estamos vendo o esforço da sociedade brasileira em mandar um recado: não à PEC 32! Não à PEC que tira o direito dos serviços públicos para os cidadãos! Não à PEC que diminui o Estado brasileiro! Queremos políticas públicas para todos e todas.

Por isso, continuo pedindo "não" à PEC 32.

Muito obrigada.

Documento 200/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-13:20
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO



Sumário

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Presença do Presidente da República no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia, para inauguração de obra concluída e inaugurada na gestão do ex-Prefeito Timóteo Brito. Reajuste nos preços de combustíveis e escalada do desemprego e da pobreza no País. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República. Fracasso do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muitas vezes, na Câmara dos Deputados, eu me assusto com determinados posicionamentos. Ainda agora um Deputado dizia para Jair Messias Bolsonaro continuar fazendo o que ele está fazendo. Veja bem, foram 1.000 dias de Governo. O Presidente vem a Teixeira de Freitas, aqui no extremo sul do Estado, para comemorar 1.000 dias de Governo. Sabe qual foi a obra que ele veio inaugurar, Sr. Presidente? Uma obra do Governo da Presidente Dilma, inaugurada pelo ex-Prefeito de Teixeira de Freitas Temóteo Brito.

O Governo Bolsonaro completou 1.000 dias. E qual é o resultado disso? É a pobreza batendo na porta das pessoas, é a carestia que voltou, é o preço da gasolina e do *diesel* cada vez mais alto. Um dos exemplos concretos foi o aumento do preço do *diesel* novamente. É isso que ele dá de presente ao povo brasileiro. Seiscentas mil pessoas morreram de COVID por falta de atenção do Governo Bolsonaro. Por outro lado, 15 milhões de pessoas estão desempregadas. Essa é a comemoração dos 1.000 dias do Governo Bolsonaro.

Eu acho que nós, na condição de Deputados, temos que agir, porque o povo está contra Bolsonaro. Para se ter uma ideia, Presidente, em Teixeira de Freitas, havia três, quatro Prefeitos com ele, havia três, quatro Deputados junto dele, em uma região que tem 22 Municípios, porque o povo está abandonando Bolsonaro. Ele ficou tão atordoado que não conseguiu, durante todo o discurso, falar o nome de Teixeira de Freitas, uma cidade importante do nosso Estado da Bahia. Foi um fiasco a atividade de Bolsonaro aqui. E é assim em todo lugar desse Brasil.

Nós, como Deputados Federais, temos que cumprir o nosso papel, temos que abrir o processo de *impeachment* contra Bolsonaro, senão ele vai destruir mais ainda o Brasil. Com a PEC 32, quer acabar com o serviço público brasileiro. Nessa situação que nós estamos vivendo no Brasil, ou nós, que fomos eleitos pelo povo para defender o povo, discutimos o processo de *impeachment* e interrompemos essa tragédia que é o Governo Bolsonaro, ou a carestia, a fome, a pobreza e a miséria vão continuar aumentando no País, porque esse Governo

Bolsonaro não tem o que apresentar para o povo brasileiro, só raiva, ódio e desprezo ao nosso povo, à população trabalhadora, e isso é em todos os segmentos, dos servidores públicos à reforma agrária... *(Falha na transmissão.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputado, acho que houve algum problema com o microfone de V.Exa., não ouvimos o final da sua fala.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Documento 201/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-13:40
Publ.: DCD - 9/30/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Incompetência do Presidente Jair Bolsonaro. Propensão natural do Presidente da República para a geração de crises. Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Indiferença do Chefe da Nação diante do sofrimento do povo brasileiro, da queda da renda média dos trabalhadores, da escalada da inflação, dos preços e do desemprego no País. Vinculação entre a aproximação da marca de 600 mil mortes no Brasil pela Covid-19 e o negacionismo do Presidente da República com relação à doença viral. Devastação do meio ambiente pelo Governo Jair Bolsonaro. Anúncio da realização de novas manifestações no Brasil contra o Presidente da República.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento, Sras. e Srs. Parlamentares.

O Brasil chegou à marca dos mil dias do Governo Bolsonaro - "Governo", entre aspas, porque, talvez, na história da nossa República, nenhum dos 37 Presidentes anteriores a Bolsonaro tenha sido tão incompetente e tão pouco disposto a governar de fato o País.

Li nos jornais esses dias uma matéria que até assusta: o Presidente viveu cem crises de Governo, uma média de três por mês, muitas delas, criadas pelo próprio Bolsonaro. É impossível um País viver tanto tempo sem Governo, tendo um Chefe de Estado que alimenta o caos para sobreviver.

Se há uma marca dos mil dias do Governo Bolsonaro, podemos dizer que é a falta de vergonha na cara. São mil dias de vergonha; de indiferença com o sofrimento do povo; de absoluto desprezo pelos mais de 9 milhões de brasileiros que passaram a ser extremamente pobres no Governo Bolsonaro. Há descaso com a renda média do trabalhador, a menor desde 2017, sem aumento real do salário mínimo. Há inflação alta; os preços sobem a todo tempo; e o Presidente diz, em tom de quem tira sarro com a cara do povo brasileiro, que "*nada é tão ruim que não possa piorar*". Há 14 milhões de desempregados e quase 600 mil mortes pela COVID-19, fora as subnotificações, diante do negacionismo criminoso estimulado pelo Presidente e seus asseclas.

Na área ambiental, o Governo brasileiro é o mentor intelectual da maior desregulamentação de leis ambientais da história, favorecendo a atuação de criminosos e destruindo os biomas brasileiros. Dados do INPE apontam que o desmatamento em 2021 deve ser tão alto quanto o de 2020. Entre agosto de 2020 e julho de 2021, foram 8.793 quilômetros quadrados destruídos. A queimada segue ocorrendo, enquanto o Governo, na prática, fica de braços cruzados. Além disso, 1.257 novos agrotóxicos foram liberados.

O Governo da vergonha está acabando com o Brasil - fora, Bolsonaro, já! Por isso, no dia 2, agora, no próximo sábado, o povo vai às ruas por mais vacina, por comida no prato, contra a carestia e contra a PEC da reforma administrativa, aquela que vai acabar de vez com o serviço público.

Sr. Presidente, solicito que este discurso seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 202/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-13:44
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	GILBERTO NASCIMENTO-PSC -SP	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Encaminhamento de Representação à Procuradoria-Geral da República contra o Governo do Estado de Pernambuco pela edição do Decreto nº 51.460, de 2021, acerca da imposição de restrições à participação de fiéis em cerimônias religiosas em igrejas e templos.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (Bloco/PSC - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna hoje para informar que estamos entrando com uma representação na Procuradoria-Geral da República com o pedido de abertura de procedimentos cabíveis em face do Governo do Estado de Pernambuco pelas razões de fato e direito que se seguem.

Farei uma rápida leitura pulando, logicamente, alguns trechos, porque é uma representação longa.

Dos fatos.

Cuida a presente representação de demanda relativa ao questionamento da constitucionalidade do Decreto nº 51.460, de 27 de setembro de 2021, do Estado de Pernambuco, que afronta diretamente de constitucionalidade o art. 1º, o art. 2º, parágrafo único, e o art. 5º, incisos II, VI, VII, XV, XVI, todos da Constituição da República Federativa do Brasil.

A população brasileira está paulatinamente sendo vacinada e, muito em breve, será em sua totalidade. Frise-se que, apesar de ser imperiosa a necessidade de efetivar medidas preventivas, no entanto, não se pode, em virtude da pandemia, cercear direitos constitucionais do cidadão e, principalmente, não se pode nem se deve cercear atividade do cidadão que possibilite a melhoria geral de sua condição física, psíquica e emocional, como, por exemplo, a ida às igrejas.

Nesse momento, as igrejas estão a exercer mais do que a atividade meramente religiosa e celeuma - a celeuma é: as doenças mentais e emocionais decorrentes da pandemia têm se tornado verdadeira necessidade de atenção de toda a sociedade.

(...)

Passamos por várias etapas junto a essa pandemia. Primeiro, foi a necessidade de controle da curva endêmica. Segundo, foi o enfrentamento à luta por vacina. Atualmente, há a necessidade de compreensão e adaptação da vida com a existência do vírus.

(...)

Desta forma, as igrejas exercem fundamentalmente função relativa ao enfrentamento dos efeitos da COVID-19. O decreto do Estado de Pernambuco que se ataca foi seletivo e, por exemplo, não mencionou a necessidade de comprovação de vacina para uso de transporte público.

Apesar de essas medidas de distanciamento social terem sido

aplicadas de forma antecipada e de configurarem como estratégia fundamental de controle da crise epidêmica, na realidade, é necessária, nesse segundo momento, a retomada gradual e responsável da economia do Brasil, das atividades, com a devida atenção e respeito às formas de infecção pelo vírus.

Eu vou pular, Sr. Presidente, alguns itens, para ir já ao final e dizer que, no item 9, nós assim colocamos:

A liberdade de culto foi estabelecida na Constituição Federal, e muitos Estados, como, por exemplo, o Estado de São Paulo, por meio de sanção do Projeto de Lei 410/2020, que resultou na Lei municipal de São Paulo nº 17.647, de 2021, inclusive reconheceu as funções da Igreja como função social, ainda mais neste momento pandêmico, onde o desespero e o desalento têm se propagado entre a população.

Desta forma, o decreto do Estado de Pernambuco exclui função primordial da vivência da população e se demonstra como medida excessivamente rígida que, muitas vezes, não é aplicada a lugares com muito mais aglomeração, como no transporte público.

Portanto, existe, assim, uma diferença no tratamento das situações mais gravosas à população.

Eu finalizo, lendo a consideração que peço ao Procurador-Geral da República.

Do Requerimento

Ante o exposto, requer o recebimento e processamento da presente representação, com o fito de servir de base para apresentação de ADI perante o Supremo Tribunal Federal em que seja requerida a liminar de suspensão dos efeitos do Decreto nº 51.460, de 27 de setembro de 2021, inclusive seja arguida a repercussão geral de suspensão, para que nenhum Estado possa legislar sobre o tema.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 28 de setembro de 2021

Deputado Federal Gilberto Nascimento.

Sr. Presidente, eu concludo, dizendo que as igrejas têm cuidado de todos os protocolos. Ninguém tem mais preocupação e cuidado, hoje, do que as próprias igrejas quanto ao distanciamento, ao uso de máscaras, à orientação, à separação das cadeiras. A Igreja tem tido todo o cuidado.

Portanto, nós entendemos que isso não é justo neste momento e é uma total afronta à nossa Constituição, ao direito de ir e vir, ao direito de assistir aos cultos e ao direito de melhorar a alma, a própria condição, diante do sofrimento que nós estamos vivendo. Por isso, eu estou representando junto ao Procurador da República nesta tarde.

Muito obrigado.

Uma boa tarde a todos.

Vamos fazer justiça neste País.

Documento 203/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-13:48
Publ.: DCD - 9/30/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Convocação da sociedade brasileira para as manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, programadas para o dia 2 de outubro de 2021. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Deputados, pessoas que nos acompanham nas redes sociais, nosso Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Elvino Bohn Gass, eu hoje venho aqui para fazer um convite, uma conclamação: dia 2 de outubro, este sábado, é o dia de estarmos nas ruas do País, em todas as cidades, para fazermos mobilizações contra o Governo de Bolsonaro; pelo "Fora, Bolsonaro!".

E por que nós vamos às ruas e queremos o "Fora, Bolsonaro!"? Porque esse Governo não está dando as respostas de que as pessoas precisam. É o Governo da morte. Antes de providenciar a vacina, fez propaganda da cloroquina. É o Governo da fome. Hoje, o nosso povo está sem renda, está desempregado, está ganhando menos e pouco, não tem condições de comprar comida. A fome voltou no Brasil. É o Governo da carestia. Pela primeira vez, depois de 21 anos, nós temos uma inflação de dois dígitos no País.

Falo de duas chagas que nós já tínhamos vencido: a inflação e a fome. Cada vez que as pessoas vão ao supermercado, a carne está mais cara, o arroz está mais caro, o feijão está mais caro. Vivemos em um País que é um dos maiores produtores de alimento, um dos maiores produtores de carne, e as pessoas estão indo atrás de ossos.

Nós não podemos mais ter esse Governo. É o Governo que está tirando investimentos do País e, portanto, não está gerando empregos.

O que esse Governo fez de bom para o povo brasileiro? Eu não sei nem por que estão comemorando os mil dias de governo, já que são mil dias em que não ofereceu nada de concreto ao povo - eu desafio, inclusive, a bancada governista a vir aqui dizer quais foram os feitos do Governo Bolsonaro que mudaram a vida do País. Nenhum! Só quer saber de destruir.

Agora esta Casa está discutindo a reforma administrativa, uma reforma que criminaliza o serviço público e os servidores, como se o serviço público e os servidores fossem responsáveis por todos os problemas do País. Eles não veem qual é o papel de um professor, de uma professora, de um agente de saúde, de um enfermeiro, de uma enfermeira, de agentes comunitários, do pessoal que está na ponta atendendo as pessoas, e criminalizam o serviço público.

Portanto, servidores públicos de todo o País, dia 2 é dia de estar nas ruas e dizer "não" a essa reforma administrativa. Chega de reformas que destroem o Estado brasileiro! Já tivemos a Reforma da Previdência; já fizeram a Emenda Constitucional nº 95, para não deixar ir dinheiro para a área social. Estão tirando direitos.

Nós temos que ir às ruas. Só tem um jeito, inclusive de esta Casa se conscientizar de que tem que abrir um processo de *impeachment*: é começarmos a tomar as ruas deste País. Portanto, dia 2, informe-se no seu Município, na sua cidade, no seu Estado. Vamos às ruas pelo "Fora, Bolsonaro!" Chega! Chega de um Governo que está cada vez mais levando o povo brasileiro para a infelicidade e para a tristeza.

Dia 2 é dia de luta! É dia de lutarmos contra Bolsonaro!

Documento 204/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:00
Publ.: DCD - 9/30/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Indignação diante do tratamento desrespeitoso dispensado pelos Senadores Renan Calheiros e Omar Aziz ao empresário Luciano Hang durante depoimento prestado à CPI da Covid. Perseguição empreendida contra o empresário, em face do seu apoio ao Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, respeitável público, o *show* começou cedo hoje. Quem está acompanhando a CPI hoje já viu no picadeiro as figuras que envergonham o nosso País: Renan Calheiros, mais sujo que pau de galinheiro; "Omar de lama da corrupção", investigado por desvio de 260 milhões de reais da saúde; e o "Drácula da Odebrecht", completando o circo que faz o brasileiro de palhaço.

Hoje já começaram com uma piada logo cedo. Hoje eu ouvi Omar Aziz, mais conhecido como "Omar de lama da corrupção", dizer que Luciano Hang não é mais honesto que ninguém ali. É uma grande piada o que esse Senador que não honra a cadeira em que se senta, que não merecia estar onde está sentado, faz com um empresário como Luciano Hang.

Agora vamos fazer uma comparação. De um lado, nós temos ali pessoas investigadas por corrupção, pessoas que de fato têm ações e inquéritos policiais no STF - sabe-se lá porque isso não avança, mas muita coisa tem avançado com a Polícia Federal -, pessoas que desviaram efetivamente recursos da saúde. De outro lado, nós temos um empresário que emprega 22 mil pessoas no Brasil, um empresário renomado que tem lojas no País inteiro e que ousou falar sobre política.

Ainda que haja muitos empresários com medo de se envolver com a política, porque o assunto está muito polarizado, ele resolveu falar. Ele defende o que acredita, tem convicções, é um patriota e ousa falar a verdade. E, por isso, ele está sendo perseguido. Luciano Hang está sendo perseguido, porque ele é apoiador do Presidente Jair Bolsonaro.

O que tem sido feito naquela CPI é uma vergonha! Ultrajaram até mesmo o nome da mãe de um empresário como ele, que gera empregos e que, inclusive, faz com que a nossa economia se mantenha aquecida. E esses canalhas - só falando assim! - vêm falar a respeito de um cidadão como esse? Eles não mereciam estar lá, tinham que estar presos! E estão fazendo isso com o Luciano Hang.

Eu quero dizer que o povo brasileiro sabe quem defende realmente o povo e quem rouba o povo. De um lado, nós temos Luciano Hang, uma pessoa que gera empregos, que está a favor do povo brasileiro,

enquanto do outro lado, nós temos cidadãos que nunca se importaram com o povo brasileiro, pelo contrário, sempre roubaram o povo brasileiro.

Mas a verdade vai prevalecer. Luciano Hang tem o respeito da população brasileira. Luciano Hang vai sair dali maior do que já é. E Renan Calheiros e Omar - todo mundo já sabe -, espero que estejam na prisão muito em breve.

Documento 205/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:08
Publ.: DCD - 9/30/2021 - ALINE SLEUTJES-PSL -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não investigação, pela CPI da Covid, do desvio de recursos federais destinados ao combate à epidemia de coronavírus nos Estados e Municípios brasileiros. Repúdio às ofensas de membros da CPI ao empresário Luciano Hang. Preocupação do Presidente Jair Bolsonaro com a saúde do povo brasileiro.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Sem revisão da oradora.) - Presidente Gilberto, que bom ver V.Exa. presidindo a Mesa novamente!

Eu estou aqui hoje, Presidente Gilberto, demais Deputados e Deputadas, para falar sobre a "CPI do circo", criada no Senado, que deveria apurar as falhas, os desvios por parte de gestores estaduais, municipais, instituições, mas que, infelizmente, a todo o momento nos envergonha e nos coloca em xeque-mate com a população.

Hoje, por exemplo, vimos a convocação de um empresário que gera milhares de empregos, que criou uma grande rede, que traz um forte benefício, inclusive econômico, para o nosso País e para os Municípios nos quais atua. Não é a primeira vez que pessoas que não têm vínculo algum com a pandemia, com a questão dos recursos destinados para o controle da pandemia, são envolvidas nesse grande teatro criado para dificultar e para desgastar a imagem do Governo.

Dias atrás vimos mulheres serem ofendidas, como a Dra. Nise Yamaguchi, como a Secretária Mayra Pinheiro e como tantas outras mulheres que foram convocadas para a CPI. Infelizmente, eu não vi nenhuma Senadora lutar e defender essas mulheres que foram convocadas e ofendidas na CPI.

Também não vi nenhum dos gestores públicos municipais e estaduais tendo que se explicar por todo o dinheiro encaminhado pela União, e que não foi pouco. Pegamos planilhas de Municípios que não conseguiram nem sequer gastar todos os recursos encaminhados para a compra de equipamentos, para a melhoria de estrutura de postos de saúde, para a reformulação das estruturas hospitalares e para tantas outras coisas que seriam importantes não só para o momento de pandemia, mas também para o pós-pandemia.

Digo isso porque, graças a Deus, nós vamos passar. já estamos passando, por esse momento de COVID, mas a saúde precisa se estruturar. Infelizmente, as pessoas continuam morrendo em acidentes, de outras doenças, de infarto, de câncer, de diabetes e de tantas outras doenças. Embora os meios de comunicação não retratem que existem outros tipos de doença que causam mortes e só falem em COVID, nós sabemos que todas as demais doenças continuam acometendo a população, como sempre aconteceu.

Então, eu fico muito triste, Presidente, de vermos um comerciante com mais de 35 anos de estrada, que gera 22 mil empregos, com 164 lojas em 21 Estados, lutando para ser a voz dos brasileiros, que doou 200 cilindros de oxigênio para Manaus, mais de 1 milhão de reais em equipamentos e respiradores durante a pandemia, ser convocado para ser ofendido por algumas pessoas que se acham maiores do que a sua função enquanto Senador.

Então, povo brasileiro, hoje, eu me envergonho junto com vocês, em relação a essa "CPI do circo".

Eu gostaria aqui de parabenizar o Governo Bolsonaro por toda a dedicação e comprometimento com a saúde do povo brasileiro.

Sr. Presidente, solicito o registro da minha fala em todos os meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 206/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:16
Publ.: DCD - 9/30/2021 - EMIDINHO MADEIRA-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Concessão, pelo Secretário de Saúde do Governo do Estado de Minas Gerais, Fábio Baccheretti, de audiência ao orador e ao Diretor do Hospital Santa Lúcia

do Município de Poços de Caldas, Assad Aun Netto, para debate do descredenciamento dos serviços de cardiologia da unidade hospitalar. Empenho no credenciamento de leitos de UTI da Covid-19, em desuso, para a realização de cirurgias eletivas.

O SR. EMIDINHO MADEIRA (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero falar aqui hoje sobre o Hospital Santa Lúcia da cidade de Poços de Caldas. Ao agradecer ao Dr. Aun, agradeço a todos os colaboradores do Santa Lúcia, a toda a equipe médica, que sempre cuidou muito bem da nossa região. Produziu muito ao longo do tempo. Agora está havendo um pequeno impasse, que precisa ser resolvido.

Quando começamos a conversar com o Dr. Aun, no domingo, imediatamente entrei em contato com a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais. Marcamos uma reunião para a manhã desta quinta-feira, em Belo Horizonte, para que ocorra uma conversa entre o Hospital Santa Lúcia e o Estado.

O Secretário Fábio Baccheretti vai nos receber, Secretário que está fazendo um excelente trabalho. Excelente! Estou muito contente, encantado com o trabalho do nosso Secretário de Saúde.

Não existe nada melhor, Dr. Aun, do que abrir o diálogo e realizar bem uma conversa.

Eu queria aproveitar esta oportunidade para me dirigir ao Governo, ao Ministério da Saúde, porque decreto sobre a pandemia vence em dezembro. Quantos leitos foram habilitados, credenciados? Quantos hospitais foram equipados e, de acordo com o pensamento do Ministério, serão descredenciados no ano que vem, por falta de orçamento?

Ontem convidei o Secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais, Fábio Baccheretti, e Bira, seu companheiro de Governo, para uma janta aqui em Brasília. Eles vieram. Convidei também o Líder da bancada, o Deputado Diego Andrade. Tivemos uma conversa muito boa ontem à noite. E houve uma conversa, na parte da manhã, entre o Secretário e o Líder do Governo, para tratar deste assunto, o dos leitos que foram habilitados. O Governo investiu muito nos equipamentos. Não podemos deixar que aconteça o descredenciamento, porque vão virar sucata esses aparelhos de UTI, respiradores, outros equipamentos.

Nesse período, dobrou o número de cirurgias eletivas que estavam represadas na fila do SUS. Acho que o Governo, o Ministério, toda a

Secretaria, nós tínhamos que estabelecer esta prioridade neste momento: zerar a fila das cirurgias eletivas em todo o nosso Brasil. Na nossa região, estamos cuidando disso. Estou vendo o interesse do Secretário de Saúde do Estado de Minas e do Governador Zema. Estou impressionado, estou muito contente. É preciso que voltem a acontecer as cirurgias eletivas neste momento.

Sr. Presidente, queria que este discurso fosse divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 207/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:24
Publ.: DCD - 9/30/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desserviço prestado à Nação pela CPI da Covid, do Senado Federal. Tratamento desrespeitoso dispensado pelos Senadores Omar Aziz e Renan Calheiros ao empresário Luciano Hang, durante o seu depoimento ao órgão. Prática de corrupção pelo Presidente e pelo Relator da CPI da Covid.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, subo a esta tribuna nesta tarde para dizer inicialmente que perdi um pouco do meu tempo hoje tentando entender por que os brasileiros chamam a CPI da COVID de circo. Por que muitos brasileiros consideram um desserviço à Nação a CPI da COVID?

Hoje gastei um pouco do meu tempo para assistir ao depoimento do empresário Luciano Hang e pude entender por que muitos brasileiros acham que aquela CPI presta um desserviço à Nação. Primeiro, a CPI tem um Presidente que, quando foi Governador, teve sua mulher e irmãos acusados pela PF de desvios de recursos da saúde. Segundo, o Relator, o Senador Renan Calheiros, não deixa o depoente falar. Eles querem pôr respostas na boca do depoente, tentando humilhar quem vai ali.

Eu estava vendo a ficha de Renan Calheiros e a de Luciano Hang. Renan Calheiros, Sr. Presidente, nunca teve a carteira assinada, nunca gerou um emprego. Está há mais de 40 anos na teta do serviço público. Foi acusado de diversos crimes, denunciados em quase todas

as vezes em que ouvimos falar sobre corrupção no Brasil. Nos anos 80, quando Renan dava os primeiros passos no Congresso Nacional, Luciano Hang, Presidente Gilberto Nascimento, abria sua primeira empresa, em 1986. Luciano Hang tem hoje mais de 22 mil funcionários, e Renan Calheiros já causou o desemprego de muita gente do Brasil com seus escândalos quando foi Presidente do Senado. Luciano Hang tem mais de 160 empresas espalhadas em mais de 22 Estados, enquanto Renan Calheiros é conhecido no Brasil todo pelo seu comportamento na política, pelas denúncias de corrupção, pelas denúncias de lavagem de dinheiro. Eu quero aqui ser solidário, então, a esse empresário, que perde um dia precioso de trabalho para prestar contas. Prestar contas a quem? A quem nunca trabalhou com carteira assinada, a quem nunca gerou um emprego.

Fico imaginando isto: o empresário Luciano Hang trabalhou, desde a abertura da sua primeira loja, em 1986, até hoje, pagando imposto federal para sustentar um Parlamentar como Renan Calheiros! É por isso que as pessoas não acreditam naquela CPI, que não procura evidência, que não procura resposta, só quer encontrar culpado e quem eles querem culpar.

Documento 208/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:28
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Convocação dos trabalhadores e da sociedade brasileira em geral, para as manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, programadas para o dia 2 de outubro de 2021. Incompetência do Presidente da República. Escalada da fome do desemprego, reajuste nos preços de combustíveis, de alimentos e de tarifas de energia elétrica no País. Natureza ultrajante do conluio estabelecido entre o Governo Jair Bolsonaro, o Ministério da Saúde e a operadora Prevent Senior. Repúdio à política genocida do Presidente da República, com relação à epidemia de coronavírus. Retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, meu Presidente Gilberto Nascimento.

Cumprimento todos os demais colegas, os Deputados, as Deputadas,

quem está nos acompanhando.

Quero dizer da importância de estarmos na rua no dia 2, de mostrarmos nossa indignação, nossa revolta, nossa repulsa a tanto descalabro por parte deste Governo. Motivos não faltam. São vários, recorrentes e permanentes, desde o início de 2019, quando o Governo Bolsonaro assumiu.

Lamentavelmente, é um Governo despreparado. Sabe que é incompetente, sabe muito bem que não tem condições de resolver os problemas do País. Por isso, foge; por isso, nega; por isso, não discute.

Infelizmente, a fome voltou, a miséria voltou, o desemprego voltou, as pessoas estão passando por dificuldades, está tudo caro, a alimentação, o combustível, a energia. É lamentável, as pessoas não têm um alento, uma diretriz por parte do Governo, que não aponta um caminho para se sair desta crise. Pelo contrário, Deputado Paulão, é incompetência atrás de incompetência, são coisas absurdas.

Essa parceria, esse conluio de gente do Governo Federal, do Ministério da Saúde com a Prevent Senior é algo ultrajante. Não dá nem para se acompanhar o noticiário. É importante que a CPI da COVID faça o seu relatório de maneira clara, objetiva, com base naquilo que de fato ocorreu.

São vários os crimes, são várias as condutas por parte do Presidente, por parte de pessoas do seu Governo que, infelizmente, fizeram com que no Brasil houvesse milhares de mortes. O Brasil responde por um oitavo das mortes no mundo decorrentes da COVID-19. Número expressivo! Número expressivo! Nenhum outro país chega perto. Isso aconteceu devido à política genocida do Presidente Bolsonaro.

Na outra ponta, retira direitos. Isso ocorreu por meio da reforma da Previdência. Agora há a tentativa de retirar direitos por meio da reforma administrativa, acabar com o serviço público, atacando novamente o servidor público.

Servidor, servidora, é possível vencermos essa batalha, é possível derrotarmos a reforma administrativa, mas a pressão tem que continuar, tem que continuar nos Estados, tem que continuar nos aeroportos, tem que continuar nas redes sociais. Os Deputados e as Deputadas têm que tomar conhecimento de que vocês sabem claramente que o que está em jogo, de fato, é a destruição do Estado brasileiro.

Dia 2, vamos às ruas protestar contra a reforma administrativa, dizer o nosso "não", mas vamos também dizer um "não" ainda maior contra toda a política genocida, criminosa e desumana do Governo Bolsonaro.

No dia 2, estaremos novamente nas ruas, em defesa da democracia.

Fora, Bolsonaro!

Documento 209/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:36
Publ.: DCD - 9/30/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio às manifestações pelo afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, programadas para o dia 2 de outubro de 2021. Teor do documento encaminhado à CPI da Covid, pela Associação Nacional Vida e Justiça. Decisão política do Governo Jair Bolsonaro de proliferação do coronavírus sob a teoria da imunidade de rebanho. Revelação, pela CPI da Covid, do patrocínio, promoção e ocultação de mortes, por hospital privado, no tratamento precoce de pacientes com coronavírus, a partir da articulação com o Governo Federal e o Ministério da Economia. Aproximação da triste marca de 600 mil mortes no País pela Covid-19. Caos econômico, miséria e fome reinantes no País.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, uma das razões que move a todos nós que defendemos não apenas a democracia e o Estado Democrático de Direito, mas também a vida e a justiça para o povo brasileiro, que move a mim e à base social em Santa Catarina para irmos para as ruas no dia 2 de outubro, entre tantas outras razões, é a forma, a maneira, o jeito, o modo de o Presidente Bolsonaro e seu Governo lidarem com a crise sanitária.

Ontem nós estivemos com a CPI da COVID e com a Direção da Associação Nacional Vida e Justiça para entregar um documento em que mostramos e demonstramos a necessidade de trazermos a memória das vítimas, a verdade, a reparação, a responsabilização do Estado brasileiro e deste Governo perante esta tragédia humana e o genocídio cometido.

Nós tínhamos claro - a CPI deixou claro até pouco tempo - que as mortes provocadas pela pandemia não aconteceram por desgoverno, por incompetência ou por desqualificação do Governo Jair Bolsonaro, não. Não se trata de um desqualificado, não. Havia uma racionalidade política. Havia uma decisão política de fazer proliferar o vírus com a teoria da imunidade de rebanho. Esta verdade inequívoca, a CPI

conseguiu deixá-la clara.

Nesta semana, em que a CPI trouxe um hospital privado que patrocinou, promoveu e escondeu mortes, acreditou no tratamento precoce e produziu, a partir da articulação com o Governo Federal e com o Ministério da Economia, vem a segunda tese fundamental da teoria da imunidade de rebanho: cuidar da economia para manter as aglomerações, não fazer o isolamento, não fazer o *lockdown*, não proteger a vida do povo brasileiro. Nós percebemos, no mundo inteiro, o país que não cuidou da vida, que não cuidou da pandemia e que também não cuidou da economia. O Brasil é o exemplo concreto disso, já que quase 600 mil brasileiros e brasileiras perderam a vida e milhões ficaram com sequelas. De outro lado, tem-se a desorganização econômica, a miséria e a fome.

Fora, Bolsonaro!

Documento 210/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:40
Publ.: DCD - 9/30/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Convocação ao povo brasileiro para as manifestações a favor do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro e contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, programadas para o dia 2 de outubro de 2021. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela maioria das mortes ocorridas no Brasil pela Covid-19. Quadro de fome, desemprego, inflação e carestia reinante no País. Adoção, pelo Governo Federal, da estratégia da imunidade de rebanho para combater o coronavírus, resultante na morte de milhares de brasileiros. Instalação de gabinete paralelo clandestino e promoção de outras ações clandestinas pelo Governo Federal com relação à epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, começo por onde terminou o Deputado Zé Carlos, do Maranhão.

Este é um grito, é uma necessidade que vai de ponta a ponta deste País, que atinge as dobras deste Brasil profundo, invisibilizado, escondido e esquecido. Dia 2 de outubro será aquele em que sairemos às ruas, em que faremos todas as lutas construir uma sinfonia, a sinfonia em defesa da vida, porque nós estamos vivenciando uma

necropolítica, a política da morte, que vai atingir de forma mais profunda corpos específicos deste País. Nós estamos vivenciando um Governo responsável por grande parte das quase 600 mil mortes que este Brasil amarga e chora.

O Brasil chora, chora as mortes, chora a fome, chora o desemprego, chora a inflação, chora o botijão de gás a 100 reais, chora a ausência de comida no prato.

O Brasil chora por causa de um Governo que articulou uma estratégia que levaria inevitavelmente à morte. O País chora mortes que foram provocadas intencionalmente. No Brasil se trabalhou com a imunidade coletiva por contágio, o que levaria milhões de pessoas embora antes do tempo.

Não é só isso. Construiu-se um gabinete paralelo clandestino. Este é o Governo da clandestinidade, a clandestinidade dos relatórios na calada da noite da PEC 32 nesta Casa, a mando do próprio Governo; a clandestinidade dos Ministérios, como o Ministério da Saúde; a clandestinidade de um orçamento por meio do qual o Governo está comprando com recursos públicos a ausência de um processo legítimo de *impeachment* nesta Casa. Nós estamos vivenciando a "mercadorização".

Este Presidente da República, que colocou uma faixa presidencial no peito de um vírus - ele é o Presidente da morte - e que fica atacando as instituições, tentou organizar um golpe de Estado no último dia 7. Portanto, ele não pode mais continuar como Presidente deste País, porque nós queremos o direito à vida, o direito ao emprego e o direito à dignidade.

Eu diria, por fim, que nenhum dos que defendem este Governo como ventríloquos da política da morte consegue, de fato, defender Jair Bolsonaro. Não conseguem fazê-lo porque ele é indefensável. Estes mesmos vêm aqui atacar o Relator da CPI e o Presidente da CPI porque não conseguem defender a política da morte nem o hospital que transformou pessoas em cobaias, que negou e adulterou atestados de óbito.

No dia 2 de outubro, nós estaremos nas ruas, com todas as cores, com todas as lutas, para construirmos a sinfonia que vai fazer este País respirar e, eu diria, para construirmos a canção, lembrando o poeta, que adormece as crianças e acorda os adultos. Esta canção diz: "*Não aos ataques! Não à PEC 32! Fora, Jair Bolsonaro*".

Publ.: DCD - 9/30/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio aos ataques de Deputado do PT às Forças Armadas brasileiras, durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Esclarecimento ao Plenário sobre o atendimento à população pelos hospitais militares. Elogio ao empresário Luciano Hang pelo depoimento prestado à CPI da Covid, do Senado Federal. Não investigação, pelo órgão, do desvio de recursos federais destinados aos Estados e Municípios para combate ao coronavírus. Desvio de recursos públicos, rombo de empresas estatais, especialmente da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, e celebração de acordos de leniência absurdos pelos governos petistas. Não declaração pela Justiça da inocência do líder do PT.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Estou aqui, Sr. Presidente. Aliás, estou vestindo uma camisa amarela, em homenagem aos que adoram as cores verde e amarelo da nossa Bandeira. Há um pessoal que gosta apenas do vermelho, coisa que nós lamentamos muito. O cara diz até que tem nojo das cores verde e amarelo.

De antemão, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que nossa voz ecoe no programa *A Voz do Brasil* e em todos os meios de comunicação da Casa.

Quero dizer que hoje nós estamos enfrentando uma situação bastante interessante. Na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, nós tivemos uma situação altamente desagradável, quando um Deputado do PT fez uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputado General Girão, eu queria dizer a V.Exa. que sua imagem ficou estática na tela. *(Pausa.)*

Agora, sim, V.Exa. mostrou sua camisa amarela!

Eu vou voltar-lhe o tempo, porque V.Exa. não estava aparecendo.

Pode iniciar novamente, Deputado Girão.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria dizer que a cor amarela da minha camisa é em homenagem à nossa Bandeira do Brasil, às cores do nosso País. Há quem diga que

tem nojo de quem usa verde e amarelo. Isso é lamentável. Nós deveríamos até ser privados deste comentário. Mas a população vai saber, aliás, já está sabendo e vai fazer com que essas pessoas que têm nojo procurem outro país, um país que use o vermelho, como a Venezuela.

Deixe-me dizer uma coisa, Sr. Presidente. Hoje nós assistimos a um momento bastante triste, quando um Deputado do PT, na CREDN, atacou as Forças Armadas, falando em "*atitude mesquinha e tacaña*". Lamentável! Pelo amor de Deus! Trata-se de um desrespeito a uma das instituições mais antigas e de maior credibilidade. Há mais de 3 décadas esta credibilidade está sendo mantida.

Tudo por quê? O Deputado argumentava que as pessoas que estão enfrentando problemas não são atendidas em hospitais militares. Já são atendidas, sim! Aliás, na fronteira da Amazônia, pessoas são atendidas diversas vezes. Em certos lugares, como Tabatinga, só existe hospital militar, ou, em São Gabriel da Cachoeira, que também só tem hospital militar. Mas não é possível nós abriremos os hospitais militares para atender as pessoas em geral, porque os hospitais já atendem as famílias de militares, que pagam por isso.

Nós estamos com a relatoria deste assunto e esperamos que, na semana que vem, o Presidente da CREDN e os demais colegas Deputados nos deixem apresentar a relatoria sobre este tema.

Eu gostaria também de fazer uso da palavra, Sr. Presidente, para exaltar Luciano Hang, que hoje, mais uma vez, deu uma aula de patriotismo e de civismo ao rechaçar os absurdos que essa "CPI da Inquisição" está fazendo ao chamar as pessoas para serem ouvidas. É um absurdo! Estão querendo envolver alguma coisa de ilegal em relação à morte da mãe dele. Mesquinhas e tacañas são as pessoas que fazem isso, para não usar outros adjetivos aos quais o Presidente Bolsonaro já se referiu.

O Presidente Bolsonaro, sim, que enviou dinheiro para o enfrentamento da COVID, é que está sendo investigado, e não a Governadora do PT daqui do Rio Grande do Norte e a Governadora da Bahia, que desviaram recursos. Quem desviou recurso é que tem que ser investigado, e não quem enviou os recursos!

Nós lamentamos muito que estejamos chegando a este ponto da política brasileira, quando se esqueceram do que fizeram no passado: desviaram dinheiro, roubaram, assaltaram as estatais, quase quebraram a PETROBRAS, além dos acordos de leniência absurdos que foram feitos. Agora, estão dizendo que há inocência. Inocência, não! A Justiça não julgou inocência. A Justiça anulou o julgamento por indução de alguns advogados que conseguiram vírgulas para dizer que

o Juiz Moro foi considerado incapaz de julgar porque não foi parcial. Ele foi imparcial!

Sr. Presidente, mais uma vez, eu agradeço o espaço oferecido e digo a cada um dos brasileiros que quem não está satisfeito com o Brasil que vá embora. Esta é a terra dos brasileiros, e nós temos orgulho de ser brasileiros. Eu tenho orgulho também de ser nordestino, muito orgulho!

Que o povo potiguar se orgulhe de ser nordestino e de botar para fora esse pessoal que adora a cor vermelha!

Muito obrigado.

Documento 212/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-14:56
Publ.: DCD - 9/30/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Cenário de fome, miséria, morte e desemprego reinante no País. Sucateamento da educação, da saúde, da ciência, de programas sociais e da agricultura familiar. Ataques à democracia e devastação do meio ambiente pelo Governo Jair Bolsonaro. Facilitação do processo de devastação da floresta amazônica, pelo pacote de medidas anunciadas pelo Ministério da Economia em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente. Congratulações ao Congresso Nacional pela rejeição do Veto Total nº 42, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca da suspensão de ações de despejo durante a epidemia de coronavírus.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da *TV Câmara*, eu faço minhas as palavras do companheiro Guedes, que acaba de falar da tribuna. Ele fala a verdade e a realidade do nosso País.

Sr. Presidente, o Governo Bolsonaro completa mil dias sem ter nada para comemorar perante o povo brasileiro.

Foram mil dias que trouxeram muita fome, miséria, morte, descaso com a pandemia, desemprego e destruição de direitos. São mil dias de sucateamento da educação, da saúde, da ciência, de programas sociais, do emprego e da agricultura familiar. Um desprezo total! Esse

Governo trouxe também muita destruição para o meio ambiente, ataques à democracia, falta de perspectiva e ataques no dia a dia à perspectiva de futuro para o povo brasileiro. O Governo Bolsonaro é na verdade uma tragédia para a Nação brasileira, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu deixo registrado aqui o meu repúdio ao pacote do Ministro da Economia com a proposta feita ao Ministério do Meio Ambiente. É uma proposta que facilitará ainda mais a destruição da Floresta Amazônica. Depois de destruir a economia do País, Paulo Guedes agora ataca o meio ambiente. Paulo Guedes quer licenciamento automático e permissão para aumentar o limite de destruição da vegetação. Ele quer abrir ainda mais as porteiras para a destruição do meio ambiente.

Sr. Presidente, deixo também aqui os meus parabéns pela derrubada do veto de Bolsonaro ao Projeto de Lei Despejo Zero. Ao derrubar esse veto, a Câmara está cumprindo o seu papel social de proteger os humildes, que passam por dificuldade nessa pandemia. Eu tenho orgulho de ser um dos coautores de um dos projetos que foram pensados a esta matéria. O Congresso Nacional destruiu mais uma ação maléfica de Bolsonaro, desse Governo que não gosta de quem é pobre...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 213/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-15:00
Publ.: DCD - 9/30/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Convite ao povo brasileiro para participação nas manifestações contra o Presidente da República, programadas para o dia 2 de outubro de 2021. Recrudescimento da fome e do desemprego, aumento dos preços de alimentos, de energia elétrica, de combustíveis e do gás de cozinha no País. Estímulo do Presidente da República à devastação da Amazônia e aos ataques à democracia brasileira. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela maioria das mortes ocorridas no Brasil pela Covid-19. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, quero convidá-las e convidá-los todas e todos para participarem do ato "Fora, Bolsonaro!", na Avenida Paulista, neste sábado, 2 de outubro, às 15 horas.

Por que eu vou à Avenida Paulista? Eu vou em solidariedade ao nosso povo, que passou a ter fome. Nós estamos vivendo no Brasil uma situação em que os brasileiros deixaram de comer arroz e procuram por fragmentos de arroz, deixaram de comer carne e fazem filas em torno de osso para pegar um pedacinho de carne.

O povo brasileiro deixou de pagar a conta da luz, tal é o preço da energia. E muitos estão vivendo no escuro ou voltaram a viver à luz de velas. Nós estamos vivendo um tempo, senhoras e senhores, em que o povo brasileiro não consegue mais pagar a gasolina a 7 reais. Muitos já estão cozinhando novamente à lenha, tendo em vista que o botijão de gás está custando mais de 100 reais! Esta é a situação com a qual nós precisamos ter solidariedade ao povo brasileiro.

Cento e vinte milhões de pessoas estão passando fome no Brasil, sendo 20 milhões em fome aguda! E nós precisamos reverter isso. Este Presidente da República está destruindo a economia. São 14 milhões de desempregados e 36 milhões entre desempregados e desalentados. No Brasil, a renda dos mais pobres diminuiu e a dos mais velhos diminuiu e se concentrou nas mãos de poucos.

Eles usam a camisa verde-amarela, mas estão destruindo a Amazônia! Estão destruindo a Amazônia estimulados pelo Presidente da República e, ao mesmo tempo, destruindo a democracia brasileira, ameaçando-a, como fizeram no Sete de Setembro.

Nós temos hoje 600 mil mortos! E isso se deveu à estratégia do Presidente, que foi a de contaminar o povo brasileiro e oferecer um medicamento que, ao invés de curar da COVID, ajudou a matar o brasileiro de doenças que eram efeitos colaterais.

É por esta razão que eu chamo a família brasileira - mãe, pai, filhos, irmãos - para ir à Avenida Paulista neste sábado, 2 de outubro, às 15 horas, para dizer "*Fora, 'Bolsocaro!*"

Nós queremos o Brasil de volta para o nosso povo!

Impeachment já!



Publ.: DCD - 9/30/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Prefeito Breno do Posto, do Município de Oiapoque, Estado do Amapá, pela aquisição de cestas básicas para comunidades indígenas. Regozijo com a rejeição do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, acerca da garantia do acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Ajuizamento perante o Supremo Tribunal Federal, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de ação direta de inconstitucionalidade da Lei nº 14.172, de 2021, a respeito da conectividade do setor educacional. Perplexidade ante o depoimento de advogada de médicos da seguradora de saúde Prevent Sênior à CPI da Covid, acerca da manipulação criminosa praticada pela entidade resultante na morte de pacientes da terceira idade.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero festejar o fato de o Prefeito de Oiapoque, Breno do Posto, ter concluído uma licitação com recursos que nós alocamos ao orçamento da Prefeitura Municipal para a aquisição de cestas básicas a serem disponibilizadas para os povos indígenas do Oiapoque.

Mais de 50 comunidades serão atendidas em todas as áreas indígenas do Município do Oiapoque. Esse recurso foi remanejado no ano passado em função da COVID-19 para que nós pudéssemos atender e apoiar aquelas populações, que são numerosas.

Ali, nós temos a maior população indígena presente no Estado do Amapá, que se concentra às margens dos Rios Curipi, Urucaú e Curaçá e na BR-156. Eu cito apenas algumas aldeias, porque são muitas: kumarumã, manga, kumenê. São muitas, de muitas etnias, que vão ser atendidas.

Estou feliz, porque a partir desta semana as cestas básicas vão chegar, e nós vamos, então, poder atender a essas populações que tanto precisam.

Eu gostaria também de comemorar a derrubada que fizemos ao veto do Presidente Jair Bolsonaro aos recursos que permitiriam, que vão permitir agora, a implantação da Política de Inovação Educação Conectada. Eu comemoro isso porque estudo divulgado pela ONU, recentemente, mostra que países com desigualdade no oferecimento de acesso à Internet são aqueles que mais vão sofrer com dificuldades

na educação.

Então, ao mesmo tempo em que eu comemoro a atitude deste Parlamento de impor duras e necessárias derrotas a esse Governo inimigo da educação, inimigo em particular das pessoas em situação de vulnerabilidade, que têm mais dificuldade de acesso à Internet, eu também lamento que o Presidente Jair Bolsonaro tenha recorrido ao STF, porque nós também derrubamos outro veto importante, que é dos recursos de 3,8 bilhões para que Estados e Municípios pudessem disponibilizar Internet a alunos e professores. Nós aprovamos, o Presidente vetou, nós derrubamos o veto, e agora ele foi ao STF combater o acesso à Internet pelo povo brasileiro, pelos estudantes e professores. Esse Governo não tem sensibilidade e quer condenar os mais pobres à pobreza. Isso é lamentável.

Presidente, antes de concluir, aproveito para pedir que o nosso pronunciamento seja divulgado pelos veículos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Registro também a nossa estupefação com o depoimento da advogada que revelou a manipulação pela seguradora de saúde Prevent Sênior, criminosamente, condenando à morte pessoas da terceira idade.

Documento 215/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-15:36
Publ.: DCD - 9/30/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Acompanhamento pelo orador do depoimento prestado à CPI da Covid pelo empresário Luciano Hang, réu confesso em processo sobre a disseminação de fake news. Aproximação da triste marca de 600 mil no País pela Covid-19. Vinculação entre a campanha contra a vacinação promovida pelo Presidente Jair Bolsonaro, e a maioria das mortes provocadas pela doença viral. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 517, de 2010, sobre a quebra do monopólio exercido pelo Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares - IPEN na produção de radiofármacos e radioisótopos. Perplexidade ante a ocultação, pela empresa de assistência à Saúde, Prevent Senior, da morte de pacientes da Covid-19 submetidos ao tratamento com hidroxiquina.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Estou *online* hoje, de Salvador, acompanhando a sessão, e tenho tido

oportunidade também, por estar *on-line*, de acompanhar a sessão do Senado, onde na CPI do genocídio estão ouvindo o Luciano Hang, da Havan, réu confesso de disseminação de *fake news*, Sr. Presidente.

É um absurdo o que nós temos acompanhado no nosso País. Já estamos nos aproximando da marca de 600 mil brasileiros que perderam a vida nessa pandemia, e não era para ser assim. Desde o início eu tenho falado que tínhamos tudo para fazer diferente. Nós temos o maior programa de vacinação pública do mundo, Sr. Presidente. Nos Estados Unidos é a primeira vez que fazem uma campanha de vacinação gratuita e pública; estamos fazendo isso desde a década de 70.

Nós temos a FIOCRUZ e o Butantan, que são as suas maiores instituições de produção de ciência, de produção de fármacos, de produção de mundo biológico da América Latina. Nós temos sistema de saúde público, gratuito e universal. Mas, infelizmente, o Brasil, nesta pandemia, tem um Presidente insano na cadeira da Presidência. Ele chega ao absurdo de fazer campanha contra a vacina. Se já era claro, agora, com a CPI do genocídio agora ficam materializadas as provas de como o Governo trabalhou com a tese de que não podia haver paralisação da economia, de que não podia haver nenhum obstáculo, que se permitisse a circulação do vírus, que as pessoas precisavam se contaminar e, para isso, a tese é: "*Pode se contaminar, pode adoecer, que temos aqui medicamentos que vão salvar a sua vida*". Não é verdade, o mundo inteiro sabe disso.

Torraram fortunas com o laboratório do Exército, a mando do Presidente, para produzirem medicamentos que não são eficazes contra a COVID. Impediram a compra de vacina dos produtores, da *Pfizer*, dificultaram a parceria com o Butantan, e abriram espaço para o "negocionismo", para criar oportunidades de negócio. Tudo para esses senhores são oportunidades de negócios, para lucro dos seus comparsas, da família, da Avenida Paulista, do rentismo.

É a mesma coisa que estão fazendo agora com IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares na produção de radioisótopos e radiofármacos -, cuja produção é pública, mas querem aprovar uma PEC na Câmara e no Senado, no Congresso, para viabilizar a privatização.

Presidente, é absurdo o que aconteceu na Prevent Senior, é um absurdo o que está acontecendo no IPEN, é um absurdo o que está acontecendo em nosso País!

Peço a V.Exa. que seja registrado no programa *A Voz do Brasil* os descabros dos mil dias de horror e genocídio.

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-15:44
Publ.: DCD - 9/30/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de manutenção do Veto Parcial nº 44, de 2021, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, acerca das diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022, especialmente do dispositivo da proposição sobre o aumento do montante de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o Fundo Eleitoral. Necessidade de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.890, de 2020, sobre a prorrogação do prazo de pagamento de tributos e contribuições federais, e o estabelecimento das formas de parcelamento de débitos tributários, durante o estado de calamidade pública ou de pandemia reconhecidos pelo Governo Federal. Participação do orador no V Fórum Nacional do Comércio.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobre Deputado Gilberto Nascimento, é uma alegria acompanhar V.Exa. na Presidência desta sessão. Parabéns pela condução dos trabalhos!

Deputados e Deputadas, venho a esta tribuna primeiramente para manifestar -- acredito eu -- uma vontade do Brasil como um todo, que é a manutenção do veto ao aumento do fundo eleitoral para 6 bilhões de reais.

No momento em que a pandemia assola o nosso País, no momento em que pessoas morrem, perdem vidas, empresas estão com dificuldades financeiras, claro que o Parlamento não pode se dar ao gosto de elevar o fundo eleitoral para quase 6 bilhões de reais.

Precisamos debater com profundidade o sistema eleitoral brasileiro, mas jamais podemos ferir aquilo que as pessoas esperam de nós.

Precisamos, por exemplo, votar nesta Casa o novo REFIS. Aliás, Presidente, nessa esteira, eu estive ontem no V Fórum Nacional do Comércio, com a presença inclusive de Ministros de Estado e comerciantes. E quero registrar a presença nesse fórum do meu amigo de Ribeirão Preto Paulo, que preside o SINCOVARP. O CDL também esteve aqui na Capital Federal, a quem estendo as minhas homenagens.

Precisamos envidar esforços e nos debruçar sobre a defesa da manutenção de empregos no Brasil. Estava comigo também nesse evento, acompanhando uma grande empresa brasileira, Lucas Stoque, que é diretor comercial da Coala, que faz cosméticos, materiais para limpeza, para *pet*. Essa empresa está na defesa intransigente da indústria brasileira da geração de empregos no nosso comércio.

Este Parlamento precisa centrar esforços nisso, dizer um "não" ao aumento do fundo eleitoral. Este tem que ser o compromisso de todos os Deputados e Deputadas desta Casa de Leis: dizer um "não" a esse tema, para que possamos, então, investir na saúde corretamente, investir em salvar vidas, investir na geração de empregos, no estímulo ao comércio, aos nossos comerciantes, aos aposentados e pensionistas também, que não receberam ajuda nessa pandemia. Muitas pessoas idosas tiveram um filho que perdeu o emprego, um neto que perdeu o emprego.

Presidente, peço a V.Exa. que este nosso comunicado seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 217/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-15:56
Publ.: DCD - 9/30/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Tratamento desrespeitoso dispensado a depoentes pela CPI da Covid, em especial ao empresário Luciano Hang, Repúdio à atuação do Relator da CPI, Senador Renan Calheiros.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, caros colegas Deputados, eu acabo de atravessar o Salão Azul, depois o Salão Verde, vindo do Senado da República, da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da COVID, e sinceramente a impressão que eu tive foi a pior possível, durante o depoimento de Luciano Hang. Aquilo sinceramente parecia mais a *Escolinha do Professor Raimundo*. Aliás, aquela é ou era mais organizada e pelo menos nos dava motivo para alegria, ao contrário do que nós estamos vendo na CPI da COVID. É um absurdo, uma falta de profissionalismo tremenda! Não importa quem está sentado ali para depor. Não é a primeira vez, muito antes

pelo contrário, mas é a primeira vez que venho a esta tribuna falar sobre isso, porque chega, Srs. Senadores!

O que está acontecendo naquela CPI é absurdo, a forma como interpelam aqueles que estão sentados para depor, com interrupção no microfone o tempo todo, deboche.

Sr. Presidente, o empresário Luciano Hang, que gerou e gera milhares de empregos neste País, não está sendo respeitado nem pelo passamento de sua própria mãe. Os Senadores, na sua maioria, inclusive o Presidente e o Relator Renan Calheiros, que dispensa apresentações, não são capazes de respeitar o luto de uma pessoa, não importa se gostam ou não da pessoa.

Aquilo de que acusam o Sr. Luciano Hang é o que eles próprios estão promovendo: a cultura do ódio contra as pessoas durante a pandemia.

Sr. Presidente, é lamentável o que está acontecendo. Estava assistindo pela TV do gabinete, mas não consegui acreditar, vendo com meus próprios olhos, e fui lá. Quem assiste Brasil afora a isso vê a falta de maturidade do Senado da República, que deveria ser a Casa Alta, a Câmara Alta, de maior respeito na República, a Câmara sênior dos Senadores, que protagoniza um espetáculo abominável.

Toda a minha solidariedade a todos aqueles, sim, que sofreram durante o período da pandemia, seja na área da saúde, seja na área econômica, seja na área social. Aquilo que for levantado na CPI de acusações e indícios sérios preciso, sim, ser apurado e devidamente punido.

Agora, Sr. Presidente, dizer que uma CPI cujo Relator é Renan Calheiros vai chegar a alguma conclusão de verdade, da forma como estão conduzindo esse trabalho, é de repugnar!

Por isso, toda a minha solidariedade a todos os que foram depor lá, independentemente se serão ou não indiciados, que precisam e merecem ser tratados com respeito, e também ao empresário Luciano Hang, que hoje está sendo tratado pelo Senado da República da pior forma possível, sendo desrespeitado inclusive no luto pela sua própria mãe.

É uma vergonha, Sr. Presidente!

Muito obrigado.

Publ.: DCD - 9/30/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Presidente Jair Bolsonaro pela demissão de diretores do Banco do Nordeste do Brasil, diante de irregularidades em contrato celebrado entre a instituição bancária e organização não governamental. Proibição do Presidente da República. Tentativa da CPI da Covid de criminalização do Presidente Jair Bolsonaro por suposta prática de corrupção.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento, folgo em vê-lo nessa cadeira, presidindo a sessão. V.Exa. brilhantemente enobrece o nosso partido, o PSC, e esta Casa, como um dos Deputados aqui com a vida política mais longa.

Sr. Presidente, vou contar uma história verdadeira, real, mas que até pouco tempo atrás era impossível de se imaginar.

O Presidente do PL, o Sr. Valdemar Costa Neto, tomou a decisão de demitir toda a diretoria do Banco do Nordeste. Por quê? Porque havia um contrato simplesmente vergonhoso de mais de 600 milhões de reais entre o Banco do Nordeste e uma ONG. Mas por que o Presidente Valdemar Costa Neto tomou essa decisão? Porque, segundo ele próprio, o seu telefone tocou, e do outro lado da linha estava o Presidente da República, pedindo explicações sobre aquele contrato, do qual, segundo disse o Presidente Valdemar Costa Neto, ele não tinha conhecimento. O Presidente Bolsonaro ligou para ele, exigindo explicações e ordenando a demissão completa da diretoria do Banco do Nordeste.

Por que eu estou contando essa história, Brasil? É para dizer que o Brasil mudou, para dizer que o Governo mudou. Estamos respirando um tempo de honestidade. Estamos respirando um tempo em que a corrupção não faz parte da pauta do Governo. Estamos vivendo um tempo em que o Presidente da República tem moral, tem tamanho para ligar para o presidente de um grande partido e exigir que este tome providência acerca de um contrato que cheirava mal às narinas do contribuinte brasileiro.

Portanto, parabéns ao Presidente Bolsonaro pela sua postura!

Enquanto isso, a "CPI do circo" está fazendo o seu *show* à parte para tentar colocar o carimbo de corrupção num governo de honestidade,

mas não vai conseguir, até porque nada foi comprado.

Enquanto os cães ladram, a caravana passa, e o Brasil agradece, porque a página da corrupção e da imoralidade com o dinheiro público foi virada.

Documento 219/239

84.2021.B	Sessão Outro Evento	29/09/2021-16:32
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	OTONI DE PAULA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Gilberto Nascimento pelo pedido ao Procurador-Geral da República, Augusto Aras, de suspensão do decreto do Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, sobre a apresentação de passaporte sanitário para a participação de fiéis em celebrações religiosas nas igrejas e templos.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto Nascimento, eu só pedi este minuto porque eu me lembrei de parabenizar V.Exa. pela sua coragem, pela sua determinação em defender aquilo que é sério, aquilo que é honesto, em defender os valores da nossa fé contra o absurdo da decisão do Governador do Estado de Pernambuco, que agora está exigindo passaporte sanitário para que os membros das igrejas possam ir à missa ou aos cultos.

Parabéns, Deputado Gilberto Nascimento, pela sua coragem de ter entrado com ação na Procuradoria-Geral da República para que o Procurador Aras tome uma providência e declare inconstitucional esse ato ditatorial do Governador de Pernambuco, até porque a própria OMS já se manifestou de forma contrária ao passaporte sanitário neste momento da história que nós estamos vivendo. Não se cobra passaporte sanitário na feira livre, no metrô, no trem, nas filas de banco de Pernambuco. Agora, quer-se impor isso dentro das igrejas.

V.Exa. enobrece a sua função parlamentar como defensor da igreja, independentemente da sua matriz religiosa, da sua condição de católico, de evangélico. Hoje, nós queremos parabenizá-lo pela sua coragem. Parabéns, Deputado Gilberto Nascimento!

Documento 220/239

84.2021.B Sessão Outro Evento 29/09/2021-16:32

Publ.: DCD - 9/30/2021 - DAVID SOARES-DEM -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Associação ao pronunciamento do Deputado Otoni de Paula sobre o pedido ao Procurador-Geral da República, Augusto Aras, pelo Deputado Gilberto Nascimento, de suspensão do decreto do Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, acerca de exigência da apresentação de passaporte sanitário para a participação de fiéis em celebrações religiosas nas igrejas e templos. Contrariedade à criação de passaporte sanitário pelo Prefeito Municipal do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

O SR. DAVID SOARES (DEM - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero fazer coro com o Deputado Otoni, parabenizando V.Exa. por essa atitude inteligente, sensata de cobrar providência à Procuradoria-Geral da República.

O que está acontecendo em Pernambuco é um excesso que começou no Rio de Janeiro. O Prefeito Eduardo Paes simplesmente criou o passaporte sanitário. Houve casos de turistas que chegaram neste fim de semana para visitar os pontos turísticos do Rio de Janeiro e foram proibidos de fazê-lo - estou falando do Pão de Açúcar, do Cristo Redentor, locais abertos - simplesmente porque não tinham o seu comprovante de vacina.

Nós estamos vencendo, e não é com exclusão que nós vamos fazer as coisas caminharem. Parabéns, Sr. Presidente. Fica aqui a fala de que aquele que se rebelou contra as igrejas nunca permaneceu. Os episódios bíblicos mostram bem claramente que aqueles que se rebelam contra quem faz o bem não vão permanecer.

Que o Sr. Governador Paulo Câmara tenha bom senso para desfazer esse ato iníquo e dar aos cristãos e às pessoas de qualquer religião a possibilidade de cultuar.

Documento 221/239

112.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -29/09/2021-
CD 19:32

Publ.: DCD - 9/30/2021 - ALIEL MACHADO-PSB -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Agravamento das desigualdades sociais em meio à epidemia de coronavírus. Oportunidade do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, V.Exa. liderou, desde o início desta crise, a campanha *Vacina no Braço, Comida no Prato*. O Deputado Marcelo Ramos conhece na essência, portanto, a luta das pessoas que mais precisam. E dói demais sabermos o sofrimento do nosso povo, num momento em que a desigualdade em nosso País fica ainda maior, num momento em que, após 1 ano de pandemia, temos um número maior de bilionários, em um país que não cobra imposto de rico. Só quem já sentiu na pele necessidade e fome sabe o que significa isso, Deputado Marcelo Ramos.

Eu tenho muito orgulho por ter começado a trabalhar, desde os 7 anos de idade, como engraxate, para ajudar o meu pai e a minha mãe. E sei que as dificuldades pelas quais a minha família passou não se deram por falta de esforço, mas por falta de política pública, por falta de ações concretas dentro da política.

Esse projeto remedeia um pouquinho o sofrimento de quem está lá fora. Eu espero que essa sensibilidade aconteça para as mudanças importantes e grandes que esta Casa precisa fazer, Presidente.

Documento 222/239

112.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/09/2021- CD	19:52
Publ.: DCD - 9/30/2021 -	OTONI DE PAULA-PSC -RJ	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pela suspensão do decreto editado pelo Prefeito Eduardo Paes a respeito da instituição do passaporte sanitário. Indignação com a exigência do Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, da apresentação de comprovante de vacinação para participação em cerimônias religiosas em igrejas e templos. Posicionamento da Organização Mundial de Saúde - OMS, contrário à instituição de passaporte de vacinação.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão



do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas e Deputados, subo a esta tribuna para parabenizar o Desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que acabou de suspender na tarde desta quarta-feira, dia 29 de setembro, o famigerado e ditatorial passaporte sanitário na cidade do Rio de Janeiro. Pelo entendimento do magistrado, o decreto do Prefeito Eduardo Paes impede a liberdade de locomoção pelo cidadão que não está vacinado e não quer ser vacinado.

Agora a loucura não para, a sandice ditatorial não para! Por exemplo, há um caso emblemático em Pernambuco, que, se não for tolhido pela Procuradoria-Geral da República, isso há de se multiplicar Brasil afora. O Governador de Pernambuco passou a exigir comprovante de vacinação em igrejas. O fiel que entrar em um templo religioso tem que apresentar o passaporte de vacinação. Aí eu pergunto ao Governador de Pernambuco e aos que estão ensaiando ser ditadores por esse Brasil: e nos trens e nos ônibus não vai ser exigido passaporte sanitário?

Ora, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, a própria OMS não apoia a exigência de passaportes de vacinação. Segundo os jornais estão publicando, a Organização Mundial da Saúde não apoia a exigência desses passaportes. E sabe o que disse a Sra. Margaret Harris, representante da OMS? Abre aspas: "*Nós, como a OMS, dizemos que, neste estágio, não gostaríamos de ver o passaporte de vacinação como um requisito para a entrada ou saída porque - atenção! - não temos certeza de que a vacina previne a transmissão*". Fecha aspas. Representante da OMS!

Eu pergunto a V.Exas.: onde fica a história do "meu corpo, minhas regras"? "Meu corpo, minhas regras" só serve para matar bebê no ventre da mãe? "Meu corpo, minhas regras" só serve para o aborto?

Como é que nós podemos obrigar o cidadão a injetar no seu corpo algo que, na verdade, não se conhece ainda a sua real eficácia? E o que é pior: não dominamos os seus efeitos colaterais a médio e longo prazos. Mas se quer obrigar o cidadão a se vacinar, impedindo o seu direito constitucional de ir e vir?

Ora, um grupo de quase mil advogados assinou um manifesto contra o passaporte sanitário nos tribunais e fóruns.

Senhores, senhoras, nós já sabemos: jornal *El País*. *Infectados são capazes de gerar anticorpos contra o Coronavírus pelo resto da vida.*

Revista *Exame*: *Quem já teve COVID-19 pode ter anticorpos pelo resto da vida, diz estudo científico.*

G-1: *Casos leves de COVID podem induzir o organismo a produzir anticorpos duradouros, diz estudo. Diz a matéria: Cientistas afirmam que pessoas que tiveram a forma leve de Coronavírus desenvolvem uma imunidade de longa duração, que pode durar a vida toda.*

Portanto, naturalmente os anticorpos são criados no corpo daqueles que tiveram até COVID com moderação leve.

A quem interessa o passaporte sanitário, senão à indústria da vacina, senão aos grandes conglomerados da vacina?

Parabéns, Desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por derrubar esse decreto ditatorial do Prefeito Eduardo Paes, fazendo com que se restabeleça a liberdade constitucional de ir e vir na cidade do Rio de Janeiro.

Não ao passaporte sanitário! Por quê? Porque nem a OMS defende o passaporte sanitário.

Documento 223/239

113.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -30/09/2021- CD	13:24
Publ.: DCD - 10/1/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Criação do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania do Partido dos Trabalhadores. Continuidade da pandemia de coronavírus no Brasil e no mundo. Alcance pelo País da marca funesta de 600 mil mortes pela Covid-19. Negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro à ciência e aos protocolos da Organização Mundial da Saúde - OMS de prevenção da doença viral. Papel exercido pelo Consórcio do Nordeste na coordenação de ações contra o coronavírus. Postura irresponsável do Presidente da República no enfrentamento da Covid-19. Envolvimento do clã Bolsonaro com milícia e corrupção. Anúncio da realização de manifestações no País pelo afastamento do Presidente da República, no dia 2 de outubro de 2021.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, General Peternelli, na pessoa de V.Exa., quero cumprimentar todos os Parlamentares.

Cumprimento também, de modo especial, o Deputado Pedro Uczai, meu amigo de partido, um grande militante; o Deputado Pedro Vilela, do PSDB de Alagoas, também um militante importante; o Deputado



Subtenente Gonzaga, que usou a tribuna, com quem tivemos a oportunidade de ter várias caminhadas, principalmente na Comissão de Direitos Humanos, sempre fazendo uma defesa forte em relação à sua categoria; e o Deputado Sanderson, colega de caminhada do MERCOSUL.

Sr. Presidente, é a terceira vez, desde o início da pandemia, que eu estou vindo a Brasília. Vim, primeiro, no período da eleição da Mesa da Casa. Depois, para outra atividade, oportunidade em que inclusive visitei um colega seu das Forças Armadas, o Presidente da EBSEH - fomos debater uma temática importante. Agora, venho pela terceira vez, a fim de cumprir uma missão que o partido me designou e que para mim é motivo de muito orgulho.

Trata-se da criação do Núcleo Direitos Humanos e Cidadania do Partido dos Trabalhadores. O PT tem núcleos de outras temáticas, a exemplo de um núcleo em que eu tive oportunidade de lidar com o Deputado Pedro, o Núcleo Agrário. Tem também núcleos que tratam de matérias como educação, saúde, economia e finanças. Agora, o partido me designou essa nova tarefa, como diz um colega de Alagoas, hercúlea, desafiadora.

Contamos com o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores, que tomou uma decisão unânime. Isso é até um pouco complexo no processo, como dizia Nelson Rodrigues. Vamos tentar construir o núcleo, embora tenhamos um grande adversário, que é o tempo, já que o prazo de validade de todos nós nesta Casa vai até o ano que vem. Então, vamos tentar fazer um planejamento de curto prazo ou, no máximo, médio prazo.

Discutir direitos humanos no plano nacional e internacional é discutir a vida, a defesa da vida. E nós estamos vivenciando um momento de muita complexidade, principalmente depois de um fenômeno que atinge o meio ambiente e a saúde, que foi a COVID-19. O vírus que causa a doença surgiu inicialmente na China. Está cientificamente comprovado que resultou de um desequilíbrio do ser humano, principalmente devido a sua ganância, no sentido de não respeitar a natureza. E esse vírus consegue atacar todas as potências, inclusive a maior potência militar do mundo, os Estados Unidos, que pode ter uma visão de guerra convencional, mas não conseguiu vencer o vírus de forma inteligente.

Essa luta continua até hoje. O Brasil tem cerca de 600 mil mortes. No começo, eram só números, e hoje, quem está ouvindo e vendo este pronunciamento, sabe que, em cada família, há algum colega de infância, de moradia, de local de trabalho, de estudo que foi vitimado.

Ficou também uma reflexão: os Estados que tinham estruturas de



saúde pública foram os que conseguiram dar uma resposta à pandemia. Não era a resposta ideal, porque até então a ciência não tinha nem vacina para combater a COVID-19, mas foram os países que tinham estruturas de saúde pública que conseguiram dar a melhor resposta para minorar essa pandemia que ataca o mundo até hoje.

E mais uma vez os Estados Unidos, repito, a maior potência militar e econômica do mundo até hoje - mesmo discordando do ponto de vista ideológico daquele país, reconheço isso -, não deram uma resposta ideal à pandemia, porque o modelo de saúde deles é privado. Eles não têm um modelo como o que temos aqui com o SUS!

É pena que no momento em que surgiu a COVID não tivéssemos um Presidente com estatura para ser o grande gestor desta cruzada pela vida. Pelo contrário, ele nega a ciência; não respeita os protocolos da Organização Mundial da Saúde, a exemplo do uso de máscara e de álcool em gel e da prática do distanciamento social; não faz uma grande articulação com os 27 Governadores. O que ele fez foi eleger os Governadores como inimigos, principalmente os Governadores do Nordeste, que tiveram a coragem de criar o Consórcio Nordeste, para otimizar uma ação que fortalecesse as políticas públicas de saúde.

O Consórcio Nordeste, naquele momento, teve como Diretor Técnico um dos homens mais reconhecidos no mundo, o cientista Miguel Nicolelis, um paulistano que fez a opção de morar no Estado do Rio Grande do Norte e teve a capacidade de coordenar aquele consórcio. É por isso que, quando fazemos o desenho e analisamos a situação com calma, vemos que a Região Nordeste, devido a essa ação do consórcio, foi a que teve a melhor resolutividade. Mesmo assim, a pandemia atingiu milhares de famílias no Brasil e, é claro, no Nordeste também.

Nós temos um Presidente que contraria a Organização Mundial da Saúde. Em 2020, quando foi procurado pela OMS para assinar o protocolo da Covax Facility, ele não aceitou e só o fez depois de setembro ou outubro do mesmo ano. Nesse intervalo, quantas famílias foram vitimadas? E mais: ao mesmo tempo em que ele tenta responsabilizar os Governadores e os Prefeitos das capitais, criminalizando-os - e houve erros, que têm que ser apurados - o Senado Federal, de forma altiva, cria uma CPI, que esta Casa não teve a estatura de criar, e a cada dia nós verificamos as mazelas do poder, os interesses que permeiam principalmente as instituições da saúde, que estabeleceram uma verdadeira quadrilha montada no Ministério da Saúde - uma verdadeira quadrilha!

Essa quadrilha é capitaneada por integrantes da família Bolsonaro - a imprensa já vem divulgando isso. O Presidente da República sabia; ele está envolvido no processo da corrupção direta. O seu filho, além de

estar envolvido no Senado, é ainda um novo rico que esbanja poder, comprando uma casa de 6 milhões de reais em Brasília, só para os super-ricos. É o mesmo caso da ex-companheira do Presidente e do seu filho mais novo.

Essa relação ataca diretamente uma outra organização, que é um fenômeno inicialmente do Rio de Janeiro, mas que começa a ter capilaridade no Brasil. São os milicianos, amigos do Bolsonaro desde o seu primeiro projeto eleitoral.

Essa situação a sociedade brasileira compreendeu, e é por isso que, a cada pesquisa, essa figura genocida, pária internacional, começa a derreter. Contra ele, são fundamentais, sim, Sr. Presidente, as ações nas redes sociais, que têm um papel importantíssimo, mas também as ações nas ruas. É por isso que o dia 2 de outubro é um dia de luta, é um dia em defesa da democracia, é um dia em defesa do povo brasileiro. E a palavra de ordem central para o dia 2 é: Fora, genocida!; Fora, Bolsonaro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 224/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-09:20
Publ.: DCD - 10/1/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Impacto da epidemia de coronavírus sobre os moradores das favelas do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Urgente necessidade de ação do poder público a favor das populações menos favorecidas. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidenta Rosângela Gomes. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, relato uma pesquisa sobre o impacto do coronavírus nas favelas, a desigualdade e o racismo sem máscara que o coletivo Movimentos realizou com o objetivo de detalhar os impactos da pandemia do coronavírus dentro de grandes complexos como Maré, Alemão e nossa Cidade de Deus.



Eu não quero tratar apenas dos números. Quero falar também dos impactos da pandemia. É preciso dar conhecimento de que 54% dos trabalhadores que moram em favela perderam o emprego formal. Eles solicitaram o auxílio emergencial, mas só 52% o conseguiram. Eles conheceram alguém, um vizinho, um parente, que morreu por causa da COVID. Dos entrevistados, 63% ficaram sem água em algum momento desta pandemia. Dos moradores, 83% ouviram tiros de dentro de suas casas, 40% presenciaram algum episódio de violência doméstica e 47% sofreram racismo e discriminação - 93% são negros.

Por que eu faço este pronunciamento? Porque os números mostram que os moradores das favelas foram impedidos de parar de trabalhar. As atividades que eles desempenham foram necessárias durante a pandemia, pois, mesmo sendo do mercado informal, eles precisavam botar comida em casa. O outro lado desta moeda mostra o caso dos entregadores de comida, que diziam: "*E o motorista de transporte, o funcionário de supermercado, a trabalhadora doméstica?*" Essas pessoas foram e continuam sendo fundamentais para que outras pessoas possam fazer o isolamento.

Portanto, o objetivo deste meu pronunciamento é me somar a este movimento e provocar o Parlamento, o poder público estadual, federal, municipal, como meu Estado do Rio de Janeiro, para, urgentemente, oferecerem serviços e dignidade às pessoas mais pobres que moram nas capitais deste País das quais eu tenho falado com frequência.

Eu quero agradecer, Sra. Presidenta, sua paciência. Eu tenho certeza de que V.Exa. conhece, muito bem, o sofrimento que passam nossas comunidades, entre elas a Baixada Fluminense, nestes tempos de pandemia. É muito importante que possamos nos somar no Congresso Nacional para votar matérias que deem alguma tranquilidade e segurança a estas pessoas.

Nós somos contra a PEC 32, porque ela vai causar desemprego, tirar o poder aquisitivo do servidor e realmente fragilizar as relações de trabalho. Com a PEC 32, muitos direitos serão retirados. Nós não queremos aumentar mais a miséria, o desemprego e a fome neste País, principalmente nas nossas comunidades.

Sra. Presidenta, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos outros meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

85.2021.B Sessão Outro Evento 30/09/2021-09:32

Publ.: DCD - 10/1/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Comemoração da data da libertação dos escravos no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. Repúdio às manifestações da Esquerda contra o Governo Jair Bolsonaro. Realização da partida final da Copa Libertadores da América de 2021, entre o Clube de Regatas do Flamengo e a Sociedade Esportiva Palmeiras. Aplausos ao empresário Luciano Hang pelo depoimento prestado à CPI da Covid. Utilização do órgão para fins político-eleitorais. Repúdio ao pronunciamento de Deputado do PT, a favor da extinção da Polícia Militar.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidente Rosângela Gomes, minha vizinha. É uma satisfação vê-la mais uma vez na Presidência. Muito obrigado pela palavra concedida.

Nós estamos no nosso gabinete aqui no Rio Grande do Norte, trabalhando, conversando com as lideranças. Hoje é um dia que nós destacamos a todos os colegas Deputados e ao Brasil. O dia 30 de setembro é o dia da liberdade, quando Mossoró comemora a liberdade dos escravos. Mossoró foi a primeira cidade do Brasil a decretar a liberdade dos escravos, 5 anos antes da Lei Áurea. Trata-se de uma data magna para o Estado do Rio Grande do Norte, especialmente para o oeste do Estado. É grande nossa felicidade em poder externar este dia hoje, num momento em que o Brasil clama por liberdade. Vamos conseguir!

Sra. Presidente, aproveito para pedir que nossas palavras ecoem por meio de todos os veículos de comunicação da Casa.

Eu quero dizer que lamentamos muito quem é contra a liberdade. Parece que a Esquerda, com um pensamento retrógrado, tacanho, mesquinho e cleptocrático - foi dessa forma que eles se apoderaram do poder durante 16 anos e assaltaram os cofres das estatais -, insiste em fazer manifestações contra o Governo Federal, na verdade, contra o Brasil.

Eu lanço um desafio da quantidade de bandeiras do Brasil que vão aparecer nesta manifestação, porque, nas anteriores, quando se distribuía mortadela e se pagava um pró-labore a quem participava das manifestações, enchia-se de gente, mas por causa da mortadela.

Agora eles fazem manifestações, mas não conseguem colocar gente! A toda hora querem fazer manifestações. Por favor, vamos apoiar o desenvolvimento do nosso Brasil! Vamos apoiar o progresso do nosso Brasil! É isso que nós esperamos que todos os brasileiros façam. Lamentavelmente, parece que alguns torcem contra.

Por falar em torcer contra, eu queria deixar clara minha satisfação, pois a Libertadores da América terá uma final brasileira com meu Flamengo contra o Palmeiras do Presidente Bolsonaro, que também já vestiu a camisa do Flamengo. Será uma final muito bonita. Infelizmente, acontecerá no Uruguai, mas, com certeza absoluta, vai vencer o melhor. Eu espero que o melhor seja aquele que venceu em 2019.

Eu gostaria também de dizer que ontem nós vivenciamos uma pá de cal naquela CPI dos horrores, na CPI dos absurdos. Luciano Hang, com sua roupa verde-amarela, muito bonita, colocou uma pá de cal na CPI. Ele enterrou a cara de pau daqueles que estão fazendo desta CPI uma plataforma para tentarem se reeleger no ano que vem, para tentarem desfazer os progressos que nosso Brasil já alcançou. O Brasil está enfrentando dificuldades? Sim, está. Eu lamento muito. A pandemia está gerando dificuldades para todo mundo, mas nós temos que ter orgulho de ser brasileiros. Felicito Luciano Hang, felicito muito mesmo, porque ontem, se existia alguma dúvida, ele colocou uma pá de cal na CPI.

Eu finalizo, Sra. Presidente, dizendo que, em relação à segurança pública, o partido que quer acabar com a Polícia Militar e retirar o policiamento das ruas é o Partido dos Trabalhadores. Por favor, Deputado que pede a extinção da polícia, pare de pedir isso, e vamos fortalecer as ações policiais e as ações sociais.

Que Deus nos proteja, nos guarde e cuide de nós! Nós precisamos disso.

Um forte abraço!

Muito obrigado.

Documento 226/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-09:36
Publ.: DCD - 10/1/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração dos mil dias do Governo Jair Bolsonaro. Cenário de desemprego, inflação, fome, miséria e insegurança alimentar reinante no Brasil. Elevação dos preços de combustíveis e dos componentes da cesta básica. Caos sanitário vigente no País. Atraso na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Aproximação da nefasta marca de 600 mil mortes no Brasil pela doença viral. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro em relação à epidemia de coronavírus. Envolvimento do clã Bolsonaro com corrupção. Anúncio da realização no País de manifestações pelo afastamento do Presidente da República, no dia 2 de outubro de 2021.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente Rosangela Gomes. Bom dia, colegas Parlamentares. Cumprimento o povo brasileiro que acompanha mais esta sessão da nossa Câmara Federal.

Nesta semana que encerramos, o Governo Bolsonaro completou mil dias, mil dias de muito sofrimento e de muitas perdas para o povo brasileiro, Deputada Lídice da Mata. Vou enumerar algumas das grandes perdas do povo brasileiro, Deputado Vicentinho. O desemprego cresceu profundamente no País, fruto desta política ultraliberal e do fanatismo liberal adotado por Bolsonaro. Existem 14,4 milhões de desempregados, 6 milhões de brasileiros desistiram de procurar emprego e 32 milhões de brasileiros estão subempregados. A fome e a miséria se ampliaram no País nesses mil dias de Governo Bolsonaro. O Brasil voltou ao mapa da fome: 19,1 milhões de pessoas estão gravemente passando fome e 110 milhões de brasileiros vivem em insegurança alimentar.

As fotos duras de brasileiros que procuravam na fila do osso o que comer são a demonstração mais clara da falência da política econômica e social do Governo Bolsonaro, que não enfrenta este problema. A inflação está descontrolada, e Bolsonaro segue tergiversando, sem adotar medidas concretas para combater a alta da inflação.

Vamos falar do preço da cesta básica, Deputado Frei Anastacio. A cesta básica subiu aqui em Porto Alegre, de onde eu falo neste momento, 26% em 12 meses. O preço do óleo *diesel* subiu 66% durante o Governo Bolsonaro, o do feijão e o do arroz subiram entre 60% e 70%. Diante disso, o que Bolsonaro nos diz sobre a inflação? Ele mente, mente dizendo que a responsabilidade seria dos Governadores, de fulano, de beltrano. Ele transfere as responsabilidades e não enfrenta os problemas.

Por fim, Presidenta, falo do caos sanitário e do genocídio que a COVID determinou no nosso Brasil, com quase 600 mil mortos, com uma das

vacinações mais atrasadas do mundo e com um Presidente que se nega a receber a vacina, um Presidente que combate o uso de máscaras, que incentiva as aglomerações e que combate o tempo inteiro as boas condutas da ciência contra a pandemia. Além de tudo isso, este Governo é marcado pela corrupção da família Bolsonaro. Um dos seus filhos comprou um imóvel em Brasília por 6 milhões de reais. A família compra imóveis em dinheiro vivo! A família faz "rachadinhas"!

O Brasil não pode mais suportar a continuidade do Governo Bolsonaro.

Dia 2 de outubro, todos nas ruas para pedir o *impeachment* de Bolsonaro!

Documento 227/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-09:44
Publ.: DCD - 10/1/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma às vítimas da Covid-19. Solidariedade aos seus familiares. Registro no País da triste marca de 596.163 mortes pela doença viral. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela tragédia causada pelo coronavírus no Brasil. Homenagem aos profissionais da saúde envolvidos nas ações de combate à Covid-19.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Rosângela Gomes. Ao cumprimentá-la, bem como aos demais pares, mais uma vez vamos falar aqui a respeito da maior tragédia e, em parte, do maior sofrimento humano coletivo que o Brasil já teve em toda a sua história, que são os mortos pela COVID.

Homenageamos as vítimas e nos solidarizamos com as famílias e amigos próximos, mas, para que tenhamos a dimensão do que estamos falando, eu queria aqui fazer duas comparações. Se somarmos os mortos na Guerra do Paraguai, em que 50 mil integrantes da tropa brasileira morreram de 1864 até 1870, e a gripe espanhola, que matou 35 mil brasileiros nos anos de 1918 e 1919, isso dá um total de 85 mil brasileiros. Agora, quanto aos mortos pela COVID, o que está divulgado até o presente momento na imprensa dá um total de 596 mil e 163 mortos.

Se pegarmos a população brasileira, que é de 214 milhões, 437 mil e 809 brasileiros, e compararmos com as populações de dois grandes

países, como a Índia e a Indonésia, que somam 1 bilhão e 672 milhões de pessoas e, portanto, possuem uma população oito vezes maior que a brasileira, o Brasil ainda assim supera em número de mortos essa quantidade de 1 bilhão e 672 milhões de habitantes desses países, que têm 589 mil e 917 mortos, e o Brasil, lembrando, tem 596 mil e 163 mortos.

As causas vão desde o meio ambiente, em âmbito mundial, a sua destruição. Mas, no caso do Brasil, o Presidente da República escolheu combater o isolamento social, escolheu combater a vacina, escolheu se associar ao vírus.

Diante dessa tragédia, nós temos o dever de homenagear os profissionais de saúde, especialmente a estrutura brasileira do SUS. A não retomada de investimentos é exatamente consequência de duas atitudes absolutamente irresponsáveis. A primeira é esta: não combater para valer a pandemia. A pressão nacional, a pressão mundial fez com que o Governo se movimentasse pouco, mas se movimentou.

Mas a aposta de que haveria desenvolvimento econômico, geração de emprego, deixando a pandemia correr solta foi frustrada. E nós temos um Ministro da Economia, que mente descaradamente quando fala que está aumentando os investimentos e que a economia vai bem. Duvido que qualquer conglomerado econômico brasileiro ou do exterior o contrataria para ser, digamos, um executivo confiável!

Assim, nossas homenagens às vítimas e, mais uma vez, a nossa solidariedade às famílias.

Documento 228/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-09:48
Publ.: DCD - 10/1/2021 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 3.345, de 2021, sobre a exigência de comprovante de vacinação contra a Covid-19 para registro de candidatura às eleições de 2022.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) -
Eu quero cumprimentar V.Exa. e todos os Deputados e dizer que apresentei ontem, Presidente, o Projeto de Lei nº 3.345, de 2021, que prevê que ninguém poderá ser candidato a Vereador, Prefeito,

Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Senador e Presidente da República sem que comprove perante a Justiça Eleitoral, na hora do registro da candidatura, a condição de vacinado, e com as duas doses vacinas.

É a maneira que nós temos, Presidente, de enfrentar o negacionismo. Nós vivemos uma realidade em que sabemos que a doença, o coronavírus, a COVID-19 agrediu muito a nossa saúde. Seiscentas mil pessoas já morreram praticamente. A economia foi atingida gravemente. No entanto, muita gente não se vacinou. Não se vacinando, fica disseminando o vírus, que não para de circular por conta disso.

Então, os políticos, os candidatos, aqueles que têm mandato eletivo, que querem a sua reeleição, têm que dar o exemplo. É o exemplo do exemplo que serve de exemplo como melhor exemplo. E se nós não dermos esse exemplo? Bom, como vão exigir dos outros o que nós próprios não estamos fazendo? A começar pelo Presidente da República, que tem que se vacinar para o bem dele, da família dele, do Brasil e dos brasileiros, bem como os Senadores, os Governadores, os Ministros, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais. Essa é uma luta que nós estamos empreendendo.

Presidente, eu estou aqui na cidade Faxinalzinho, no Rio Grande do Sul, na divisa com Santa Catarina, bem próximo a Chapecó, nas barrancas do Rio Uruguai - está aqui atrás o desenho da cidade, o mapa -, falando com o nosso Prefeito James, que é um parceiro de muitas caminhadas.

Além do Prefeito, estão aqui vários líderes. Está comigo o Vereador André, de Erechim, nosso parceiro, está aqui também o Vereador Gelson Barden, o nosso Vereador Vilson Confortin e o Deputado Estadual Gerson Burmann, meu colega do Rio Grande do Sul. Eu já submeti a eles, Presidente, a ideia de que nenhum político possa ser candidato a cargo algum sem que tenha se vacinado. Veja: ganhei o apoio da unanimidade. Está aqui também o nosso Vice-Prefeito de Mariano Moro, o Kinkinha. Todos estão consentindo. Estou fazendo aqui uma espécie de teste Rio Grande afora, Brasil adentro, para que os políticos entendam a importância da vacina, Presidente.

Vacina, vacina! Não podemos ser negacionistas. A vacina não faz virar Jacaré, não! A vacina é vida, vida, muita vida! É vida com intensidade, vida com felicidade, vida com qualidade de vida para podermos viver de bem com a vida! É isso que queremos.

Por isso eu peço a votação e a aprovação do Projeto de Lei nº 3.345, de 2021. Ninguém pode ser candidato sem antes ser vacinado.

Muito obrigado.

Documento 229/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-10:04
Publ.: DCD - 10/1/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao médico e ex-Deputado Estadual Carlos Neder, falecido em decorrência da Covid-19.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Estimada Deputada Presidenta desta sessão, meu abraço fraterno.

Bom dia às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados.

Eu hoje estou aqui para prestar a minha homenagem a um grande companheiro das nossas fileiras de lutas em defesa da dignidade humana. Eu me refiro ao médico lutador Carlos Neder, que foi Deputado Estadual, além de extraordinário profissional que cuidava das pessoas atingidas pela COVID e por outros tipos de doença. Esse companheiro foi atingido pela COVID também e perdeu a vida nesses dias.

Carlos Neder foi Deputado Estadual, militante e construtor do nosso partido de longa data. Lutou até o último momento para vencer, lutou pela vida. Nós tínhamos uma relação de irmãos. Embora eu tenha uma vivência diferente, origem operária, e ele fosse um profissional da saúde, médico, nós tínhamos muitas coisas em comum: a defesa dos direitos do nosso povo. Carlos Neder mobilizou-se para todas as manifestações e estaria conosco no próximo dia 2.

Que a sua família seja confortada, suas filhas, que mandavam notícias do hospital a cada dia, a cada momento.

Às companheiras e aos companheiros que fizeram parte da sua assessoria, que continuavam muito ligados a este companheiro sério, honesto, lutador, corajoso, a todos os meus companheiros do meu partido e também a toda a militância de outros partidos que tinha como referência o nosso querido companheiro Carlos Neder, deixamos a nossa palavra de conforto, pois Deus, com certeza, o Deus da justiça, o Deus da dignidade humana, o Deus da solidariedade, o Deus da vida,

já o acolheu em sua plena graça.

Carlos Neder, que dedicou a sua vida às causas do povo, está no panteão dos heróis que lutaram em defesa da vida.

Por isso, querido companheiro Carlos Neder, você continuará presente entre nós. As suas ideias continuam vivas. Os seus sonhos continuam com os nossos sonhos. Os seus sonhos continuam nas nossas mãos, na nossa caminhada, nos nossos passos. Lamento a sua ida, mas você deixou muitas e muitos companheiros para seguirmos na jornada.

Carlos Neder, presente!

Obrigado, Presidente.

Documento 230/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-10:08
Publ.: DCD - 10/1/2021 -	HELDER SALOMÃO-PT -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelo caos econômico, social e sanitário instalado no País. Congelamento do salário mínimo e elevação dos índices inflacionários. Elevação dos preços de alimentos, do gás de cozinha e de combustíveis. Acerto da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social. Protesto contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Convocação do povo brasileiro para as manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) -
Deputada Rosangela Gomes, Sra. Presidenta, quero saudá-la!

Saúdo também os demais Deputados e as Deputadas que acompanham esta sessão da Câmara dos Deputados.

O Brasil, nesta pandemia, tem demonstrado que tem um Governo que não se preocupa com a situação do povo mais sofrido. O Brasil, na pandemia, talvez seja o único país do mundo que retira direitos, o único país do mundo que desmonta o serviço público e que trabalha contra o enfrentamento à COVID-19. O Brasil está vivendo um caos econômico

e social, agravado não só pela pandemia, porque a pandemia agravou a crise econômica e social no mundo, mas agravada sobretudo pela incompetência, pela desumanidade, pela crueldade deste Governo que adota medidas para restringir direitos do nosso povo.

A inflação é a mais alta dos últimos 29 anos. O salário mínimo está congelado. O salário mínimo só é reajustado de acordo com o índice da inflação desde o golpe parlamentar em 2016. Aumento para o salário mínimo não tem, mas aumento para os alimentos, nós todos o estamos acompanhando- o arroz, 32%; o feijão preto, 17%; a gasolina, 39%; o gás de botijão, 31%; o açúcar, 35%; o *diesel*, 35%; o etanol, 62%; o óleo de soja, Deputado Bohn Gass, Líder da nossa bancada, 68% -, essa é a realidade do nosso País.

E o que o Governo faz? O Governo adota medidas cada vez mais restritivas. Não fosse o trabalho da Oposição nesta Casa, que aprovou o auxílio emergencial de 600 reais no ano passado - e a nossa bancada ontem conseguiu aprovar um projeto com o apoio da maioria desta Casa para baratear o custo da botija de gás para as famílias mais pobres, uma iniciativa do Deputado Carlos Zarattini -, não fosse a iniciativa da Oposição, o nosso País estaria muito pior do que está.

E há o mais grave, o Governo quer entregar o nosso patrimônio público, privatizar os Correios, privatizar a ELETROBRAS. E está tentando a todo custo aprovar a PEC 32. Não dá para entender como o Presidente da República e sua base querem aprovar uma reforma administrativa que vai significar o desmonte, a destruição do serviço público!

Enganam-se aqueles, Deputado Bira do Pindaré, que acham que a reforma administrativa vai prejudicar somente os servidores. Já seria muito, se prejudicasse só os servidores, porque é um absurdo prejudicar os servidores públicos do nosso País e os serviços públicos, mas vai prejudicar sobremaneira a população do nosso País, a população que precisa de atendimento no SUS, na escola pública, no CRAS, no CREAS, atendimento da segurança pública, da agricultura familiar e de todas as políticas públicas.

Portanto, eu quero dizer o seguinte: é inadmissível que esse Presidente continue! Vamos todos às ruas, no dia 2 de outubro, fazer uma grande mobilização pelo "*Fora, Bolsonaro!*", o mais insensível Presidente da história do Brasil e o pior Presidente do mundo!

Peço, Sra. Presidente, divulgação do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

85.2021.B Sessão Outro Evento 30/09/2021-10:16

Publ.: DCD - 10/1/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aplausos à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social. Prejuízos causados ao País pela política de preços adotada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Congratulações à equipe do Senai Cimatec pelo desenvolvimento de vacina contra a Covid-19, no Estado da Bahia. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Convocação do povo brasileiro para as manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos os nossos Parlamentares e ao Brasil que nos assiste e nos ouve através dos meios de comunicação da Casa, incluindo o programa *A Voz do Brasil*.

Sra. Presidente, ontem a Câmara dos Deputados aprovou o importante Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, do Deputado Carlos Zarattini, que cria o Desconto Gás, extremamente importante para a população mais vulnerável deste País, que não está tendo como comprar o gás de cozinha a 110 reais ou 120 reais.

Esse aumento é consequência da política de preço da PETROBRAS neste Governo, que governa para os ricos, e não para a população brasileira. A política de preço da PETROBRAS e sua indexação ao preço do petróleo lá fora, portanto, ao dólar, faz com que o povo brasileiro tenha a maior inflação dos últimos 29 anos e que se aprofunde a crise econômica para garantir a lucratividade dos investidores internacionais, que eles chamam de mercado. Não é o Mercado Modelo na Bahia, meu povo, é o mercado dos investidores, dos ricos, que não pode perder! E nós que sustentamos o Brasil com o nosso trabalho pagamos o preço disso.

A solução que eles estão querendo tomar é retirar dinheiro dos Estados, é retirar dos Estados receitas com que fazem saúde, educação, assistência social e segurança pública. Com isso, continuam garantindo o interesse dos ricos. E a crise vai para cima do povo trabalhador.

Há um segundo ponto a destacar. Quero parabenizar o laboratório SENAI CIMATEC da Bahia, que agora começa a fazer os testes

clínicos e a testagem em humanos da vacina RNA MCTI CIMATEC HDT. Essa vacina está sendo desenvolvida no Brasil em articulação com a HDT americana, com a farmacêutica Gennova Biopharmaceuticals e com o SENAI CIMATEC, na Bahia. É nesse centro de especialização tecnológica e científica que a Bahia tem a satisfação e a honra de poder desenvolver essa vacina no nosso Estado. Parabéns à nossa equipe do SENAI CIMATEC!

Por último, Sra. Presidente, quero dizer que o Presidente da República, na sua sanha de garantir o interesse dos ricos, coloca-se agora contra os servidores públicos e os serviços públicos do nosso País.

E essa PEC 32 é a sistematização desse desejo da Presidência da República de acabar com o Estado brasileiro, de impedir que o Estado brasileiro cumpra aquilo que a Constituição determina, que é o Estado de Bem-Estar Social.

Portanto, queridos servidores públicos, vamos continuar na resistência, porque eles não têm voto para votar ainda esta PEC no Plenário. E nós vamos garantir que continuem não tendo.

Todos às ruas no dia 2 de outubro, agora, no próximo sábado, para dizer que nós não vamos concordar com a destruição do Estado brasileiro, do serviço público brasileiro, do SUS, das escolas públicas, das universidades federais, todas ameaçadas por esse projeto da PEC 32, que praticamente acaba com o concurso público...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 232/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-10:40
Publ.: DCD - 10/1/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados aos cofres públicos pelo Ministério da Saúde, revelados no vencimento do prazo de validade de testes da Covid-19, medicamentos e vacinas. Continuidade do negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Liberação, pelo Presidente da República, da comercialização de novos rótulos de agrotóxicos no País. Anúncio da realização no Brasil de manifestações pelo afastamento do Presidente Jair

Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidenta Rosangela Gomes, muito obrigado. É importante ver V.Exa. presidindo esta sessão.

É triste ver o desperdício de dinheiro público e a falta de respeito do Governo Bolsonaro para com a saúde. O *Estadão* trouxe mais uma grave denúncia sobre isso, dizendo que o Governo Federal provocou um desperdício de 80 milhões e 400 mil reais, porque o Ministério da Saúde deixou vencerem milhares de *kits* para diagnóstico de COVID e dezenas de medicamentos e vacinas para outras doenças. É muito dinheiro público jogado no lixo pela falta de responsabilidade do Ministério da Saúde. Isso precisa ser apurado e os responsáveis pelo desperdício desses 80,4 milhões de reais precisam ser punidos.

Sra. Presidenta, aproveito ainda a oportunidade para dizer que, enquanto Bolsonaro nega o resultado das vacinas e a proteção contra o vírus com uso de máscara, o Governo continua liberando venenos no Brasil. Ele autorizou a comercialização de mais 53 novas marcas de agrotóxico no Brasil. Com essa liberação, Bolsonaro já é responsável pela comercialização de 1.282 novos tipos de veneno no País. É o Governo genocida, que agride em duas frentes: contribui com as mortes na pandemia e contamina o País com um banho de veneno.

Sra. Presidente, lembro a todos que o dia 2, no próximo sábado, será um dia de luta contra esse Presidente genocida, o Presidente do desemprego, da fome, da miséria, da morte e dos ataques à democracia. Portanto, no dia 2 de outubro, vamos às ruas dizer "não" à PEC 32, defender os servidores públicos deste País e dizer: Fora, Bolsonaro!

Documento 233/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-10:48
Publ.: DCD - 10/1/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agravamento da fome e reajuste nos preços de alimentos no País. Aumento das queimadas, da violência no campo e do desmatamento, notadamente na região amazônica. Paralisação das demarcações de terras indígenas e de territórios dos quilombolas. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro na compra de

vacinas contra a Covid-19. Anúncio da realização de manifestações no País a favor do afastamento do Presidente da República, no dia 2 de outubro de 2021.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, o novo Brasil de hoje é o daquelas imagens degradantes que estão nas redes sociais e nos jornais do Rio de Janeiro, no bairro da Glória, da população em situação de rua disputando ossos.

O novo Brasil é o daquela imagem degradante do Presidente da República com seus asseclas comendo *pizza* em Nova York.

O novo Brasil é aquele que bate recordes na produção da agricultura, mas tem uma inflação dos alimentos que passa dos 50%, 60%, 70%, dependendo do item.

O novo Brasil é aquele em que o Ministério do Meio Ambiente tinha 1 bilhão de orçamento e o diminuiu para 50%; em que os gastos militares na Amazônia cresceram 178% e voltamos a bater recordes de desmatamento.

O novo Brasil que se propala é aquele onde o desmatamento aumenta, as queimadas aumentam, a violência no campo aumenta, e onde paralisa-se a demarcação de terras indígenas e de territórios quilombolas.

O novo Brasil é o Brasil da fome, é o Brasil que pratica o crime de corrupção em plena pandemia. Eu pergunto para as pessoas que perderam parentes, entes queridos o que pensam desse Governo que praticou atos corruptos, fez tramoia, no momento em que tínhamos o maior índice de contaminação por COVID e por mortes pela COVID, justamente naquele momento. Em plena pandemia os ricos ficam mais ricos. Está acontecendo isso no mundo todo, mas o Brasil está em primeiro lugar em concentração de renda em plena pandemia.

Por isso, no dia 2, no sábado que vem, o povo vai para as ruas protestar e dizer: "Fora, Bolsonaro!". Ninguém aguenta mais esse Governo da morte, da destruição ambiental; Governo que gera desemprego, que gera fome, que libera cada vez mais venenos para chegar à mesa no dia a dia daqueles que ainda conseguem comprar comida. Volto a dizer, esse Governo é da morte, do desemprego.

Por isso, reitero, o povo vai para as ruas, no próximo sábado, protestar por mais vacina, em defesa da saúde, contra essa reforma administrativa, que vai matar de vez os serviços públicos.

Vamos todos para as ruas no sábado contra Bolsonaro. Fora,

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-10:52
Publ.: DCD - 10/1/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio as ações do Governo Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, relativas ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Importância da participação do povo brasileiro nas manifestações a favor do afastamento do Presidente da República, programadas para o dia 2 de outubro de 2021. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Conclamação aos Parlamentares para rejeição do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, acerca das diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022, especialmente quanto ao dispositivo da proposição sobre o reajuste salarial dos Agentes de Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, sobre o estabelecimento do Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e a concessão de aposentadoria especial e exclusiva à categoria; bem como da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, acerca da responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde - SUS, na política remuneratória e na valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado. Queria saudar todos os Parlamentares em nome de V.Exa., Presidente, que preside os trabalhos, em nome também do meu colega Deputado Nilto Tatto, que acaba de fazer uso da palavra.

Antes do Deputado Nilto Tatto ouvimos um Parlamentar da base de Bolsonaro, que usa aquela frase da arte e da guerra: "*Quando estamos em paz, prepare-se para a guerra*" ou "*Quando estamos em guerra, prepare-se para a paz*". O Brasil é um País de paz. Todos os dias o Governo declara guerra. A teoria do Governo Bolsonaro e do Paulo Guedes está totalmente equivocada: é a teoria da morte.

A CPI da COVID-19 constatou - está escancarado - que saía o planejamento dentro do Ministério da Economia. Esse é o Governo

genocida, é o Governo que não tem compromisso com a vida.

Por isso, é fundamental que o povo brasileiro que já foi vacinado, de preferência com as duas doses, que se proteja ainda da pandemia da COVID-19 e vá às ruas no próximo sábado.

É um grande "Fora, Bolsonaro!" em defesa da democracia. É um "Fora, Bolsonaro!" contra a PEC 32, que ataca os serviços públicos, que ataca os servidores públicos.

Quero me solidarizar e levar o nosso total apoio aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias por onde tenho passado e que tenho encontrado, para nos ajudar a derrubar o Veto nº 44, a fim de dar dignidade aos trabalhadores da saúde, em apoio à PEC 14/21, à PEC 22/11, com a garantia de salário decente, digno para essa categoria que orgulha o serviço público brasileiro.

Por isso, no dia 2, no próximo sábado, todos e todas devem estar nas ruas para dizer: "Fora, Bolsonaro!", contra a PEC 32, em defesa do Brasil, da democracia e da soberania nacional.

Que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa o nosso pronunciamento.

Este Governo não merece mais governar. *Impeachment* já!

Documento 235/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-11:04
Publ.: DCD - 10/1/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro na disseminação de fake news, em corrupção e no esquema criminoso das chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de assessores e funcionários de gabinetes parlamentares. Tentativa do Presidente da República de promoção de golpe de Estado, por ocasião do transcurso do Dia da Independência do Brasil. Escalada das espirais inflacionárias, dos preços de combustíveis, de alimentos, de energia elétrica, da fome e do desemprego no País. Crises hídrica e energética reinantes no Brasil. Ocorrência de queimadas na Amazônia e no pantanal sul-mato-grossense. Não abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Realização de manifestações no País a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos vivendo um momento particularmente importante da vida nacional. Nós entendemos que Bolsonaro está chegando ao limite.

É um Governo da corrupção, da "rachadinha", da milícia, um Governo produtor de *fake news*, mas um Governo também agora em desespero. Tentou um golpe de Estado no dia 7 de setembro, e viu que não é viável nem possível. Agora ele está desesperado com o processo inflacionário, com a escalada de preços, com o aumento da fome - estão aí as passeatas e os saques a caminhões com ossos -, com o desemprego gigante - há quase 50 milhões de pessoas desempregadas, 15 milhões de desempregados, 6 ou 7 milhões de desalentados, só informais -, com a doença, que não cede, porque o Presidente faz campanha contra a vacinação. Está lá o Ministro preso em Nova York, contaminando. Todos são contaminantes.

Hoje mesmo ele espalhou *fake news* sobre a vacina da Pfizer. Ele é contra a vacinação, contra a saúde pública. E, logicamente, ele está desesperado com o preço dos combustíveis, porque isso é responsável pela escalada inflacionária, além da tarifa da energia elétrica, da crise hídrica e da crise energética.

Isso tudo tem a ver com a visão deles de queima da Amazônia e do Pantanal. Hoje o Brasil é um pária internacional. Mas, mais do que isso, ele quer soluções mágicas, acompanhado de Arthur Lira, que hoje é o sustentáculo dele na luta contra o *impeachment*. Ele está sentado em cima de 130 processos e pedidos de *impeachment* com crime de responsabilidade explícito.

Então, o que nós queremos dizer é o seguinte: na saída dos combustíveis, é óbvio, a PETROBRAS é uma empresa que já está privatizada. Interessa mais satisfazer aos acionistas lá em Nova York do que ao povo.

E a resposta popular às *fake news*, à mentira, à miséria e a tudo o que o Governo Bolsonaro está fazendo de destruição vai estar nas ruas no dia 2 de outubro.

Dia 2 de outubro é o dia de dar um basta a esse Governo da destruição nacional, da negação da ciência, o Governo da morte, o Governo que quer destruir a educação e a saúde pública no nosso País.

Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já! Todos às ruas no dia 2 de outubro!

Obrigado, Presidente.

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-11:12
Publ.: DCD - 10/1/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao ex-Deputado Estadual de São Paulo, Carlos Neder. Convocação do povo brasileiro para as manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, até quando vamos ter que chorar a morte evitável de amigos e de companheiros e retomar o curso normal de vida do povo brasileiro?

Eu quero aqui dizer da nossa tristeza com a partida evitável do companheiro Carlos Neder. Fomos grandes amigos. Fomos companheiros de luta desde a fundação do Partido dos Trabalhadores. Estivemos juntos ajudando a organizar a população na periferia da cidade de São Paulo, para se organizarem e lutarem pelo direito à saúde pública de qualidade. Esse companheiro militou no espaço institucional como Deputado Estadual em São Paulo e como Vereador da Câmara Municipal daquela grande cidade. Foi um exemplo de militante político e de profissional da saúde, com um compromisso prático, real e concreto com a população excluída da nossa cidade e do nosso Estado, no caso, o Estado de São Paulo.

Carlos Neder esteve conosco no Governo democrático e popular de São Paulo. No início, ele foi meu Chefe de Gabinete e ajudou a reestruturar, a recriar e a implantar uma gestão democrática, uma gestão popular e de compromisso real com os direitos sociais da população.

Carlos Neder foi o nosso Secretário de Saúde e fez uma gestão descentralizada, participativa, séria, e que certamente deixou uma marca na história da política de saúde pública na cidade de São Paulo.

Pois bem, Sr. Presidente, nós queremos deixar registrada publicamente a nossa solidariedade à família dele, à Deíta, suas filhas e seu filho, que estiveram do primeiro a último momento do seu martírio lutando contra uma doença que se alastrou pelo País e pelo mundo em razão de governos irresponsáveis e genocidas, como é o Governo

brasileiro.

A paciência do povo já se esgotou, Sr. Presidente. A nossa paciência também já se esgotou. Está na hora de começar a mudar essa realidade trágica que temos vivido ao longo dos 2 últimos anos.

Portanto, vamos todos às ruas no dia 2 para dizer um basta a este Governo genocida!

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 237/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-11:20
Publ.: DCD - 10/1/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aproximação da nefasta marca de 600 mil mortes no País provocadas pelo coronavírus. Falecimento do ex-Deputado Estadual de São Paulo, Carlos Neder, em decorrência da doença viral. Vinculação entre os óbitos provocados pelo coronavírus e o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro, demonstrada pela CPI da Covid. Encaminhamento de documento ao órgão pela Associação Vida e Justiça. Reparação de danos morais e materiais dos familiares das vítimas da Covid-19. Anúncio de apresentação, aos tribunais internacionais, de denúncia contra o Presidente Jair Bolsonaro por prática de crime contra a humanidade. Anúncio da realização de manifestações no País pelo afastamento do Presidente da República, no dia 2 de outubro de 2021.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, estamos chegando a quase 600 mil brasileiras e brasileiros que perderam a vida no País, como Carlos Neder, médico sanitário, uma das grandes lideranças de São Paulo. Eu faço questão de citar nomes, sobrenomes, histórias, famílias, falar de sentimentos, de experiências vividas que se transformaram em mais de 140 mil crianças e adolescentes órfãos de pai e mãe ou órfãos de pai ou de mãe. Faço questão de falar de pais de família, de trabalhadores e trabalhadoras, de brasileiros e brasileiras.

Quando chegarmos aos 600 mil mortos, nós precisamos acender 600 velas para as 600 mil vítimas deste Governo genocida de Jair Bolsonaro. Quando chegarmos aos 600 mil mortos, vamos plantar uma árvore, para manter viva a memória e a história que o bolsonarismo

quer esconder, tornar invisível, silenciar: as vítimas da COVID-19, as vítimas do negacionismo de um Governo genocida que patrocina a proliferação do vírus.

A cada dia que passa, a CPI mostra e demonstra para nós, estarecidos, as provas da morte patrocinada por este Governo e por tantas mãos de tantos brasileiros negacionistas que proliferam a ideia da não vacinação.

No Rio de Janeiro, 95% dos que estão hospitalizados estão entre aqueles que não se vacinaram. Essa é a prova do charlatanismo. Essa é a prova de crime contra a humanidade.

Junto com a Associação Vida e Justiça, entregamos um documento à CPI da COVID. Vamos trazer as vítimas da COVID a Brasília, no encerramento da CPI, para mostrar o rosto das famílias que perderam entes queridos, para mostrar a história das vítimas da COVID-19, para também denunciar e buscar justiça e reparação pelos danos morais e materiais das famílias, pelas vidas perdidas de brasileiros e brasileiras e pelos milhões de sequelados que, por longos anos ou décadas, vão sofrer com a sequela de um Governo que produz o genocídio e desmonta a economia e a vida do povo brasileiro.

Vamos juntos denunciar nos tribunais internacionais o crime contra a humanidade patrocinado por Jair Bolsonaro.

Pela vida dos brasileiros, pelas vítimas da COVID, pelos quase 600 mil mortos e em defesa da vida e da justiça, eu irei sábado dizer: "*Chega de mortes!*"

Queremos outro Brasil, um Brasil de esperança. Vamos reconstruir este País e ser felizes de novo.

Documento 238/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-11:24
Publ.: DCD - 10/1/2021 - LUIZ LIMA-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pela suspensão do passaporte da vacina instituído pelo Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Articulação política do gestor municipal com o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com vista às eleições

para Governador do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Josivaldo JP. É uma honra termos esta sessão presidida por V.Exa.

Ontem, dia 29 de setembro de 2021, por decisão do Desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi derrubado o decreto do autoritário e ditador Prefeito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro.

Esse mesmo Prefeito, quando era Deputado Federal, subiu a esta tribuna e chamou o então Presidente Lula de "quadrilheiro". Quando ele se tornou Prefeito, quando foi para o Executivo, ele disse que era soldado do Lula. E parece que todas as suas decisões têm um objetivo político, seja o objetivo de ganhar poder agora, no Estado do Rio de Janeiro, para as futuras eleições para Governador, seja o de exercer a sua velha proposta de ser soldado do Lula e de defender a candidatura do Lula.

Eu vou ler aqui a decisão do Desembargador Paulo Rangel, a quem quero parabenizar, porque ele só disse verdades. Ele está antenado com a realidade, com o respeito à luta em defesa da liberdade do cidadão. E enquanto o desembargador disse verdades, o Prefeito, que é mais um ativista político, é mais um Prefeito desconectado da realidade, disse que a decisão é ideológica.

O Desembargador disse o seguinte: *"Se o cidadão quer ou não se vacinar é um problema seu e que se encontra amparado pelos princípios da autodeterminação e pelo princípio da legalidade, mas jamais um decreto municipal pode impedir a liberdade de locomoção de quem quer que seja por não estar vacinado"*.

Ele também questionou a validade do decreto municipal como meio para restringir a circulação. Disse ele: *"E a pergunta simples, de caráter educativo, é: decreto é lei? Não. Decreto não é lei. Decreto é um ato normativo referente à organização e ação do poder público que visa a regulamentar algo. Mas não é fonte de obrigação. Fonte de obrigação no direito brasileiro é a lei"*.

Em outro trecho, ele disse: *"Se no passado existiu marcação a ferro e fogo dos escravos e gados através do ferrete ou ferro em brasa, hoje é a carteira de vacinação que separa a sociedade. O tempo passa, mas as práticas abusivas, ilegais e retrógradas são as mesmas"*.

Disse ele ainda: "A carteira de vacinação é um ato que estigmatiza as pessoas, criando uma marca depreciativa e impedindo-as de

circularem pelas ruas livremente, com nítido objetivo de controle social. É uma ditadura sanitária. O decreto quer controlar as pessoas e dizer, tiranicamente, quem anda e quem não anda nas ruas da cidade".

Desembargador Paulo Rangel, parabéns por sua decisão! Parabéns pela defesa da liberdade! Quero dizer que sou a favor da vacina, mas, antes de tudo, defendo que se preserve a liberdade do cidadão.

Que os futuros Prefeitos e Governadores, assim como o Supremo Tribunal, parem de criar Municípios e Estados semissoberanos dentro da República Federativa do Brasil. Isso cria um embaraço, uma confusão na cabeça do cidadão e faz com que ele perca os seus direitos. Isso está marcado na história do nosso País. Espero que não se repita num futuro próximo.

Muito obrigado, Presidente Josivaldo Jp.

Documento 239/239

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-11:40
Publ.: DCD - 10/1/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao médico e ex-Deputado Estadual de São Paulo, Carlos Neder, falecido em decorrência da Covid-19.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna, infelizmente, para fazer uma homenagem póstuma a um grande brasileiro, médico, que exerceu os cargos de Vereador na cidade de São Paulo, de Secretário Municipal de Saúde, no Governo de Luiza Erundina, e de Deputado Estadual por São Paulo, o querido Carlos Neder.

Carlos Alberto Pletz Neder nasceu no Mato Grosso e se formou médico pela Universidade de São Paulo. Desde então se dedicou à medicina social. Fez um trabalho impressionante de construção do movimento de saúde em São Paulo, dos conselhos de saúde, e mais tarde, como Secretário de Saúde do Governo de Luiza Erundina, fez com que o SUS em São Paulo tivesse o melhor desempenho do Brasil.

Carlos Alberto Pletz Neder foi o melhor Secretário de Saúde da cidade de São Paulo porque a então Prefeita Luiza Erundina fez um investimento no SUS muito importante, e o serviço de saúde da cidade

de São Paulo se tornou o melhor serviço público de saúde do Brasil, muito melhor do que muitos serviços privados de saúde.

Eu quero prestar a minha homenagem ao Neder. Como Vereador e como Deputado, além de ser um grande defensor do SUS, também defendeu a economia solidária. Ele era uma pessoa de princípios rígidos, uma pessoa de vida modesta, espartana, uma pessoa que defendia princípios e nunca os flexibilizou, nunca permitiu que o pragmatismo da política contrariasse os seus próprios princípios.

Ele faleceu em virtude da COVID. Se tivéssemos um Presidente da República capaz de cuidar do povo brasileiro, Neder estaria entre nós e certamente seria eleito Deputado Estadual em São Paulo nas próximas eleições.

É por isso que eu quero homenageá-lo, deixando aqui a minha solidariedade à sua esposa, Deíta, às suas filhas, Marina e Lygia, e ao seu filho, Eduardo.

Neder está presente entre nós.
